

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**  
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
*[www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget)*

---

**Juscelino Eudâmidas Bezerra**

**A fruticultura no Nordeste Semiárido:  
internacionalização, conflitos territoriais e a  
precarização do trabalho**

**Tese de Doutorado**

Presidente Prudente  
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho  
*www.fct.unesp.br/ceget***

---

**A fruticultura no Nordeste Semiárido:  
internacionalização, conflitos territoriais e a  
precarização do trabalho**

**Juscelino Eudâmidas Bezerra**

**Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
– Área de Concentração: Produção do  
Espaço Geográfico, para obtenção do título  
de Doutor em Geografia.

Agência de fomento: FAPESP

Presidente Prudente  
2012

## FICHA CATALOGRÁFICA


B469f Bezerra, Juscelino Eudâmidas.  
A fruticultura no Nordeste semiárido : internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho / Juscelino Eudâmidas Bezerra. - Presidente Prudente : [s.n], 2012  
376 f. :


Orientador: Antonio Thomaz Júnior  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Inclui bibliografia

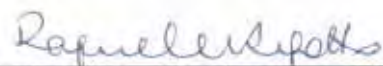
1. Dinâmica geográfica do trabalho. 2. Sertão nordestino. 3. Agronegócio da fruticultura. 4. Redes de produção global. 5. Conflitos territoriais. 6. Precarização do trabalho. I. Thomaz Júnior, Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. A fruticultura no Nordeste semiárido : internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho.


BANCA EXAMINADORA

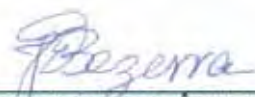
  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR,  
ORIENTADOR

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. LEE JONATHAN PEGLER  
(Erasmus University of Rotterdam)

  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA. DENISE DE SOUZA ELIAS  
(UECE)

  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA. RAQUEL MARIA RIGOTTO  
(UFC)

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. MARCELO DORNELIS CARVALHAL  
(UNESP/Ourinhos)

  
\_\_\_\_\_  
JUSCELINO EUDÂMIDAS BEZERRA

Presidente Prudente (SP), 07 de dezembro de 2012.

RESULTADO: APROVADO

## **Dedicatória**

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e familiares.

Aos (as) trabalhadores (as) do Sertão nordestino.

## Agradecimentos

Depois de uma longa lista de amigos e amigas que conheci ao longo dos meus seis anos de vida acadêmica na minha querida UECE, recordo que finalizei meus agradecimentos do mestrado lembrando as músicas dos Cranberries. Foi também ao som dos Cranberries que desembarquei no Sertão paulista, cheio de expectativas, receios, empolgação, medo, mas, sobretudo, de vontade de crescer profissionalmente. No começo, tudo são possibilidades e dúvidas: "Será que vou ganhar bolsa?"; "Meu Deus com quem será que vou dividir apartamento?"; "E o povo que irei encontrar, conseguirei fazer novos amigos?"; "Novo orientador, nova pesquisa!".

Tantas dúvidas e anseios assim, só os amigos ou familiares mais próximos para agüentar. Mas onde estavam todos eles? Com certeza muito longe. E no começo em 2009 não havia a promoção dos R\$0,25 por chamada!

Posso dizer que comecei minha vida em Prudente com o pé direito, pois fui recebido na cidade por Denise e Renato, meus eternos professores e que naquele momento passaram cada vez mais a serem meus amigos. Eles me ajudaram a chegar bem em Prudente desde a seleção até os primeiros meses e também contribuíram para me sentir um pouco em Fortaleza.

Outro golpe de sorte que tive foi conhecer inicialmente mais uma Denise (na canção dos Cranberries... Serendipity... a cosmic coincidence!). Desta vez a Denise Bomtempo. Qualquer analogia com o sobrenome e o que ela transmite é pura coincidência. Não poderia ter conhecido uma melhor representante do oeste paulista. Foi ela que me apresentou a cidade, os *points* de Prudente, como também sua maravilhosa família! (Dona Creuzinha, Seu Miro, Mateus, Mariana) e o lugar que eu ficaria meu primeiro mês, a casa do Edílson. Meu ex-professor e que também tenho hoje a honra de chamá-lo de amigo. Mais uma vez me senti em casa, a partir da rede cearense que pouco a pouco foi se estabelecendo em Prudente. Na história dos casais especiais, esse dois foram os primeiros. Depois de estabelecido e de zanzar um pouco pela cidade, aguardava ansiosamente o início do período letivo, da rotina de ir para a UNESP, apesar de saber que dali em diante teria de enfrentar todos os dias a temida ladeira.

Na UNESP cheguei em plena correria da livre docência do Thomaz. Tal correria e loucura, talvez fosse já o primeiro sinal de que... a vida é difícil! O Ceget, meu então novo grupo de pesquisa, foi se revelando aos poucos um lugar de encontro de estudantes, pesquisadores, mas, sobretudo, de gente amiga que a cada ano só cresce. Destaco aqui, a poderosa e serena Sônia, a loucura do Gerson, a Jaqueline (kd o peixe?), o Gabriel (mano!), o João Vitor (fera!), a Priscila (wirime!), o Guilherme (gente boa!), a Jô (tranqüilidade), o Zé Roberto (foco!), o Dr. Heck (justin meu filho, companheiro das vagabundagens), Zé e Karina (mais um casal especial com a adição do já amado Miguel) e todo o povo do Cemosi. E olha só quem mais uma vez aparece, a Cíntia, lá da Vila Peri, que cruzou o Brasil para pegar no meu pé até em Prudente (coisa de irmã!) e a Edna mulhé, sem falar do Tadeu que sempre se aventura para nos visitar.

Com certeza, o Ceget foi um porto seguro para adentrar em uma longa jornada (e a jornada para nós do Ceget não é por acaso). No início, observando a turma de doutorado, logo percebi que existiam grupos já constituídos. Afinal, de

forasteiros mesmo só existia eu, um "cara" de Minas Gerais, um "aleatório" do Mato Grosso... do Sul, a menina do Capão Redondo e da graduação uma agregada de São José dos Campos. Não demorou muito para que os forasteiros, talvez por opção ou por destino, dessem início também ao seu próprio grupo. E aí de repente, a Capão e a agregada se tornaram Cíntia e Verônica (as loucuras de São Paulo), o aleatório da Bodoquena transformou-se no João Cândido, meu amigo mais louco e roots! E o cara de Minas se tornou simplesmente Wagner Batella, meu melhor amigo em Prudente. Pelos caminhos da vida eis que esses amigos especiais ainda se somaram a mulheres fantásticas, Tati e Nati (combinou!) e a todos da esquina paranóia (Diego, Mauro, Marine e Pira). Atualizando o ditado, poderia dizer que ao lado de um Grande amigo (Wagner) está uma Grande Mulher (Tati). Pessoas que admiro demais e que fizeram de Minas, um lugar de aconchego e de muita comilança!

Depois de devolver o ap do Edílson fui de mala e cuia para a minha primeira experiência de dividir casa na vida. Lá encontro pessoas muito diferentes e de diferentes lugares do Brasil. Mais uma vez, a rede cearense não permitiu que eu encarasse o oeste paulista sozinho e logo descobri que iria dividir quarto com o Henrique de Fortaleza. Junto com o Rafael, formariam a dupla mais gente boa para se morar. Uma perfeita combinação entre alegria, diversão, conhecimento, generosidade e afeto. Tudo isso ganhou um tempero todo especial vindo de Brasília, ora mais para a pimenta, ora mais para o mel, a Raquel (que com o Rafael forma mais um casal especial) adicionou emoção e lágrimas à casa, muitas lágrimas. Essa experiência somente foi rompida com minha rápida e especial passagem pela Holanda, mais precisamente em Haia.

Nesse momento incrível da minha formação tive, mais uma vez, a sorte de encontrar pessoas maravilhosas. Desta vez do outro lado do Atlântico, onde fui recebido por uma família carinhosa e divertida (Lee, Caroline, Rosalina e Eliana), somado ainda aos amigos do ISS: Ariane, Mariana, Rafaela, Alberto, Saskia e Wouter. Ao retornar sou recebido pelos amigos carinhosos de Prudente e passo a conhecer mais pessoas igualmente especiais cujas quais ajudaram a suprir a falta dos amigos que de tão forasteiros já haviam começado a se debandar por este Brasil. E aí chegaram Cirso, Baiano, Agnaldo, Núbia, Ju, Simão, Archanjo e a volta do casal Márcio e Letícia. De volta à Prudente, fui morar com a Tati. Novamente, uma experiência formidável de amizade, parceria e de dedicação. Tudo isso compartilhamos com uma "criatura" tão especial, que tem o poder de me encantar. Isso mesmo, a Senhorita Andrea de João Pessoa (cidade que eu amo). E aí chegando em 2012... Fecho um ciclo e termino minha jornada em Prudente morando com a Andrea, uma das primeiras pessoas que conheci em Prudente e com a qual dividi muitos momentos de alegria, loucura e reflexões!

Tenho certeza que tudo o que relatei foram os pontos mais fáceis. Afinal como não gostar dessas pessoas todas? Impossível! Mas claro que o que foi mais difícil nesse longo caminho foi a distância (quem vive isso sabe o quanto é difícil cada vez que escutamos: "atenção tripulação preparar para a decolagem") dos pais (Juscelino e Elisthia), irmãos (Nilo e William), sobrinhos (Nicolás e Mateus), familiares (espalhados pelo Brasil, especialmente todo o povo de Miranda do Norte e São Luís no Maranhão) e amigos de Fortaleza. Pessoas que torcem por mim a todo minuto e que mesmo com a distância, foram eles os expectadores privilegiados de tudo de mais maravilhoso que vivi em Prudente. A todos eles agradeço por tudo.

Quero registrar também um agradecimento todo especial aos inúmeros trabalhadores e trabalhadoras com quem tive o prazer de conhecer ao longo das muitas viagens pelo Sertão. Quero fazer um destaque especial para a Gorete de Santana do Sobrado na Bahia. Mulher de fibra, ex-sindicalista que conheci após uma entrevista e que com o tempo se tornou uma amiga com a qual passo longas horas ao telefone e que, talvez, no futuro será minha quase vizinha. Agradeço também à Marina da CPT de Juazeiro, Domingos do Sintagro de Juazeiro, à Áurea e Ronílson da UPE/Petrolina, aos companheiros do MAB Bahia Fransivaldo e Marta, como também os companheiros Valério, Zacarias e o Seu Jorjão da Associação Fundo de Pasto em Casa Nova (BA), ao Joel e toda sua família em Russas (CE), Francisco Edson e Daniele Guerra de Limoeiro do Norte (CE), à Damiana de Carnaubais (RN).

Agradeço também aos Professores da UNESP (Raul Borges Guimarães, Bernardo Mançano, Margarete, Carminha, Eliseu, Everaldo) e aos funcionários da Seção da Pós (especialmente Cinthia), à Professora Raquel Rigotto da UFC e ao grupo TRAMAS, o Professor Marcelo Carvalhal da UNESP de Ourinhos e, como não poderia deixar de ser, ao Professor Thomaz por todo o apoio prestado durante todos esses anos em Prudente.

Por fim, expresso meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento e apoio irrestrito para a realização da pesquisa, como também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



## **Resumo**

A expansão do capital, sob o modelo do agronegócio no Nordeste, tem propiciado inúmeras alterações na dinâmica socioespacial, cuja expressão nos territórios ganha corpo a partir da mobilização promovida pela divisão social e territorial do trabalho. Como resultado, testemunhamos o surgimento de um novo padrão de desigualdades sociais no Sertão, evidenciando o conteúdo dos conflitos territoriais envolvendo agentes transescalares, tais como os supermercados e empresas multinacionais, bem como trabalhadores organizados em sindicatos e em movimentos sociais de luta pela terra e pela água. O objetivo da presente pesquisa é compreender o desenvolvimento do agronegócio no Sertão nordestino e seus impactos, no que diz respeito à dinâmica geográfica do trabalho nas principais regiões de expansão da fruticultura. A metodologia foi estruturada em torno de três eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica, a construção de um banco de dados estatísticos vinculados à elaboração de mapas e a realização de trabalhos de campo.

**Palavras-chave:** dinâmica geográfica do trabalho; sertão nordestino; agronegócio da fruticultura; conflitos territoriais; precarização do trabalho.

## **Abstract**

The expansion of capital in the agribusiness model in the Northeast has caused many changes in the sociospatial dynamics, whose expression in the territories highlighted the mobilization promoted by social and territorial division of labor. As a result, we are witnessing the emergence of a new pattern of social inequalities in the Hinterland, showing the contents of the territorial conflicts involving trans-scalars agents, such as supermarkets and multinational companies as well as workers organized in trade unions and social movements fighting for land and water. The purpose of this research is to understand the development of agribusiness in northeastern backlands and its impacts, with regard to the geographical dynamics of work in major regions of expansion of fruit production. The methodology was structured around three areas of operation: the organization of a bibliographic research, the construction of a statistical database linked to the elaboration of maps and fieldworks.

**Key-words:** dynamic geographic of labor; northeastern backlands; agribusiness of fruits; territorial conflicts; precarization of labour.

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b><u>CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA DO TRABALHO EM MOVIMENTO!</u></b>	<b>25</b>
1.1 A GEOGRAFIA E SEU IMPASSE ONTO-GNOSEOLÓGICO	27
1.2 A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM LUKACSIANA	29
1.3 A GEOGRAFIA DO TRABALHO NO BRASIL: ESCALAS DO CONFLITO	32
1.4 DIALOGANDO COM A LITERATURA INTERNACIONAL: A EMERGÊNCIA DA <i>LABOUR GEOGRAPHY</i>	38
1.5 PERSPECTIVAS TEÓRICAS NOS ESTUDOS DA CLASSE TRABALHADORA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES	47
1.5.1 PERSPECTIVAS DE CONTENÇÃO E/OU ENRIJECIMENTO	47
1.5.2 PERSPECTIVAS DE AMPLIAÇÃO	52
1.5.3 PERSPECTIVAS FROUXAS E/OU ESQUIZOFRÊNICAS	55
1.5.4 PLASTICIDADE DO TRABALHO: UMA NOVA PERSPECTIVA?	58
<b><u>CAPÍTULO 2 - PLASTICIDADE DO TRABALHO NO SERTÃO?</u></b>	<b>65</b>
2.2 O PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO E A PARTILHA DO TERRITÓRIO	71
2.3 TRABALHADORES NO CAMINHO DAS ÁGUAS	80
2.4 TRANSNORDESTINA E OS IMPACTOS PARA O TRABALHO: CAMINHOS DO PROGRESSO?	86
2.5 TRABALHO E IDENTIDADE: ENTRE UNIDADE E DIVERSIDADE	97
<b><u>CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DA RIQUEZA NO NORDESTE: APONTAMENTOS A PARTIR DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA</u></b>	<b>104</b>
3.1 A REGIÃO NORDESTE ENTRE LUZES E SOMBRAS	107
3.2 ENTRE NOVOS E VELHOS DISCURSOS O CAMINHO DA MODERNIZAÇÃO DA RIQUEZA	111
3.3 ENCONTRO/CONFRONTO DE RURALIDADES NO SERTÃO	117
3.4 A IRRIGAÇÃO COMO SOLUÇÃO!	119
3.5 O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA: UM OLHAR A PARTIR DAS FRUTAS TROPICAIS	128
<b><u>CAPÍTULO 4 - DA PRODUÇÃO AO CONSUMO DE FRUTAS: SUPERMERCADOS, CERTIFICAÇÕES E O CONTROLE DO TRABALHO</u></b>	<b>145</b>
4.1 A FORMAÇÃO DAS REDES DE PRODUÇÃO GLOBAL	148
4.2 O PAPEL DOS SUPERMERCADOS	174
4.3 REGULAÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE TRABALHO E A DIFUSÃO DAS CERTIFICAÇÕES INTERNACIONAIS	182
4.3.1 CERTIFICAÇÃO GLOBALG.A.P: INSTRUMENTO DE CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO TRABALHO	193

**CAPÍTULO 5 - A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO TRABALHO E A MULTIESCALARIDADE DA PRECARIZAÇÃO** 205

<b>5.1 CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL E NORDESTE</b>	<b>206</b>
<b>5.2 A FRUTICULTURA NA EXPANSÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO SEMIÁRIDO</b>	<b>211</b>
<b>5.1 FORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO: UM PARADOXO?</b>	<b>221</b>

**CAPÍTULO 6 - VIOLÊNCIA, MORTE, CONTAMINAÇÃO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO.** 225

<b>6.1 DIACRONIAS DA VIOLÊNCIA: MARCAS HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS</b>	<b>235</b>
<b>6.2 BIOGRAFIAS DE RESISTÊNCIA: ZÉ MARIA DO TOMÉ</b>	<b>240</b>
<b>6.3 AGRONEGÓCIO E REGIÕES DE VULNERABILIDADE À SAÚDE DO TRABALHADOR</b>	<b>246</b>
<b>6.4 AGRONEGÓCIO NO LIXO? A EXPANSÃO DA REDE DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>262</b>

**CAPÍTULO 7 - AGRONEGÓCIO FRUTÍCOLA E OS CONFLITOS TERRITORIAIS EM QUESTÃO** 274

<b>7.1 VELHO CHICO: BARRAGENS, AGRICULTURA IRRIGADA E EXPULSÃO</b>	<b>282</b>
<b>7.1.1 COMUNIDADES FUNDO DE PASTO: TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA</b>	<b>295</b>
<b>7.2 DESENHO TERRITORIAL DOS TRABALHADORES NA FRUTICULTURA NO TERRITÓRIO POTIGUAR</b>	<b>303</b>
7.2.1 FAZENDA MAISA: TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO	307
7.2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL DO AGRONEGÓCIO E A ONIPRESENÇA DO MELÃO BRASILEIRO	315
7.2.3 MELÃO <i>FAIRTRADE</i> : PRODUÇÃO COOPERADA	319
7.2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO POTIGUAR	321
<b>7.3 BAIXO JAGUARIBE E A MULTIPLICAÇÃO DOS CONFLITOS</b>	<b>335</b>
7.3.1 TRABALHO CAMPONÊS E TRABALHO PARA O CAPITAL: COEXISTÊNCIAS EM CONFLITO	340

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** 343

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 355

**APÊNDICE I – INDICADORES MICRORREGIÕES DE PETROLINA (PE) E JUAZEIRO (BA)** 372

**APÊNDICE II – INDICADORES DAS MICRORREGIÕES: BAIXO JAGUARIBE (CE), MOSSORÓ (RN) E VALE DO AÇU (RN)** 374

## Introdução

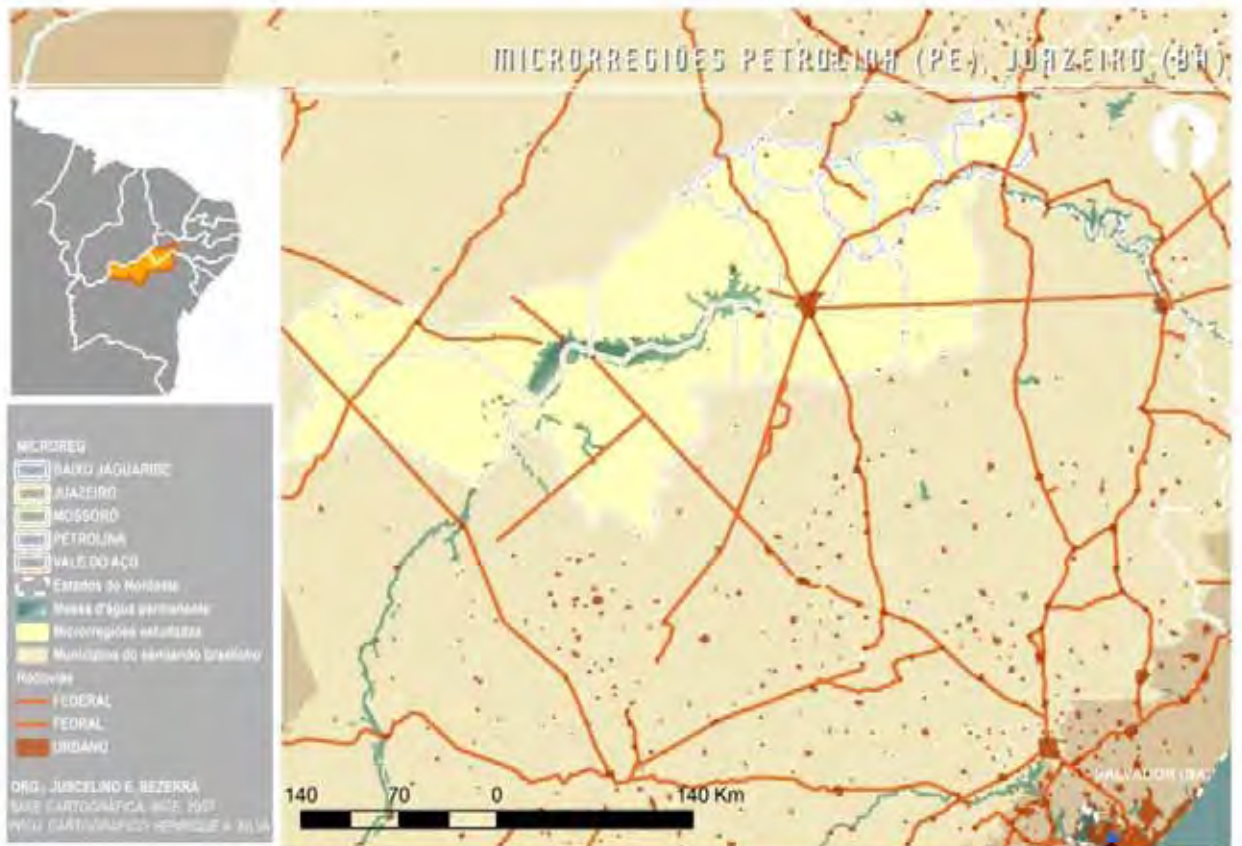
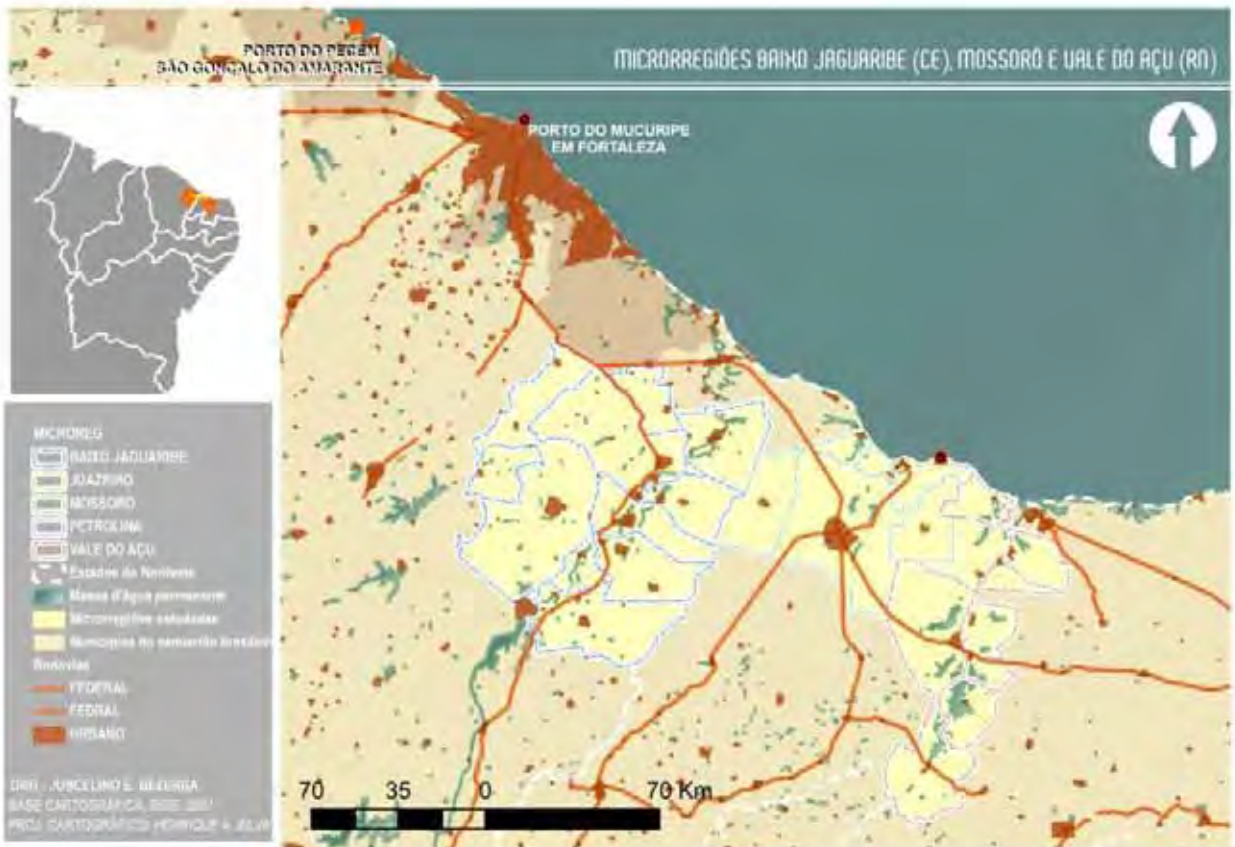
O objetivo da presente pesquisa é compreender o desenvolvimento do agronegócio no Sertão nordestino e seus impactos, no que diz respeito à dinâmica geográfica do trabalho nas principais regiões de expansão da fruticultura.

Partimos da hipótese de que a expansão do capital, sob o modelo do agronegócio da fruticultura no Nordeste, tem propiciado inúmeras alterações na dinâmica socioespacial, cuja expressão nos territórios ganha corpo a partir da mobilização promovida pela divisão social e territorial do trabalho. O ordenamento espaço-temporal do capital afeta diretamente a organização das relações de trabalho, trazendo inúmeros desafios de cunho teórico-metodológico para a “leitura” da dimensão espacial enquanto expressão do circuito metabólico homem e natureza, sociedade e espaço.

Outrossim, nossa hipótese também se baseia no entendimento de que a globalização da economia e sua organização em rede promovem uma tensão entre velhos e novos agentes econômicos, numa base social marcada por conflitos entre modos de vida historicamente constituídos e o processo de modernização do território. Como resultado, testemunhamos o surgimento de um novo padrão de desigualdades socioespaciais no Sertão, evidenciando o conteúdo dos conflitos territoriais envolvendo agentes transescalares, tais como os supermercados e empresas multinacionais, bem como trabalhadores organizados em sindicatos e em movimentos sociais de luta pela terra e pela água, cuja ação tem desafiado o avanço da apropriação capitalista do território.

O Sertão nordestino passa pelo processo de transformação da estrutura produtiva, apoiada na agricultura camponesa e de subsistência, na pecuária e no extrativismo vegetal, para dar lugar também ao cultivo de produtos de maior valor agregado, tais como a produção de frutas *in natura*, com destaque para a uva, a manga, a banana e o melão.

Dentro desse contexto é que objetivamos perscrutar o desenvolvimento do agronegócio nas principais microrregiões de expansão da fruticultura (Mapa 1), a saber: Petrolina - PE (Apêndice I), Juazeiro – BA (Apêndice I), Vale do Açu – RN (Apêndice II), Mossoró – RN (Apêndice II) e Baixo Jaguaribe – CE (Apêndice II).



Mapa 1: Localização das áreas de estudo.

As microrregiões estudadas em nossa pesquisa experimentam um período de expansão da agricultura empresarial, pois foram afetadas por políticas de valorização do caráter redentor da atividade do agronegócio. Numa breve análise dos documentos públicos das instituições de planejamento voltadas para o setor da agricultura é possível perceber uma política de empreendedorismo rural, na qual os governos (em todos os níveis) parecem mesmo participar de uma feira mundial de anúncio das potencialidades da região.

Nesse sentido, o Estado comparece como agente importante na consecução da atividade do agronegócio, ao destacar as possibilidades de oferta de recursos naturais, a existência de condições edafoclimáticas favoráveis e, sobretudo, a ampla e irrestrita oferta de mão de obra. Tudo isso mediante portentosos investimentos em infraestrutura hídrica e nos sistemas de irrigação por meio de incentivos fiscais. Esse processo ganha força, não obstante o fato de as microrregiões estarem encravadas em áreas de extrema pobreza e cuja agricultura familiar de sequeiro, apesar de dominante no contexto do Sertão semiárido, carece de uma maior atenção e de políticas públicas mais eficazes.

Procuramos com esta pesquisa não proceder a uma análise comparativa de microrregiões, ou seja, ela não se configura como um estudo comparativo. Todavia, não expressamos nenhum demérito aos trabalhos dessa natureza. Na verdade, o que pretendemos apresentar são justamente os aspectos mais gerais da atuação do capital do agronegócio da fruticultura e os impactos para a dinâmica geográfica do trabalho, principalmente ao perscrutarmos as formas de regulação social do trabalho, a formação de uma rede de precarização e os conflitos territoriais como manifestação do embate entre projetos distintos de sociedade.

Um bom exemplo para se pensar tais questões, diz respeito à escala dos processos de modernização da atividade agropecuária. Quando temos em tela a Região Nordeste, podemos perceber que a mesma também tem sido foco das transformações quanto ao conteúdo técnico da agricultura. É nesse momento que encontramos traços elucidativos do aumento da tecnificação da atividade agropecuária a partir do crescimento do número de tratores, dos arados mecânicos, das sementes modificadas geneticamente, bem como da presença de uma diversidade de produtos químicos aplicados na atividade agropecuária, atingindo uma

escala de comercialização e utilização empresarial. Destacamos, também, a introdução da biotecnologia, especialmente na produção de frutas nas microrregiões elencadas. Essas inovações foram trazidas pelo pacote tecnológico das empresas transnacionais instaladas no território nordestino nos últimos anos.

Os grupos empresariais de maior monta são os responsáveis diretos pelo avanço da lógica do agronegócio globalizado, intensificando o ritmo de produção, os fluxos comerciais, as trocas intersetoriais, o aumento das exportações e forçando à adequação das políticas públicas aos seus interesses. Fato verificável pela constituição de um verdadeiro meio ambiente construído como condição para o pleno funcionamento da atividade.

As microrregiões estudadas abrigam diversos grupos empresariais nacionais e internacionais. Essas empresas são responsáveis por instaurar um novo quadro na estrutura produtiva. Ao circular pelas rodovias que cortam as regiões analisadas, muitas vezes não percebemos que, escondidos pela típica vegetação da caatinga, existem milhares de hectares irrigados onde se produzem em alta escala uma diversidade de frutas voltadas para a exportação.

A sustentação desse panorama de crescimento econômico somente foi possível a partir da exploração de um grande contingente de trabalhadores, homens e mulheres, inseridos numa ciranda da produção global. Diante dessa realidade, podemos observar a existência de um novo universo experiencial, no qual os trabalhadores foram primeiramente expulsos e/ou impedidos do acesso à terra e à água, para dar lugar a formação de um típico mercado de trabalho capitalista. O trabalho torna-se emprego (a expressão do trabalho sob o domínio do capital), um modo de vida passa a ser um modo de sobrevivência ou mesmo até de morte. A carteira de trabalho (símbolo da cidadania e da conquista de direitos) apenas transfigura a precarização promovida no ambiente da formalidade.

Na tentativa de colaborar no processo reflexivo de elucidação da hipótese inicial, alguns questionamentos podem ser elencados, a saber: que transformações socioespaciais surgem a partir da mobilização da divisão social e territorial do trabalho promovida pela difusão do agronegócio da fruticultura? Quais as contradições inerentes às transformações nas relações de trabalho? Qual o papel dos novos agentes econômicos da rede de produção global de frutas e os

desdobramentos para a regulação social do trabalho? Quais os principais conflitos territoriais? Que novos atores sociais surgem nesse cenário e qual seu potencial como gérmen de um movimento de contestação ao agronegócio mediante os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela água?

A partir da formulação da hipótese e das justificas para a escolha do tema de estudo, faz-se necessário expor brevemente nosso caminho metodológico. A metodologia foi estruturada em torno de três eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica, a construção de um banco de dados estatísticos vinculados à elaboração de cartogramas e a realização de trabalhos de campo.

A pesquisa bibliográfica foi composta por duas principais frentes de trabalho, quais sejam: visita às bibliotecas existentes nas universidades de realização da pesquisa no Brasil e na Holanda, bem como nas universidades que se encontram localizadas nos locais de estudo, sobretudo nas cidades de Petrolina, Juazeiro, Mossoró e Limoeiro do Norte e nas capitais: Fortaleza e Recife. Outra fonte de pesquisa bibliográfica foi a consulta às bibliotecas digitais de teses e dissertações e ao portal de periódicos da CAPES.

A coleta de dados estatísticos é uma etapa aparentemente infundável. Uma vez que, tratamos de aspectos extremamente dinâmicos, temos que estar atentos às redefinições no que toca a abordagem temporal dos dados. No presente estudo, estabelecemos como recorte temporal os últimos dez anos com comparações pontuais feitas para a década de 1990. Do ponto vista temático, estruturamos nossa coleta de dados também em torno de três eixos, sendo eles: a) O crescimento do agronegócio da fruticultura no Sertão semiárido; b) Mercado de trabalho formal na agricultura; c) Agronegócio e conflitos territoriais nas áreas de expansão da fruticultura.

Para cada eixo supracitado uma determinada fonte de dados foi explorada. Deste modo, iremos tratar separadamente cada um deles explicitando as principais fontes. É importante destacar que alguns dados foram coletados, mas não foram incorporados na tese. Porém, decidimos explicitá-los para que se tenham mais informações sobre a forma de seleção.



#### a) O crescimento do agronegócio da fruticultura no Sertão semiárido

O eixo em questão recebeu maior atenção de nossa parte no que se refere à busca por dados, que nos permitissem entender a dinâmica e a evolução da fruticultura nas microrregiões analisadas na pesquisa e sua representatividade no conjunto da Região Nordeste como um todo. Neste aspecto, dentre as fontes mais importantes utilizadas para obtenção de dados, elencamos: Produção Agrícola Municipal – IBGE para coleta de informações sobre a evolução da área plantada e a quantidade produzida das principais culturas do agronegócio; a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, particularmente a RAIS Estabelecimentos, foi consultada para averiguar a evolução do número de estabelecimentos contratantes no setor da agropecuária.

#### b) Mercado de trabalho formal e agricultura

O Ministério do Trabalho e Emprego mediante o Programa de Disseminação de Estatística do Trabalho (PDET) divulga uma diversidade de dados sobre o mercado de trabalho brasileiro. Dentre os produtos disponibilizados pelo PDET e utilizados para a organização do presente eixo, destacamos: a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) para a análise do estoque de empregos formais no setor da agropecuária, bem como informações sobre os trabalhadores (sexo, faixa etária e grau de instrução), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) a fim de avaliar os dados do fluxo de admissão e o desligamento mensal nas microrregiões de estudo.

#### c) Agronegócio e conflitos territoriais nas áreas de expansão da fruticultura

No eixo em questão tivemos como objetivo identificar os principais conflitos agrários decorrentes do processo de luta pela terra nas microrregiões analisadas. Serviram-nos de base pelo menos três fontes: dados dos conflitos no campo, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); registros da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN); e banco de dados DATALUTA, elaborado pelo Núcleo de Estudos,

Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Buscando operacionalizar os dados estatísticos para cada eixo de análise, propusemos a estruturação de uma matriz metodológica. A matriz metodológica<sup>1</sup> é uma forma de organizar os dados, os correlacionado de acordo com os temas principais que referenciam nossa análise teórica e empírica da pesquisa. Tendo como ponto de partida e definição das temáticas centrais da pesquisa, ou seja, os eixos supracitados procederam a elaboração da matriz na seguinte ordem:



A seguir temos as tabelas organizadas conforme a matriz metodológica para cada eixo de análise:

<b>TEMA 1: O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO DA FRUTICULTURA NO SERTÃO SEMIÁRIDO</b>		
Processo: Mudança na estrutura produtiva nas áreas de expansão da fruticultura no Nordeste		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Quantidade Produzida (ton.)	Quantidade produzida da manga nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Quantidade produzida da banana nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Quantidade produzida da uva nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Quantidade produzida do melão nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009	SIDRA/IBGE
Área Plantada (ha)	Área plantada da manga nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Área plantada da banana nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Área plantada da uva nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009 Área plantada do melão nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2009	SIDRA/IBGE
Processo: Territorialização do capital no campo		

<sup>1</sup> A matriz metodológica é adotada nas pesquisas conduzidas pelo grupo Globalização, Agricultura e Urbanização da Universidade Estadual do Ceará (UECE) sob coordenação da Profa. Denise Elias e do Prof. Renato Pequeno.

VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Número de empresas (estabelecimentos)	Evolução do número de estabelecimentos com vínculos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura – 1990 a 2010	RAIS/ MTE

<b>TEMA 2: MERCADO DE TRABALHO FORMAL E AGRICULTURA</b>		
Processo: Difusão das relações de trabalho capitalistas		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Estoque de empregos formais no setor da agropecuária	Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária nas microrregiões de expansão da fruticultura	RAIS/ MTE
Processo: Aumento do trabalho especialização nas atividades agropecuárias		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Número de trabalhadores com formação superior completa/incompleta	Evolução do número de trabalhadores formais no setor da agropecuária segundo grau de instrução	RAIS/MTE
Processo: Mudanças na composição etária da mão de obra ocupada		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Faixa etária dos trabalhadores formais	Evolução do número de trabalhadores formais no setor da agropecuária segundo faixa etária	RAIS/MTE
Processo: Expansão do trabalho feminino no setor da agropecuária		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Número de trabalhadores por sexo	Evolução do número de trabalhadores formais no setor da agropecuária segundo gênero	RAIS/MTE
Processo: Espacialização dos empregos formais no setor da agropecuária		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Estoque de empregos formais por unidade territorial	Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – 1991 a 2010 Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Grandes Regiões – 1990 a 2010 Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Unidades da Federação – 1990 a 2010 Evolução do estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Microrregiões da fruticultura – 1990 a 2010	RAIS/MTE

<b>TEMA 3: AGRONEGÓCIO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DA FRUTICULTURA</b>		
Processo: A geografia das ocupações e dos conflitos por terra		
VARIÁVEL	LISTA DE INDICADORES	FONTE DE CONSULTA
Número de ocupações	Evolução do número de ocupações nas microrregiões de expansão da fruticultura – 2000 a 2010	CPT/ OAN/DATALUTA
Número de assentamentos	Evolução do número de assentamentos rurais nas microrregiões de expansão da fruticultura – 2000 a 2010	CPT/ OAN/DATALUTA
Manifestações sociais de apoio à luta pela terra e água	Evolução do número de manifestações sociais de apoio à luta pela terra e água nas microrregiões de expansão da fruticultura – 2000 a 2010	CPT/ OAN/ DATALUTA

No terceiro e último eixo, enfatizamos a organização de trabalhos de campo ao longo dos quatro anos de pesquisa. Abaixo citamos algumas das atividades realizadas:

a) Visita a órgãos públicos, como prefeituras e secretarias municipais, com o intuito de identificar a atuação do Estado, no que diz respeito à formulação de políticas públicas vinculadas ao setor da agropecuária e ao acompanhamento por parte do poder público dos conflitos territoriais que envolvem a consecução das atividades do agronegócio;

b) Trabalho de campo nas microrregiões durante o período da colheita e pós-colheita com o intento de averiguar a mudança no fluxo de trabalhadores nas regiões frutícolas e observar as estratégias desenvolvidas pelos mesmos no período de interrupção do trabalho nas empresas. Para tal, percorremos estabelecimentos empresariais e, sobretudo, os espaços de moradia de pequenos produtores, trabalhadores empregados e desempregados para os quais adotamos como metodologia a utilização de entrevistas abertas;

c) Visita aos espaços de organização da luta dos trabalhadores (sindicatos; associações comunitárias, acampamentos e assentamentos rurais);

d) Realização de estágio de doutorado na Holanda, junto ao Instituto Internacional de Estudos Sociais da Erasmus University of Rotterdam. O objetivo do estágio foi o de colher mais informações sobre a participação das redes varejistas na comercialização das frutas, as novas estratégias de consumo, como também a visita ao Porto de Rotterdam;

e) Participação na Fruit Logistica, em Berlim. Durante a organização da feira em 2012, realizamos entrevistas com representantes da Certificação GlobalG.A.P e procedemos a aplicação de questionários junto aos principais importadores de frutas brasileiras na Europa.

A realização de nossa pesquisa não nos eximiu das deficiências impostas a um estudo dessa envergadura. Os limites compreendem desde o cuidado que tivemos para não homogeneizar processos, que são no seu berço histórico e geográfico, profundamente heterogêneos, até a atenção redobrada para vislumbrar a unidade de processos que acometem as regiões, onde o agronegócio impõe novas formas de exploração dos trabalhadores, e por consequência, amplia em todas as regiões o horizonte da precarização das formas de trabalho.

Ainda acerca dos limites de nossa pesquisa, destacamos algumas lacunas de nossa investigação. Primeiramente, a questão dos aspectos ambientais foi posta no segundo plano, como reflexo mais de nossas limitações do que da importância do tema. Já que, acreditamos que o agronegócio da fruticultura está sustentado em práticas produtivas extremamente nocivas ao meio ambiente.

A utilização desmedida de agrotóxicos, como forma de obter números expressivos na produção de frutas para o mercado internacional, provocou alterações ambientais de grande monta. A contaminação do solo, da água e das comunidades que convivem direta ou indiretamente com as empresas da fruticultura representa o sinal mais alarmante do modelo destrutivo do agronegócio. Quando constatamos a ameaça à vida de todo um ecossistema, bem como das pessoas, chegamos de fato a um ponto de inflexão, no qual a luta social é amplificada, mesmo nos poros do conformismo e da repressão.

Em nosso trabalho, também encontramos limitações quanto à questão do gênero no mercado de trabalho e o papel dos sindicatos. Essa temática impõe dificuldades, pois o revelar da problemática do gênero se dá a partir do momento em

que tecemos análises mais aprofundadas quanto às condições de vida e de trabalho na esfera da produção (espaço do trabalho) e da reprodução (a vida familiar).

A atividade da fruticultura congrega um número significativo de mulheres, principalmente no espaço dos *packing houses* e no cultivo de culturas como a uva. Nesse ambiente, temos relações mais próximas ao espaço fabril, a presença das esteiras, o ritmo intenso de trabalho, a realização de atividades parcelares; a vigilância dos trabalhadores e o estabelecimento de metas, entre outras questões. Afora todos os desafios impostos ao cotidiano do trabalho das mulheres nas fazendas, as mesmas têm de enfrentar uma nova jornada nos espaços da reprodução, realizando tarefas domésticas fundamentais à reprodução da classe trabalhadora.

Nos últimos anos, as mulheres também têm assumido postos de trabalho com maior qualificação e também na representação dos trabalhadores. Citamos como exemplo as mulheres que se empregam como engenheiras agrônomas, enólogas e técnicas de segurança do trabalho. Encontramos a presença feminina na organização dos trabalhadores, onde a chefia atual da secretaria dos trabalhadores assalariados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina é comanda por uma mulher.

Quanto aos sindicatos, entendemos que uma pesquisa mais detalhada pode ser feita no futuro, para que possamos compreender o papel dos mesmos nas regiões analisadas no momento anterior e posterior ao crescimento da atividade da fruticultura. Percebemos ao longo deste estudo que os sindicatos, com alguma exceção para os sindicatos do Vale do São Francisco, estão completamente deslocados quanto à nova configuração das relações de trabalho nesses espaços.

A chegada de grandes grupos empresariais nacionais e multinacionais, suas relações escalares com agentes econômicos exógenos, o avanço da proletarização e a criação de um mercado de trabalho formal trouxeram consigo uma nova organização do trabalho. Portanto, aqueles sindicatos historicamente ligados à demanda dos agricultores familiares não conseguem lidar com a criação de novas demandas e pautas. Logo, a luta sindical realizada nesses moldes foi relegada ao ostracismo político, e como corolário, os sindicatos tornaram-se, na maioria dos casos, uma extensão dos escritórios do INSS.

Já apresentados os objetivos do nosso trabalho e expostos alguns desafios de nossa investigação, pretendemos proceder a uma breve síntese dos setes capítulos que dão conformação à tese.

No primeiro capítulo, realizamos uma investigação mais detalhada sobre os caminhos da Geografia do Trabalho, os temas suscitados por esse recorte e os diálogos com a literatura internacional vinculada ao tema. Propomos, também, um resgate das concepções/perspectivas acerca do estudo da classe trabalhadora e a importância do debate sobre a plasticidade do trabalho.

O tema da plasticidade do trabalho é novamente abordado no segundo capítulo, de maneira a apresentar primeiramente qual o contexto atual da dinâmica geográfica do trabalho no Nordeste, que serve como pano de fundo para elucidar o processo de avanço do agronegócio da fruticultura e as transformações para o trabalho. Tratamos da atuação do Estado, particularmente do Governo Federal por meio da forte intervenção propiciada pelas ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) durante os Governos Lula e Dilma. As obras da transposição do Rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina são analisadas nesse capítulo, abordando os principais impactos sociais para os trabalhadores, a produção de discursos ideológicos do Sertão, como a terra de possibilidades e o novo conjunto de experiências laborais vivenciadas pelos trabalhadores nos canteiros de obra.

No capítulo três, analisamos o crescimento da fruticultura como exemplo do processo de modernização da riqueza no semiárido nordestino. Para tal, tratamos de resgatar a diversidade territorial do Nordeste como contraponto à ideia de um Nordeste único, caracterizado apenas pela pobreza.

Partimos desse pressuposto para que pudéssemos conhecer melhor a criação do que acreditávamos ser um novo padrão de desigualdades sociais, porquanto a existência de novas ruralidades no Sertão. Salientamos ainda no capítulo, o papel da irrigação na conformação de uma agricultura marcadamente empresarial que excluiu os pequenos produtores com o apoio do Estado, do acesso à água via implantação dos Perímetros Irrigados. A irrigação permitiu o surgimento de importantes regiões de expansão da fruticultura e a incorporação dessas numa extensa rede de produção global das frutas, controlada por novos agentes econômicos, com destaque para os supermercados.

Da escala local e regional para a global, enfatizamos no capítulo quatro, o papel dos supermercados no comando da rede produção global. Nele, propomos uma mudança analítica no que diz respeito ao enfoque do consumo, de modo a entender a sua relação com a produção no contexto da rede de produção global.

Realizamos um esforço de apresentar uma breve caracterização do setor da fruticultura, ressaltando as interações entre agentes envolvidos na produção, circulação e comercialização, as dinâmicas institucionais associadas ao setor no Brasil e as formas de regulação e contestação social, no tocante aos efeitos negativos trazidos pela organização das redes de produção global. Na seqüência, discutimos o papel dos supermercados, sua oligopolização e as estratégias criadas para “vigiar” a produção e os processos de trabalho realizados nas regiões que compreendem sua rede de suprimento mediante a adoção de sistemas de auditoria e certificação.

No capítulo cinco, discutimos a formação do mercado de trabalho formal no Brasil e no Nordeste, bem como nas regiões de expansão da fruticultura. Apresentamos os dados que confirmam a importância das microrregiões estudadas na divisão territorial do trabalho, assim como a relação entre a formalidade e a persistência da precarização do trabalho.

No capítulo seis, evidenciamos o aumento da violência perpetrada nas regiões de expansão do agronegócio da fruticultura, ao tratar dos casos de morte envolvendo o conflito entorno da contaminação do meio ambiente e dos trabalhadores pelo uso de agrotóxicos. Por essa razão, o tema da saúde ganha destaque no capítulo a partir da discussão sobre a formação, do que chamamos, de regiões de vulnerabilidade à saúde dos trabalhadores.

Por fim, o capítulo sete apresenta os principais conflitos territoriais das regiões de expansão da fruticultura. Procuramos retratar, principalmente, o avanço do agronegócio e, igualmente, a territorialização dos movimentos sociais mediante a ocupação de terras e a criação de assentamentos rurais. Como pano de fundo, salientamos a realidade do trabalho sob o contexto dos conflitos, pois muitos trabalhadores, provenientes dos espaços de luta (assentamentos e acampamentos), empregam-se nas empresas do agronegócio como forma de obter rendimentos, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos assentamentos para desenvolver a produção.



## **Capítulo 1 - A Geografia do trabalho em movimento!**

A Geografia enquanto ciência constituída adentra em seu terceiro século colecionando uma enormidade de temas e angariando informações sobre a geograficidade dos eventos naturais, bem como o movimento da sociedade nas suas diferentes escalas. Todavia, se considerarmos a ciência geográfica que se volta para a investigação sobre as contradições do processo social e sua relação com a natureza no contexto de aprofundamento do modo de produção capitalista, testemunhamos apenas seus primeiros passos.

São nesse contexto que se realizam as investigações sobre o trabalho como tema de interesse geográfico. Mas em que momento estamos? Mesmo ciente das dificuldades e dos limites postos pela análise geográfica do trabalho é necessário avançar ao reconhecer que não estamos propondo ser aprovados numa espécie de sabatina com a comunidade geográfica para decidir se existe ou não uma Geografia do trabalho, se a proposta é ou não válida, se tem ou não elementos geográficos ou se pretendemos inaugurar um novo campo da geografia com um corpo teórico específico.

Ao superarmos perspectivas anacrônicas com relação ao movimento de produção do conhecimento sobre a dinâmica do trabalho como fenômeno geográfico, queremos ressaltar a importância de nos libertarmos das amarras e dos olhares vigilantes dos falsos epistemólogos de plantão.

Reconhecendo que a geografia do trabalho já é uma realidade, devemos propor novos diálogos e para começar, apresentamos no presente capítulo a discussão sobre os caminhos que tem seguido a Geografia do trabalho. Destacando as possibilidades teóricas, a relação entre a Geografia e a ontologia, e a renovação de um debate epistemológico por dentro da Geografia que se aproxima das questões emanadas da realidade do mundo do trabalho, que contempla desde o trabalho em sua concepção mais teórica até mesmo a análise de suas diferentes expressões no campo e na cidade.

Intentamos ainda abordar, brevemente, os exemplos que temos colhido das pesquisas sobre a Geografia do Trabalho no Brasil e o diálogo com as experiências internacionais. Para finalizar o capítulo, trazemos também uma importante discussão sobre as diferentes perspectivas nos estudos sobre a classe trabalhadora com o objetivo de contribuir no debate sobre a organização dos trabalhadores frente às mudanças desencadeadas com a nova configuração do capitalismo.

\*\*\*

Sabemos que o entendimento sobre a Geografia do trabalho pode suscitar concepções heterogêneas. Para muitos, a Geografia do trabalho se resumiria em identificar a distribuição do trabalho no espaço. Nesse sentido, o trabalho é concebido como uma variável que pode ser adjetivada como emprego, ocupação e perfeitamente representada no mapa ou sua localização contextualizada de acordo com as características econômicas, sociais e políticas. Mesmo sabendo que realizar tal tarefa não é uma atividade banal, muito menos desprezível, a Geografia do trabalho não deve ser considerada apenas como um exercício estatístico de distribuição espacial próxima à ideia de uma geografia do emprego.

É preciso perscrutar o trabalho como uma relação metabólica do homem com a natureza, da sociedade com o espaço e considerar os estudos a partir da ótica dos sujeitos. Portanto, um questionamento que nos coloca um grande desafio cuja complexidade marca a trajetória da própria construção da ciência geográfica.

Para nós, existe uma grande questão de fundo que é muito maior e que tem caracterizado a busca por referenciais teóricos na construção da Geografia do trabalho. Essa indagação poderíamos resumir da seguinte maneira: Qual o papel do sujeito na Geografia desde o ponto de vista ontológico e epistemológico?

De pronto, é possível perceber a grandiosidade da empreitada, cuja resolubilidade caminha numa distância que reconhece seus limites e mesmo a sua impossibilidade. Tal desafio somente é atenuado não só pela ampla e complexa discussão teórico-filosófica reivindicada, como também, pela truncada relação presente nas ciências humanas quando o assunto é o debate sobre a relação entre ontologia e epistemologia.

Buscaremos esta tarefa no âmbito da relação entre Geografia e ontologia sustentada pela proposição de contemplar tal relação, situando a geograficidade do

mundo dos homens e a compreensão da ontologia do ser social, tendo como orientação as contribuições trazidas pela obra do filósofo húngaro György Lukács.

### **1.1 A Geografia e seu impasse onto-gnoseológico**

Considerando a distinção do que seja o objeto de uma ciência e sua discussão epistemológica, e o saber como dimensão da práxis humana, é sempre importante ponderar que o saber geográfico é anterior ao conhecimento da Geografia como ciência (LENCIONI, 2000). Exposto isso, podemos encontrar um questionamento ontológico relacionado à Geografia, toda vez que aludimos aos aspectos definidores de uma geograficidade do ser enquanto ser no mundo. Todavia, essa preocupação ganha corpo e *status* científico quando realizada na esfera da produção epistemológica.

Ao considerarmos a evolução de qualquer ciência, podemos encontrar na sua história momentos de aproximação e/ou distanciamento dos aspectos ontológicos, sendo sempre possível nos deparar com pensadores que representam bem esse momento. Tratando desta aproximação ontológica realizada no plano da epistemologia da ciência geográfica, temos como ponto de inflexão a vinculação entre a geografia e o marxismo.

Quando averiguamos a produção teórica do marxismo e nos perguntamos sobre o papel desempenhado pela geografia, logo se instaura um desconforto generalizado por parte dos geógrafos. Aqueles mais astutos souberam vencer essa frustração, compreendendo, de maneira consciente, o peso da totalidade social e sua dimensão espacial, que apesar de não comparecer nos clássicos, é uma manifestação/condição vital do todo existente, da realidade concreta. De forma irônica, poderíamos afirmar que muitos geógrafos revelam um desejo contido em acrescentar num passe de mágica a palavra *espaço* nos grandes clássicos da teoria e da filosofia marxistas. Esse desejo encontra coerência numa leitura que reconhece os limites de uma produção teórica, que pouco privilegiou o espaço na compreensão da sociedade, transformando-o num mero epifenômeno (SOJA, 1993).

Várias ideias foram propostas com o objetivo de superar a leitura a - espacial, principalmente quando a geografia encontra o marxismo. Para Moreira (2004), a geografia encontrou o marxismo em dois momentos principais: o primeiro, na

década de 1950, com o desenvolvimento da Geografia Ativa de difusão francesa e; o segundo, na década de 1970, com o advento da Geografia Crítica. Nesse último encontro, ainda de acordo com o autor, o foco da discussão estava na tentativa de melhor definir qual seria de fato o objeto da ciência geográfica, chegando, em sua grande maioria, a conclusão de que o espaço, isto é, o espaço social produzido pela sociedade era, de fato, o objeto da ciência geográfica.

O ponto alto desse encontro da Geografia com o marxismo e as correlações estabelecidas para elegermos o espaço geográfico como o foco central da ciência geográfica, pode ser identificado no importante livro escrito por Milton Santos (1978), intitulado *Por uma Geografia Nova*.

O movimento de renovação, desencadeado na década de 1970, confirmou a existência de uma preocupação entre os geógrafos de se buscar uma compreensão epistemológica fortemente ancorada no aspecto político de afirmação da geografia como uma ciência social, que pode contribuir eficazmente para a leitura da sociedade. Mesmo considerando os avanços realizados no período, o foco dado ao aspecto ontológico recebia ainda uma atenção pouco importante ou secundária.

Esse quadro permitiu que autores, como Moreira (2004) e Biteti (2007) identificassem a existência de um impasse onto-gnoseológico, expresso em importantes obras, que apesar de apresentarem a discussão ontológica como caminho possível de ser seguido e mesmo como base de sua crítica epistemológica, não conseguiram propor alternativas cuja perspectiva ontológica ocupasse, de fato, um papel central. Para que possamos compreender o esboço desse quadro, devemos salientar a importância do contexto desenhado por importantes transformações/contradições presentes na teoria marxista e que influenciaram não só a geografia, como também outras ciências.

Sendo assim, podemos mediante uma postura especulativa, indagarmos: Será o quadro de um descentramento de uma postura ontológica a expressão de um caminho que priorizou o debate político-ideológico sem uma base filosófica a contento? Ainda desenvolvendo esse exercício e considerando que a discussão sobre a ontologia parte de uma investigação bastante influenciada pela abordagem marxista, devemos considerar os alertas proferidos por Lukács (1979) e Mészáros (2006), quando trataram do risco de assumir como coerente a cisão estabelecida na

interpretação das obras do jovem e do velho Marx. De acordo com os autores supracitados, esta cisão entre o jovem (filosófico) e o velho Marx (economia política) pouco ajuda a entender a continuidade da preocupação filosófica presente em sua vasta obra. Muito dessa incompreensão tem como berço o não entendimento da ruptura estabelecida por Marx, quando propõe uma descrição ontológica do ser social fundamentada sobre bases materialistas<sup>2</sup>, nas quais o trabalho exerce centralidade. (LUKÁCS, 1979)

É por esse caminho que pretendemos realizar uma conciliação da geografia com a perspectiva ontológica. Todavia, partindo de um referencial que tem na ontologia do ser social a base para alcançarmos a compreensão da geograficidade do ser e sua expressão espacial.

## **1.2 A contribuição da abordagem lukacsiana**

A contribuição do filósofo Lukács na discussão acerca da ontologia teve uma inserção marginal no amplo escopo das ciências humanas<sup>3</sup>. Com raras exceções, a obra da posteridade de Lukács, intitulada "Ontologia do ser social", não foi objeto de uma investigação plena das possibilidades advindas de uma leitura rigorosa. Segundo Tertulian (2001,p.37), Lukács se propôs a "cavar em profundidade as implicações filosóficas das teses de Marx até fazer aparecer os lineamentos de uma verdadeira ontologia do ser social." Esse percurso escolhido por Lukács elege o trabalho como modelo de toda práxis social. Desse modo, ainda segundo o autor:

---

<sup>2</sup> Carlos Nelson Coutinho (1996) em importante artigo realiza uma digressão filológica da obra de Lukács. Para Coutinho, não existe uma ruptura qualitativa na obra do filósofo húngaro. Porém, é possível perceber claramente uma preocupação materialista que se torna mais recorrente no seu esforço final para reconstituir a filosofia de Marx como uma ontologia do ser social. Em seu projeto ontológico, Lukács, sempre segundo Coutinho (1996, p. 19), aponta duas metas principais e interligadas: 1) "resgatar ... o princípio de que a análise do ser de preceder a análise do conhecer, já que este último é momento de uma totalidade mais ampla, ontológica, ou seja, a práxis social global"; 2) "conceber esse ser não como algo contraposto aos 'entes', não como uma essência inefável e irracional, como faz Heidegger, mas como uma totalidade concreta e dinâmica, apreensível por uma racionalidade dialética."

<sup>3</sup> Para ilustrar esse quadro, podemos fazer referência aos apontamentos de Celso Frederico (1996, p. 131), quando afirma que " Lukács continua sendo um autor pouco estudado em nosso meio. As referências às suas obras continuam periféricas, fato explicável talvez pela própria estrutura de seu pensamento totalizante, pouco sintonizado com o pragmatismo de intelectuais apressados que querem escrever teses e, para isso, precisam de modelos explicativos, paradigmas teóricos, hipóteses de trabalho etc."

"... o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. Junto a isto, nas formas ulteriores e mais evoluídas da práxis social, se destaca mais acentualmente a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última – mas somente em última instância – mediar a produção de valor de uso. Também neste caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelas posições teleológicas e pelas séries causais que elas põem em movimento." (LUKÁCS, 1981, p. 42).

A relação entre teleologia e causalidade é uma noção cara para Lukács, pois dela depreende-se não somente a teleologia como manifestação de uma finalidade pré-concebida e objetivada. Nesse ponto, podemos lembrar a assertiva de Marx esboçada nos Manuscritos de Paris de 1844 (2004), quando reitera que um ser não objetivo é um não ser, como também na compreensão da causalidade como uma interação entre os atos individuais e a dinâmica social que cria uma rede causal que modifica a prática social ao produzir um cenário que interfere na produção de múltiplas alternativas. A alternativa (ontologia das alternativas) sinaliza a escolha somente possível pelo ser consciente e que tem a capacidade de alterar o próprio ser. As posições teleológicas imprimem, no primeiro momento, o intercâmbio homem e natureza, e no segundo momento, as relações dos homens entre si.

Nossa principal proposta é de enxergar na relação entre teleologia e causalidade o papel do espaço social ao interferir decisivamente na constituição da rede causal. O que caracteriza a rede causal? Para Lukács, de acordo com Coutinho (1996), na natureza existe apenas causalidade e é somente com o surgimento do ser social que se desenvolve uma peculiar e única articulação entre causalidade e teleologia. Portanto, estabelece-se uma rede causal, cuja participação do ser social ajuda a complexificar o que antes era apenas uma causalidade dada para se tornar cada vez mais uma causalidade posta. Seria o espaço social o resultado máximo de uma causalidade dada, sem o qual (sempre associado com a dimensão do tempo) jamais poderíamos imaginar a consecução de uma rede causal? Entendemos que sim.

De forma sintética, podemos afirmar que a rede causal é a consecução das relações sociais situadas no tempo-espaço. Ou seja, a dinâmica viva que apreende o movimento da sociedade na sua historicidade e na sua geograficidade. Essa última compreendida, conforme Moreira (2004), como "o ser-estar espacial do ente". Nesse

sentido, o entendimento sobre a geograficidade ajuda a elucidar a espacialidade diferencial do existente.

Outro aspecto que fortifica o espaço na constituição da rede causal é o fato de que o espaço social não é um mero reflexo das ações humanas, mas também um fator que condiciona a dinâmica societal. As transformações espaciais, quando vistas a partir da sua materialidade (forma espacial), e sua interação com os processos sociais são um exemplo eficaz que ajuda a entender o papel do espaço.

A relação entre teleologia e causalidade e o papel do espaço na constituição da rede causal, permite-nos resgatar numa medida didática em dose dupla: o caso de Ikursk<sup>4</sup> utilizado por Lessa (2007a) serve para explicar a relação entre teleologia e causalidade. Nossa proposta é alterar o quadro socioespacial onde se desenrola a trama vivida por Ikursk. Desse modo, ao invés de pensar no medroso Ikursk vivendo numa tribo primitiva, antes da descoberta dos metais, pensemos o Ikursk vivendo no século XXI, numa metrópole ou mesmo até em um espaço rural afetado pela modernização do território, onde percebemos a existência em ambos de um espaço-tempo baseado na tecnologia, na informação, nas complexas cadeias produtivas que envolvem o mundo da produção globalizada, ao mesmo tempo em que, podemos encontrar comunidades que vivem em temporalidades destoantes das práticas espaciais contemporâneas.

Mediante este esboço de um novo Ikursk, poderíamos então considerar o espaço apenas como um mero epifenômeno, um simples palco? Entendemos que não. E isso precisa ser explicado, pois como lembra Martins (2007, p.48): “é na localização que o ser se vê determinado por uma específica Geografia. É quando podemos ver a Geografia como categoria da existência.”

---

<sup>4</sup> O filósofo Sérgio Lessa, em seu livro *Para compreender a ontologia de Lukács*, utiliza a história fictícia do temeroso Ikursk para ajudar o leitor a entender, didaticamente, a relação entre teleologia e causalidade. Na história, Ikursk vive numa pequena tribo primitiva no contexto de uma comunidade, cujo desenvolvimento das forças produtivas era bastante incipiente, antes mesmo da descoberta dos metais. A história tem como tensão principal as tentativas de Ikursk para fugir da designação de ter ele próprio que matar o tigre que ameaça a aldeia. Para isso, Ikursk passou a construir um machado descomunal que atendia uma finalidade particular, ou seja, a de não enfrentar o tigre, porquanto, a incompatibilidade do seu novo machado para realizar a atividade de matar o tigre. O que o desenrolar da história revela é a sucessão de novas causalidades, ou seja, uma rede causal que comunga a relação mais simples, ou seja, a de o machado ter sido utilizado para quebrar coco, do machado como a arma que, por mero acaso, acabou por ser usada para matar o tigre. E finalmente, o machado como o verdadeiro símbolo de uma relação de poder que transformou Ikursk no líder da aldeia e que o ajudou a projetar por várias gerações a dinastia dos Ikursk.

Se procedermos a uma relação entre a afirmação de Lefebvre (1991), que vê o espaço como um produto do trabalho social, objeto muito geral da produção, à ideia de Lukács (1979), ao afirmar que “a produção não cria apenas um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”. Há nessa consideração elementos catalisadores de uma nova concepção do espaço nas ciências sociais.

Entendemos que este momento é uma oportunidade muito rica de realizar a tão esperada reconciliação da Geografia com a ontologia, da qual esperamos ter despertado o interesse no aprofundamento da ontologia do ser social e suas vinculações com o espaço social.

Nos últimos anos, a Geografia tem assistido o surgimento de um debate muito profícuo acerca de uma Geografia do trabalho, alicerçado na inquietação com a geograficidade dos sujeitos sociais que trabalham na dimensão espacial da mobilidade do capital *pari passu* à mobilidade do trabalho, na ocorrência dos conflitos territoriais e na reconfiguração em escala planetária da dinâmica geográfica do trabalho.

Nesse ínterim, existem vários momentos onde a Geografia do trabalho se expressa de maneira significativa, guardando características peculiares de cada lugar em que se encontra uma geografia específica, de modo que podemos afirmar a existência de várias Geografias do trabalho. No próximo item, faremos uma análise da Geografia do trabalho desenvolvida no Brasil, identificando as principais discussões teóricas e as pesquisas realizadas.

### **1.3 A geografia do trabalho no Brasil: escalas do conflito**

O tema do trabalho na geografia produzida no Brasil caminha hoje para uma maturidade. Esse estágio de desenvolvimento das questões associadas ao trabalho foi alcançado por um intenso debate que ocorre tanto na academia, mediante uma rica profusão de pesquisas, como também pela extensa articulação com os sujeitos sociais, trabalhadores organizados em sindicatos, movimentos sociais e também parte dos trabalhadores inseridos no universo informal e que vivem experiências laborais muito distintas do imaginário social vinculado ao mundo do trabalho.



A tentativa de buscar um ponto inicial nessa trajetória pode representar uma tarefa pouco eficaz no sentido de que, o enfoque na temática do trabalho pode ser encontrado de forma direta ou indireta em diferentes momentos da formação da ciência geográfica. Ou, como vimos, na própria base conceitual, a qual passou a considerar o espaço como objeto da ciência geográfica, sobretudo, no momento posterior ao movimento de renovação vivido no Brasil na década de 1970.

Tal como lembramos em outro momento (BEZERRA, 2008), muitos geógrafos identificam o tema trabalho na própria constituição do espaço social. O mais exemplar deles foi Milton Santos que, em momentos distintos de sua trajetória, elegeu o trabalho como aspecto central na definição do espaço. Primeiramente, em seu livro *A metamorfose do espaço habitado* (1988), o espaço foi definido como “o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social)”. Na sua maior obra, *A Natureza do Espaço*, o professor Milton Santos (2002[1996], p. 63) cunhou uma definição que seria largamente adotada, ao compreender o espaço como “...um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Para o autor, não deveríamos conceber o par - sistema de objetos e sistemas de ações -, como simplesmente sinônimos do binômio forças produtivas e relações sociais de produção.

Essa proposição, embora, tenha o mérito de representar uma compreensão fidedigna ao estágio de desenvolvimento da globalização econômica, tendo como corolário um espaço que cada vez mais se transforma em um meio técnico-científico e informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001), não conseguiu contemplar a contento uma dinâmica igualmente construtora do espaço presente, qual seja o peso da ação social.

A dinâmica dos grupos sociais e da ação dos sujeitos, no contexto do modo de produção capitalista, deve considerar a ação social no seu sentido mais amplo ao levar em conta os processos constitutivos dos sujeitos (sua relação espaço-tempo, as formas de metabolismo com a natureza na qual o trabalho exerce centralidade e a interação indivíduo e sociedade), sua organização (leitura da divisão social e territorial do trabalho e a organização política), suas subjetividades (debate sobre a

identidade e as diferentes formas de representação social), o peso da ideologia e o potencial dos sujeitos na transformação do mundo.

Não queremos com isso diminuir a relevância da proposição miltoniana ou reputar como fazem muitos de maneira equivocada, que os referenciais miltonianos sejam exclusivamente tecnocêntricos. Avaliamos que na vasta obra produzida por Milton Santos existem momentos de extrema lucidez perante as contradições sociais e os desafios da construção de uma outra globalização como resposta às forças dos agentes hegemônicos (SANTOS, 2000).

A Geografia e sua relação com o trabalho dialogam com a ideia de uma filosofia das técnicas, no sentido de questionar a apropriação social da técnica, o impacto para a organização do trabalho e sublinhar o potencial destrutivo do sistema metabólico do capital.

Outro importante autor que contribuiu para colocar a relação entre trabalho e a Geografia no cerne das preocupações foi o geógrafo Ruy Moreira. Para o autor em questão, o trabalho é um tema permanente na Geografia, embora sua explicitação conceitual careça de um melhor reforço. Na proposta desenvolvida por Moreira (2002), a Geografia do trabalho deve atentar para o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade-espço. O metabolismo como expressão da mediação dada pelo trabalho deve incorporar uma análise sobre a forma como o espaço pode interferir no próprio processo de hominização. Sendo assim, conforme o autor:

O tom geográfico da hominização é dado por três categorias que intervêm como condição necessária, a (des)naturização, a (des)terreação e a (des)territorialização, que valem como categorias de análise e como escalas de espaço-tempo para uma geografia do trabalho. (MOREIRA, 2002, p.4).

A proposta de Moreira é bastante ousada no sentido de colocar a Geografia, tal como vimos no tópico anterior, como parte do processo de hominização, portanto o fazer-se do ser social possui uma amarração geográfica dada pela sua geograficidade.

No lastro do percurso teórico que caracteriza a geografia do trabalho devemos destacar a publicação de um texto basilar que fez repercutir o estudo do trabalho

sob o enfoque da geografia. Trata-se das contribuições do geógrafo Antonio Thomaz Júnior (2002), em *Por uma geografia do trabalho*.

No texto supracitado, o autor apresenta um apanhado teórico-empírico sobre a geografia do trabalho, explicitando sua posição de defesa ao materialismo histórico, ao passo que também contribuiu para trazer a discussão sobre a relação entre epistemologia e ontologia no plano da discussão geográfica. Dessa forma, reiterou que a geografia do trabalho para além de realizar a tarefa de entender o trabalho como fenômeno geográfico mediante suas categoriais de análises, deve se apropriar da concepção da ontologia do ser social, na qual o trabalho emerge como solo genético. Como afirma o autor:

...o trabalho sob o enfoque geográfico é compreendido por nós, pois, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu ir sendo ou em seu vir a ser está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal. (THOMAZ JUNIOR, 2002a, p.7).

Os reflexos dessa tomada de posição repercutem diretamente na forma como entendemos a dinâmica geográfica do trabalho. Ainda segundo o geógrafo:

A Geografia pode contribuir sobremaneira para o desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais que dão formas e contornos e se fundamentam sobre conteúdos sociais diversos, ou seja, enquanto processo histórico de construção e transformação, que por sua vez, substantiva-se em ordenamento territorial diferencial. (THOMAZ JUNIOR, 2002a, p.24-25).

Trazendo as reflexões postas por Thomaz Júnior (2002a), quando reitera a importância de compreendermos as transformações no mundo do trabalho e seu rebatimento territorial. Acreditamos que a geografia do trabalho desenvolvida no Brasil pode contribuir enormemente ao analisar a forma com a expansão do capital altera a trajetória de milhões de trabalhadores (as) na vasta extensão do território nacional. Uma vez que vivemos temporalidades e territorialidades conflitantes, onde temos que compreender a permanência de mecanismos de acumulação primitiva que

expulsa os camponeses da terra ou os subjuga ao trabalho escravo, tal como acontece não só nos rincões, nas áreas afastadas, como também nas grandes metrópoles nacionais.

Por outro lado, temos que buscar compreender as transformações mais complexas no que tange a mudança no perfil tecnológico, o desemprego crônico e o fluxo de admissão e o desligamento contínuo de trabalhadores, que constantemente vivenciam experiências de precarização. Esse rol de questões compõe uma agenda permanente de estudos sobre a Geografia do trabalho.

Antes de adentrarmos em alguns exemplos que elucidam a diversidade dos estudos produzidos pela geografia do trabalho no Brasil, devemos pontuar que a geografia do trabalho somente tem sentido se a colocamos como parte do desafio de entender a realidade do trabalho no Brasil de acordo com suas raízes históricas e geográficas. Afinal, como compreender o trabalho no Brasil sem considerar nosso passado colonial e a nossa gigantesca diversidade territorial? Como entender a dinâmica do trabalho no Brasil no interior da complexidade da relação campo-cidade, rural-urbano e todos os desdobramentos sociais, políticos e econômicos envolvidos nesse quadro de análise? Como é possível negligenciar o peso de nossa base étnica e social marcadamente heterogênea? Felizmente, essas indagações e as tentativas de sua compreensão estão presentes nas pesquisas realizadas pela geografia do trabalho no Brasil.

Saindo do plano mais teórico e mergulhando na operacionalização das pesquisas realizadas no âmbito da Geografia do trabalho, podemos elencar uma diversidade de estudos que nos últimos anos têm constantemente alimentado novos desafios para a geografia do trabalho. Esses somente têm sentido quando realizamos uma reflexão por dentro do conflito social, tendo como horizonte sempre visível a emancipação da sociedade do capital.

Reconhecendo a impossibilidade de no presente estudo realizar um amplo diagnóstico das pesquisas sobre o trabalho na Geografia, no Brasil, optamos por destacar o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), por acreditarmos que o referido grupo sintetiza a busca que vem sendo feita nos últimos anos de ampliar o quadro referencial da temática do trabalho.

O CEGeT é um grupo de pesquisa ligado ao curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, sob coordenação do Prof. Antonio Thomaz Júnior. O mesmo completa no ano de 2012 dezesseis anos de criação, colecionando uma quantidade significativa de pesquisas de graduação, mestrado e doutorado. O centro tem por objetivo desenvolver pesquisas e estudos sobre os diferentes assuntos que recobrem a temática do trabalho. As pesquisas realizadas no âmbito do CEGeT são diversas, pontuadas pela necessidade de entender o conflito entre capital e trabalho e suas demais formas de expressão no contexto da reestruturação produtiva e os impactos na dinâmica territorial da sociedade.

Alguns dos temas discutidos pelo grupo buscam entender as formas de expressão da precarização do trabalho, contemplando desde o universo informal, a resistência à proletarização e a organização dos trabalhadores enquanto sindicato, centrais, cooperativas e movimentos sociais. Através da Revista Pegada ([www.fct.unesp.br/ceget](http://www.fct.unesp.br/ceget)) o grupo tem conseguido divulgar para toda a comunidade acadêmica um importante conjunto de textos, frutos das pesquisas realizadas no CEGeT.

Uma breve análise da produção do CEGeT indica a tentativa do grupo de ampliar a discussão sobre o trabalho, de forma a trazer temas extremamente importantes para a agenda de pesquisa na Geografia. Desse modo, podemos verificar estudos sobre a relação entre gênero e geografia (GARCIA, 2006), o circuito da camelotagem e o trabalho dos camelôs (RODRIGUES, THOMAZ JÚNIOR, 2005), bem como o trabalho das empregadas domésticas no contexto da expansão dos condomínios fechados.

Também há no grupo, o debate sobre as diferentes formas de precarização que ocorrem no campo e na cidade a partir das pesquisas sobre: o trabalho no corte da cana (THOMAZ JÚNIOR 2002b, 2009); a migração para o trabalho, trabalhadores do agronegócio da fruticultura no Nordeste (BEZERRA, THOMAZ JÚNIOR, 2009b); precarização dos trabalhadores no setor do abate de frangos (HECK, CARVALHAL, 2010); trabalhadores do setor varejistas (FRANÇA JÚNIOR, 2010); trabalho dos catadores de recicláveis (GONÇALVES, 2011); o trabalho doméstico (CARVALHAL,

2009) e; ainda, as diferentes formas de organização da classe trabalhadora sob a forma de sindicatos e movimentos sociais de luta pela terra e água.

Como vimos, a lista é extensa, de modo que podemos afirmar que a trajetória da discussão sobre a Geografia do trabalho passa inexoravelmente pela consolidação do CEGeT como grupo de pesquisa pioneiro nos estudos sobre a relação entre geografia e trabalho no Brasil e no contexto internacional.

#### **1.4 Dialogando com a literatura internacional: a emergência da *Labour Geography***

Temos nos dedicado em trazer contribuições da literatura internacional sobre a Geografia do trabalho para que possamos estabelecer conexões, diálogos e promover uma retroalimentação da teoria. Desse modo, pretendemos destacar algumas reflexões realizadas por autores estrangeiros que realizam reflexões e pesquisas sobre a realidade do trabalho.

A Geografia do trabalho, desenvolvida no plano internacional, tem como destaque as pesquisas realizadas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Nesses países, podemos encontrar uma grande quantidade de pesquisadores que a partir da segunda metade da década de 1990, sob a influência das discussões promovidas na década de 1970, deram início a um campo de investigação sistemática sobre o trabalho como tema de pesquisa na Geografia.

O dicionário de Geografia Humana organizado por Derek Gregory et al (2009), possui um verbete específico para a geografia do trabalho (*Labour geography*). De acordo com o dicionário, a geografia do trabalho é um subcampo já estabelecido na disciplina geográfica. Sua orientação tem como premissa o esforço para destacar a ação do trabalho na construção da paisagem, particularmente pela organização coletiva dos sindicatos. Ainda segundo a publicação, os "geógrafos do trabalho" têm procurado documentar as diferentes maneiras na qual a organização dos trabalhadores tem se desenvolvido como parte da experiência vivida no lugar. O dicionário ainda destaca as tendências verificadas no desenvolvimento das pesquisas, mostrando que a Geografia do trabalho cada vez mais se desprende de seu enfoque inicial na ação dos sindicatos, para incorporar temas mais atuais no debate sobre a geografia humana (COE, 2011)

Nesse ínterim, as pesquisas contemporâneas voltam-se para o enfoque sobre a migração para o trabalho, as mudanças verificadas na composição de classe e de identidade, a globalização e seus rebatimentos para o trabalho, para a saúde e as mudanças nas relações de poder.

Um dos primeiros geógrafos no plano internacional a incorporar verticalmente o tema do trabalho na geografia foi Andrew Herod, da Universidade da Georgia, nos Estados Unidos. O autor em questão adota como linha de estudo, o que ele tem chamado de *Labor Geography*, o qual considera um *emergent field*, ou seja, um campo emergente de estudos que busca situar os trabalhadores não apenas como agentes históricos, mas também como agentes geográficos. Para Herod (2003), os trabalhadores são responsáveis por moldar as estruturas espaciais, embora sejam eles constantemente impelidos pela ação do capital.

Segundo Herod (2001), é extremamente necessário pontuar a distinção estabelecida entre a chamada *Geography of Labour* e do que ele considera *Labour Geography*. Uma vez que, a primeira analisa o trabalho pela perspectiva do capital, alinhada aos parâmetros da geografia econômica neoclássica. Desse modo, a leitura geográfica quando aborda os trabalhadores, esses são vistos apenas como fatores de produção e como um aspecto de influência nas teorias locacionais. Na abordagem neoclássica, segundo Herod, não existem pessoas na produção econômica da paisagem, o espaço é caracterizado como um *container* de vida social e o trabalho, meramente, reduzido a categorias de salário, níveis de qualificação, localização, gênero, grau de sindicalização etc. Nesse tipo de abordagem, o trabalho se caracteriza pela inércia, compreendido como um fator de produção a ser catalogado de forma não muito diferente do que acontece na classificação dos diversos tipos de solo ou condições climáticas encontradas em distintas regiões.

Já a *Labour Geography* se preocupa em entender a prática espacial da classe trabalhadora e como os trabalhadores, como seres sociais, ajudam a transformar a geografia do capitalismo. A geografia do trabalho de uma perspectiva crítica coloca a classe trabalhadora no centro de suas preocupações. Desse modo, o autor ressalta que:

... a produção do espaço de maneira particular, não só é importante para a capacidade do capital em sobreviver,

permitindo sua acumulação e reprodução, mas também é crucial para a habilidade dos trabalhadores para sobreviver e se reproduzir. Da mesma forma que o capital não existe no mundo a-espacial, nem o trabalho. (HEROD, 2001, p.33, tradução nossa).

Para Herod (2001), entender as formas como o capital está estruturado e como o mesmo opera não é suficiente para compreender a geografia do capitalismo. A defesa do pesquisador de que a produção do espaço não é somente a prerrogativa do capital, mas também da classe trabalhadora, permite-o realizar uma importante crítica às perspectivas que se baseiam numa centralidade extremamente calcada na ótica do capital (*capital-centric*). Como exemplo dessa mudança de parâmetro, o autor propõe uma releitura do conceito de ajuste espacial desenvolvido por David Harvey.

Como sabemos, o ajuste espacial foi entendido por Harvey (2004, 2005) como um processo pelo qual o capital necessita constantemente produzir espaço para escapar das crises sucessivas que enfrenta tanto pela queda da taxa de lucro como pela existência de um capital sobrecumulado (excedente de capital) e que precisa ser reinvestido. Conforme Herod (2001, p.35), precisamos entender que os trabalhadores também criam seus ajustes espaciais, de modo a atender suas necessidades num determinado tempo e lugar. Portanto, existe o chamado ajuste espacial do trabalho (*labor's spatial fix*), pelo qual "os trabalhadores podem tentar fazer seus próprios ajustes espaciais, logo, permite-nos associar fortemente suas práticas espaciais à evolução da relação social e espacial do capitalismo." (Tradução nossa).

Os escritos de Herod, desde o final da década de 1990, influenciaram o surgimento de inúmeras pesquisas sobre a Geografia do trabalho. Na sua trajetória destacam-se os estudos sobre a ação dos trabalhadores em rede por meio dos sindicatos, particularmente o sindicato dos estivadores de Nova Iorque (HEROD, 1997) e o processo de modernização com a introdução dos contêineres, que resultou numa ampla mobilização dos trabalhadores na defesa dos empregos. Outra pesquisa desenvolvida por Herod (2001) tratou da greve dos trabalhadores da montadora *General Motors* nos Estados Unidos na década de 1990. A realização da greve dos trabalhadores em apenas uma linha de montagem, em Flint, causou um efeito



cascata, que chegou a paralisar linhas de montagem e fábricas de fornecedores nos Estados Unidos, México, Canadá e Cingapura.

O geógrafo da Universidade de Manchester na Inglaterra, Noel Castree (2004, 2007), também dedicou estudos sobre a *Labour Geography*. Seus apontamentos buscam realizar uma avaliação crítica desse emergente campo de pesquisa. Para Castree (2007), Herod foi responsável por "codificar" a Geografia do trabalho, principalmente no contexto da Geografia Anglo-Americana. A partir daí vários "geógrafos do trabalho" começaram a desenvolver estudos nos quais os trabalhadores (a classe trabalhadora) ocupavam importante papel na leitura geográfica da sociedade. Tal desenvolvimento faz com que a tarefa de sintetizar o campo de pesquisa da geografia do trabalho seja, segundo Castree, extremamente difícil, já que hoje, esse campo de estudos é suficientemente extenso e diverso.

Para Castree, ao reconhecer que a Geografia do trabalho atravessou sua "fase de construção", devemos realizar uma autocrítica sem nenhum rancor, recriminação ou defensiva. Nesse sentido, uma crítica à Geografia do trabalho apontada pelo autor é que se podemos afirmar como verdade que a Geografia do trabalho vem ampliando ano a ano sua agenda de pesquisa ao incorporar novos temas/assuntos, o mesmo não acontece com o arsenal teórico dos geógrafos.

Outro apontamento polêmico lançada por Castree diz respeito ao caráter político da Geografia do trabalho pela ótica do sujeito pesquisador. Segundo o autor, os estudiosos alinhados à Geografia do trabalho possuem em geral uma visão política de esquerda. Porém, Castree (2007, p.856) enxerga uma subdivisão nesse subcampo, na qual é possível identificar claramente um grupo de profissionais que são tanto acadêmicos como políticos, pesquisadores e participantes que atuam ativamente na organização dos trabalhadores. O outro é formado por um grande número de geógrafos que permanecem resolutamente acadêmicos. Ou seja, estudam as questões do trabalho sem se envolver. Metaforicamente, referindo-se ao segundo grupo, o autor afirma que "suas mãos estão 'limpas' ao invés de 'sujas'." (CASTREE, 2007, p. 857, tradução nossa).

Noel Castree (2007) também sugeriu inúmeras proposições/orientações para a Geografia trabalho, as quais ele chamou de desafios. Conforme o autor, a geografia do trabalho deve buscar entender as novas escalas transnacionais da organização

dos trabalhadores, sejam eles sindicalizados ou não. Para isso, é importante reconhecer outras instâncias organizativas, tais como os movimentos sociais nas suas variadas escalas. Outra sugestão é compreender como a microgeografia do emprego afeta a capacidade de organizar os trabalhadores contingentes, principalmente a partir do crescimento do desemprego.

Crucial também, sempre segundo Castree (2007), é compreender como os empregadores usam a geografia do ponto de vista material e discursivo para controlar a força de trabalho nas regiões de expansão do capitalismo, e quais são os fatores geográficos que explicam a prevalência de uma nova escravidão e a contínua expulsão dos camponeses. Por último, o autor sinaliza que devemos observar as mudanças na forma como as questões de gênero, classe, "raça" e outros aspectos de diferença social se combinam e se contradizem numa gama de configurações geográficas. Essa abertura permite pensarmos o tema da identidade de acordo com os distintos grupos sociais, em especial os trabalhadores imigrantes no contexto europeu. Mediante a amplitude dos desafios lançados, é possível entender o porquê de Castree afirmar que os geógrafos que estudam o trabalho deverão ter um futuro ocupado.

Na Universidade de Oslo, na Noruega, encontramos o geógrafo David Jordhus-Lier (2007), que em sua publicação fez uma crítica à visão estática com a qual muitas pesquisas têm considerado os trabalhadores no modo de produção capitalista. Para Jordhus-Lier, a Geografia do trabalho deve afastar-se cada vez mais do marxismo estruturalista, tendo em vista que para essa corrente é mais importante estudar as firmas do que os trabalhadores. Outra contribuição trazida pelo autor foi a discussão sobre as escalas do trabalho. Tomando como referência as contribuições de Neil Smith, o pesquisador parte do entendimento que todas as escalas geográficas são socialmente construídas. Portanto, para Jordhus-Lier (2007, p.823-824), "Os interesses dos diferentes atores sociais nas diferentes configurações espaciais fazem a produção da escala um projeto político." (Tradução nossa). A politização da escala como produto social no quadro da dinâmica do trabalho aparece em vários momentos, principalmente quando se leva em conta o processo de *jumping scales* (salto de escalas), promovido pela ação dos trabalhadores.

O saltar de escalas significa muito mais do que a simples mudança de arena (do local para o global ou o inverso), pois denota a importância das redes na atuação dos trabalhadores em seu processo de luta. O que mais uma vez fortalece a visão dos geógrafos do trabalho, na qual se destaca os trabalhadores como agentes geográficos na mudança da geografia do capitalismo.

Exemplos de lutas sociais, cuja abrangência rompe a escala local para se transformar em lutas de contornos globais foram enfatizadas por geógrafos como exemplos de uma política de escala referenciada pela dinâmica geográfica do trabalho. Seguindo o mesmo passo dos autores anteriormente destacados, Jordhus-Lier (2007) também se questiona sobre as mudanças que a Geografia do trabalho deve empreender com o objetivo de aprimorar seu leque de estudos. Nesse caminho, o estudioso propõe a seguinte pergunta: Que trabalhadores devemos reconhecer como agentes espaciais ativos? Para o autor (2007, p.829), a Geografia do trabalho deve conscientemente incluir em seu quadro de análise, grupos muitas vezes negligenciados, dos quais se incluem os migrantes, as mulheres e os trabalhadores do setor informal. Tal perspectiva pode contribuir para transcender o estereótipo tradicional do trabalhador, bem como promover experiências fora do mundo trabalho presente na realidade Anglo-Americana.

O professor Don Mitchell (2009), do Departamento de Geografia da Universidade de Syracuse, é outro geógrafo que tem se preocupado em contribuir para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas à *Labour Geography*. Seus estudos relatam a importância de entendermos a constituição histórica da Geografia do trabalho. Como recorte de suas investigações, o autor se debruçou na análise da formação do mercado de trabalho nos Estados Unidos, especificamente na Califórnia, durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, os Estados Unidos por meio do conhecido programa "Bracero", entrou em acordo com o Governo do México para "importar" trabalhadores temporários para agricultura. Segundo informações citadas por Mitchell, durante o início do programa, em 1942, até o seu término em 1964, aproximadamente 4,75 milhões de trabalhadores mexicanos foram trazidos para os Estados Unidos.

Essa mega operação produziu, ao mesmo tempo, efeitos devastadores para os trabalhadores de ambos os países ao permitir a contratação de mexicanos em

péssimas condições de trabalho, fomentando o processo de desterritorialização dos camponeses em seu país de origem e contribuindo para esfacelar a organização dos trabalhadores nos Estados Unidos mediante o rebaixamento dos salários e o crescimento das atividades do agronegócio.

Para os empresários do agronegócio beneficiados pelo programa Bracero, como destaca Mitchell, não interessava mais contratar trabalhadores locais, pois tinham legalmente acesso a uma mão de obra muito mais barata, no caso, os trabalhadores mexicanos.

A leitura de um dos eventos mais desastrosos na dinâmica geográfica do trabalho na escala internacional contribuiu para que Mitchell (2009) apontasse críticas contundentes aos estudos da Geografia do trabalho, destacando os riscos, a partir de nossa compreensão, de certo romantismo da abordagem da Geografia do trabalho, ao colocar o homem como responsável por realizar um "ajuste espacial" (*spatial fix*) próprio.

Para Mitchell (2009, p, 567), devemos buscar uma leitura sóbria e materialista da Geografia do trabalho, destacando não só a constituição da paisagem e espaços econômicos que os trabalhadores erigiram, como também as paisagens e os espaços que não foram construídos simplesmente pela vontade dos trabalhadores, mas que no período do capitalismo, eles têm de viver e buscar alternativas de sobrevivência. Esse tratamento dado pelo pesquisador tem o objetivo de destacar que a Geografia do trabalho deve estudar o mundo tal como ele é e não como gostaria que fosse. Isso, para Mitchell (2009) não significa dizer que não devemos lutar para transformar a realidade contraditória em que vivemos. Ele apenas coloca que cabe à Geografia do trabalho não somente estudar a ação dos trabalhadores, mas sim destacar em quais condições a ação dos trabalhadores é ou não possível.

Numa espécie de síntese da produção internacional da Geografia do trabalho, os autores Coe e Jordhus-Lier (2011) propuseram uma periodização dos estudos (Quadro 1) ressaltando pelo menos quatro fases.

<b>Quadro 1 - Quatro Fases da Geografia do Trabalho</b>				
	<i>Fase e período de tempo</i>	<i>Autores ilustrativos</i>	<i>Foco analítico</i>	<i>Limitações</i>
Geography of Labour	Fase 1: pré-1980 Teoria neoclássica e behaviorista de localização	Walter Isard August Lösch Alfred Weber	Custo do trabalho como fator de locação; Comportamento das firmas e decisões de investimento.	Trabalhadores desprovidos de ação;  Trabalhadores apresentados em termos de categorias descritivas.
	Fase 2: 1980 Geografia econômica marxista	David Harvey Doreen Massey Neil Smith Michael Storper Richard Walker	Relação Capital-Trabalho; Luta de classes; Ajuste Espacial do Capital.	Capital como principal transformador das paisagens econômicas; A ação dos trabalhadores fortemente circunscrita.
Labour Geography	Fase 3: 1990 Fundações anteriores	Andrew Cumbers Andrew Herod Tod Rutherford David Sadler Jane Wills	Ação dos trabalhadores;  Estratégias espaciais e de ajuste do trabalho;  O imperativo da "upscaling".	Foco principal nos sindicatos Identificação de histórias de sucesso, tendências isoladas não sistêmicas; Foco principal nos setores de manufatura das economias desenvolvidas.
	Fase 4: 2000 Alargamento?	Angela Hale Andrew Herod Lydia Savage Rachel Silvey Steven Tufts Jane Wills	Novos setores; Novos caminhos de ação; Novos modos de organização; Novos domínios geográficos.	Ausência de uma sistematização teórica da ação dos trabalhadores; Falta de integração com as literaturas sobre a produção global e a reestruturação do Estado; Ausência da análise de intermediários do mercado de trabalho.

Fonte: Retirado de COE; JORDHUS-LIER, 2010, p.213. Tradução Nossa.

A partir da periodização estabelecida pelos autores supracitados, fica clara a tendência de ampliação da Geografia do trabalho como resposta à organização territorial do capitalismo e da emergência de novos enfoques analíticos.

Depois de expormos o debate sobre a Geografia do trabalho no Brasil e algumas experiências realizadas no plano internacional, pudemos observar que a Geografia do trabalho está em pleno movimento e que suas bases teóricas - mesmo sabendo que em algum momento possamos encontrar resistências, empecilhos e imobilidades - são constantemente desafiadas, o que revela um caráter positivo, pois significa afirmar que a geografia do trabalho não está enclausurada em seus próprios esquemas analíticos.

Um aspecto que nos chamou atenção em todas as experiências verificadas tanto no Brasil como em outros países, foi o fato de que há um questionamento geral sobre o novo tipo de trabalho e de trabalhador que emergem no capitalismo contemporâneo. O que repercute diretamente no surgimento de novas formas de organização.

Desse modo, abre-se um grande leque de investigação sobre as diferentes formas de expressão da classe trabalhadora, o que nos exige um olhar atento para que possamos compreender os meandros do referido debate. Pois nessa seara, encontramos proposições variadas que questionam a centralidade do trabalho, a persistência da marca de classe em nossa sociedade, a necessidade ou não de mudanças nos esquemas teóricos sobre a classe trabalhadora. Ao fim e ao cabo, o que está em jogo é a existência de um novo ambiente de lutas que contém elementos geográficos decisivos trazendo desafios quanto ao entendimento sobre o papel da classe trabalhadora no panorama dos conflitos sociais. Com vista a adentrarmos nesse debate, vimos como importante, situar teoricamente os estudos mais recentes sobre a classe trabalhadora, mesmo reconhecendo o gigantismo e complexidade do tema e as nossas limitações.

## **1.5 Perspectivas teóricas nos estudos da classe trabalhadora: apontamentos e reflexões**

No presente tópico, temos como propósito destacar alguns passos teóricos que têm nos ajudado a trilhar um caminho coerente na busca do entendimento da classe trabalhadora na atualidade, porquanto a necessidade de enfatizar a importância da proposição de temas emergentes e do necessário reposicionamento teórico-metodológico.

Para alcançarmos tal intento, identificamos três perspectivas nos estudos sobre a classe trabalhadora. Elas estão presentes nas análises de importantes autores, quais sejam: as perspectivas de contenção e/ou enrijecimento, as perspectivas de ampliação e, por último, as perspectivas que denominamos de frouxas e/ou esquizofrênicas.

Antes de apresentar as características principais de cada perspectiva, alguns alertas devem ser postos. É importante pontuar que essa subdivisão não pretende limitar/esgotar as inúmeras possibilidades de análise dos estudos sobre a classe trabalhadora. Encaramo-nas como uma necessidade de melhor qualificar as interpretações sobre o papel da classe trabalhadora na contemporaneidade. Daí nossa proposta de identificar perspectivas de análise, ou seja, maneiras de se considerar uma situação, um problema e não apostar na proposição de nenhum esquema, padrão, modelo que tenha como resultado a proposição de segmentações estanques.

Nossa preocupação se justifica pelo contexto vivenciado nos últimos anos, no qual uma pleora de estudos colocou como elementos centrais, aspectos profundamente antagônicos, variando entre posturas que enfatizaram o próprio fim do trabalho, o enfraquecimento do conceito de classe, até interpretações sobre o papel dos novos movimentos sociais e a questão da identidade.

### **1.5.1 Perspectivas de contenção e/ou enrijecimento**

As perspectivas que denominamos de contenção ou enrijecimento são aquelas que consideram o conceito de classe trabalhadora como importante, porém circunscrito às interpretações atávicas da obra de Marx. Nesse sentido, as

transformações que ocorrem nos últimos anos são sempre “problematizadas” de acordo com o entendimento do que Marx afirmava ser a classe trabalhadora.

Um autor que segue a risca essa perspectiva é Sérgio Lessa. Nos importantes escritos produzidos por Lessa, temos uma investigação bastante perspicaz sobre o referencial marxista e os desdobramentos de sua posição teórica marcadamente influenciada pela leitura do *Livro I do O'Capital*. Para Lessa (2007b), a classe trabalhadora é constituída pelos proletários em eterna disputa com a burguesia. De acordo com o autor, devemos entender o proletariado como a classe que “produz o conteúdo material da riqueza social” (2007b,p.163) mediante a transformação da natureza pelo trabalho. Sendo assim, além de produzir a mais-valia, o proletariado também produz o capital. Daí o protagonismo social e político da classe trabalhadora.

As constantes interrogações acerca da formação e da organização do proletariado, sobretudo fabril, no contexto do modo de produção capitalista na atualidade, exigiram de muitos intelectuais o exercício da reflexão sobre a validade de considerar ou não como parte da classe trabalhadora, estritamente, aqueles que ocupam determinada posição no modo de produção capitalista. Nesse caminho, diversas abordagens priorizaram, como veremos adiante, “alargar” o conceito de classe trabalhadora.

Contrariando esse movimento que paulatinamente ganhou maior expressão é que os autores da chamada perspectiva de contenção e/ou enrijecimento passaram a salvaguardar suas compreensões teóricas. Para os mesmos, a grande questão residia em: Transforma ou não transforma a natureza? Caso a resposta seja negativa, as chances de uma ampla legião de trabalhadores (?) assalariados, temporários e desempregados ser considerada como mera parasita era significativa (THOMAZ, 2009).

A questão de fundo é que, para um conjunto de autores da atualidade o referencial proposto por Marx não precisa de novas adições, muito menos alterações. Segundo Lessa:

Não há qualquer necessidade de novas categorias acerca do trabalho, do trabalho abstrato, do trabalho abstrato produtivo e improdutivo, do fundamento das classes sociais a partir do local que ocupam na estrutura produtiva, etc. para a crítica revolucionária do mundo em que vivemos. Tais categorias, tal como formuladas originariamente



por Marx, são rigorosamente atuais, imprescindíveis e suficientes. "Neste particular, Marx continua imprescindível e suficiente – e as tentativas de se provar a tese inversa foram todas, sem exceção, mal sucedidas." (LESSA, 2007b, p. 313).

Como vimos, a afirmação do autor é bastante forte ao considerar a obra de Marx como imprescindível (o que concordamos plenamente) e suficiente (?). Nessa última característica é que, reside nosso entendimento contrário, pois o próprio termo "suficiente" pode representar um antídoto à criatividade, ao próprio movimento de produção do conhecimento e ao reconhecimento da diversidade, traço comum da organização da sociedade no seu espaço-tempo. Portanto, a nosso ver, devemos relativizar a existência de uma teoria suficiente, ou seja, uma teoria que satisfaz que basta ou é bastante.

Para Iasi (2011), faz-se necessário levar em consideração ao aludirmos às considerações de Marx quanto à construção dos conceitos, sendo que ele não se enquadra no tipo de autor de quem podemos esperar conceitos fechados, absolutos. Segundo Iasi:

...a dialética de Marx não se reduz ao movimento que quer captar no fenômeno, mas que tal dialética se expressa no movimento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda até a mais profunda, por vezes de volta à aparência carregando os conteúdos conquistados até então. (IASI, 2011, p.106).

Tal fato fica patente, quando se observa o próprio debate relacionado ao conceito de classe. Ainda para Iasi (2011, p 107), pela análise das obras de Marx podem-se encontrar vários momentos de aproximação conceitual no que se refere ao fenômeno de classe, sendo possível identificar quatro principais momentos: 1) A classe entendida através da posição diante da propriedade, ou não propriedade dos meios de produção; 2) classe como expressão de uma determinada posição nas relações sociais de produção; 3) classe como sendo constituída pela consciência que se associa ou se distancia de uma posição de classe; 4) Classe que se forma a partir da ação/luta concreta no interior de uma formação social.

Desse modo, é possível perceber no processo de entendimento sobre o fenômeno de classe mediante a análise da obra de Marx, inúmeras portas de

entrada, o que expressa a tentativa de apreender a classe não somente com base na própria realidade vivida, mas também a partir do movimento da própria construção dos conceitos. Com isso, voltando à análise sobre a constituição da classe trabalhadora, visualizamos posições distintas quanto ao fato de podermos simplesmente prescindir de qualquer alteração na forma como Marx compreendia o fenômeno de classe.

Numa crítica direta aos apontamentos de Lessa, o sociólogo Giovanni Alves assim se pronuncia:

Uma teoria do proletariado segundo Marx *não seria uma teoria científica*. Na verdade, segundo o método dialético, todo conceito (como o de 'proletariado') é uma categoria, ou seja, é uma forma de ser e modo de existência historicamente determinada. (ALVES, 2009, p.83) (Grifo nosso).

No sentido posto por Alves, temos a importância do tempo, da história aos quais somamos também a questão do espaço, como dimensões que dialeticamente conformam uma organização de novos referenciais teóricos. Ao contextualizar o modo de produção capitalista na perspectiva espaço-temporal é possível reconhecer aspectos significativos na compressão geral do debate sobre as classes sociais.

Vejamos os apontamentos lançados por Florestan Fernandes, no livro *As classes sociais na América Latina*, publicado no ano de 1977. O autor traz uma questão bastante polêmica, qual seja: existem classes sociais na América Latina? Interrogando se existem ou não o objeto que se pretende descrever conceitualmente, Fernandes (1977) defende que a pergunta sobre a existência ou não das classes sociais no contexto da América Latina não é de todo modo inócua. O quadro social que justifica tal suposição é que gera *perplexidades profundas* e advém das particularidades históricas e geográficas encontradas na América Latina. Tal fato, aliado a certo automatismo conceitual, com o qual se quer simplesmente transplantar blocos conceituais de maneira indistinta, causou sérios constrangimentos à leitura da formação das classes sociais na América Latina.

Florestan Fernandes, mesmo ao afirmar que o capitalismo busca engendrar sua própria realidade substantiva (o que de certo ponto de vista discordamos, pois partimos do pressuposto que a ação do capital jamais será efetivamente uma força

totalizante), reconhece a possibilidade de condições diferenciadoras na forma como se constituem as classes sociais. Desse modo, segundo o autor:

A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidade variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se, de maneira variável mais geral, a condições diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. (FERNANDES, 1977, p. 178).

O que queremos destacar a partir das contribuições de Florestan Fernandes é que não podemos partir da premissa que a formação das classes sociais tem uma dinâmica própria, independente e pura. Portanto, devemos contestar o enrijecimento dos conceitos, inclusive o de classe social, tendo como enfoque a relação espaço-tempo da sociedade e os desdobramentos para o quadro social, político, cultural e econômico.

Nesse sentido, a título de exemplo, como podemos desconsiderar que para um contingente considerável de países/nações presentes na América Latina, portanto do outro lado do Atlântico, onde se iniciou a saga capitalista, a realidade de um capitalismo de corte fabril, com pleno desenvolvimento da indústria nunca chegou a se generalizar por todo território? Ou seja, em muitas porções do “novo” continente uma extensa parcela da população não chegou a vivenciar diretamente uma experiência de classe trabalhadora em conflito com uma burguesia, no sentido largamente difundido nos países com forte expansão industrial.

Um fato para lembrar a questão (Transforma ou não transforma?), os milhões de indígenas e camponeses sem dúvida transformam a natureza. Contudo, os sentidos dessa transformação devem ser compreendidos a partir de uma proposição teórica igualmente complexa o que anima a teoria, inclusive a teoria marxista, despertando novas questões.

Como exemplo das inúmeras indagações lançadas ao marxismo pela geograficidade do movimento da sociedade, vejamos a polêmica questão lançada por Lander:

Por que, no contexto da extraordinária heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, os projetos de transformação socialista outorgam um papel histórico tão transcendente a um setor da população que na maior parte dos países não era, nem podia chegar a ser; senão minoritário; o proletário fabril? (LANDER, 2006, p. 224).

Inquietações como a de Edgardo Lander nos fazem refletir sobre os desafios postos para o entendimento da classe trabalhadora. Tal fato nos desautoriza a travar o debate. Outrossim, como realizamos o debate pela via científica, temos de constantemente refletir sobre a provisoriedade dos conceitos.

### 1.5.2 Perspectivas de ampliação

Outra perspectiva de estudo sobre a classe trabalhadora é aquela que assume como objetivo propor novos olhares, novas entradas para a discussão do trabalho e da classe trabalhadora no contexto das transformações econômicas e culturais no capitalismo do século XXI. Daí nossa proposta em denominá-las de perspectivas de ampliação.

Para uma gama de autores (ANTUNES, 2004, 2005; ALVES, 2000; THOMAZ JÚNIOR, 2004, 2006, 2009), a classe trabalhadora é multifacética, fragmentada e heterogênea. Portanto, não se resume à explicitação da relação capital-trabalho.

Parte dessa diversidade é fruto da chamada reestruturação produtiva do capital, que colocou em cheque formas pretéritas de organização das estruturas produtivas o que acarretou, por sua vez, mudanças nas relações de trabalho.

Nesse íterim, destacamos: maior substituição do trabalho vivo por trabalho morto, representado pelo desenvolvimento de máquinas modernas e produto da robótica, ocasionando, assim, o chamado desemprego tecnológico; declínio do modelo de produção fordista e substituição (respeitando as escalas do tempo e do espaço) pelo modelo toyotista; mudanças na distribuição setorial dos empregos com aumento significativo de postos no setor dos serviços em detrimento do setor da indústria; a incorporação de milhares de trabalhadores (as) no universo informal das relações de trabalho; incremento do trabalho feminino em todos os setores da economia, entre outras.

Mediante o contexto supracitado, muitos autores esbravejaram aos quatro cantos do mundo o fim do trabalho. Todavia, os defensores da perspectiva de ampliação optaram por perscrutar os elementos que configuram uma nova teoria para o trabalho no século XXI e que não necessariamente partam do princípio de que o trabalho acabou.

Neste sentido, uma questão que ainda permanece obscura é justamente a do sujeito social. Ou seja, se é correto afirmarmos que o mundo do trabalho mudou, então não podemos esquecer que o mundo do trabalho é constituído por trabalhadores (as), os quais na peleja do cotidiano produzem relações sociais, essas desafiam e impõem como condição ineliminável, uma "eterna" vigilância ontológica e epistemológica para as pesquisa e estudos voltados para a análise do trabalho.

No Brasil, o sociólogo, Ricardo Antunes, é um dos autores de destaque na defesa de uma concepção ampliada da classe trabalhadora na contemporaneidade. Para o autor:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *par time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2004, p, 103).

Ampliar o entendimento da classe trabalhadora significa voltar o olhar para inúmeros casos e situações que envolvem o trabalho e que, não necessariamente foram objeto de uma abordagem mais detalhada. Desse modo, um novo rol de questões emerge como temas importantes, contribuindo para renovar os desafios e justificar a permanência dos estudos da classe trabalhadora.

Dentre os novos assuntos estudados no contexto da ampliação da classe trabalhadora destacamos:

- Pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores no setor de serviços nas suas mais variadas faces; o desenvolvimento de novas tecnologias microeletrônicas e seu impacto gerado pelo desemprego e também a criação de novo tipo de trabalho na esteira dos impulsos à qualificação (trabalhador especializado);
- Estudos sobre os trabalhadores que vivem nas grandes metrópoles e suas estratégias de sobrevivência no universo do mercado de trabalho informal. No limite, busca-se cada vez mais entender aqueles trabalhadores (as) que nas condições do capitalismo atual não conseguem se quer vender sua força de trabalho. Esse grupo concentra-se particularmente na cidade, somando-se ao conjunto de trabalhadores camponeses expulsos da terra.
- As formas de trabalho demandadas pelo agronegócio que, ao mesmo tempo, em que traz inovações no processo produtivo com o uso de modernas máquinas colheitadeiras munidas de GPS, ar-condicionado e sistema elétricos, também continua a fomentar formas arcaicas de trabalho, fruto da utilização de mecanismo de acumulação primitiva, tais como a adoção do trabalho escravo;
- Pesquisas sobre os trabalhadores desempregados e suas formas de organização, o que por si só traz desafios teóricos ao indagar os rebatimentos da assunção dos desempregados como parte da classe trabalhadora;
- A relação entre trabalho e movimentos sociais como uma nova forma de organização social que não necessariamente inclui o sindicato ou o partido como instrumentos de mobilização dos trabalhadores.

Baseados na complexa trama de relações sociais que colocam novos desafios para o estudo da classe trabalhadora, partimos do entendimento de que devemos fazer a opção (não só teórica como também política) pela ampliação da classe trabalhadora. Contudo, essa ampliação deve ser coerente e dialogar com as diversas experiências laborais vivenciadas por milhões de homens e mulheres.

### 1.5.3 Perspectivas frouxas e/ou esquizofrênicas

A terceira e última linha de interpretação sobre a classe trabalhadora é a que denominados de perspectiva frouxa e/ou esquizofrênica<sup>5</sup>. Desde pronto, já deixamos claro que a identificação da presente perspectiva de interpretação foi a que nos impôs maior desafio na sua definição. A dificuldade surge por podermos encontrar pontos de comum acordo com os autores que defendem a necessidade de relativizar o peso das definições tradicionais, a exemplo do proletariado. Porém, passam a abandonar a classe trabalhadora como conceito importante, preferindo adotar uma concepção mais difusa acerca do movimento da sociedade e que, no limite, acaba, ao nosso ver, esvaziando politicamente o confronto com o modelo sociometabólico do capital.

Para ilustrar a força de tal perspectiva basta mencionar que os autores que a sustentam são geralmente identificados como intelectuais com preocupações associadas à abordagem pós-moderna. Sabemos das polêmicas a respeito do pós-moderno e da pós-modernidade e dos riscos em enquadrar determinados autores nesse grupo. Segundo Eagleton, podemos definir o pós-modernismo ou pós-modernidade como:

...uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando certo grau de ceticismo em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades. (EAGLETON, 1998, p. 15).

Resgatando alguns aspectos mencionados pelo autor, tais como, o questionamento das grandes narrativas e o ceticismo com relação às idiossincrasias e à coerência das identidades. Todos esses traços são identificados na abordagem que fazem Zigmum Baumam, Antonio Negri e Giuseppe Cocco com relação à classe trabalhadora. Assim, é interessante notar, como já mencionamos, que quando o

---

<sup>5</sup> A esquizofrenia no sentido que utilizamos em nossa denominação é o resultado da dissociação entre pensamento e ação que promove a perda do contato com a realidade.

objetivo é questionar o conceito tradicional de proletariado, tanto os autores da perspectiva de ampliação como os autores que adotam perspectivas que adjetivamos de frouxas concordam com sua limitação. Para Bauman (2005), devemos ter a devida noção que no contexto de um conjunto de mudanças empreendidas nos padrões de emprego e nas rotinas do trabalho: "... ter a expectativa de recondicionamento da ordem social conduzido pelo proletariado e de um expurgo dos males sociais por este inspirado significa forçar a imaginação de maneira insustentável." (BAUMAN, 2005, p.40)

Ainda de acordo com Bauman (2005), o terreno do conflito obedece a contornos diferenciados, os indivíduos lutam pela aprovação do chefe e não mais por uma sociedade melhor a partir das "estufas de solidariedade proletária". Com o descontentamento generalizado de uma pauta de lutas postas pelo movimento proletário, outras "estufas" passaram a ser pensadas para abrigar reivindicações cada vez mais pontuais, particulares e fortuitas. Seguindo esse raciocínio, o autor em questão vai ainda mais longe ao afirmar que:

Com o espectro de uma revolução proletária capitulando e dissipando-se, os ressentimentos sociais estão órfãos (...) cada categoria em desvantagem está agora por sua própria conta, abandonada aos próprios recursos e à própria engenhosidade (...). Como a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de ressentimentos de grupos ou categorias, cada qual procurando a sua própria âncora social (...). Cada um deles, porém, tinha uma luta para rivalizar com os poderes integradores da classe que um dia aspirou ao *status* de uma *metaidentidade*. (BAUMAN, 2005, p.41-42, grifo nosso).

Conforme o autor supracitado, passamos a assistir um processo de abandono da identidade de classe como abrigo. Nesse momento, passam a ganhar espaço ressentimentos de grupos pautados pela luta por direitos e por reconhecimento. Sendo assim, as discussões em torno do gênero, da raça e da herança coloniais apresentaram-se, segundo Bauman (2005), como abrigos mais seguros do que um grande conceito, que antes abrigava a todos, uma metaidentidade caracterizada pela classe trabalhadora.



No mesmo compasso seguido por Bauman, teóricos como Antonio Negri e Giuseppe Cocco, também enxergam uma limitação da ideia de proletariado e vislumbram alternativas para a luta social. Para eles:

... o conceito de classe operária é um conceito limitado, tanto do ponto de vista da cooperação (inclui essencialmente os trabalhadores da indústria) quanto do ponto de vista da cooperação social (envolve apenas uma pequena quantidade dos trabalhadores que operam no conjunto da produção social). (NEGRI, COCCO, 2002, p. 21).

Os autores supracitados avançam em sua proposição e colocam como possibilidade para superar a moribunda classe operária, um novo conceito de classe não mais centrada no trabalhador, mas sim na multidão<sup>6</sup>. Lembramos que para esses estudiosos os autores, a multidão representa um conceito de potência produtiva baseada na produção de “mais ser”. Também fazem questão de lembrar que a multidão não é povo, nem massa ou plebe, pois os últimos são sempre identificados como uma “força social irracional e passiva, perigosa e violenta, pelo fato preciso de ter sido facilmente manipulável.” (autor, ano, p.). A multidão ainda é entendida como uma multiplicidade singular (não passível de representação), um ator social ativo de auto-organização. Dito isso, os autores propõem que:

Se colocarmos a multidão como um conceito de classe, a noção de exploração será definida como exploração da cooperação: cooperação não dos indivíduos, mas das singularidades, exploração do conjunto das singularidades, das redes que compõem o conjunto e do conjunto que envolve as redes. (NEGRI, COCCO, 2002, p. 21).

Como vimos, a proposta dos autores, centrada na multidão, tem na verdade o objetivo de negar toda e qualquer tentativa de uma unidade de classe. Por isso, seu caráter é polemista, ao passo que nega uma metaidentidade de classe, afirmando o reino da multiplicidade e das lutas difusas. De fato, as questões levantadas pelos autores são extremamente importantes, sobretudo quando consideramos o esforço

---

<sup>6</sup> É importante ressaltar que os referidos autores não estão sozinhos na discussão envolvendo o conceito de multidão. Recentemente, no livro *Imperio, multitud y sociedad abigarrada*, publicado em 2010, Antonio Negri, Michael Hardt e Giuseppe Cocco aproximam-se do debate sobre o que seria a multidão no contexto da sociedade boliviana, a partir do debate sobre a sociedade abigarrada, do sociólogo, René Zavaleta. Participou do debate que deu origem ao livro o intelectual boliviano e atual vice-presidente, Álvaro García Linera.

por parte de vários intelectuais adotando distintas perspectivas para entender as transformações verificadas nas formas de organização das lutas sociais.

Do que conseguimos apreender das questões mencionadas, é que existem várias perspectivas sobre o papel da classe trabalhadora na atualidade. As posições são as mais divergentes possíveis, embora, muitas vezes, possamos notar pontos de concordância.

Contudo, não seria muito alarde afirmar que a discussão caminha muitas vezes para concepções extremamente opostas, porquanto a defesa de uma perspectiva onde a classe trabalhadora é sobejamente importante, porém sua definição apresenta-se de forma extremamente enclausurada. Do outro lado, temos perspectivas que entendem haver uma pulverização da classe trabalhadora numa coleção de movimentos reivindicatórios, referenciados pela questão identitária.

Do nosso ponto de vista, acreditamos que ainda não conseguimos captar a importância do debate sobre a identidade no contexto da ofensiva do capital. Uma vez que, ela é entendida como um traço crucial para compreendermos a sociedade contemporânea e o apelo identitário não necessariamente representa uma demanda pelo reconhecimento de uma subjetividade despida de conteúdos políticos. Exemplos de identidades construídas no bojo da luta social que se distanciam dos referenciais/representações associadas ao proletariado puro podem ser observados na ação dos movimentos sociais. Por isso, acreditamos ser a plasticidade do trabalho um processo que nos ajuda a iluminar a compreensão da totalidade viva do trabalho. Mas, afinal o que seria a plasticidade do trabalho?

#### 1.5.4 Plasticidade do trabalho: uma nova perspectiva?

Até aqui, vimos que as diferentes perspectivas sobre a classe trabalhadora corroboram com o objetivo de apontar/desmistificar/renovar o papel que a classe trabalhadora, mesmo sob o ponto de vista de classe enquanto multidão, possui no contexto do capitalismo. As tensões em jogo giram em torno das seguintes questões, identificadas como o núcleo das propostas lançadas por cada uma das perspectivas analisadas respectivamente, são elas: quais os desafios do proletariado como principal agente revolucionário no embate com o capital? Que novo tipo de sujeito

emerge na formação de uma nova morfologia do trabalho? Reconhecendo o poder da multidão, como podemos ativar a cooperação das diferentes singularidades?

Poderíamos afirmar que o enfoque no tema da plasticidade do trabalho pode ser utilizado como uma negação da primeira perspectiva, uma relativização/contestação da terceira e como um aprofundamento da segunda perspectiva, pois parte da seguinte questão: sabendo da diversidade encontrada no seio da nova morfologia do trabalho, como podemos compreender o papel da classe trabalhadora diante de sua capacidade de se apresentar sob diferentes formas, exigindo, pois um constante repensar da ação e da luta social enfrentada nos diferentes territórios onde se desenrolam os novos estratagemas do capital?

A plasticidade do trabalho é um aspecto das relações sociais de produção e do trabalho diante da nova configuração do capitalismo. O foco dessa vez não é perguntar apenas sobre o papel que alguns sujeitos ocupam em determinadas posições nas relações de produção. Muito menos, partir da premissa que existem sujeitos com identidades fixas e/ou cuja trajetória se encerra no plano dos primeiros embates da relação capital x trabalho.

Os apontamentos de Terry Eagleton anunciam, de maneira explícita e como sempre irônica, o que a plasticidade do trabalho traz como questionamento. Segundo Eagleton:

*... As pessoas não deixam de ser parte da classe trabalhadora porque se convertem em garçom ao invés de trabalhador têxtil (...). Podemos nos esquecer, então, da idéia de que os socialistas escolhem a classe trabalhadora como uma força transformadora, enquanto que outros poderiam optar pelos palhaços de circo ou os farmacêuticos ruivos. Quem, a não serem os homens e mulheres que criam o sistema, cujas vistas dependem dele, e que são capazes de fazê-lo funcionar justa e coletivamente, e que se beneficiariam mais com semelhante mudança, deveriam substituí-lo? Os oftalmologistas sardentos? Os que medem 1.60 metro e vivem a oeste de Shannon? (EAGLETON, 2006, p.453-454, grifo do autor ou seu?).*

Ainda, conforme Eagleton, a classe trabalhadora tem um papel especial, porque representa a contradição, a lógica dual ou contraditória do sistema como um todo. Com isso, devemos refletir sobre as diferentes formas de expressão do trabalho que não necessariamente contestam a importância da marca de classe. Lançadas as questões, voltamos agora nosso olhar na tentativa de esclarecer o que entendemos por plasticidade do trabalho.

O conceito de plasticidade do trabalho ganhou corpo nas reflexões de Thomaz Júnior (2006, 2009), quando o autor analisa a relação entre as novas formas de expressão do trabalho e o conteúdo da dinâmica territorial do capital. Para Thomaz Júnior:

Quando nos ocupamos com a (des) realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeadas, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.41).

Adentrando no próprio termo *plasticidade do trabalho*, percebemos qual a verdadeira tônica do conceito. De acordo com o dicionário Priberan da Língua Portuguesa, por plasticidade devemos entender a qualidade de plástico (maleável), que pode tomar ou receber diferentes formas pela moldação ou modelação. Portanto, o reconhecimento do caráter plástico do trabalho tem como objetivo destacar que existem diferentes formas de expressão do trabalho. O oposto à plasticidade do trabalho seria o mesmo que apreender as formas de expressão do trabalho como rígidas e inflexíveis, tal como abordamos nas perspectivas de contenção/enrijecimento, sobretudo a partir dos apontamentos realizados por Lessa (2007b).

A perspectiva teórica lançada por Thomaz Junior (2009) revigora o estudo do trabalho e a perspectiva de entendimento da classe trabalhadora devido a duas características centrais: a primeira delas diz respeito à assunção (reconhecimento) de que parte das teorias sobre a questão do trabalho, merecedoras de atenção no debate acadêmico, não têm conseguido contemplar a riqueza de casos presentes na realidade do trabalho no Brasil. Este reconhecimento não é um apriorismo ou um mero raciocínio lógico. Tal perspectiva irrompe com as posturas teóricas que enclausuram a realidade em velhos esquemas, no quais os sujeitos e suas relações sociais obedecem apenas a meros "enredos" imutáveis. Dito de outra forma, a compreensão de que o operariado não detém o exclusivismo da transformação social

obriga-nos a encontrar outros caminhos e que não necessariamente tenham que abandonar as contribuições marxistas.

A segunda característica marcante, consequência da primeira, refere-se à abertura para um debate teórico mais avançado, que entende a dinâmica do capitalismo, suas transformações territoriais e os sujeitos sociais por meio das experiências laborais que eles estabelecem no mundo do trabalho. Tal fato nos permite interpretar o campo, a cidade, a divisão territorial do trabalho e sua vinculação com os processos mais marcantes que definem uma nova agenda de conflitos entre capital e trabalho.

Neste contexto, as aguerridas definições sobre o que é o operariado e qual sua missão histórica perdem espaço na discussão para entendermos que, a partir da complexificação do capital, os mesmos sujeitos podem vivenciar experiências laborais que os permitam ora ser um camponês, ora operariado, ora camelô, ora funcionário público (efetivo ou terceirizado). Enfim, esse rol de experiências dialetizam tanto a escala do tempo e do espaço como a escala do próprio sujeito social.

Diante do cenário supracitado, podemos afirmar que o caráter plástico das experiências laborais no capitalismo contemporâneo somente tem sentido quando levamos em consideração o complexo de divisões - social, técnica, territorial, sexual e étnica - do trabalho. Dito de outra forma, faz-se necessário apontar que o desenvolvimento geográfico desigual do capital produziu um complexo de divisões do trabalho, marcado por intensas disparidades quanto à organização dos trabalhadores e as suas experiências laborais. Podendo ser essas extremamente distintas a depender da conflitualidade entre padrões de desenvolvimento do capital, da sua composição técnica, da estruturação econômica dos territórios, das relações subjetivas e de identidade, dos processos de desterritorialização e das formas de inserção do trabalho.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os mesmos passam cada vez mais a enfrentar condições de adaptabilidade compulsória face às exigências do capital. Desse modo, é importante ressaltar que há uma dialética presente na plasticidade do trabalho, expressa na negatividade/positividade diante das diversas experiências laborais vividas pelos trabalhadores.

A negatividade existente na plasticidade do trabalho pode ser evidenciada quando percebemos o constante movimento dos trabalhadores na troca entre diferentes empregos, seja do circuito formal ou informal e mesmo experiências de desemprego e de completo descarte. A condição de desemprego, mesmo que temporário, representa a principal contradição social manifesta na sociedade salarial, sobretudo para aqueles que vivem nas cidades.

No período histórico vigente, a estabilidade no emprego é um dos principais trunfos dos trabalhadores no quadro de desenvolvimento do mercado de trabalho capitalista. A estabilidade pode, muitas vezes, ser a moeda de troca para enfrentar condições precárias de trabalho em nome da manutenção das condições objetivas de sobrevivência.

Quando essa estabilidade se dá no bojo da formalidade, temos o grande desafio de questionar o emprego formal como a condição adequada. Por que legal, isto é, de inserção dos trabalhadores no ambiente de trabalho? O rico arsenal de pesquisas desenvolvidas nos últimos anos tem demonstrado que o emprego formal pode também ser berço da precarização (HECK, CARVALHAL, 2010).

O crescente número de doenças laborais que acometem a saúde do trabalhador, a pressão por produtividade, a concorrência e mesmo a velha extração da mais-valia absoluta, amenizada pela falácia do banco de horas ou do pagamento das horas extras, expõe o trabalhador com vínculo formal a um universo de crescente degradação. Não queremos com isso silenciar as diferenças marcantes existentes entre o trabalho com vínculo formal e os trabalhadores do circuito informal. Esse setor, para não falar dos casos de trabalho escravo que estão circunscritos a outra dimensão, continua sendo o campo onde os efeitos da precarização são mais visíveis.

A falta de uma regulação social mínima, representada pelo acesso ao trabalho com carteira assinada, pode significar uma imponente barreira aos trabalhadores do setor informal no acesso às condições mínimas de trabalho adquiridas pela luta dos trabalhadores.

E o que seria a positividade no contexto da plasticidade do trabalho? No nosso ponto de vista, o caráter positivo numa relação de constante intercâmbio entre experiências laborais pode se dar quando essa transição/mutabilidade de

experiências ocorre no sentido do resgate (ou o primeiro encontro) do trabalho como valor de uso, como fonte de identificação e liberdade. Podendo, em situações de conflito, empreender formas de expressão do trabalho representativas da busca por uma ruptura com as práticas capitalistas, tendo como corolário ações emancipatórias, também compreendidas como expressão da plasticidade do trabalho.

Um dos desdobramentos possíveis tem sido o polêmico debate acerca da construção da identidade e simultaneamente da (des) identidade social do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). Nesse caso, os movimentos sociais cada vez mais aparecem como a esfera da luta social responsável por esse encontro do trabalhador com a sua liberdade.

\*\*\*

Ao reconhecermos a existência desse quadro formado a partir da plasticidade do trabalho como caminho teórico/investigativo, temos de nos perguntar sobre suas implicações, das quais destacamos: a conformação de novas identidades do trabalho; as diferentes formas de luta e de organização dos trabalhadores e a emergência de uma nova escala geográfica do trabalho. Ao longo de nossa tese de doutorado, procuraremos evidenciar os aspectos enfatizados, tendo como recorte a dinâmica geografia do trabalho nas áreas de expansão do agronegócio no Nordeste.

Nossa escolha se justifica pelo fato de que é possível observar na Região Nordeste elementos elucidativos de uma nova fase de expansão do capital, na qual, nos últimos anos, tem se notabilizado pelo forte crescimento econômico aliado ao quadro de evolução do mercado de trabalho formal em todos os setores da economia. Para que tenhamos uma ideia do que representa este panorama atual, podemos recorrer aos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os quais apontam que no mês de setembro de 2011, o Nordeste foi responsável por 42,77% do total de empregos formais criados no Brasil.

O interessante desse movimento é que ele ocorre não somente nas grandes capitais, mas também no Sertão nordestino, a partir da intervenção estatal via construção de grandes obras executadas com recursos do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) e do desenvolvimento do setor do agronegócio das frutas como um importante vetor econômico.

O agronegócio frutícola tem como base os investimentos na agricultura irrigada nas áreas de exceção (com referência ao domínio da caatinga e dos solos com baixa fertilidade) que se formam no Sertão junto aos principais rios, tais como o rio São Francisco, o rio Jaguaribe e o rio Piranhas/Açu.

Este quadro de crescimento econômico e do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que, revela a ocorrência de novos eventos geográficos que se desenrolam nessa porção do país, pode também macular as contradições sociais que continuam tendo espaço no Sertão semiárido. O foco na dinâmica do trabalho nos permite identificar essas discrepâncias e apontar como a exploração do trabalho e da natureza configuram-se como fundamentais para o capital na sustentação de seu modelo destrutivo.

Para que possamos entender com maior clareza os processos que compõem a nova dinâmica geográfica do trabalho no Nordeste, vamos propor uma interpretação sobre o que estamos chamando de modernização da riqueza para situarmos o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura como a grande aposta do capital para o Sertão nordestino. Porém, consideramos como importante, antes de analisarmos mais detidamente o avanço do agronegócio da fruticultura, avaliar, brevemente, o novo ambiente que vive o Sertão nordestino.

Somente quando buscamos entender o panorama pensado pelo Capital e pelo Estado para o Sertão, é que conseguimos identificar a força material e ideológica do setor do agronegócio na determinação das diretrizes políticas e econômicas para o Sertão. Afinal, para quem vai servir, de fato, a transposição das águas do rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina? As mudanças desencadeadas pelo PAC no Sertão nordestino têm exigido de nós reflexões importantes sobre o impacto social das grandes obras na vida e no trabalho de milhares de sertanejos.



## Capítulo 2 - Plasticidade do trabalho no Sertão?

*"Onde havia lavradores, pescadores e cortadores de cana agora temos operários com capacete e macacão: criamos um mercado de trabalho mais especializado."*<sup>7</sup>

O objetivo do presente capítulo é trazer algumas reflexões sobre a plasticidade do trabalho, abordando de maneira particular a realidade do Sertão nordestino. Nosso intuito em dar ênfase a esse recorte espacial é destacar as importantes transformações territoriais vivenciadas no Sertão. Como exemplo desse processo, ressaltamos os investimentos realizados pelo Estado por meio da construção de grandes obras de infraestrutura anunciadas pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) na Região Nordeste.

Entendemos que a dinâmica territorial no Nordeste, longe de estar circunscrita apenas ao imaginário como lócus da pobreza e do domínio da seca, passa, atualmente, por importantes transformações que refletem a expansão do capital mediante ajustes espaciais (HARVEY, 2004). É justamente o novo patamar de organização do capital e sua dinâmica territorial que pode nos dar inúmeras pistas para desvendarmos a plasticidade do trabalho no Sertão nordestino. Para isso, necessitamos evidenciar os casos dos trabalhadores sertanejos que vivenciam novas experiências laborais, ao passo que são afetados pelas obras de dimensões gigantescas.

Tomando o Sertão nordestino como recorte, podemos perceber uma relação bastante complexa que envolve o Estado como indutor do desenvolvimento (?) ao mobilizar somas consideráveis de recursos públicos. Por parte do capital privado, este se desenvolve cada vez mais atento aos vetores de expansão econômica do território nordestino. E os trabalhadores, hoje, disputados pelas empresas interessadas em comprar sua força de trabalho, permanecem como força social

---

<sup>7</sup> Depoimento de Sidnei Aires, Vice-Presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, ao IG Economia, em matéria intitulada "As Grandes obras abem caminho do novo Nordeste". Fonte: <http://economia.ig.com.br/grandes+items+abrem+caminho+do+novo+nordeste/n1237558616503.html>. Acesso em setembro de 2011.

extremamente importante para dar garantias ao Estado e ao capital empresarial no seu objetivo de cumprir as metas do portentoso PAC.

Todos esses vetores de expansão do capital, sejam promovidos pelo Estado, sejam impulsionados pela iniciativa privada, têm contribuído para impor novas relações de trabalho, antes inteiramente desconhecidas por muitos trabalhadores sertanejos, tradicionalmente, voltados para a agricultura de sequeiro. Hoje, eles se transformam, num rápido sopro de oportunidades de emprego, em soldadores, pedreiros, ajudantes de obras civis, mestres de obras, etc.

Para que possamos compreender a dinâmica geográfica do trabalho no Sertão, vamos analisar brevemente o impacto das grandes obras do PAC desenhadas para a Região Nordeste, com ênfase para o Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, mais conhecida como a Transposição do rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina. As obras em questão são as que mais têm mobilizado trabalhadores, contribuindo para colocar em pauta, a plasticidade do trabalho mediante o chamado *boom* de emprego no Sertão. Essas e outras ações do Estado na era Lula e Dilma, colocam o Nordeste como destaque na agenda política nacional, evidenciando a produção de novas estratégias discursivas, a exemplo do Sertão como novo lugar do progresso, isto é, o despertar de um gigante adormecido em seu tapete de rochas cristalinas sob o sol inclemente.

## **2.1 O desenvolvimento do PAC e os contornos dos investimentos**

Com o PAC lançado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no seu segundo mandato em 2007, muitos acreditaram que seria a retomada do papel ativo do Estado brasileiro na proposição de um planejamento territorial.

Pensar o Brasil a partir da sua escala geográfica é um desafio, cujas proporções se igualam ao tamanho de seu território. Quando tomamos como ponto de partida as ações de planejamento desse vasto território, é importante resgatar o paradoxo contido nas análises realizadas por vários estudiosos quando destacam a descontinuidade ou mesmo ausência de processos de planejamento nos quais a perspectiva espacial ocupe centralidade. Para Vainer (2007, p.9): "A história recente

do planejamento territorial no Brasil poderia ser narrada como uma trajetória continuada, embora não linear, de desconstituição". Essa desconstituição comparece, segundo o autor, em dois momentos distintos: quando, primeiramente, houve uma desconstituição política mediante o desaparecimento/silenciamento progressivo da questão regional no debate nacional.

No segundo momento, teve lugar a desconstituição operacional/instrumental ao observamos uma verdadeira desmontagem do aparato institucional, implementado pelo Governo Federal na tentativa de criar agências, políticas, planos e projetos com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e pensar o ordenamento territorial do país. O resultado desse duplo processo de desconstituição criou um tipo de mentalidade que aceita, sem muitas reservas, o quadro de fragmentação territorial e a acomodação subordinada do país no contexto de avanço da globalização.

Ocorre no Brasil uma situação paradigmática, pois se perguntarmos às instituições de Governo se existe planejamento territorial, todas afirmarão que sim. Contudo, na prática, fica cada vez mais difícil identificar, objetivamente, as ações de planejamento cuja ótica espacial esteja clara ou coerentemente visível na proposição de planos e programas. Esse quadro não acomete apenas os diretamente vinculados às instituições "responsáveis" por propor ações de planejamento. Nesse sentido, é interessante praticarmos a autocrítica e reconhecer, do ponto de vista da prática, por exemplo, os geógrafos<sup>8</sup> que muitos de nós temos dificuldade de compreender o espaço como importante na "leitura" da sociedade. (SANTOS et al, 2005).

Todas as tentativas de se pensar o território brasileiro na sua totalidade esbarraram nos constrangimentos políticos, econômicos e culturais. Estranho seria se fosse o contrário, poderíamos afirmar. Porém, o que se passa na arena do conflito social quando nos questionamos sobre o papel do Estado, é, na verdade, a continuidade das ações de planejamento voltadas para atender os interesses de poucos, mas, poderosos grupos empresariais e políticos. A adaptabilidade contextual dessa prática em pleno século XXI dá-se pela retomada do pensamento rasteiro.

---

<sup>8</sup> Para Santos et al ( 2004, p. 255): "Entre os geógrafos, incluindo aqueles convidados para trabalhar com toda sorte de questões voltadas ao planejamento, o problema do espaço geográfico como ente dinamizador da sociedade é raramente levado em conta. Ora, se as bases do edifício epistemológico são frouxas, as práticas políticas almejadas serão, no mínimo, enviesadas."

Com ele se acredita que a grande missão do Estado no Brasil é a de preparar o país para enfrentar um ambiente econômico competitivo mediante a proposição de grandes investimentos em projetos de infraestrutura.

Uma expressão que sintetiza essa perspectiva defendida por vários setores do governo e da classe empresarial é a da superação dos *gargalos* nacionais. Se a palavra “gargalo” remete à existência de barreiras ao desenvolvimento ou indo diretamente a sua definição, de um estreitamento físico e funcional. A nosso ver, nada é mais estreito do que pensar o Brasil apenas sob o ponto de vista dos gargalos. Para ser mais rasteiro ainda, a mentalidade do gargalo é o nosso próprio gargalo. O PAC não se distancia muito desse paradigma.

De acordo com Leitão (2009, p. 216), o PAC pode ser sintetizado como uma carteira de obras de projetos setoriais não territorializados, que visa criar um ambiente de investimentos ao privilegiar a racionalidade do mercado, propor garantias aos empresários e diminuir os riscos dos investimentos realizados pelo capital privado. Desse modo, o PAC é entendido pela autora como um “portfólio de obras que prescinde de uma visão integrada do território, reproduzindo uma lógica fragmentária de ação sobre o espaço nacional e suas regiões”.

Na visão do Governo Federal, o PAC <sup>9</sup> tem o intuito de mobilizar o setor produtivo nacional, realizando investimentos em obras de infraestrutura com a expectativa de gerar o desenvolvimento econômico e social, contribuindo também para mitigar as desigualdades regionais ao “ativar áreas deprimidas” <sup>10</sup> e possibilitar o aumento da competitividade das “áreas já em expansão”. O portfólio de obras do PAC está dividido em três principais eixos de atuação, nos quais se desenvolvem projetos de infraestrutura. Lembramos que os valores abaixo relacionados dizem respeito ao montante de recursos destinados por eixo, o que não significa que os valores foram de fato empregados. Aliás, essa tem sido uma das grandes críticas feitas ao PAC. Exposto isso, elencamos os três principais eixos, quais sejam:

---

<sup>9</sup> Todas as informações colhidas sobre o PAC foram obtidas no endereço: [www.brasil.gov.br/pac](http://www.brasil.gov.br/pac). Acesso em junho de 2011.

<sup>10</sup> Poderíamos nos questionar sobre o que o Estado brasileiro entende por regiões deprimidas. Seriam regiões onde não encontramos as condições perfeitas de desenvolvimento do capital, leia-se, de fortalecimento das forças produtivas? Se assim for, a quem interessa a transformação de regiões deprimidas em regiões dinâmicas?

1) Infraestrutura Logística (2007 a 2010 – R\$ 58,3 bilhões) - Engloba todos os investimentos em construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. As operações com destaque para logística visam empreender ações que contribuam para fortalecer as atividades econômicas geradoras de portentosos dividendos para a balança comercial brasileira.

2) Infraestrutura Energética (2007 a 2010 - R\$ 274,8 bilhões) – Realização de investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, atividade petrolífera no que concerne à produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. Ou seja, um dos eixos privilegiados no PAC é justamente aquele que ocupa o centro das atenções nos investimentos da gigante Petrobras, mormente, a partir da descoberta do pré-sal na costa brasileira.

3) Infraestrutura Social e Urbana (2007 a 2010 – R\$ 170,8 bilhões) - envolve recursos destinados ao saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, ampliação do Programa Luz para Todos e investimentos em recursos hídricos. Nesse eixo subjaz um viés marcadamente urbano, com o objetivo de atender a população que reside nas principais cidades do país. Tal perspectiva foi ainda mais alargada após o anúncio do Brasil como sede de importantes megaeventos, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Para receber os eventos em questão, será necessário aplicar uma soma significativa de investimentos em mobilidade urbana nas cidades sede.

Não é nosso objetivo realizar uma avaliação da operacionalização dos investimentos, tendo em vista o gigantismo das suas aplicações durante os quatro anos do PAC. Contudo, não podemos nos furtar do debate ao entendermos que qualquer plano de investimento que desconsidere o quadro social e geográfico do país e as “reais” necessidades da população deve ser objeto de um questionamento crítico cuidadoso. Nesse sentido, do total de recursos destinados para o período de 2007 a 2010 que contabilizou R\$ 503,9 bilhões<sup>11</sup>, os setores mais privilegiados a se

---

<sup>11</sup> De acordo com o Governo Federal, os números mais atuais referentes ao PAC2 informam que o total de investimentos para o período de 2011 a 2014 será de R\$955 bilhões. O PAC2 está dividido em seis eixos, quais sejam: PAC Cidade Melhor; PAC Comunidade Cidadã; PAC Minha Casa, Minha Vida; PAC Água e Luz para Todos; PAC Transporte e PAC Energia. No primeiro semestre de 2012, foram executados R\$ 324 bilhões, ou seja, 34% do valor total destinado para o período supracitado.

beneficiar dos recursos foram/são e continuarão sendo os grandes grupos empresariais e uma determinada parcela das oligarquias políticas.

Como o foco do PAC em sua carteira de projetos, geralmente, está associado à consecução de grandes obras de infraestrutura. Portanto, obras que envolvem cifras elevadas, os efeitos de sua implantação são também, igualmente, portentosos. Por isso, nossa preocupação em centrar nossa análise na mobilização do trabalho gerado nos locais onde se implantam grandes obras de infraestrutura.

Retomando mais uma vez os apontamentos de Vainer (2007), o autor argumenta que os grandes projetos de investimentos conformam-se como um dos vetores de fragmentação territorial. Estes projetos possuem um grande potencial de organização e transformação dos espaços, podendo inclusive atuar na composição e decomposição de regiões. Ressaltando o contexto pelo qual assistimos a retomada dos investimentos em grandes projetos, Carlos Vainer afirma que:

Os grandes projetos voltam à pauta nos últimos anos, de que são exemplares megaempreendimentos hídricos – transposição das águas da bacia do São Francisco, hidrelétricas de Belo Monte e Madeira. Há, porém, uma decisiva mudança do que se passa hoje em relação ao que aconteceu nos anos 70: agora, grande parte das empresas e de seus empreendimentos territoriais não estão mais sob controle do Estado brasileiro. A privatização do Setor Elétrico, da CVRD, da CSN, da rede ferroviária, etc, ao lado da ausência ou fragilidade do planejamento em uma série de setores estratégicos, tem como consequência *o império de opções e decisões de empresas privadas, estas sim tornadas soberanas*. A privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura acabou tendo como corolário a *privatização dos processos de planejamento e controle territorial* que são intrínsecos aos grandes projetos. (VAINER, 2007, p. 11, grifo nosso).

O desenvolvimento do PAC expressa muito bem os processos elencados pelo autor, na medida em que desconsidera o quadro social, onde deseja lançar projetos de modernização do território e atende a uma cartela de interesses.

Na Região Nordeste, a atuação do PAC assim como em outras regiões faz-se presente, sobretudo no investimento em obras de grande porte, tais como a construção da Ferrovia Transnordestina e as obras da transposição do rio São Francisco. Além das duas obras citadas, destacam ações mais pontuais com importantes impactos na estrutura social e econômica da região, representada pelos

anúncios de investimentos na construção de pólos siderúrgicos, refinarias, estaleiros, ampliação dos principais portos, duplicação da BR-101 entre outras.

As obras desenvolvidas no Nordeste alteram completamente a dinâmica geográfica do trabalho. É justamente esse processo que procuraremos analisar detidamente mediante a análise do impacto social das grandes obras de infraestrutura no Sertão nordestino, citando como exemplo as obras da Transposição do rio São Francisco e a Transnordestina.

## **2.2 O projeto de transposição e a partilha do território**

Uma viagem realizada pelos canteiros das principais obras hídricas em construção na Região Nordeste do Brasil, revelou-nos uma realidade altamente pujante, que mostra a capacidade do Estado brasileiro em conduzir o processo de organização territorial criando canais, barragens, açudes onde antes reinava quase que absoluta a paisagem árida do Sertão e suas gentes trabalhadoras. Naquelas áreas onde a população sertaneja teve de ser removida para dar “lugar ao progresso” e efetivar o caminho das águas para a tão esperada segurança hídrica, as obras avançam num ritmo crescente, produzindo um cenário extremamente complexo. Nesse ínterim, erigem formas diferenciadas de apropriação do território com reflexo direto na promulgação de conflitos sociais centrados na questão do acesso à terra e à água, bem como no conjunto de problemas que afetam a dinâmica geográfica do trabalho.

No transcorrer do debate público, entre inúmeras idas e vindas<sup>12</sup> sobre a necessidade de transpor as águas do rio São Francisco, as manifestações sempre transitavam em torno de posições pró e contra a construção das obras. Os avanços do capital aliado ao discurso de modernização do território criaram uma situação política onde as contestações desses projetos foram encaradas como desprovidas de visão de futuro e, nesse sentido, desvinculadas de uma ideia de nação, de desenvolvimento econômico e mesmo de senso de caridade, tendo em vista que a

---

<sup>12</sup> No livro intitulado “Os descaminhos do São Francisco” (2005), o autor Marco Coelho realiza uma breve digressão sobre as diversas propostas para a construção de um canal que pudesse levar água do rio São Francisco para áreas do Nordeste que enfrentam períodos de seca recorrentes.

água é fundamental à vida e, portanto, negar água a quem tem sede significaria ser contra o próximo.

Entendemos que o cenário do debate em torno dos grandes projetos hídricos no Nordeste mudou radicalmente. Se antes tencionávamos no campo das pretensões do Governo nas suas diferentes escalas de poder, mediante a possibilidade ou não da concretização das grandes obras hídricas, hoje, elas configuram, de fato, como realidade.

Com o desenvolvimento das ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a palavra de ordem foi justamente criar um ambiente de intensos investimentos em infraestrutura para dinamizar a economia nacional, potencializar a geração de empregos e, por extensão, criar a demanda de investimentos do capital privado para acompanhar o ritmo de injeção de recursos públicos.

O investimento no setor dos recursos hídricos tem ocupado posição de destaque, sobretudo na Região Nordeste com a construção dos Eixos Norte e Leste do Projeto<sup>13</sup> de Integração das Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, a construção do Eixo<sup>14</sup> das Águas Ceará, mais conhecido como Canal da Integração, bem como as diversas barragens e adutoras espreiadas por toda a Região Nordeste.

A atenção dada pelo Estado brasileiro para a questão da água ajuda a colocar este debate como eixo central dos processos de disputas territoriais que colocam diferentes projetos de sociedade e acirram o panorama de conflitos entre movimentos sociais e o capital privado. Esses conflitos, cada vez mais, ressaltam a questão do acesso à água e seu cerceamento por parte do capital do

---

<sup>13</sup> De acordo com o Ministério da Integração Nacional, o Projeto de Integração das Bacias do Nordeste Setentrional está dividido em dois Eixos. O Eixo Norte levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Eixo Leste, por sua vez, terá como objetivo captar a água do São Francisco para o Sertão e agreste de Pernambuco e Paraíba. No ano de 2011, houve um aumento das estimativas quanto ao custo total da obra. Dos anteriores R\$5 bilhões previstos no início do projeto, a estimativa foi atualizada para cerca de R\$ 6,8 bilhões. Ou seja, um aumento de 36% com relação ao orçamento inicial. Em 2012, mediante publicação do PAC2, o custo total da obra foi novamente atualizado para R\$ 8,18 bilhões.

<sup>14</sup> Segundo informação da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, o Eixo constitui-se: "... de um complexo de estação de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis, que realizam a transposição das águas do Açude Castanhão para reforçar o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como do Complexo Portuário e Industrial do Pecém, fazendo a integração das bacias hidrográficas do Jaguaribe e Região Metropolitana." (Fonte: [www.srh.ce.gov.br](http://www.srh.ce.gov.br). Acesso em agosto de 2011)



*agrohidronegócio*<sup>15</sup> e dos grupos empresariais do setor da indústria presentes nos importantes centros urbanos do Nordeste.

A obra da transposição, apesar de estar envolta em todo o discurso da melhoria da qualidade de vida sobre o enlace da garantia da água para o consumo humano, não conseguiu se desvincular da herança histórica de captura política das grandes obras hídricas no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 1977). Essas funcionaram sempre como simbolismo do poder das oligarquias regionais e que, hoje, trazem alguns elementos novos, os quais congregam uma gama de interesses capitaneados por importantes grupos empresariais. Esses grupos vislumbram possibilidades de acumulação de capital a partir dos investimentos em atividades extremamente lucrativas que têm na garantia da oferta hídrica, condição básica para sua efetividade.

Várias foram as críticas ao projeto de Integração do rio São Francisco. Nesse transcurso, houve momentos de agitação social com reflexo para a mobilização da sociedade civil. O caso mais emblemático de resistência foi, sem dúvida, a greve de fome deflagrada por duas vezes pelo bispo da Diocese de Barra (BA), Dom Luiz Cappio<sup>16</sup> nos anos de 2005 e 2007 no município de Cabrobó (PE). O objetivo da greve de fome foi o de pressionar o Governo Federal para abortar as obras da transposição do rio São Francisco. Como sabemos, a iniciativa do bispo não surtiu efeitos no que tange à paralisação das obras, mas com certeza ajudou a mobilizar as comunidades ribeirinhas e os movimentos sociais de luta pela terra e água (ARAÚJO, 2010; LEHER et al, 2010).

Um dos estudiosos que tem se dedicado ferozmente na crítica ao Projeto de Transposição do rio São Francisco é o engenheiro agrônomo, João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Em seu livro intitulado "Transposição do São Francisco na perspectiva do Brasil real", o autor reúne dezenas de artigos publicados ao longo de quinze anos nos quais reitera sua visão de que a obra da transposição é na verdade uma tragédia anunciada. Num dos últimos textos,

---

<sup>15</sup> O termo *agrohidronegócio* tem comparecido em algumas análises (MENDONÇA; MESQUITA, 2007; THOMAZ, 2010) para demarcar a necessidade do capital do agronegócio não somente na sua ação frente à histórica apropriação privada da terra, mas também da água. Nesse contexto, muitos conflitos envolvendo o acesso à água passam a ocorrer de uma forma muito explícita, inaugurando um novo panorama para as desigualdades sociais no campo brasileiro.

<sup>16</sup> Sobre a decisão de iniciar a greve de fome, Dom Luiz Cappio concedeu uma importante entrevista para a Revista Estudos Avançados (2006).

Suassuna assevera (2010) que o projeto, agora em plena execução, continua apresentado sérios entraves, tendo em vista o risco hidrológico presente no rio, o comprometimento da geração elétrica em virtude da constante ameaça de queda na vazão promovida pelas secas periódicas e pelo uso indiscriminado dos sistemas de irrigação, o quadro de poluição desenfreada das águas que cortam as cidades e os projetos de irrigação em todo o seu percurso. Por fim, o autor (2010, p.368) faz uma afirmação que para muita gente mais parece um paradoxo: "... o Nordeste possui muita água acumulada em suas represas, em volumes suficientes para o atendimento das necessidades das populações, não se justificando a realização de um projeto que irá retirar volumes do São Francisco, a cerca de 500 km do local do consumo".

Diante desse quadro, qual seria então o verdadeiro interesse em construir as obras da transposição? Caminhando a partir de um ponto de vista diferente, tecendo análises que corroboram com a necessidade da execução do Projeto de Transposição, o artigo do Professor da UFPB, Flávio Vieira (2009), propõe-se a fazer uma "discussão racional" do tema da transposição. Portanto, contrariando a "pregação apologética dos setores políticos" e também as "mitificações ideológicas" desencadeadas pelos críticos do projeto. Para o autor, o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto de Transposição é claro ao declarar que o objetivo central da integração das Bacias Hidrográficas é: "assegurar a oferta de água para uma população e uma região que sofre com a escassez e a irregularidade das chuvas". Desse modo, Vieira destaca que:

Apesar de alguns questionarem o fato apontado acima, afirmando que a água do projeto de transposição não se destina ao abastecimento humano, é preciso afirmar não ser mais possível, em pleno século XXI, continuarmos a conviver com uma tragédia social que se agrava a cada dia numa das regiões mais pobres e desiguais do planeta. A fraseologia de esquerda, por parte dos que se opõem à transposição, esconde, na verdade, posições conservadoras, que são resultado, de um lado, de uma visão idílica sobre um Sertão e uma vida sertaneja que começam a se esfumar, e que, na prática, prefere a manutenção do atraso e da pobreza, da dependência dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais ao latifúndio. (VIEIRA, 2009, p.161).

Para o autor em questão, devemos entender a região semiárida em sua totalidade, inclusive destacando o peso da população urbana. Nesse sentido, o

projeto pode contribuir para o processo de transformação social que essa porção do território reclama ao garantir o acesso regular à água para as populações urbanas e rurais e para os projetos de desenvolvimento. Quanto aos projetos de desenvolvimento, contrariando a compreensão dos críticos do projeto, para quem o setor do agronegócio será um dos maiores privilegiados, Vieira afirma que:

Aqueles que se opõem ao projeto de transposição continuam a afirmar que o grande interessado é o futuro agronegócio que se desenvolverá na região. Ora, ou uma coisa ou outra! A não ser que prevejam uma metamorfose tardia desses grandes proprietários em “agronegociantes” ou, num exercício de futurologia que prescinde da avaliação prévia que os capitalistas fazem para criar um novo negócio – o estudo da experiência brasileira com o uso da irrigação indica que, em média, são necessários 15 anos para que os investimentos iniciais se tornem rentáveis, sendo esse especificamente um dos principais argumentos do Banco Mundial para se opor ao Projeto de Transposição (Banco Mundial, S/D, p. 5). É bom não esquecermos que as mudanças promovidas, por exemplo, no Vale do São Francisco, foram, em grande medida, propiciadas pelo Estado nos anos 1970. (VIEIRA, 2009, p. 165).

Numa perspectiva política pendular, o autor supracitado parece ora apoiar a necessidade da ruptura com o poder oligárquico e a necessidade da reforma agrária como condição prévia ao estabelecimento do projeto, ora aparenta desconsiderar totalmente o esforço feito por muitos setores da academia e dos reais afetados pelo projeto, ou seja, as próprias comunidades, quando denunciam o risco de apropriação privada das infraestruturas construídas com recursos públicos.

Na verdade, não se trata de um exercício de futurologia, pois para muitos projetos semelhantes, tal como ocorre com o Eixão das Águas no Ceará, a apropriação privada não é um risco e sim uma realidade (LINS, 2008). E essa realidade não se faz somente pela pretensão de que num futuro próximo grandes proprietários possam se transformar em *agronegociantes*. O que dizer da atuação na região semiárida desde o final da década de 1990 de três das maiores empresas multinacionais na produção de frutas? O que representa ser o Sertão nordestino um dos maiores produtores de manga, melão, banana e uva para exportação do Brasil? E se o objetivo for, de fato, não transformar oligarcas em empresários do agronegócio, mas sim garantir o fortalecimento de capitais nacionais e internacionais mediante a consecução do complexo siderúrgico e portuário do Pecém, o qual será

extremamente beneficiado com a transposição das águas do rio São Francisco para o Ceará?

Cada vez mais, entendemos como urgente perscrutar as dimensões/interesses maculados no discurso que prega a necessidade de levar água para as populações sertanejas. Mesmo assim, não podemos desconsiderar o movimento já existente no que diz respeito ao pacto estabelecido entre o Governo Federal e as empreiteiras para a construção das obras.

Sendo assim, propomo-nos a analisar as transformações territoriais suscitadas pelo início das obras da transposição no Sertão pernambucano e, para tanto, elegemos como foco de análise o município de Cabrobó. Esse município recebeu o início das obras do Eixo Norte (Figura 1), que fará a “integração” das águas do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional, nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.



Figura 1:Localização dos Eixos Norte e Leste da Tranposição do rio São Francisco.

Fonte: www.folha.com. Acesso em 30/Out de 2012.

Em Cabrobó, como parte das operações do Eixo Norte, foi construído o canal (Figura 2) de captação da água do rio São Francisco para o Eixo Norte. Do total de 26,4 m<sup>3</sup>/s de água a ser retirada continuamente do Rio, 16,4 m<sup>3</sup>/s serão recolhidos

do ponto de captação construído em Cabrobó para atender o Eixo Norte da Transposição. Os 10 m<sup>3</sup>/s por sua vez serão destinados para o Eixo Leste<sup>17</sup>.



Figura 2: Canal de concreto da Transposição do rio São Francisco.

Fonte: Juscelino E. Bezerra, Cabrobó (2009).

A construção do canal de captação e da Barragem de Tucutu foi realizada pelo 2º BECnst (Batalhão de Engenharia de Construção) do Exército brasileiro no ano de 2007. Desde então, com o apoio do exército, a obra passou a ganhar corpo com a construção dividida em cinco trechos e com a organização de 14 lotes, no quais grandes e pequenas empresas de engenharia atuam reunidas em consórcio ou individualmente (Figura 3).

---

<sup>17</sup> Informações retiradas do site <http://www.mi.gov.br/saofrancisco/>

Fonte: ([www.mi.gov.br/saofrancisco/integracao/bacias\\_ampliada.asp](http://www.mi.gov.br/saofrancisco/integracao/bacias_ampliada.asp)). Acesso: Out/2009.

### Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional



Figura 3: Partilha do território pelas empresas construtoras do Projeto São Francisco.

Fonte: ([www.mi.gov.br/saofrancisco/integracao/bacias\\_ampliada.asp](http://www.mi.gov.br/saofrancisco/integracao/bacias_ampliada.asp)). Acesso: Out/2009.

A figura que representa as informações dos diferentes lotes para a construção da obra revela mais do que um dado sobre o projeto, pois deixa clara a existência de uma verdadeira partilha do território, onde as empreiteiras dividem suas áreas de atuação e angariam recursos pelo Estado mediante um intenso jogo político, cujas proporções não podemos desvendar em sua inteireza neste momento.

Grandes empresas fazem parte do Projeto Águas do São Francisco. Gostaríamos de chamar a atenção para a reprodução de um quadro, onde se repete a participação de grupos de capital nacional (geralmente provindos do Centro-Sul) e internacional (no plano das consultorias ambientais, a exemplo da gigante finlandês,

Jaakko Pöry) que disputam verbas públicas com o intuito de desenvolver suas operações na Região Nordeste. Esses dados revelam apenas alguns traços do que tem sido a trama política para a aprovação da obra de transposição e os desdobramentos para os conflitos e disputas territoriais.

Coelho (2005, p.177) destaca que foi forte a movimentação em torno da criação de um *lobby* envolvendo vários grupos empresariais e políticos a favor da transposição. Segundo o autor, esse *lobby* era construído da seguinte maneira: primeiro, organizou-se um grupo que sempre ocupava papel de destaque na montagem de uma assessoria técnica para redigir estudos, pareceres e discursos quando o tema fosse a Transposição. Depois, desenvolvia-se um corpo a corpo nos bastidores da administração federal e no Congresso. Por último, o *lobby* pró-transposição tratava de ocupar a arena dos meios de comunicação numa guerra midiática, cujo objetivo era produzir um conjunto de informações que pudessem enaltecer as vantagens do Projeto de Transposição. Ainda, conforme o autor:

... todos sentem como é aguçado o faro das empreiteiras para a possibilidade de participação em vultuosas obra de engenharia; e é sabido como essas empresas se lançam com audácia na abertura de novos caminhos para a expansão dos seus negócios. Ademais, não é possível esquecer o interesse direto das pessoas ligadas às empresas de 'consultoria', principalmente os consórcios internacionais, pois foram esses que tiveram um papel de destaque na elaboração do projeto. (COELHO, 2005, p. 196)

Todos os contornos políticos e econômicos apresentados até aqui tiveram como alicerce nas suas estratégias discursivas a poderosa bandeira da criação de empregos. Não obstante, o quadro vulnerável que se encontra a grande parcela das pessoas que moram na região semiárida, a defesa do projeto tocou em elementos bastante delicados, quando se trata do debate regional no Nordeste, sobretudo para o semiárido. Afinal, os planos e políticas que se voltam para enfrentar o problema da seca e a garantia de investimentos visando o desenvolvimento econômico é sempre uma estratégia que encontra espaço nas discussões. Por isso, a importância de avaliarmos, com cuidado, a representatividade das transformações suscitadas pela consecução das obras de Transposição do rio São Francisco.



## 2.3 Trabalhadores no caminho das águas

Marcado o debate que é de ordem social, geográfica, cultural e ideológica, a construção de grandes obras hídricas no Nordeste brasileiro e em particular as obras de “integração” das águas do rio São Francisco têm afetado diretamente a organização do trabalho nos lugares onde as obras estão sendo realizadas, configurando mudanças sociais que repercutem diretamente na dinâmica geográfica do trabalho.

É fato consumado que a construção das obras do projeto de integração do rio São Francisco, assim como, a Transnordestina mudou radicalmente a estrutura de “emprego” nos pequenos municípios onde estão instalados os principais canteiros de obras. Todavia, também é fato que a dinamização dos empregos tem dia e hora para terminar. Portanto, a geração de emprego, alardeada pelos setores privados e pelo Estado como resultado (e justificativa) das obras levadas a cabo, comparece, na verdade, como um mecanismo ilusório. O exemplo de Cabrobó (PE) ilustra bem esse movimento, pois pudemos observar momentos de ascensão e queda do número de empregos formais criados no setor da construção civil.

Durante o auge da construção do projeto de transposição, no ano de 2009, tivemos a oportunidade de visitar o canteiro das principais obras realizadas naquele momento pelo exército e pelo consórcio Águas do São Francisco. Em 2009, uma breve incursão pela cidade de Cabrobó revelava as mudanças trazidas no cotidiano da cidade com a influência das operações comandadas pelo Ministério da Integração Nacional. A cidade recebia um movimento significativo de carros do Governo Federal, do Exército, da polícia (Cabrobó engloba a área chamada de Polígono da Maconha) e de várias empresas prestadoras de serviços.

Na paisagem destacavam-se os escritórios das empresas responsáveis pela obra, bem como os “azuisinhos”, trabalhadores vestidos com uniforme azul que passam a todo o momento rumo aos canteiros. O resultado era um trânsito corrente de pessoas circulando em motos, bicicletas e carroças. A cidade passava por um período de prosperidade, verificável na quantidade de pequenos pontos comerciais, na oferta de serviços, na abertura de leitos de hotéis e pousadas. Todo esse agito



acontecia também com as características próprias do lugar, a exemplo dos serviços de frete prestados por meio das carroças puxadas por jegue (Figura 4).



Figura 4: Serviço de frete na cidade de Cabrobó, Outubro de 2009.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Cabrobó (PE), 2009.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), traçando um comparativo do fluxo de admissão e desligamento no período de janeiro a agosto dos anos de 2007 (início das obras) e de 2009, percebe-se uma alteração significativa na dinâmica dos empregos formais. O número de admitidos cresceu de 101 para 1.532 trabalhadores no período analisado. Esse fluxo de contratações em um município como Cabrobó, com pouco mais de 30 mil habitantes, de acordo com o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), impõe um movimento antes nunca imaginado.

O perfil econômico do município em questão está associado historicamente à atividade da agricultura de sequeiro, sendo as principais culturas produzidas no município a de arroz, cebola, feijão, milho e melancia. No mercado de trabalho formal, o setor que mais emprega trabalhadores no município é a Administração Pública.

Esses processos intensificam as mudanças socioespaciais, uma vez que o ritmo e a intensidade dos “investimentos” nas obras do Governo Federal ajudam a criar um movimento de trabalhadores interessados em participar da rara criação de empregos.

O que podemos aferir com os dados apresentados é que os municípios que vivem essa “onda” de empregos, numa realidade acostumada com outra temporalidade, marcada pela relação telúrica da prática camponesa e/ou da inserção laboral por pequenos comércios e pela ocupação em empregos públicos, convivem numa espécie de “transe” a partir de um pretense surto de desenvolvimento.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a perspectiva de emprego muda o seu referencial de identidade do trabalho. Segundo informações de funcionários do Ministério da Integração Nacional, quando do início das obras e da contratação dos trabalhadores houve algumas dificuldades, pois os mesmos não tinham sequer carteira de trabalho, sendo necessário realizar praticamente um mutirão para tirar a o documento para todos os trabalhadores contratos pelas obras.

Para os trabalhadores, essa foi uma mudança significativa, cuja proporção necessita ser avaliada teoricamente sem preconceitos de classificarmos esta relação como mera dádiva temporária do capital ou a categorizarmos autoritariamente como relações de alienados por não perceberem que a carteira assinada é apenas mais um instrumento de cooptação do trabalhador ao universo dito “salubre” da legislação trabalhista.

Tomemos como exemplo, o caso do trabalhador a quem tivemos oportunidade de conversar e que na ocasião chamaremos de *Francisco*. Francisco, no ano de 2009, período de nossa entrevista, trabalhava na Portban, empresa de São José dos Campos, interior de São Paulo, responsável pela instalação e manutenção de banheiros químicos nos canteiros das obras. Sua tarefa era fazer a manutenção e limpeza dos banheiros químicos. A empresa na qual Francisco trabalhava foi contratada pela Carioca Engenharia do Rio de Janeiro, pertencente ao Consórcio das Águas do São Francisco. Francisco pela primeira vez trabalhou com uma atividade que não estivesse associada à agricultura. Antes de conseguir seu primeiro emprego com carteira assinada, o mesmo plantava milho e feijão.

O caso que relatamos é um exemplo bastante elucidativo do que Thomaz Júnior (2009; 2006) denomina de plasticidade do trabalho. Para o autor, a realidade viva do trabalho mostra uma dinâmica conflitiva, em que o embaralhamento das identidades do trabalho rompe as escalas do campo e da cidade, do trabalho urbano ou agrícola e o espaço de relações.

O trabalho, como já afirmamos, é entendido como modelo de toda práxis, ou seja, é no trabalho que o ser social se diferencia, exerce sua vitalidade, põe-se na dianteira do mundo vivido, na materialidade da vida, bem como se faz na sua relação com os outros homens. O espaço como dimensão ineliminável aparece também como um fator importante para tecer a rede causal. Por isso mesmo, é o espaço elemento muito geral da relação entre teleologia e causalidade. Proposição essa que defendemos como caminho para consolidarmos uma nova visão nos estudos geográficos daquilo que se entende por sujeito.

O sujeito, adjetivado de sertanejo, vivencia e dialetiza práticas sociais e históricas que sempre foram tecidas por sua relação com a natureza, principalmente, a partir da produção na agricultura de sequeiro, fortemente, dependente da dinâmica das chuvas no Sertão. Esse mesmo sujeito agora se vê diante de um panorama que produz um novo contexto de inserção laboral que não se resume apenas na visão restrita do emprego.

A dimensão do trabalho e o ato de trabalhar ocupam posição central não só no plano da reflexão filosófica para aqueles que assim os compreendem, mas também estão na dimensão do cotidiano. Quando tomamos as categorias da Geografia e a relacionamos com o trabalho, temos uma situação ainda mais complexa. Já que, se há alterações significativas com a "difusão" de ocupações não mais vinculadas à agricultura, produzindo um novo referencial identitário mediante o estabelecimento de novas funções, da institucionalização do vínculo empregatício, das esteiras das normatizações e, por extensão, dos novos papéis sociais que o trabalhador adquire na comunidade, devemos também considerar o fato deste mesmo sujeito trabalhar na cidade e não mais (ou ainda) no campo.

Essa situação traz conteúdos geográficos, políticos, econômicos e culturais novos. O espaço de relações do trabalhador é ampliado, seja pela esfera propriamente relacional (chefes, gerentes, metas, prazos, horários, atribuições,

cronogramas), seja na esfera do consumo, pelo incremento na renda do trabalhador, colocando-o na roda viva do consumo, onde ele é finalmente visto como cidadão (cidadão é aquele que consome!) e que o permitirá adentrar também, nos círculos de proteção social mediante as conquistas trabalhistas, tais como a contribuição para o FGTS, seguro desemprego e férias remuneradas. Isso sem considerar o próprio *status* que o trabalhador com carteira assinada inegavelmente tem nas comunidades do Sertão nordestino.

Mesmo entendendo a conjugação de novos fatores que influenciam trajetórias de vida com a construção das obras hídricas supracitadas, não devemos perder de vista na nossa análise, a dimensão histórica das formas de intervenção no Nordeste semiárido com relação, principalmente, às obras e à formação das *frentes de trabalho*<sup>18</sup> e até mesmo quando mencionamos a formação das *frentes de emergência*<sup>19</sup> com inúmeros trabalhadores sertanejos que eram contratados pelo Estado (em seus distintos níveis) para evitar a profusão de saques nos períodos de agravamento das secas (NEVES, 1994).

Oliveira (1977) nos lembrou da captura política por parte das oligarquias regionais dos recursos direcionados à construção de açudes, barragens e estradas. Essas obras foram incorporadas como benfeitorias construídas com dinheiro público nas propriedades privadas. Para a construção das obras, quando concretizadas, já que a prática das "obras fantasmas" também existia, o DNCOS utilizava as *frentes de*

---

<sup>18</sup> Sobre as frentes de trabalho, Bursztyn (2008, p.104) explica que: "Durante a seca de 1979, as frentes foram mobilizadas durante 10 meses e 18 dias. O Estado assalariou 350.000 trabalhadores, em 513 municípios de oito Estados da Federação. Em 1980, a pluviosidade foi novamente insuficiente e, uma vez mais, o Estado acionou as frentes, desta vez mobilizando 600.000 trabalhadores, inscritos para beneficiar um total de 190.000 propriedades (BRASIL, 1980, p.4). Ou seja, durante os últimos anos, uma grande parte da força de trabalho do Polígono das Secas foi organizada para desenvolver trabalhos nas propriedades privadas, sob o controle da Emater e, direta ou indiretamente, paga pelo Estado".

<sup>19</sup> O Historiador Frederico Neves, em seu livro *Imagens do Nordeste* (1994, p. 99), fez um resgate dos conflitos envolvendo as frentes de emergência e o crescimento dos saques ocorridos no interior do Ceará em 1979 através das matérias de Jornal. Segundo o autor: "Num nível imediato e local, a intimidação parece ser a estratégia mais eficiente para obter alimentos e vagas nas frentes de emergência. Os prefeitos, especialmente, se encontram diante da multidão e procuram estabelecer negociações. Em Icó, 'com um megafone emprestado pelo Junta de Alistamento Militar', o prefeito 'fez um dramático apelo aos quase 500 flagelados que (...) pediam comida, trabalho e remédios, sob uma temperatura de aproximadamente 38 graus'. Em Campos Sales, 'diante de 150 flagelados', que voltavam à cidade pela segunda vez em poucos dias, o prefeito 'procurou, segundo disse, esfriar o ânimo do pessoal e distribuiu arroz, farinha, e rapadura para todos.'. Em Várzea Alegre, o prefeito 'encontra-se numa situação sem saber o que fazer, uma vez que já acabou todo o estoque de rapadura, farinha e arroz e esse número (de flagelados) vem aumentando progressivamente".

*trabalho* das secas. Essas frentes eram constituídas por pequenos agricultores, ou seja, mão de obra abundante e barata que povoava o Sertão do Nordeste algodoeiro-pecuário da primeira metade do século XX. Ainda segundo o autor, o Estado e as forças oligárquicas, para dar vazão às necessidades hídricas a fim de dinamizar as atividades de produção de algodão e da criação de gado, reproduziam os mecanismos de acumulação primitiva. Sendo o aspecto da utilização das relações de trabalho não-capitalistas um ponto-chave.

Na atualidade, a mão de obra que ajuda a “por de pé” o projeto do Estado brasileiro de construir grandes obras hídricas continua sendo a de trabalhadores oriundos do campo. É, ainda, a mão de obra abundante e barata que propicia aos grandes grupos nacionais a exploração da força de trabalho.

Diferente de declarar que o capital somente agora se defronta com uma massa de trabalhadores (o que num certo sentido é também verdade), não devemos nos esquecer que estamos tratando de uma região cuja densidade histórica traz marcas profundas que explicam a própria trajetória do nosso país. Por isso, preferirmos adotar a posição de que esse portentoso conjunto de obras que se desenvolve no semiárido promove um reencontro com sujeitos sociais amalgamados, a partir de várias gerações, cujo traço permanente e intrínseco é ser e ter sido força de trabalho. Mais uma vez, como um “amigo” que há muito tempo não visita seus companheiros, o capitalismo retorna ao semiárido trazendo sua nova mercadoria, qual seja: a carteira de trabalho. Mais uma vez a política dos corpos do trabalho retoma seu lugar comum e expressa a verdadeira face do capitalismo. Compartilhando com nossa reflexão, Eagleton mostra que:

...o capitalismo é um credo impecavelmente inclusivo: não se importa, realmente, com quem ele está explorando. É admiravelmente igualitário em sua pronta disposição de arrasar praticamente qualquer um. Está preparado para conviver com qualquer de suas antigas vítimas, por menos atraente que seja. Na maior parte do tempo, pelo menos, está ansioso para juntar o maior número possível de culturas diferentes a fim de poder mascatear seus produtos para todas elas (...) No espírito generosamente humanista do poeta antigo, nada do que é humano é estranho a esse sistema. Em sua caça ao lucro, viaja qualquer distância, agüenta qualquer privação (...) É o capitalismo que é desinteressado, não os acadêmicos. (EAGLETON, 2005, p. 35).

Seguindo seu próximo passo rumo a novos projetos e a novas regiões, a máquina de obras segue seu trajeto. Dessa vez, os canais por onde escorrerão as águas do rio São Francisco cedem lugar aos trilhos da Ferrovia Transnordestina. E o que as obras deixam para trás? Desemprego e ilusões.

Um comparativo feito a partir dos dados do CAGED entre o período de janeiro a agosto de 2011 e o mesmo período para o ano de 2009 em Cabrobó, comprova que, no ano mais recente, todas as ocupações ligadas ao setor da construção civil apresentaram saldos (Admissões x Demissões) negativos. É o caso, por exemplo, de vagas como a de Servente de Obras que apresentou saldo negativo de 90 trabalhadores, ao contrário de 2009, que a ocupação teve saldo positivo de 360.

A análise da dinâmica do mercado de trabalho aponta para uma tendência de acomodação do que era o perfil de admissões no momento anterior à construção das obras. Esse ponto é importante para que possamos averiguar os impactos sociais das grandes obras e a mudança no quadro da dinâmica geográfica do trabalho.

## **2.4 Transnordestina e os impactos para o trabalho: caminhos do progresso?**

A Ferrovia Transnordestina é uma obra realizada mediante a parceria entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sócia majoritária da Transnordestina Logística S/A, e o Governo Federal com os investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Os recursos anunciados na construção da Transnordestina são da ordem de R\$ 5,4 bilhões. Desse total, R\$1,3 bilhão ficará a cargo da CSN e o Governo Federal arcará com a parcela restante, ou seja, R\$4,1 bilhões.

A ferrovia ligará o município piauiense de Eliseu Martins ao entroncamento localizado em Salgueiro (PE), onde será feito o acesso ao Porto do Pecém, localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará, e ao Porto de Suape, situado na Região Metropolitana do Recife (Figura 5). A Ferrovia terá uma extensão de 1.728 km e está sendo construída em 25 frentes de trabalho, empregando segundo estimativas do Governo Federal, cerca de 11 mil trabalhadores.



Figura 5: Mapa da Ferrovia Transnordestina.  
 Fonte: Google Imagens. Acesso 30/Out de 2012.

O objetivo principal da nova Ferrovia Transnordestina é possibilitar o melhor escoamento da produção agrícola de grãos no Cerrado nordestino, beneficiando as principais regiões produtoras de soja, a exemplo de Barreiras, na Bahia; Balsas, no Maranhão e; o Vale do Gurguéia, no Piauí. Outros setores que serão beneficiados pelos trilhos da Transnordestina são o setor de mineração e o pólo gesseiro. Podemos destacar ainda outras atividades econômicas que também poderão se beneficiar das obras, a exemplo da produção de frutas para exportação no Vale do São Francisco, tendo em vista que o Porto de Pécem é o que mais exporta frutas no Brasil.

A construção da Transnordestina tem possibilitado uma verdadeira transformação na vida e no cotidiano de muitas pessoas que moram nos municípios que recebem as frentes de trabalho. Os municípios que recebem obras da construção da Ferrovia Transnordestina são: Salgueiro (PE), Cabo (PE), Custódia (PE), Arcoverde (PE), Trindade (PE), Pecém (CE), Missão Velha (CE), Eliseu Martins (PI) e Porto Real do Colégio (AL) entre outros.

Dos municípios citados que recebem frentes de trabalho da Transnordestina, destaca-se o município pernambucano de Salgueiro, localizado no Sertão pernambucano, que dista cerca de 520 km da capital Recife, com população, de acordo com o censo do IBGE de 2010, de 56.629 habitantes.

Salgueiro abriga não só as obras da Transnordestina, como também a da Transposição do rio São Francisco através da construção do Eixo Norte, que fará a integração da Bacia do rio São Francisco com as Bacias dos estados da Paraíba e Pernambuco. Segundo informações do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, divulgadas no Blog do Planalto, no dia 19 de Outubro de 2010, naquele período somente a folha de pagamento mensal dos trabalhadores dos canteiros de obras, localizado em Salgueiro, era maior do que a folha de pagamento da Prefeitura do município. Esse é um dado que demonstra a representatividade das transformações que ocorrem na dinâmica geográfica do trabalho nos municípios afetados pelas grandes obras de infraestrutura.

Quando falamos em transformações, queremos destacar a mudança social existente nesses municípios com a perspectiva da abertura de inúmeros postos de trabalho. Nesse contexto, chama a atenção como a perspectiva do emprego, mesmo que temporário, gera uma expectativa que acomete milhares de trabalhadores de várias localidades. Como exemplo, podemos citar a série de reportagens produzida pela Rede Globo Nordeste de Recife e exibidas em fevereiro de 2011, no Programa NETV, intitulada "A Hora do Sertão".

As matérias evidenciaram uma abordagem progressista, marcadas por certo ufanismo regionalista de enaltecimento do surto econômico, onde o Sertão aparece como o lugar dos investimentos, dos empregos, do desenvolvimento. Ou seja, o Sertão como a nova terra de oportunidades, portanto o novo foco para a migração de inúmeros "forasteiros" vindos dos mais diferentes estados da Região Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste para trabalhar na construção da Transnordestina e da Transposição.

Para ilustrar esse momento de pujança econômica alavancado pela expansão dos empregos no Sertão pernambucano, as reportagens enfatizaram o município de Salgueiro e os desdobramentos para a cidade. Desse modo, a partir do início das obras, a dinâmica da cidade foi completamente alterada com o crescimento vertiginoso dos valores dos aluguéis, do número de leitos de hotéis, pousadas, restaurantes e a construção de alojamentos disponibilizados pela empresa responsável por abrigar trabalhadores e executivos. De acordo com a reportagem, são 27 alojamentos que abrigam até 1.700 trabalhadores.



O quadro de crescimento registrado nos municípios que recebem as obras, particularmente, quanto à sua dinâmica geográfica do emprego formal expressam um processo com certo grau de ineditismo, porquanto a tímida participação do emprego com carteira assinada na grande maioria dos municípios do Sertão nordestino. Logo, ser o discurso da geração de emprego e renda o mais poderoso trunfo dos setores político e empresarial no Sertão.

A evolução do mercado de trabalho formal teve início com a presença das obras de infraestrutura em Salgueiro. Traçando um paralelo para que possamos evidenciar tal dinâmica, analisamos a evolução do número de empregos formais a partir do ano de 2007, momento em que se iniciam as operações do PAC até o ano de 2010. O objetivo do recorte temporal supracitado teve como intuito avaliar a dinâmica do mercado de trabalho formal antes e depois das obras.

Nesse ínterim, o que se observou foi um crescimento significativo no número de empregos formais em Salgueiro. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, no período de 2007 a 2010 houve uma variação absoluta de 9.535 empregos formais, passando de 4.618 empregos para 14.153, ou seja, um crescimento relativo de 206% (Tabela1).

**Tabela 1 - Estoque de empregos formais segundo setor de atividade econômica – Salgueiro (PE)**

	2007	2008	2009	2010
Extrativa mineral	14	12	36	41
Indústria de transformação	134	132	229	174
Serviços industriais de utilidade pública	10	11	11	10
Construção civil	712	1.131	1.515	9.385
Comércio	1.439	1.507	1.655	1.720
Serviços	988	1.014	1.033	1.263
Administração pública	1.290	1.360	1.483	1.507
Agropecuária, extração vegetal caça e pesca	31	45	44	53
<b>Total</b>	<b>4.618</b>	<b>5.212</b>	<b>6.006</b>	<b>14.153</b>

Fonte: RAIS/MTE. Org.: Juscelino E. Bezerra

Chamam atenção as alterações no perfil do mercado de trabalho, que, paulatinamente, passa de um perfil mais associado ao comércio e à administração pública para o crescimento significativo da construção civil. Somente esse setor foi responsável por 90% (8.673) do total de empregos formais criados no período de

2007 a 2010. Esse número é sozinho maior do que todo o estoque de empregos formais no município nos anos de 2007, 2008 e 2009, tomados isoladamente. Desde então, o setor em apreço passou a hierarquizar a participação percentual no total de empregos formais em Salgueiro (Gráfico 1).



Gráfico 1 - Participação percentual dos empregos formais no setor da construção civil no total de empregos formais de Salgueiro (PE) – 2007 a 2010.

Fonte: CAGED./MTE. Org. Juscelino E. Bezerra

Foi no ano de 2010 que o número de contratações cresceu com maior intensidade, coincidindo também com o fato de que no ano em questão, a obra da Transnordestina apresentou seus maiores avanços mediante o contrato entre a Transnordestina Logística e a multinacional brasileira, Norberto Odebrecht<sup>20</sup>. A partir desse momento, a construção da Ferrovia Transnordestina passou a ser a segunda maior obra de infraestrutura com operação da Odebrecht, perdendo apenas para a construção da hidrelétrica do rio Madeira, em Rondônia.

<sup>20</sup> A Odebrecht é uma organização empresarial brasileira, criada em 1944, que se notabilizou pela atuação no setor de Engenharia e Construção. No final da década de 1970, a empresa começou a apostar na diversificação mediante sua participação em atividades do setor petrolífero. Atualmente, a organização empresarial Odebrecht participa de inúmeros setores da economia a partir da operação no setor da construção, passando pelo ramo petrolífero, imobiliário, produção de etanol, abastecimento de água e saneamento, previdência, transporte, logística, etc. O grupo Odebrecht também é considerado uma das principais multinacionais brasileiras com presença em quatro continentes, com destaque para a atuação em países como Estados Unidos, China, Índia, Rússia, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Portugal, México, África do Sul e Coreia do Sul.

A Odebrecht ficou responsável por construir 1.100 km (63%) dos 1.728 km da ferrovia. No Estado de Pernambuco, a contratante está construindo o trecho Salgueiro-Suape, o qual vai percorrer 34 municípios pernambucanos, fato esse que obrigou o Governo de Pernambuco a realizar mais de 1.400 desapropriações.

Com a participação da Odebrecht na condução das atividades, o município de Salgueiro tornou-se um verdadeiro canteiro de obras, com a circulação de muitos trabalhadores, não só do município, como de várias localidades do Sertão nordestino. Afinal, conforme os dados da RAIS, somente no intervalo entre 2009 e 2010 foram criados 7.870 empregos formais na construção civil no município. Uma das iniciativas tomadas pela empresa foi construir em Salgueiro uma usina de brita e uma fábrica com capacidade para produzir diariamente 4.800 dormentes.

Para contratar tamanha quantidade de trabalhadores, a empresa Odebrecht desenvolveu o Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar. Esse Programa surgiu em Rondônia, com o objetivo de atuar na qualificação dos trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antonio, no rio Madeira. Segundo estimativas divulgadas pela empresa, desde o ano de 2008 até o dia 1º de julho de 2011, o Acreditar formou 36.886 trabalhadores no Módulo Básico e 9.625 no Módulo Técnico.

Em Salgueiro, o Programa Acreditar tem como meta qualificar o maior número possível de trabalhadores para atuarem na obra, tendo em vista que um dos principais empecilhos alegados pela empresa é a carência de mão de obra. É interessante notar que a empresa selecionou trabalhadores para participar do programa de qualificação, tendo como base a lista de beneficiados do Bolsa Família em Salgueiro<sup>21</sup>.

O vídeo institucional promovido pela Odebrecht é ilustrativo da força persuasiva que a obra tem entre os trabalhadores que buscam emprego, com

---

<sup>21</sup> De acordo com informações da empresa Odebrecht, do início do Programa Acreditar em março de 2010 até o fim de maio: "... dos 3.706 inscritos (708 dos quais participantes do programa Bolsa Família, do Governo Federal), 766 trabalhadores já estavam formados. Destes, 107 foram contratados para ser ajudantes de produção e terraplenagem; armadores; carpinteiros; pedreiros; mecânicos de equipamento pesado; motoristas de caminhão; operadores de escavadeira, motoniveladora, trator agrícola e trator de esteira. Dos formados, 238 são mulheres." Fonte: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02401-02500/2484/?lang=pt> Acesso em Setembro de 2011.

destaque para o emprego com carteira assinada, entendido como signo da participação do círculo de proteção social e *status* na comunidade de referência.

Abaixo selecionamos três depoimentos de “ajudantes” (leia-se trabalhadores) e candidatos a “ajudantes” da Odebrecht:

“Para nós nordestinos isso aqui é uma benção de Deus!” Tratorista

“Eu tenho 36 anos e nunca tive minha carteira assinada e é um sonho meu assinar a minha carteira por quê? para ter todos os direitos de um trabalhador que eu nunca tive.” Candidata a ajudante

“O pai de família ele sempre quer dar algo pra seu filho né... e isso aqui dá por que quando chega o fim do mês você sabe que tem o seu salário e vai cumprir suas obrigações de pai.” Tratorista

Os depoimentos são bastante enfáticos quanto à importância do emprego para a população e o papel da empresa como a grande responsável por possibilitar as condições adequadas para que os trabalhadores possam vivenciar experiências laborais, nunca antes imaginadas, no contexto das formas de trabalho predominantes no Sertão nordestino.

O que podemos observar com as operações da Odebrecht é o recrutamento em *locus* da mão de obra, cuja experiência de trabalho, invariavelmente, esteve sempre próxima das atividades da agricultura. Por isso, a importância de destacarmos a plasticidade do trabalho como um processo que dialetiza as experiências laborais no tempo e no espaço e ilustra as formas de inserção dos trabalhadores em relações sociais completamente diferenciadas, no que diz respeito ao ambiente de trabalho. Ou seja, do trabalho familiar com a agricultura ou do trabalho na prefeitura, nos bicos do pequeno circuito informal, do pequeno comércio, muitos passaram a trabalhar em grandes canteiros de obras de uma empresa multinacional, tecendo relações cotidianas com milhares de trabalhadores vindos de distintos lugares do país.

Historicamente, esse processo ocorre com muitos que migram para regiões com maior dinamismo econômico, geralmente para as principais regiões metropolitanas. Todavia, a grande diferença, que somente agora verificamos com maior força, é a existência de uma mobilização do trabalho que ganha corpo no próprio espaço de origem dos trabalhadores. Ou seja, o Sertão sempre tido como o *locus* privilegiado de processos emigratórios, passa a se tornar também um

importante corredor migratório, mesmo que temporário. No imaginário de uma população cuja migração está totalmente impregnada no passado e no presente, esse fato representa um evento de importante impacto.

No contexto da plasticidade do trabalho, temos então dois movimentos que podem se expressar. O primeiro diz respeito aos sertanejos, que vislumbrando a possibilidade de retornarem para suas origens, passam a atuar nas grandes obras. Nesse caso, muitos deles já possuíram, em algum momento, contato com realidades de trabalho distintas, muitas vezes associadas, inclusive, com o setor da construção civil nas grandes cidades.

O segundo movimento seria o processo vivido por inúmeros trabalhadores do Sertão que não vivenciaram a experiência da migração e que se defrontam neste momento com uma nova realidade do trabalho, presente nos canteiros das grandes obras. Tal fato permite aos mesmos o contato com a realidade de um novo universo relacional, regido pela eficiência, produtividade e competitividade e longas jornadas. Portanto, um universo laboral completamente diferente do trabalho no campo, na terra ou mesmo das atividades desenvolvidas comumente desenvolvidos no contexto dos municípios do Sertão nordestino. Na matéria realizada pelo Estadão sobre as obras da Transnordestina (Figura 6), vários operários das obras foram entrevistados, dentre eles, chamou-nos atenção o caso do trabalhador rural.

Para aproveitar a mão de obra local, vários moradores da região passaram por treinamento. Alguns foram trabalhar na obra. Outros ficaram na fábrica de dormentes em Salgueiro (PE), a maior do mundo, segundo o diretor da Odebrecht. A unidade produz 4.800 dormentes por dia e emprega 300 pessoas. Um deles é Verlandio Gonçalves Pereira, de 30 anos. Antes da Transnordestina, ele morava num sítio na zona rural de Salgueiro e ganhava a vida plantando cebola. Há um mês, foi aprovado para integrar a equipe da fábrica de dormentes, depois de passar por um processo de exame médico que durou 20 dias. "Aqui o dinheiro é certo." (Jornal Estadão, 26/12/2010).



Figura 6:Trabalhadores na construção da ferrovia transnordestina.

Fonte:<http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/ferrovia-transnordestina/>.  
Acesso: Out/2010

Nas obras da Transnordestina, no município de Salgueiro (PE), a exemplo do que ocorreu em Cabrobó (PE), sob influência das obras da transposição, as novas experiências laborais desenvolvem-se principalmente na atividade da construção civil, visto ser esse o setor que passou a comandar o incipiente mercado de trabalho local. (Tabela 2).

**Tabela 2 - Ocupações com maior ocorrência em Salgueiro - Janeiro a Julho de 2011**

CBO	Admissões
Servente de obras	1.262
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	530
Pedreiro	193
Carpinteiro	189
Operador de motoniveladora	133
Armador de estrutura de concreto armado	133
Operador de escavadeira	115
Vendedor de comércio varejista	108
Auxiliar de escritório, em geral	96
Motorista de carro de passeio	76
Operador de compactadora de solos	71
Porteiro de edifícios	69
Mestre (construção civil)	62
Zelador de edifício	53
Repositor de mercadorias	51
Técnico de laboratório de análises físico químicas (materiais de construção)	49
Apontador de produção	48
Operador de trator de lâmina	47
Vigilante	45
Instalador de linhas elétricas de alta e baixa tensão (rede aérea e subterrânea)	44

Fonte: Perfil do Município/MTE. Org. Juscelino E. Bezerra

Como podemos observar na Tabela 3, é notório que o ritmo de crescimento das obras continuou em pleno vigor no ano de 2011. E esta concentração dos empregos acontece, sobretudo, nas atividades/ocupações relacionadas ao setor da construção civil, com destaque para servente de obras, motoristas de caminhão, pedreiro, operador de máquinas de construção civil e mineração, operador de motoniveladora e armador de estruturas de concreto armado.

A disseminação dos empregos gerados pelas grandes obras, se por um lado, promove a celebração do progresso no Sertão por meio do PAC, por outro, constatamos a face perversa da contratação desenfreada de trabalhadores em condições muitas vezes inadequadas. Prova disso é a pouca repercussão das denúncias sobre as condições de trabalho nos diversos canteiros de obras da Transnordestina.

Um fato importante que mobilizou a opinião nacional para as péssimas condições de trabalho enfrentadas nas grandes obras realizadas pelo PAC foi o

conflito em março de 2001 envolvendo milhares de trabalhadores da construção da Usina Hidrelétrica do rio Madeira, em Jirau, estado de Rondônia.

O conflito envolveu cerca de 20 mil trabalhadores que protestavam pelas péssimas condições de trabalho. Na época do confronto, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulgou nota afirmando que:

Existem informações de que os mais de 15 mil operários da obra estão em situação de superexploração, com salários extremamente baixos, longas jornadas e péssimas condições de trabalho, que existe epidemia de doenças dentro da usina e não existe atendimento adequado de saúde, que o transporte dos operários é de péssima qualidade, sofrem com a falta de segurança e que mais de 4.500 operários estão ameaçados de demissão. Esta é a realidade da vida dos operários.

(NOTA MAB, 17/03/2011. Fonte: <http://www.mabnacional.org.br>).

A escalada dos protestos a partir da ação dos trabalhadores e dos alegados prejuízos materiais culminou com a rebelião dos trabalhadores e confronto físico com a polícia. O ápice do conflito foi a atuação do Governo Federal no envio<sup>22</sup> de tropas da Força Nacional de Segurança para conter os trabalhadores.

A repercussão dos eventos em Jirau exigiu do Governo Federal e do Ministério Público do Trabalho ações mais incisivas para garantir a melhoria das condições de trabalho nos canteiros das grandes obras, sobretudo, das construídas com recursos públicos. O quadro de irregularidades levou o MPT a criar uma força tarefa, intitulada “Construir com Dignidade” para coibir práticas abusivas com relação as condições de trabalho.

Nas obras da Transnordestina também têm sido encontrados casos de precarização das condições de trabalho. Em visita ao canteiro de obras da Transnordestina, a força tarefa do MPT encontrou irregularidades, como demonstrou a matéria do Jornal O Globo 01/07/2011. Ela informa que o Ministério Público do Trabalho em Recife encontrou irregularidades nas obras da Transnordestina, tais como: extensas jornadas de trabalho com turnos de até 14 horas, precariedade no

---

<sup>22</sup> “Pelo menos 600 homens da Força Nacional de Segurança foram convocados nesta quinta-feira (17) para conter a revolta dos trabalhadores da construção da usina hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia. Cerca de 100 homens já estão nos canteiros da obra, e outros 500 serão levados ao local em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).” (Uol Notícias, 17/03/2011)



transporte de trabalhadores, falta de sanitários e de água potável. O caso mais grave verificado nos canteiros da Transnordestina foi a morte de dois trabalhadores da Odebrecht no município de Paulistana (PI), em dezembro de 2010.

A experiência da precarização do trabalho marca fortemente os sertanejos que vivenciam novos laços sociais. Esse novo conjunto de experiências nos influencia a tecer reflexões sobre a relação entre trabalho e identidade.

## **2.5 Trabalho e identidade: entre unidade e diversidade**

Na discussão que almejamos fazer, verificamos um ponto de interrogação ao entendermos as mudanças ocorridas no trabalho e como a questão da identidade do sujeito é transformada, quando esse se vê inserido em um contexto, no qual a transição entre diversas experiências laborais parece ser o caminho ou mesmo o resultado imposto para os trabalhadores mediante a fragilidade e as incertezas dos vínculos empregatícios para obter a própria reprodução material.

Dito isso, os exemplos se multiplicam, seja no campo ou na cidade, forçando os trabalhadores a mudarem de ocupação devido ao processo de desterritorialização das comunidades camponesas, bem como do desemprego massivo nos centros urbanos. Isto sem mencionar das ocupações que caducaram com o tempo ou foram superadas pela reestruturação produtiva. Tendo em vista este cenário, Bendassolli problematiza se ainda é o trabalho o elemento central na construção identitária do indivíduo. Para o autor:

Entendemos que a identidade é uma *narrativa individual* que o indivíduo constrói sobre si mesmo mas que depende de *narrativas sociais*. A ontologia do trabalho é então uma narrativa social sobre o valor central, essencial do trabalho na construção da narrativa individual, ou seja, da identidade. (BENDASSOLLI, 2006,p.17).

Depois de salientar a importância do trabalho na constituição da identidade, o autor polemiza com sua hipótese central, na qual afirma que o trabalho não é mais uma narrativa social central. Para ele, existem narrativas conflitantes e ambíguas, ademais o surgimento de crises relativizam a centralidade econômica, moral, ideológica, filosófica e contratual do trabalho na construção identitária. O resultado desse quadro é o que Bendassolli (2006) chama de *desmontagem da ontologia do trabalho*, representada pela mudança no sentido e no valor social do trabalho nas

sociedades pós-industriais. Dessa forma, o trabalho é revisto tanto em sua perspectiva objetiva quanto subjetiva.

A dimensão subjetiva do trabalho associada ao trabalho produz sentidos variados, nos quais a construção identitária afirma-se como dimensão importante. Quando decidimos aprofundar o debate sobre o tema da identidade, instaura-se rapidamente uma celeuma.

A discussão sobre a identidade tem uma difusão crescente nas ciências sociais, sendo responsável por engendrar mudanças fundamentais na concepção de classe social e conseqüentemente na visão de classe trabalhadora. Sendo assim, os argumentos acalorados sobre a classe trabalhadora, tendo como mote a questão do proletariado, passou a incorporar cada vez mais elementos novos para que movimentos como o feminismo e a questão racial pudessem também ser contemplados na agenda de conflitos, sobretudo no período pós-Segunda Guerra mundial.

Todavia, com o desenvolvimento de posturas teóricas conflitantes ao marxismo (leia-se a emergência do pós-estruturalismo/pós-modernismo), a questão da identidade foi ainda mais alargada, abrigando o debate sobre as “novas” identidades que abarcavam tanto a questão racial, de gênero e da sexualidade como também as identidades formadas a partir das diferentes religiões, movimentos políticos, nacionalismos, estilos musicais, indumentária, etc.

A identidade é um dos berços do discurso da diferença e para os pós-modernos, as diferenças, lembrando as palavras de Lyotard, deviam ser ativadas em detrimento das grandes narrativas. É nesse ponto que subjaz um aspecto com o qual queremos refletir: a mudança entre experiências laborais detona automaticamente novas identidades? Devemos apostar na perspectiva de classe como uma metanarrativa com a qual não podemos abrir mão frente aos ataques pós-modernos? Entendemos que sim. Porém, é cada vez mais urgente saber lher dar com a coerência/assunção do fato de que a diversidade é uma dimensão compósita da própria ideia de classe. Esse talvez seja um possível antídoto, ao fato de que o

discurso pós-moderno<sup>23</sup> quer alijar a ideia de classe por entendê-la como monolítica, inflexível, por isso contrário às diferenças.

Para isso, devemos retomar alguns aspectos que merecem destaque, como por exemplo, a louvação da diferença empreendida pelas concepções pós-modernas. Para Eagleton (2005, p 27), parte do pensamento pós-moderno considera o consenso algo tirânico e a solidariedade “nada mais do que uma uniformidade desprovida de alma”. Nessa linha de reflexão, o debate em torno da identidade pela ótica pós-moderna questiona o estabelecimento de identidades estáveis – o que é um passo importante. Porém, enxerga no seu contrário, ou seja, a instabilidade das identidades um fator subversível “que seria interessante testar entre os socialmente descartados e ignorados” (autor, ano, p.). Segundo Eagleton:

A opinião de que a pluralidade constitui um bem por si só revela-se de um formalismo vazio e alarmantemente não-histórico. O mesmo se pode dizer da visão da identidade como negativa por si só. O pós-modernismo tende para um monismo dogmático acerca do pluralismo, que com efeito representa com *muita frequência* um bem, mas nem sempre. A política pós-modernista baseia-se sobretudo na oposição entre identidade e não-identidade: devemos rejeitar basicamente, talvez nos sentíssemos tentados a dizer ‘absolutamente’, a soberania da auto-identidade sobre a não-identidade e a diferença. Essa ética política falou com impressionante eloquência a certos tipos de conflitos contemporâneos; mas, vista de um modo geral, mostra-se de uma parcialidade e de um simplismo pujantes. (EAGLETON, 1998, p. 124).

Um autor que nitidamente abraça as preocupações pós-modernas de modo combativo e reflexivo é o sociólogo polonês, Zygmunt Bauman. Para Bauman (2005), o tema da identidade é extremamente ambíguo e revela preocupações que estão na ordem do dia. Seu entendimento sobre a identidade leva às últimas consequências o

---

<sup>23</sup> É importante demonstrar que a ótica pós-moderna também trouxe contribuições ao identificar determinados silêncios. Como exemplo, podemos citar o alerta proferido por Wood (1999, p 17) quando afirmou que: “Nenhum de nós (membros da esquerda socialista) pretende negar a importância de alguns temas pós-modernistas. A história do século XX, por exemplo, dificilmente poderia inspirar confiança considerando-se as idéias tradicionais de progresso; e aqueles entre nós que alegam acreditar em algum tipo de política ‘progressista’ tem que dar o devido crédito a tudo que aconteceu para solapar o otimismo iluminista. E quem quereria negar a importância de outras ‘identidades’ além da classe, das lutas contra a opressão sexual e racial, ou das complexidades da experiência humana em um mundo instável e mutável como o nosso, onde as solidariedades são tão frágeis e incertas? Ao mesmo tempo, quem pode ignorar o ressurgimento de ‘identidades’ (como o nacionalismo) como forças históricas poderosas e frequentemente destrutivas?”

questionamento sobre o caráter inclusivo da identidade (vide o questionamento sobre a própria construção identitária comum no que se refere a humanidade), afirmando, pelo contrário, que o verdadeiro problema que enfrentamos atualmente é qual das identidades alternativas escolher e por quanto tempo devemos nos apegar a ela. Desse modo, Bauman é claro ao expor que:

A construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobijadas durante sua vida. Você nunca saberá ao certo a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação. (BAUMAN, 2005, p.91-92).

Apostando ainda na contramão da ótica pós-moderna, Malik (1999) aborda uma questão pertinente quando aponta para um problema revelador da capa perniciosa, que pode emoldurar o discurso da valorização das diferenças. O autor enfatiza como a identidade pode ser utilizada como moeda de troca<sup>24</sup> a ser usada dependendo da situação e como muitas vezes o discurso das “novas” identidades que fortalecem, sobremaneira, os chamados “novos movimentos sociais” (TOURAINÉ, 2006). Ele equipara e coloca no mesmo patamar questões tão complexas como a racial e, por exemplo, a identidade de estilos musicais. Para Malik:

Insistindo no ‘discursivo’ ou na ‘construção social’ de todo reconhecimento e identidade, sob o rótulo de ‘antiessencialismo’, o pós-modernismo termina efetivamente por negar por completo relações históricas determinadas – e, dessa maneira, abandona de todo o seu princípio original de que a identidade e o sujeito humano são socialmente construídos. O discurso pós-estruturalista reduz (ou desconstrói) a sociedade à interação acidental de indivíduos e elimina o sujeito da esfera do social. Relações sociais determinadas são reduzidas ao indivíduo a atributos pessoais ou, na melhor das hipóteses, a relações contingentes entre indivíduos. Ora, não pode haver ‘construção social’ quando o próprio ‘social’ não tem existência à parte de identidades individuais ‘discursivamente construídas’. (MALIK, 1999, p.128-129).

---

<sup>24</sup> Stuart Hall no seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* afirma que “ A ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a estória do sujeito moderno.” (HALL,2006, p.24)

Nessa batalha de ampliação e contenção da pluralidade de narrativas identitárias, a lucidez perante o mundo real continua sendo ainda o melhor caminho. E o que o mundo aponta é que não podemos desconsiderar no debate entre trabalho e identidade a questão *plasticidade do trabalho*. Nosso intuito em trazer à tona a questão da identidade no terreno da plasticidade do trabalho no Sertão nordestino é alertar para os riscos que temos de ser contaminados pelas estratégias discursivas do atual modelo de desenvolvimento que, ilusoriamente, oferece a população sertaneja um *cesta básica de identidades*, onde as identidades agora se referem ao sujeito plenamente integrado no projeto de modernização do território e da sociedade salarial. Porém, como já identificamos em capítulo anterior, as diferentes experiências laborais podem sim despertar os trabalhadores na construção de identidades autorreflexivas e emancipatórias.

\*\*\*

Ao procurarmos entender a realidade de municípios do Sertão nordestino influenciados pela mobilização dos setores produtivos patrocinados pelo Estado, muitas questões ganham relevo, tais como: o que está em jogo quando pensamos no sentido dos investimentos no Sertão nordestino no contexto da implementação do PAC? Por que apostar na criação de empregos temporários, quando, na verdade, tratamos de lugares que sobrevivem da agricultura de sequeiro? E sabendo disso, por que não apostar no PAC da agricultura de sequeiro associado à efetivação da reforma agrária e à melhoria das condições de produtores dos camponeses sertanejos?

Todas essas indagações com certeza povoam o imaginário de muitos sertanejos. Todavia, a produção irresponsável de falsas esperanças continua sendo propalada pela classe política, empresarial e mesmo por parte da mídia. Uma das estratégias discursivas de maior força nos municípios que recebem as obras é a de que com a prosperidade vivenciada no Sertão, muitos nordestinos podem agora cogitar a possibilidade de retornar a seu local de origem. Já que, no Sertão do PAC há esperança de emprego, renda e mobilidade social. Contudo, não olvidemos que terminadas as obras, encerra-se um famoso ciclo de investimentos que só tem

sustentação mediante o pacto político. Esse é o traço comum quando se adotam políticas de governo e não políticas de Estado.

Em certo sentido, podemos afirmar que após as obras do PAC no Sertão, seu povo e sua gente continuará a encarnar sua condição de proletários. Por esse razão, recorreremos à ideia de proletariado no seu sentido mais antigo, como nos lembra Egleton:

Na sociedade antiga, o proletariado eram aqueles pobres demais para servir ao Estado como detentores de propriedades e que, em vez disso, serviam-no produzindo filhos (proles) como força de trabalho. São aqueles que não têm nada a dar além de seus corpos (...) O extremo da pobreza, ou perda do ser, é ficar reduzido e nada além de si mesmo. (EAGLETON, 2005, p. 71).

A provisoriedade do crescimento só será questionada se as economias regionais conseguirem condições concretas para a melhoria das condições de vida da população. Enquanto isso, temas importantes como o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa continuam sendo postos em segundo plano. Afinal que tipo de política pública tem sido adotada para esses municípios com realidades econômicas tão distintas com respeito aos grandes projetos de modernização? Ou será que a chegada do trem se justifica pela necessidade de escoar a produção agrícola de municípios onde o binômio, feijão e milho, forma a grande maioria das culturas produzidas?

Vale ressaltar que nem todos os municípios podem, numa economia largamente competitiva e globalizada, transformarem-se repentinamente num pólo de comércio e serviços especializados, tal como pregam os discursos de prosperidade ao enfatizar os benefícios de um crescimento que todos sabem que tem dia e hora para acabar.

A força material e ideológica do viés desenvolvimentista pensado para a Região Nordeste traz compreensões divergentes, pois se no primeiro momento esses discursos de desenvolvimento mostram-se extremamente pueris e alienantes. Por outro lado, podemos interpretá-los como uma ruptura com o imaginário social e econômico do Sertão como lugar da pobreza. É justamente esse aspecto que queremos destacar na conformação do processo de modernização da riqueza, que

ganha corpo no Sertão nordestino e que tem no setor do agronegócio o exemplo mais ilustrativo da força material e ideológica de transformar espaços, antes, tidos como um obstáculo à regulação econômica num “pomar” repleto de frutas tropicais voltadas para exportação.

## **Capítulo 3 - A modernização da riqueza no Nordeste: apontamentos a partir do agronegócio da fruticultura**

Ao longo de nossas investigações, tem sido possível identificar situações nas quais, muitas vezes, a explicação do fenômeno está “fora” do lugar ou “fora” da história inventada, dos acontecimentos deturpados e dos discursos oblíquos para concretizar intencionalidades, geralmente, associadas à reprodução do capital. Esse (capital) é personificado ora por referenciais já conhecidos da política regional, ora por referenciais pouco comuns para a população que os vê, mas não os enxerga. São eles: empresários, consultores, técnicos e investidores que apostaram suas fichas na injeção de fortunas para a consecução do agronegócio globalizado.

No presente capítulo, temos como objetivo desenvolver a reflexão sobre o processo de modernização da riqueza na Região Nordeste como aspecto importante para a leitura do desenvolvimento do agronegócio da fruticultura no Nordeste. Porém, como todas as pesquisas guardam sempre uma pretensão maior daquelas que marcamos com tintas e caracteres em nossos projetos, temos ainda como alvo orientador: contribuir para a reflexão sobre os territórios do trabalho marcados pelo avanço do agronegócio.

Esse tema tem sido parcamente analisado sob o olhar da dinâmica geográfica (THOMAZ JUNIOR, 2009) que identifica, na mobilização da divisão social e territorial do trabalho promovida pelo agronegócio, a chave para entendermos as contradições reinantes entre o processo de precarização das relações de trabalho e sua vinculação histórica com a luta pela terra.

O estudo do desenvolvimento do agronegócio no Nordeste possui ainda ares inovadores, pois seu destaque como setor competitivo, somente nos últimos vinte anos, é que tem despontado como tema de pesquisa. Podemos confirmar essa carência, principalmente, quando tomarmos como ângulo de análise, os trabalhos desenvolvidos pela Geografia<sup>25</sup>. O interesse por desvendar os processos

---

<sup>25</sup> Em nossa pesquisa bibliográfica pudemos atestar a carência de referências bibliográficas sobre as transformações na agricultura nordestina a partir da ótica dos impactos sociais e as transformações para o trabalho. Outrossim, os cursos de pós-graduação em Geografia dos respectivos Estados não



socioespaciais decorrentes do avanço da lógica do agronegócio surge quando podemos observar a rapidez com que as transformações territoriais no campo nordestino vão se remodelando mediante a expansão das culturas de exportação e toda a dinâmica propiciada pela produção voltada para o mercado externo.

Estas transformações territoriais reclamam reflexões de maior peso, pois cabe ao pesquisador não só reconhecê-las como ponto de partida e ponto de chegada em sua análise. Compreender dialeticamente a produção das desigualdades espaciais e as contradições emanadas pela relação homem e meio e pela relação sociedade e espaço no contexto da reprodução do metabolismo societal do capital, exige dos geógrafos um elaborado esforço em contemplar a interpretação do movimento da sociedade pela sua dimensão tanto histórica como geográfica, representando a unicidade/dialeiticidade encontrada na dimensão espaço-tempo.

Nesse íterim, faz-se necessário refletir sobre a seguinte questão: qual a tônica da realidade que pretendemos destacar? Estamos discutindo a produção de frutas para exportação realizada nas microrregiões de expansão da fruticultura no Nordeste. Ou seja, nosso estudo recai nas áreas completamente dominadas por traços culturais e geográficos do Sertão nordestino. Portanto, uma realidade ainda pouco estudada e, na direção oposta, extremamente afetada por uma compreensão incipiente do que seja a região Nordeste no geral e o Sertão em particular. Discutir tais questões, quando sabemos que existe quase que um “universo mítico” relacionado ao Sertão, traz uma dificuldade ainda maior.

Acreditamos que a geografia, enquanto ciência disposta a debater a produção social do espaço, contribui eficazmente para sanar tais incompreensões<sup>26</sup>. Porém, é

---

dispõem de um arsenal de pesquisas sobre as regiões consideradas como o *locus* da reprodução do agrohidronegócio. Ressalvas podem ser feitas à contribuição do Laboratório de Estudos Agrários da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no âmbito do grupo de pesquisas do CNPq, sob coordenação da Profa. Dra. Denise Elias, intitulado *Globalização, Agricultura e Urbanização*. Este grupo de pesquisa se notabilizou pelo estudo da região do Baixo Jaguaribe no Estado do Ceará. Outra ressalva a ser considerada é o grupo da Profa Dra. Guiomar Germani e o grupo de pesquisa GEOGRAFAR, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nesse grupo há um esforço em se compreender o espaço agrário baiano a partir do campesinato e das ações dos movimentos sociais. A região de Juazeiro na Bahia, embora pouco priorizada, aparece nas análises do grupo principalmente pelas comunidades tradicionais de fundo e fecho de pasto.

<sup>26</sup> Concordamos com SILVA (2009, p. 29), quando esse coloca que “O Nordeste real deve ser buscado insistentemente”, ao mesmo em tempo que, tenhamos em mente que o discursos da Região Nordeste como um bloco homogêneo atende interesses que não devem nos fazer cegar para a existência de uma riqueza de situações e casos que extrapolam o Nordeste enquanto uma região geográfica “criada” por um órgão institucional ou mesmo pelo discurso nacional balizado pela mídia.

verdade que devemos reconhecer também o peso e a força de alguns geógrafos em reforçar justamente o oposto, sacrificando o esforço de produzir uma geografia crítica e analítica.

É preciso reiterar ainda que com esse comentário não pretendemos construir nenhum manifesto de cunho regionalista, de insurreição e libertação. Todavia, é impressionante constatar que mesmo entre geógrafos, podemos encontrar aqueles que ao se defrontarem com as diversas faces que a Região Nordeste pode apresentar, parecem realizar uma verdadeira experiência antropológica. Algo de fazer inveja às observações de Levi Strauss, quando da sua visita às tribos indígenas brasileiras na primeira década do século XX. Com isso, queremos afirmar que **SIM**, a perspectiva de muitas análises feitas por estudiosos dos homens e mulheres que habitam o Sertão nordestino dá-se por meio do antigo dilema entre civilizados e selvagens, homens cultos e homens bárbaros. Nesse caso, não somente a riqueza materializada nas obras arquitetônicas de uma grande cidade, como Paris, e a modernidade do urbano podem ser objeto de contemplação. As casas de taipa, as ruas ou inexistências dessas, os objetos e utensílios de trabalho, os hábitos alimentares, as condições de vida dos camponeses também despertam momentos de contemplação.

A pobreza no Nordeste, enquanto objeto de estudo, deslumbra o pesquisador. Entretanto, devemos estar atentos, pois, de acordo com o dicionário Aurélio, o deslumbramento também significa cegueira. Pelo menos, se este encanto (deslumbramento) pela pobreza conseguir detonar momentos de catarse no sujeito-pesquisador e, então, conseguíssemos produzir uma quantidade significativa de análises respeitadas do Nordeste na sua diversidade, já seria um avanço louvável.

Diante do exposto, sentimos a necessidade de elaborar uma proposta que caracteriza nossa linha de investigação, associada ao eixo de nossa pesquisa sobre o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura no Nordeste, qual seja: o entendimento do processo de modernização da riqueza na Região Nordeste e o papel do agronegócio da fruticultura. Com isso, pretendemos perscrutar como a riqueza é compreendida no Nordeste do século XXI e quais os desafios para a superação do

modelo sociometabólico do capital no quadro de renovação do processo de acumulação de riqueza no Sertão, sob os desígnios da produção moderna de frutas.

### **3.1 A Região Nordeste entre luzes e sombras**

No tópico em questão, procuraremos evidenciar algumas interpretações geralmente associadas ao Nordeste e que impedem um entendimento mais apurado sobre a "realidade regional". Primeiramente, trabalharemos com os apontamentos presentes na obra do filósofo francês Gaston Bachelard (1996) com a qual propomos realizar uma reflexão sobre os *obstáculos epistemológicos* e suas influências na leitura sobre a região Nordeste.

O conceito da Região Nordeste, entendido pelas entranhas do senso comum e mesmo do pensamento conservador presente em parte da academia, representa um obstáculo a qualquer pesquisa que tenha como objetivo desnudar a realidade multifacética da produção social do espaço. Visões como essas se constituem em obstáculos, não só de ordem política, cultural e/ou ideológica, mas, sobretudo de ordem científica, pois revelam um descrédito para a compreensão dos aspectos históricos e geográficos. Parte desse comportamento advém, fundamentalmente, da generalização excessiva de uma pretensa Região Nordeste naturalmente uniforme, culturalmente homogênea, uma realidade única e inviolável.

Conforme Bachelard (1996), um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado e quando um fato dado é interpretado de forma equivocada, ele é, para o epistemólogo, um obstáculo, um contrapensamento. Para o autor, devemos colocar a cultura científica em estado contínuo de mobilização com o fito de substituir o saber fechado por um saber aberto e dinâmico. Desse modo, torna-se fundamental dialetizar todas as variáveis experimentais. É preciso esclarecer que a existência de determinados obstáculos não significa desconhecer o seu papel na construção do próprio pensamento científico. No entanto, um pensamento só pode estar em movimento se operam saltos, avanços, novas indagações. Por isso, a urgência em superar os obstáculos como condição eterna para a manutenção de uma ciência atenta às transformações da realidade.

Os obstáculos podem ser de diferentes ordens, desde aqueles que pecam pelo primarismo, pela experiência primeira até aqueles que se deixam levar pelo abuso das generalizações perigosas. Talvez, a identificação desses dois tipos de obstáculos, que contribuem para bloquear o pensamento, pode ser atribuída à construção do “conceito” de Nordeste.

O obstáculo que se dá pela experiência primeira é sempre um obstáculo inicial que afeta a cultura científica. Esse risco está presente quando colocamos a própria experiência como acima da crítica. Logo, ocorre a falência de todo sistema explicativo, visto ser esse totalmente dependente do exercício crítico. Para Bachelard (1996, p. 25), a observação primeira “se apresenta sempre repleta de imagens; é pitoresca, concreta, natural, fácil. Basta descrevê-la para se ficar encantado. Parece que a compreendemos.” Por isso mesmo, devemos ter o cuidado devido para não nos deixar levar por um movimento que se esgota no primeiro (e acaba sendo o último) ponto de partida. Sendo assim, sempre de acordo Bachelard (1996), é preciso que o pensamento abandone o empirismo imediato.

Outro obstáculo que se coloca como ponto de inflexão para a evolução do pensamento científico é advindo do conhecimento geral. Para Bachelard (1996, p. 75), existe por parte da intelectualidade uma forte inclinação à generalização, sendo esse um aspecto que imobiliza o pensamento. Segundo o autor, “o espírito científico pode enganar-se ao seguir duas tendências contrárias: a atração pelo particular e a atração pelo universal”. Esse fato ilustra uma postura que busca encontrar, na generalidade, o fundamento de um dado conhecimento científico.

Na verdade, conforme Bachelard (1996), todo impulso à generalização esconde um desejo de suspender a experiência, travar a contextualização dos conceitos nas suas próprias condições de aplicação, ou seja, no próprio sentido dos conceitos. Daí a permanência de conceitos esclerosados, fatalmente vagos por sua exagerada necessidade de generalização. Concordamos com Bachelard (1996, p.89-90) quando o autor mostra que aquilo “que limita o pensamento é, muitas vezes, mais importante para o progresso do pensamento do que aquilo que estende vagamente o conhecimento. Em todo caso, a cada conceito científico deve estar ligado seu anticonceito.”

Tomando como base as reflexões suscitadas pelo filósofo francês, podemos nos questionar: o que seria o anticonceito da Região Nordeste? A pergunta em questão é, na verdade, um desafio eivado de polêmicas. De certo modo, trata-se de um problema que afeta diretamente a ciência geográfica, pois pode indagar os elementos de um edifício conceitual presente no debate sobre a região.

A região sempre remete em maior ou menor grau a uma ideia de unidade. No contexto nacional, a compreensão sobre as diversas regiões geográficas do país consegue mobilizar um conjunto de referências específicas que ajudam a construir uma identidade regional, mesmo sendo, na maioria das vezes, uma identidade frágil e pueril. Nesse debate, indubitavelmente a Região Nordeste assume a dianteira quando o assunto é a generalização de ideias/noções/conceitos sobre suas características (?) mais gerais. Desse modo, o foco de nossa argumentação recai na produção de um discurso regional que almejou criar uma imagem única, homogênea para o Nordeste.

Poderíamos afirmar, baseados em alguns geógrafos, como Santos (2002) e Haesbaert (1999, 2010), que no conceito de região, o aspecto da unidade, da coincidência ou se preferirmos, da coerência (funcional, estrutural, natural, simbólico-cultural), representa um elemento na definição de uma região. Contudo, os mesmos autores nos lembram que existem componentes políticos que podem forjar o estabelecimento de falsas coerências, com vistas a reproduzir um discurso regional, cujo alcance pode beneficiar a manutenção de interesses (de novo) políticos e econômicos.

Mesmo ressaltando acertadamente que o debate sobre a região envolve, necessariamente, o estabelecimento de determinadas coerências, talvez o traço mais desafiador, quando ressaltamos a possibilidade de pensarmos o anticonceito da Região Nordeste, é a dificuldade que temos em destacar a negação do Nordeste, bem como a rejeição da existência de um único Nordeste. Dito de outra forma, por que ao discutirmos a Região Nordeste necessitamos gastar uma quantidade considerável de tinta e saliva para explicar que não existe um Nordeste único?

Nosso intuito em colocar o debate supracitado tem o objetivo de assegurar que não pregamos a defesa de uma proposição conceitual, científica e fechada do que seja a Região Nordeste. Dessa forma, estamos levando em consideração,

também, os alertas proferidos por Bachelard (ano, p.), quando pontua que “a fecundidade de um conceito científico é proporcional ao seu poder de deformação”. Porém, entendemos como importante afirmar que a coleção de vários discursos sobre o Nordeste (NEVES, 1994) não devem automatizar a caracterização de uma narrativa única e válida sobre a região.

Ao fim e ao cabo, somos levados, então, a refletir sobre uma polêmica proposição feita por Lefebvre (2008). O autor defende a existência de um espaço epistemológico e um espaço vivido. O primeiro, como sendo um objeto por excelência da abordagem científica e o segundo, como qualidade das relações sociais dos vários discursos sobre o espaço. Segundo Lefebvre:

Toda definição do espaço, ou pesquisa sobre o espaço, implica um conceito de espaço, no mínimo, para enunciar e classificar as proposições. Nessa problemática, o espaço é um “puro” objeto de ciência. No concerne ao “vivido”, o espaço nunca é neutro e “puro”. O que já coloca uma distância entre a problemática do espaço vivido e a do espaço epistemológico, posto como neutro. (LEFEBVRE, 2008, p. 40).

A lembrança que faz Lefebvre da diferença entre espaço epistemológico e espaço vivido aparece *a priori* como uma diferenciação coerente nos termos da apreensão prática, com a qual conseguimos perceber o cerne da preocupação do autor. Todavia, desde que se considere a existência de uma epistemologia rica e não oca e de uma ciência não dissociada da complexidade da realidade objetiva, é no mínimo ingênuo uma distinção que caracteriza a abordagem epistemológica do espaço como uma investigação que nega a prática social, que se enrijece frente, por exemplo, ao espaço vivido. Claro que jamais pregaremos que um determinado conceito possa alcançar a realidade concreta, porém, cabe à compreensão/proposição dos conceitos um esforço coerente para se aproximar ao máximo da realidade.

A defesa que fazemos da necessidade de ampliar o debate sobre o conceito de Região Nordeste não é a de criarmos um discursoedulcorado, que vanglorie uma identidade regional despolitizada. Muito pelo contrário, entendemos que o conceito de um Nordeste único esconde uma visão retrógrada, que desconhece a diversidade

territorial presente no Brasil e por isso, é incapaz de desvendar a complexa e variada trama de interesses que acometem diferentes parcelas do território nordestino. Os problemas econômicos do Sertão e/ou de parte do litoral não são os mesmos das regiões metropolitanas, o que não nos desautoriza pensar em suas complementaridades. O avanço do agronegócio não se dá da mesma forma na região semiárida como nas vastas extensões do cerrado nordestino, a não ser pelo seu alto poder de exploração e de produção desigualdades. A pobreza e a riqueza possuem múltiplas faces, o que desafia/alimenta nossa busca por uma compreensão dialética da produção do espaço em suas variadas escalas.

### **3.2 Entre novos e velhos discursos o caminho da modernização da riqueza**

Em matéria publicada pela Revista Exame, tendo como título “Nordeste: aqui o Brasil cresce mais rápido”, o jornalista, Lucas Amorim, demonstrando extrema lucidez sobre o processo histórico do país, começa o texto de forma retumbante ao afirmar que:

*O capitalismo parece ter finalmente chegado ao Nordeste. Milhões de pessoas passam a fazer parte do mercado consumidor, uma nova safra de empreendedores surge e investidores chegam em busca de novos projetos na região onde a economia brasileira mostra seu maior vigor. (Revista Exame, Out/2009, grifo nosso).*

A reportagem em questão possibilitou um momento de bastante reflexão ao nos indagarmos como que o entendimento da produção da riqueza nesta porção do território brasileiro é sempre vista como um rompante histórico, um raio em céu claro. De certa forma, é como se de repente cinco séculos de história simplesmente tivessem sumido, e no seu lugar, um pequeno punhado de empresas passassem a adotar como missão trazer o capitalismo para a Região Nordeste. E assim, não tínhamos como não nos perguntar: Como que a segunda região mais populosa do país sobreviveu tantos séculos sem a presença do capitalismo?

Nosso principal intuito em ressaltar as origens da constituição da riqueza no Nordeste é tentar “escapar” do roteiro atribuído a essa região como terra desolada pela pobreza, condenada a esperar por momentos de êxtase econômica, de uma riqueza que nunca chegou e que, somente “agora”, com o período de consolidação

das políticas do mercado internacional e com o aquecimento do setor produtivo é que o sopro da distribuição de renda e a atuação mais forte do Governo Federal na era Lula é que a região passou a acordar!

O crescimento vertiginoso da economia nordestina alimenta o desejo de vários setores do capital interessados em participar de um processo pelo qual, metaforicamente, - tendo como referência as diversas narrativas de prosperidade econômica da região – denominamos como o despertar de um gigante deitado em seu tapete de rochas cristalinas.

Como demonstramos anteriormente, partimos de uma compreensão dialética sobre o que entendermos ser a Região Nordeste. Desse modo, para que possamos apreender o significado das transformações socioespaciais promovidas pelo agronegócio, escolhemos como caminho teórico a compreensão da Região Nordeste não somente como uma região brasileira vista como lugar-comum da pobreza. Aliás, a pobreza tem ocupado historicamente o eixo central nas interpretações sobre o Nordeste. Longe de quereremos contestar<sup>27</sup> a concretude e o alcance da pobreza existente no Nordeste, mas afirmando que uma região complexa pede igualmente uma teoria complexa, não podemos nos contentar com as distorções produzidas pela pobreza como conceito-guia na leitura do espaço nordestino. Caminhar nessa direção também reflete nossa visão teórica, que compreende que o capitalismo se desenvolve de maneira desigual e combinada.

O historiador, Durval Muniz Albuquerque Jr (2009; 2007), nos seus estudos, tem reiterado a necessidade de compreender a Região Nordeste enquanto uma “invenção”. Para o autor:

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de ‘verdades’ sobre este espaço. (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 62).

---

<sup>27</sup> Concordamos com Albuquerque Jr (2007, p. 124), quando esse afirma que “O Nordeste nunca teve e não tem o monopólio da miséria e da exclusão social, marca de toda a sociedade brasileira. O Nordeste não é o único espaço do Brasil onde a violência causada, entre outras coisas, pela enorme dívida social que o país acumulou durante sua história, tem adquirido contornos explosivos. O analfabetismo, a indigência, a fome, a falta de acesso a bens primários e a certos bens trazidos pela sociedade de consumo e apresentados como necessidades indispensáveis para a vida humana, estão presentes nos grandes centros urbanos do país e não apenas nas cidades do Nordeste ou mesmo no Sertão nordestino”.



Poderíamos nos deter sobre a construção histórica e carregada de elementos discursivos e imagéticos sobre a Região Nordeste como o lugar exclusivo da pobreza no país. O referido autor sinaliza que a “invenção” do Nordeste foi produzida por uma casta de políticos interessados em angariar os recursos federais para combater os efeitos nocivos da seca. Na sua variação política da força dos discursos conservadores, esse movimento lembra os apontamentos realizados por José de Souza Martins (1999), quando esse afirma que o poder do atraso e a força do conservadorismo expressam bem o fato de que o pensamento conservador, longe de ser imobilista, é ativo e transformador.

A partir da atuação das forças políticas, variados elementos econômicos e simbólicos foram mesclados (inclusive com a ajuda da mídia e da literatura) para garantir a alcunha de uma região povoada por flagelados, famintos que, portanto, tinha de receber “ajuda” do Governo (PAULINO, 1992). Essa só poderia ter alcance mediante a criação de um cenário calamitoso, emergencial, no qual o Governo necessitaria, urgentemente, atuar como forma de evitar a força dos desesperados e seus efeitos de ruptura, inclusive no que diz respeito à garantia da unidade territorial do Brasil. Para Celso Furtado (1964, p.145), foi a “seca periódica que deu celebridade ao Nordeste” e para tal, foi fundamental estabelecer um intenso jogo político que projetou a seca no Nordeste como sinônimo da necessidade emergencial da intervenção do Estado:

Como numerosos segmentos das classes dirigentes nordestinas viveram por muito tempo de verbas do Governo Federal, aplicadas de forma equívoca, criou-se uma situação peculiar pela qual os próprios grupos interessados na manutenção do *status quo* são os que mais dramatizam os problemas da região e gritam pela necessidade de transformá-la. Trata-se, entretanto, de uma dramatização com base em falsos problemas que desvia a atenção dos reais. Assim, as ‘secas’ foram transformadas no grande adversário a combater, responsável por todos os males que flagelam o nordestino. (FURTADO, 1964, p.145).

A seca, inegavelmente, um fato característico das condições naturais da depressão sertaneja e do semiárido, foi utilizada como causa/moeda de troca e como discurso para sensibilizar as autoridades para o envio de recursos. Esses uma vez encaminhados eram desviados para a construção de obras de infraestrutura,

verdadeiras operações para garantir o estabelecimento de bem feitorias nas propriedades privadas das oligarquias locais.

Salientamos, ainda, que esse comportamento das elites configurava, na verdade, a manifestação de uma preocupação quanto aos sinais da reconfiguração de poder que pouco a pouco passava a ser dominado pela burguesia cafeeira e, logo depois, pela burguesia urbano-industrial. Porém, se a balança pós-1930 pesa mais para o setor urbano-industrial e antes disso para a burguesia cafeeira, como se dava esse comportamento anteriormente? Em nosso entendimento não nos parece permissível/aceitável olvidar a riqueza construída em todo o período colonial e a sucessão dos ciclos da cana-de-açúcar, da produção algodoeira, da pecuária extensiva que teve como lócus o que hoje conhecemos como a Região Nordeste.

Dito isso, elegemos a riqueza como ponto nodal na tentativa de perscrutar os elementos diferenciadores que moldam uma nova geografia para o Sertão nordestino. Sendo assim, faz-se necessário avançar na compreensão do processo de modernização da riqueza (MARTINS, 1999). Uma vez que, se hoje podemos conceber uma nova riqueza produzida no Nordeste, devemos tentar entendê-la historicamente, sua gestação, seu sentido, sua intensidade, seus efeitos, suas contradições e, na medida do possível, conseguir detectar os vínculos da ação do capital e sua reprodução no campo nordestino.

Se observarmos as importantes obras que têm direta ou indiretamente o Nordeste como foco, tais como as de Prado Júnior (1984), Furtado (1980), Andrade (2005), Carvalho (1988), entre outros, podemos perceber que essas, a despeito de explicarem as desigualdades na região Nordeste, produziram, mais do que isso, ou seja, um caminho elucidativo que realiza a denúncia da concentração de riqueza.

As análises de importantes autores, a exemplo de Caio Prado Júnior, no seu *História Econômica do Brasil*, e Celso Furtado, com *A formação econômica do Brasil*, demonstraram sob o ponto de vista da história econômica do país, como o Brasil desde o período colonial foi organizado territorialmente para fazer cumprir o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A Região Nordeste nesse caminhar ocupou papel de destaque por ter sido o berço histórico, onde se desenvolveu o processo de ocupação do território e a formação da sociedade colonial e escravista. Foi também no Nordeste em que foram

dados os primeiros passos para tornar o Brasil um território da produção do açúcar, da complexa organização dos engenhos, bem como o início do que viria a ser o sustentáculo de todo o empreendimento colonial, ou seja, a utilização do escravo como força de trabalho e como o próprio capital (MARTINS, 2002).

Destacamos também a constituição no Nordeste dos pioneiros núcleos urbanos, as primeiras cidades que concentravam o poder e o controle de todos os bens produzidos na colônia. Uma breve visita por importantes cidades do Nordeste, como Salvador, Olinda, Recife, Natal, São Luís, João Pessoa e outras menores, a saber Ilhéus, Assu, Icó, Aracati, São Cristovão e poderemos notar que parte da riqueza produzida na região está ainda materializada nas formas da cidade, marcando as rugosidades (SANTOS, 2002) produzidas pelo tempo sociohistórico. Caso avancemos numa proposta ousada de investigação não só das origens, mas também da destinação da riqueza produzida no Nordeste é possível encontrarmos a materialização da riqueza nordestina numa escala não só nacional, como internacional.

Os Estados Europeus durante muito tempo extorquiram e continuam a usurpar a riqueza de nosso país. Por isso, é sempre importante entender que as formas, os resquícios de tempos remotos fixados na natureza formando paisagens artificiais, cidades, prédios, monumentos e construções, sejam no campo ou na cidade, obliteram toda a dinâmica societal demandada, anteriormente, para sua produção. Nesse aspecto, constatamos algo que Santos (1982) compreendia como expressão de uma alienação do espaço.

Os elementos evidenciados anteriormente representam resquícios que comprovam que no Nordeste havia uma riqueza gestada em seu território. Outro dado, pelo qual conseguimos observar como a riqueza e sua produção estão presentes nas análises, pode ser constatado quando verificamos, ainda nos autores supracitados, um reiterado esforço em identificar os desdobramentos dos distintos ciclos econômicos como traços que caracterizam o papel do Brasil, da colônia até a constituição da República Federativa, na divisão internacional do trabalho. A cana-de-açúcar, o café, o algodão, entre outros formaram elementos estruturais da economia do Brasil.

Avançando na análise temporal, temos o livro *Elegia para uma re (li) gião* escrito por Francisco de Oliveira, em 1977. Nessa obra, o autor explica o processo de produção/reapropriação/concentração/partilhamento da riqueza no Nordeste a partir das iniciativas do planejamento regional, que destinou verbas do tesouro público para aplicação de projetos de desenvolvimento, mas que, na verdade, foram captadas pelas oligarquias nordestinas e os investidores sudestinos.

Nos anos mais recentes, podemos destacar o esforço de alguns estudiosos em demonstrar que existem vários Nordeste (ARAÚJO, 1997, 2000; CASTRO, 1996, SILVA, 2009) e que muitos deles desenvolvem processos que merecem nossa atenção por se constituírem em discursos defensores da modernização da riqueza, porém mantendo a concentração e a desigualdade como traços marcantes. Mencionamos, ainda, a importância de compreendermos que a modernização da riqueza promove diversos rebatimentos. Entre eles podemos elencar:

- ✓ A produção de novos discursos, inclusive discursos sobre a pobreza;
- ✓ A gestação de um novo panorama político assumido por uma “elite” disfarçada de empreendedora;
- ✓ Desenvolvimento de novos projetos de incursão territorial, promotores de conflitos sociais, e a criação de ambientes construídos para a operacionalização da reprodução do capital, a exemplo da numerosa lista de obras construídas sob a égide do desenvolvimento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) durante o Governo Lula e Dilma e, por fim;
- ✓ Promoção de mecanismos de invisibilização dos sujeitos que se colocam em oposição ao modelo concentrador de riqueza e que propõem um projeto popular.

Nosso desafio está em entender como o processo de modernização da riqueza consegue promover todos esses aspectos que levantamos anteriormente acima. Pretendemos abordar as questões suscitadas mediante a análise do setor da fruticultura como um dos principais vetores do “desenvolvimento” econômico no Sertão nordestino.

### **3.3 Encontro/confronto de ruralidades no Sertão**

Segundo dados do Censo de 2010, organizados pelo IBGE, a Região Nordeste possui uma população rural de 14,3 milhões de habitantes. Considerando que no ano de 2010 o Censo apontou uma população rural no Brasil em torno de 29,8 milhões, isso significa que somente a Região Nordeste concentra mais de 47% da população rural do país. Ou seja, quase a metade de todos os habitantes de áreas rurais no Brasil está concentrada nos nove estados que compõem a Região Nordeste.

Problematizar as informações do Censo pode ser um primeiro passo para ampliarmos o debate acerca do espaço rural nordestino e buscar compreender as distintas temporalidades e territorialidades existentes nesse espaço tão significativo, e por outro lado, tão desconhecido de nosso país. Podemos imaginar várias entradas para contextualizar os dados supracitados, tais como: quais as formas de reprodução social que garantem a esses 14,3 milhões de habitantes condições de sobreviver na zona rural em seus respectivos estados? Que tipo de políticas públicas tem sido pensado pelo Estado brasileiro tendo em vista que boa parcela de sua população rural reside nessas regiões? Quais os conflitos sociais e territoriais que emanam nessas áreas rurais? Quais os principais vetores econômicos que sustentam tamanha população? Seria a agricultura familiar responsável por manter a população no meio rural? Tendo em vista o tamanho descompasso existente entre o crescimento das áreas urbanas e a perda de população rural, estariam as áreas rurais existentes no Brasil, em geral, e no Nordeste, em particular, sendo subaproveitadas? Ou considerando o crescimento da produção agrícola do país e o avanço do agronegócio, estaríamos apenas constatando a apropriação capitalista do território rural, cuja expropriação das populações continua sendo a sua marca?

As questões apresentadas nos põem a pensar na necessidade de desenvolver reflexões de maior envergadura quando consideramos a importância de perscrutar os elementos que caracterizam a dinâmica socioespacial da Região Nordeste e, mais especificamente, o seu espaço rural.

Apesar de não ser o objetivo de nossa investigação realizar uma longa e detida análise histórica do espaço rural nordestino, não podemos deixar de mencionar que a leitura sócioespacial do Nordeste, tal como evidenciamos, exige por

parte do pesquisador, quer queiramos ou não, um constante resgate histórico das práticas sociais, econômicas, políticas e culturais. De certa maneira, é verídico o fato de que a história aparece para a Região Nordeste como um fardo explicativo, isso é, pensamos sempre o agora a depender da aquiescência de um passado que se mistura com o presente de forma inextricável.

Há uma urgência de se fazer as pazes com o presente e com o futuro, no sentido de resgatar uma perspectiva de entendimento da região onde a história tenha seu devido papel e lugar. Nesse caminhar, a construção/reconstrução (que só pode ser social) do passado, do presente e do futuro não está nas mãos de quem sempre subjuguou e sim dos reais sujeitos históricos e geográficos (HEROD, 2001) que produzem o espaço-tempo de nossa existência.

Esse lembrete tem um significado que é bastante explícito, pois não temos o intuito de analisar o espaço rural nordestino desconectado da multiescalaridade do mundo contemporâneo, pondo em evidência um somatório de eventos que "une" os rincões do semiárido às áreas mais dinâmicas do centro capitalista a partir de uma cadeia global do valor, essa tem como momento mais importante, a mobilização de uma intrincada divisão social e territorial do trabalho. Assim, de modo a expressar tal intento, pretendemos mostrar o espaço rural nordestino pela ótica que identifica a existência de um encontro de ruralidades.

Por encontro/confronto de ruralidades entendemos a coexistência de modelos de uso e ocupação do solo que expressam conteúdos sociais/culturais diferenciados a depender do tipo de relação com a terra, a preponderância de relações sociais mais horizontais assentadas em valores de comunhão, solidariedade e de luta em favor da soberania popular e do reforço identitário. Tendo como seu oposto, a regulação econômica do território mediante a racionalidade do capital e a temporalidade das empresas, da busca incessante pelo lucro e o desenvolvimento de atividades econômicas que se espraiam por todo o Sertão de acordo com níveis de intensidade distintos, nos quais temos percebido a aposta no agronegócio como caminho prioritário por parte do Estado e do Capital.

Assinalar a existência desse encontro/confronto de ruralidades no Sertão não significa afirmar apenas que existem formas diferenciadas de apropriação do território, mas sim ressaltar a existência de conflitos envolvendo a vida de milhões de

sertanejos, que, paulatinamente, defrontam-se com a ameaça de terem suas vidas ditadas pelo tempo do giro do capital. Esse movimento, inexoravelmente, afeta a temporalidade do camponês, do pequeno agricultor assentado e de todos que convivem com a mutação compulsória do território pela ação do capital.

Mas podemos nos perguntar o que funda o tempo-espaço do capital no Sertão nordestino? Para responder tal questão nos propomos apresentar um breve esboço de desenvolvimento da agricultura irrigada, considerada o elemento chave que nos autoriza a pensar em outro momento do desenvolvimento da agricultura no Nordeste, como parte da própria história da atuação do Estado na região.

### **3.4 A irrigação como solução!**

No dia 28 de Outubro de 1987, o então Presidente da República José Sarney visitou a zona rural do município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, com o intuito de conhecer as dependências da hoje extinta Fazenda Maisa do Grupo Mossoró Agroindustrial. Na época, a MAISA começava sua experiência pioneira e com bastante sucesso, do uso da irrigação para a produção de melão. Como resultado da visita, o Presidente José Sarney assim expressou sua opinião acerca do empreendimento:

Foi com imenso prazer que visitei este projeto. A MAISA vem desenvolvendo um excelente trabalho no setor da irrigação, didática e pioneiro, bem como no setor da pesquisa agrícola no semiárido. Congratulo-me com os seus proprietários, diretores, técnicos, operários e todos que de uma maneira ou outra, ajudaram a construir uma obra exemplar. *Na irrigação, a salvação do Nordeste.* (NILTON SÁ, 2003, p. 222, grifo nosso).

Gostaríamos de chamar atenção para a última frase do depoimento de José Sarney, quando o mesmo apostou todas as fichas na irrigação ao afirmar: “Na irrigação, a salvação do Nordeste”. Sem dúvida alguma, até hoje muitas pessoas creditam à irrigação a possibilidade de superar os obstáculos naturais e de conseguir, de uma vez por todas, sobrepujar a estagnação econômica provocada pelas secas e a vulnerabilidade da agricultura de sequeiro. Daí, a recorrente metáfora de identificar a irrigação, uma solução hidráulica, como uma verdadeira panacéia. Sendo assim,

podemos identificar uma dicotomia presente na análise da agricultura nordestina, estabelecida entre a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada.

Os contornos dessa dicotomização se expressam de uma maneira muito mais complexa, desde que observados numa perspectiva que ultrapasse uma “mera” utilização da técnica e que dê conta de contextualizar a agricultura irrigada no marco de um intrincado jogo de interesses políticos, cujos desdobramentos territoriais se manifestam de forma veemente articulada às redes globais da economia.

Do ponto de vista mais simplório, podemos definir a agricultura de sequeiro como a agricultura que depende, exclusivamente, das condições naturais para se desenvolver. Portanto, em áreas que enfrentam longos períodos sem ocorrência de chuvas, tais como grande parte do semiárido, a agricultura de sequeiro é totalmente vulnerável, já que a mesma enfrenta longos períodos de escassez hídrica associada aos agravos com relação às condições edafoclimáticas pouco favoráveis. Elas são verificadas em toda a extensão das depressões sertanejas, com exceção dos vales úmidos. Essa é a modalidade de agricultura mais generalizada em todo o Sertão e praticada por milhares de camponeses e pequenos agricultores familiares ao longo de centenas de anos.

A agricultura irrigada é caracterizada pela adoção de técnicas de irrigação pela aplicação de diversos métodos para suprir o solo e as plantas da quantidade de água necessária ao seu desenvolvimento. A agricultura irrigada representa, pois, uma intervenção direta do trabalho humano responsável por desenvolver estratégias que envolvem desde os recursos mais tradicionais até as mais modernas técnicas de irrigação para fazer chegar água em regiões onde o regime pluviométrico é pouco favorável ou onde ocorrem desníveis na sua distribuição, seja no tempo ou no espaço.

A grande dificuldade que temos no debate referente à dicotomia entre a agricultura de sequeiro e agricultura irrigada está na forma como essa dualidade ocorrera na história do semiárido e também por estarmos numa posição muito tênue na discussão própria do que seja a relação sociedade e natureza. Se por um lado, a seca, como um fenômeno natural, sempre foi uma limitação posta a todas as sociedades que enfrentaram condições adversas para poderem desenvolver a atividade da agricultura. Por outro, a adoção de técnicas para dirimir a influência dos



aspectos naturais e conseguir realizar cultivos pela agricultura de vazante e pela utilização de formas arcaicas de irrigação, também faz parte da história da humanidade no sentido da técnica, enquanto expressão do desenvolvimento de ações teleológicas com vistas à superação dos obstáculos dados pela natureza.

Voltemos ao período da revolução neolítica, por ele podemos fazer referência aos primeiros passos para o domínio da agricultura. Foram eles que possibilitaram a sedentarização humana e o maior controle das possibilidades de obtenção de alimentos. Há 6.000 anos, conforme mostra Mazoyer e Roudart (2010), propagaram-se por várias direções do Vale do Nilo uma população de cultivadores e criadores neolíticos, que influenciados pelos povos da Mesopotâmia passaram a adotar inúmeras técnicas de cultivo dentre as quais se destacaram o sistema de cultivo de vazante de inverno e o sistema de cultivo irrigado. O crescente domínio das técnicas de irrigação e de vazante permitiu o surgimento das civilizações hidroagrícolas mediante a implantação de uma extensa infraestrutura hidráulica.

Importante assinalar, que no período em questão, no Vale do Nilo as populações já se defrontavam com a necessidade de banhar as terras secas, principalmente com a migração de habitantes que deixavam os planaltos desérticos para se instalarem nas imediações da planície aluvial do gigantesco Nilo. No início, as técnicas utilizadas envolviam o regadio manual com vasilhames de terracota, a invenção de engenhocas como o chaduf, o parafuso de Arquimedes, a roda giratória e a irrigação por gravidade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Passando do Egito antigo e retornando ao contexto nacional, percebemos ao longo da história da irrigação no Brasil uma preocupação candente de superar as barreiras naturais impostas pelas secas, sobretudo, na região semiárida, onde a preponderância do embasamento cristalino associado à má distribuição das chuvas sempre foi um fator limitante ao desenvolvimento das atividades agropastoris.

Nos principais rios do Nordeste, podemos observar, por meio da cultura dos povos ribeirinhos, a utilização de diversas práticas tradicionais de uso das águas dos rios. A chamada agricultura de vazante é um forte exemplo de como a população ribeirinha sabia/sabe usufruir da própria dinâmica dos rios nos períodos de seca e de cheia para produzir alimentos que garantiram e continuam a garantir o sustento de milhares de famílias.

Em todo o semiárido a população há muito tempo clama por medidas intervenções que, de algum modo, amenizem o impacto dos anos de seca. Nesse sentido, desde o período colonial e império, logo depois, o Brasil Republicano, o Estado sempre foi o agente responsável por criar as condições operacionais mediante a mobilização de recursos e a disponibilização das condições técnicas necessárias para enfrentar as adversidades climáticas.

Desse modo, não se trata de nenhum exagero quando afirmamos que o desenvolvimento da irrigação no Nordeste se confunde com a própria história da intervenção do Estado na região. Tanto que, uma das instituições federais mais antigas a trabalhar como uma instância que desenvolve ações sistemáticas de caráter regional presente desde os primeiros passos do Brasil Republicano foi a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), criada em 1909, e hoje, denominada de Departamento Nacional de Obras Contradas as Secas (DNOCS).

O fomento à irrigação no Nordeste deu-se por ações superpostas de diversos órgãos governamentais que num dado momento sofreu uma influência significativa das propostas feitas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE<sup>28</sup>), implantada em 1959. Além do DNOCS, várias outras instituições forneceram as condições necessárias para o desenvolvimento da irrigação, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Banco do Nordeste (BNB), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

No tocante ao desenvolvimento, articulação, gestão e coordenação de projetos de irrigação, duas instituições destacam-se: o DNOCS e a CODEVASF. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do Governo Federal é,

---

<sup>28</sup> A SUDENE foi criada no Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, tendo como líder o economista Celso Furtado. O objetivo principal da SUDENE era o de contribuir para minorar as desigualdades econômicas e sociais entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras. As ações da SUDENE tiveram como foco, a política de desenvolvimento da indústria. No que diz respeito à agricultura, a SUDENE também contribuiu para fomentar a irrigação. Celso Furtado era ciente dos desafios de se promover a irrigação no semiárido, pois como o próprio afirmou: "Era total a promiscuidade entre patrimônio público e privado, em benefício de alguns fazendeiros (...) As terras irrigadas estavam em mãos de um pequeno número de proprietários, e os trabalhadores empregados não viviam em melhores condições do que os seus vizinhos dos latifúndios tradicionais" (FURTADO, 1997, p. 63).

como sabemos, uma instituição centenária que tem como objetivo atuar no combate aos flagelos desencadeados pelas intempéries climáticas que assolam o semiárido.

A construção de infraestruturas tem sido a mola mestra de sua atuação. Foi assim que se espraiaram por todo o Sertão nordestino desde o início do século XX, diversos açudes, barragens, estradas e canais de irrigação com o intuito não só de combater os efeitos das secas, mas também trazer a dinamização produtiva de importantes atividades econômicas mediante o impulso aos projetos de irrigação ou mais detidamente a construção dos denominados perímetros irrigados.

Os perímetros irrigados são espaços de produção agrícola delimitados, geralmente, pelo Estado. Neles são implantados um conjunto de infraestruturas de irrigação. Trata-se, portanto, de uma intervenção técnica de modo a garantir a produção de culturas agrícolas em áreas cuja carência de chuvas interfere na realização da agricultura. O uso e ocupação dos perímetros irrigados públicos estão condicionados à distribuição de lotes para pequenos e grandes produtores obedecendo aos critérios estabelecidos pelos Governos.

De acordo com informações disponibilizadas no site do DNOCS, existem no Nordeste 35 perímetros irrigados em operação, sendo a sua grande maioria (15) localizada no Estado do Ceará.

Quanto ao perfil dos perímetros irrigados do DNOCS, apesar da maior parte ser ocupada por lotes familiares, o espaço destinado às empresas tem obtido um crescimento vertiginoso, o que demonstra certa deturpação quanto ao caráter dos projetos de irrigação pública.

Outro órgão ligado ao Governo Federal que também atua com projetos de irrigação é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). A CODEVASF, criada em 1974, é sucessora direta da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) de 1948, posteriormente, sucedida pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) fundada em 1967. A CODEVASF tem por finalidade o aproveitamento para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais pela captação de água, objetivando a irrigação, de construção de canais primários ou secundários, e também obras de saneamento básico, eletrificação e transportes. De acordo com Dourado (2011), a CODEVASF possui 27 projetos de irrigação em operação e 13 em fase de implantação, perfazendo um total de 704.178 ha.

Se podemos contabilizar um número significativo de obras realizadas durante a trajetória das duas principais instituições voltadas para o desenvolvimento da irrigação, com certeza nos é permitido afirmar também que no lastro da consolidação de um ambiente construído em pleno Sertão, milhares de homens e mulheres tiveram suas trajetórias de vida direta e indiretamente impactadas pelas respectivas instituições. Devemos refletir as contradições desencadeadas, compreendendo-as como parte de um projeto do Estado em seus diversos níveis de atuação em parceria com o capital para desenvolver um ambiente empresarial que visa silenciar a história e a geograficidade dos homens e mulheres, esses sim, mais do que centenários.

A despeito de garantir o desenvolvimento das comunidades que habitam o Sertão, as instituições como DNOCS e CODEVASF contribuíram, eficazmente, para pincelar iniciativas de investimento público e privado para a agricultura. Observando, a partir do viés puramente econômico, alguns projetos de irrigação tornaram-se bastante competitivos e pólos disseminadores de uma agricultura conectada aos parâmetros da modernização da agricultura.

Contudo, não podemos deixar de destacar que esse processo não ocorreu sem que houvesse uma verdadeira “limpeza” dos agentes sociais, identificados como entraves. Leiam-se: camponeses, meeiros, posseiros, parceiros, pequenos produtores, comunidades tradicionais que há séculos desenvolvem estratégias de sobrevivência no Sertão e que sem considerar sua contribuição para o estabelecimento de um saber-fazer histórico, foram expulsos em nome da eficiência da produção e a viabilização da agricultura empresarial.

Na querela sobre a política de irrigação no Nordeste há um debate extremamente caloroso sobre os efeitos positivos e/ou negativos da implantação de Perímetros Irrigados. Muitos defendem que os perímetros irrigados devem ser vistos como uma solução eficiente para se combater os efeitos da estagnação econômica no Nordeste, tendo em vista que os agricultores que têm acesso à terra conseguem elevar, significativamente, a renda familiar. Caminhando em sentido oposto, é possível verificar várias pesquisas, em momentos diferentes, as quais são enfáticas ao apontar as limitações desse tipo de projeto, sobretudo, por apontarem uma extrema diversidade de situações e casos onde podemos encontrar tanto casos de sucesso, como também a recorrente rotatividade e/ou abandono dos lotes por parte

dos colonos. Paralelamente, ocorre também um verdadeiro processo de fagocitose das áreas dos colonos pela ação dos grandes produtores associados ao agronegócio da fruticultura.

As limitações surgem, principalmente, do contexto político e social pelo qual os perímetros são inseridos. Em estudo realizado realizada pelo Prof. José Graziano da Silva sobre a irrigação no Nordeste no final da década de 1980, o autor constata uma série de limitações, entre as quais destacamos: o alto custo para instalação dos perímetros; uma forte estrutura burocrática; a existência de um longo período de implantação; manutenção insatisfatória; baixa utilidade da terra e; total ingerência política. Ao concluir, o autor afirma que:

... a irrigação não é apenas uma forma de viabilizar uma agricultura moderna no Semiárido nordestino. Ela tem sido, também, uma forma específica de viabilizar a 'modernização conservadora' da região, seguindo os mesmos passos que transformaram a base técnica da produção agropecuária brasileira nos anos 60 e 70. (SILVA, 1988, p. 128).

No lastro das críticas endereçadas à política de irrigação adotada na Região Nordeste, encontramos estudiosos que enfatizam a histórica dependência de recursos do Estado para a operação e manutenção dos projetos de irrigação. Nesse sentido, segundo Assirati:

... o Poder Público se encarregou de socializar o investimento 'privado' em irrigação no País e em especial no Semiárido. Mas ainda que tenha sido transferido à sociedade o ônus do risco do investimento inicial em irrigação, essa política vem se mostrando ineficaz e não contribui para estabelecer uma agricultura irrigada em bases sólidas e duradouras. Isto porque, embora pareça óbvio, a simples criação de uma capacidade instalada não assegura sua utilização intensiva, ou mesmo, minimamente, econômica. (ASSIRATI, 1994, p. 566).

Em estudo mais recente, os autores Sobel e Ortega (2010), apesar de se demonstrarem favoráveis à política dos perímetros, identificaram a existência de condições desiguais que continuam a se proliferar nos perímetros irrigados. Os autores pesquisaram o caso dos perímetros de Bebedouro e Senador Nilo Coelho, ambos localizados no município de Petrolina (PE).

Nos perímetros analisados, a pesquisa constatou que é grande o número de pequenos produtores que não conseguiu seguir o ritmo de adequação tecnológica dos sistemas de irrigação. Somado a esse fato, a assistência técnica – tanto para a produção como para a análise do mercado – apresenta baixo nível de cobertura entre os pequenos produtores. Existem colonos que alegaram inclusive desconhecer novas técnicas de irrigação e muitos, por estarem atolados em dívidas, não conseguem substituir a irrigação tradicional.

O endividamento dos colonos associados aos problemas de assistência técnica são fatores que têm contribuído para o abandono dos colonos originais e para a venda dos lotes para produtores mais capitalizados. Mesmo com a emancipação dos perímetros (transformados em distritos de irrigação) e o incentivo dado pelo Estado para a maior autonomia dos colonos e produtores, a promiscuidade política continua vigorando. Segundo Sobel e Ortega (2010):

... apesar de a Codevasf estabelecer que a preferência na aquisição de lotes nos projetos deveria ser dada aos pequenos produtores desalojados que cumprissem os critérios pré-determinados, segundo as normas de seleção dos irrigantes, muitos colonos conseguiram adquirir os lotes devido a indicações de "padrinhos políticos (...). Isso resultou na distribuição de lotes a colonos sem nenhum conhecimento sobre agricultura (eram pedreiros ou marceneiros, por exemplo) e que, não tendo assistência e capacitação adequada, ficaram em péssimas condições econômicas e de eficiência. (SOBEL; ORTEGA, 2010. p.107).

O processo de descaracterização dos perímetros aliado ao crescimento da produção de frutas para exportação têm beneficiado, diretamente, os grupos empresariais que participam da cadeia global da fruticultura. Para Bloch (1996), trata-se de um verdadeiro processo de seleção natural nos perímetros. Há sentido na seleção quando observamos o crescimento da produção de frutas no Nordeste e a concentração nessa região das culturas com maior potencial de exportação.

A fruticultura, fincada nos perímetros irrigados, é destacada como o mais novo vetor de desenvolvimento econômico do Sertão nordestino. Prova disso é a criação, em maio de 2001 pelo Ministério da Integração Regional (MIN), da Secretaria Nacional de Irrigação. A nova secretaria objetiva, segundo informações do MIN:

...configurar um sistema de gestão para a agricultura irrigada, articulando os vários órgãos que interagem no setor, *apoiando sobremaneira a iniciativa privada e otimizando as áreas públicas*

*como instrumentos de desenvolvimento de regiões menos favorecidas.* Além disso, promover a irrigação como instrumento de eficiência na produção agrícola e erradicar a pobreza com a geração de emprego e renda. (MIN, 2011. Fonte: [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br), grifo nosso).

Dentre as primeiras medidas tomadas pela nova secretaria está o lançamento do Programa de Irrigação Pública para o Semiárido. Entre elas, destacamos a expansão do número de hectares irrigados, passando dos atuais 300 mil hectares para 500 mil hectares e o fomento às parcerias entre os setores público e privado e a oferta de créditos para os irrigantes. No rastro da atuação da nova secretaria, que como vimos tem como meta incentivar a atração de empresas privadas, vários projetos estão em andamento. Um deles é a participação no semiárido nordestino da empresa produtora de laranja, Cutrale. Segundo informações da Codevasf:

A empresa paulista Cutrale anunciou que irá investir no cultivo e processamento de laranja no Semiárido brasileiro, na região do pólo Petrolina (PE) /Juazeiro (BA) (...) Os investimentos na área partiram de um projeto do Ministério da Integração Nacional, apresentado à direção da empresa no primeiro semestre deste ano. Após análise, que incluiu visita técnica ao pólo Petrolina/Juazeiro e ao Projeto Baixio de Irecê, na Bahia, e estudos das condições edafoclimáticas, a Cutrale decidiu pela viabilidade do projeto (...). Segundo dirigentes da empresa, o projeto tem grandes dimensões e que vai atender, principalmente, os consumidores externos, com exportações pelos dois portos de Pernambuco, o de Recife e o de Suape. Na região, a Cutrale espera poder ampliar o sistema de irrigação graças à PPP (Parceria Público-Privada) com o governo federal, que deverá lançar em breve, por meio do Ministério da Integração Nacional, um programa de irrigação que alcançará R\$ 5 bilhões em investimentos no setor, utilizando as PPPs. (CODEVASF, 16/09/2011. Fonte: <http://www.codevasf.gov.br>).

Com as atenções voltadas ao aquecimento do setor privado e a promoção da agricultura irrigada, a relação entre Estado e Capital mostra novamente seu vigor e sua continuidade ao observarmos como o velho e o novo se imbricam dialeticamente. Nela todos os elementos da contradição social estão presentes, quais sejam: um ministro que faz parte de uma das famílias mais tradicionais do Sertão de São Francisco, a família Coelho; a parceria entre Estado e iniciativa privada mediante a participação de uma empresa envolvida com apropriação ilegal de terras e alvo principal das ações dos movimentos sociais de luta pela terra; a aplicação de

portentosos recursos públicos para investimento nos perímetros a despeito dos históricos problemas de gestão e ineficiência produtiva; a garantia de oferta hídrica para assegurar os projetos de irrigação não obstante o fato de muitas comunidades no Sertão não terem acesso à água; o foco na irrigação que prioriza o sustento de culturas de exportação; a inexistência de uma política pública que pense nas populações que não estão no raio de proximidade dos grandes projetos de irrigação.

A partir das características supracitadas o que podemos constatar é a tentativa de aplicar os investimentos públicos na dinamização dos setores que ocupam a dianteira no processo de mudança na estrutura econômica e social do Sertão. Ou seja, temos nesse caso um exemplo cabal do que estamos chamando de modernização da riqueza. Ao invés do ciclo do gado e do algodão (ouro branco), vivenciamos agora a dinâmica das frutas para exportação na transmutação para um capitalismo tropical.

Nesta nova concepção podemos perceber, paulatinamente, uma forma nova de extrair riqueza no Sertão. Os rastros dessa inovação, não necessariamente, representam uma ruptura com a herança daqueles que detêm o comando da riqueza. Todavia, as conexões advindas da abertura do mercado e da competitividade exigida pela globalização econômica impõem uma modernização da riqueza, que pode ou não ser travestida de elementos novos que maculam os mecanismos reais de perpetuação da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

### **3.5 O crescimento do agronegócio da fruticultura: um olhar a partir das frutas tropicais**

Entendemos como crucial, antes de analisar o desenvolvimento do agronegócio da fruticultura no Nordeste, perscrutar os aspectos mais gerais que demonstram a força do agronegócio no Brasil e mais particularmente no Nordeste brasileiro. Daí a importância de identificar o quadro estrutural da dimensão produtiva do capital no campo. Para lograr tal objetivo, recorreremos aos dados da área plantada e quantidade produzida, seu perfil e evolução. Lembramos que para a Geografia, as informações sobre os dados referente à área plantada significam muito mais do que um mero conjunto de estatísticas relacionadas à produção. Já



que, o conteúdo do conflito social presente no avanço do agronegócio pode se expressar, claramente, a partir do quantitativo de hectares (verdadeiros territórios obnubilados!) que são incorporados pela racionalidade do capital.

Reiteramos o conflito e junto dele a contradição, pois sabemos que a realidade é muito mais complexa, pois entre os milhares de hectares incorporados, por exemplo, pelas culturas da soja, da cana-de-açúcar e das frutas tropicais, podemos encontrar diferentes grupos sociais que tanto resistem à incorporação como também eles próprios podem participar de maneiras distintas para o crescimento dessas culturas, tais como empresas nacionais e multinacionais, pequenos e médios produtores, assentados da Reforma Agrária do Banco Mundial, do MST, acampados, entre outros, que também participam da produção de grandes *commodities* e de culturas de exportação. Diante dos alertas proferidos, é possível “mensurar” o quadro de conflito territorial a partir do avanço do capital.

Uma análise rápida do contexto da espacialização das principais lavouras no Brasil, permite-nos observar a formação de um quadro preocupante e elucidativo da força com que o agronegócio avança no território brasileiro. De acordo com dados mais recentes da Produção Agrícola Municipal do IBGE em 2009, a soja ocupou o primeiro lugar no ranking das lavouras com maior quantidade de área plantada (ha) no Brasil (Tabela 3).

Quando comparamos com dados de 1990, identificamos, nitidamente, o contorno de um grave conflito, no qual a dominância das principais culturas do agronegócio vem se mantendo com larga distância em relação às culturas da agricultura tradicional, a exemplo do feijão, arroz e mandioca.

**Tabela 3 - Ranking descendente da área plantada (ha) das principais lavouras no Brasil - 1990/2009**

<b>1990</b>			
Posição	Lavoura	Área planta (ha)	Quantidade produzida (t)
1º	Milho (em grão)	12.023.771	21.347.774
2º	Soja (em grão)	11.584.734	19.897.804
3º	Feijão (em grão)	5.304.267	2.234.467
4º	Cana-de-açúcar	4.322.299	262.674.150
5º	Arroz (em casca)	4.158.547	7.420.931
<b>2009</b>			
Posição	Lavoura	Área planta (ha)	Quantidade produzida (t)
1º	Soja (em grão)	21.761.782	57.345.382

2º	Milho (em grão)	14.144.321	50.719.822
3º	Cana-de-açúcar	8.845.833	691.606.147
4º	Feijão (em grão)	4.277.674	3.486.763
5º	Arroz (em casca)	2.905.202	12.651.144

Fonte: PAM/IBGE.Org. Juscelino E. Bezerra

No período de 1990 a 2009, a quantidade de hectares plantados com soja aumentou em 10.177.048 (87,84%). O mesmo crescimento foi identificado com o acréscimo da área plantada com cana-de-açúcar, que no espaço de duas décadas, mais do que dobrou a quantidade de área plantada, incorporando 4.523.534 hectares. Em contrapartida, as culturas tradicionais, como o feijão e o arroz, perderam participação no total da área plantada no Brasil, apresentado respectivamente uma queda percentual de 19,35% e 30,14%.

No que se refere à quantidade produzida, torna-se claro o aumento dos níveis de produtividade. As culturas tradicionais, mesmo perdendo área planta, obtiveram crescimento na quantidade produzida em toneladas. Já as culturas do agronegócio apresentaram crescimento muito superior. Tanto a soja como a cana-de-açúcar mais do que duplicaram a quantidade produzida no período em apreço.

Na Região Nordeste, observamos processos semelhantes ao que identificamos no Brasil mediante o crescimento de culturas do agronegócio (Tabela 4). A análise dos dados estatísticos do IBGE para os de 1990 e 2009 mostra que, apesar de culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca terem se mantido entre as culturas com maior quantidade de área plantada na região, houve uma variação percentual negativa para culturas, como feijão e mandioca, que apresentaram respectivamente queda de 6,21% e 27,66%.

**Tabela 4 - Ranking descendente da área plantada (ha) das principais lavouras do Nordeste e quantidade produzida em toneladas - 1990/2009**

1990			
Posição	Lavoura	Área planta (ha)	Quantidade produzida (t)
1º	Milho (em grão)	2.662.580	648.582
2º	Feijão (em grão)	2.471.346	580.037
3º	Cana-de-açúcar	1.493.936	71.689.378
4º	Mandioca	1.132.225	11.832.690
5º	Arroz (em casca)	1.090.053	855.288

2009			
Posição	Lavoura	Área planta (ha)	Quantidade produzida (t)
1º	Milho (em grão)	3.126.736	4.799.396
2º	Feijão (em grão)	2.317.806	844.527
3º	Soja (em grão)	1.638.637	4.421.442
4º	Cana-de-açúcar	1.202.426	70.057.439
5º	Mandioca	819.069	8.178.392

Fonte: PAM/IBGE.Org. Juscelino E. Bezerra

A cana-de-açúcar, presente desde o período colonial, continua mostrando sua representatividade não só no Brasil, como também na região que foi seu berço histórico, mantendo-se entre as culturas que mais possuem área plantada. No entanto, observamos uma queda de 19,51% da área plantada no Nordeste, no período de 1990 a 2009. Na quantidade produzida houve também uma queda de 2,27%. Esses dados refletem a marcha da cana-de-açúcar para outras regiões de maior produtividade.

Ainda com relação aos dados da distribuição da área plantada no Nordeste segundo culturas, o que mais chamou atenção foi o crescimento da soja também no Nordeste. Enquanto que em 1990 havia apenas 376.889 hectares de área plantada com soja, no ano de 2009 esse número saltou para 1.638.637 ha. Ou seja, a soja mais do que triplicou seu espaço, em aproximadamente duas décadas, passando a ocupar o terceiro lugar entre as culturas com maior quantidade de área plantada na região.

Em termos de quantidade produzida, a soja no Nordeste também apresentou números crescentes. Em 1990, a quantidade produzida de soja no Nordeste foi de apenas 225.502 toneladas. Já em 2009 (Tabela 5), foi de 4.421.442. Isto é, um crescimento de 1.860%.

Tivemos a oportunidade de analisar a expansão da soja nas principais microrregiões do Nordeste e seus impactos sociais, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho (BEZERRA, 2008; 2009a). As áreas que mais apresentaram crescimento da produção de soja concentram-se no cerrado nordestino, a exemplo das microrregiões de Barreiras (BA), Gerais de Balsas (MA) e Alto Parnaíba Piauiense (PI). Conforme apresentamos em nossa pesquisa (BEZERRA, 2008), no ano de 2004, de cada dez toneladas produzidas no período de 1990 a 2004 no Nordeste, sete toneladas provinham das microrregiões supracitadas.

A partir dos dados levantados até, qual seria então o lugar das frutas? A produção brasileira de frutas é uma das maiores do mundo. Nos últimos anos, várias culturas passaram a obter papel de destaque no quadro da produção agrícola nacional.

O setor da fruticultura apresenta características bastante peculiares. Uma análise que somente observa os aspectos quantitativos não consegue apreender as características do setor visto na sua totalidade. De acordo com Jesus Júnior et al (2010), o Brasil produz mais de 300 tipos de frutas. A explicação para essa quantidade exorbitante de diferentes tipos de frutas é a extensão de nosso território e sua respectiva diversidade climática. Tal característica permite ao país ser um grande produtor de frutas típicas de climas temperados, bem como produzir frutas tropicais em grande escala.

Para Jesus Júnior; Sidonio e Moraes (2010), o Brasil, apesar de apresentar uma das maiores produções mundiais no segmento da fruticultura, possui uma participação no comércio internacional ainda pouco significativa. Por isso, a importância de se caracterizar o mercado a que se destina (interno ou externo), o tipo de fruta produzida e a finalidade do uso e consumo. No país, grande parte das frutas produzidas<sup>29</sup> é utilizada para o beneficiamento, e parte é destinada ao consumo *in natura*. Por consumo *in natura* devemos entender o consumo de frutas frescas para uso culinário e de mesa. Em nossa pesquisa priorizaremos o enfoque na produção *in natura* para exportação, visto ser esse setor o que mais cresce na Região Nordeste.

A produção para o consumo *in natura* vem apresentando um crescimento expressivo nos últimos anos. As mudanças nos hábitos alimentares e o maior estímulo ao consumo de frutas pela população mundial fizeram com que a demanda pelo consumo de frutas aumentasse vertiginosamente. No Brasil, esse aumento é visível, pois nunca se comercializaram tantas frutas em feiras, supermercados e hipermercados como nos últimos anos. O aumento da renda, as novas formas de

---

<sup>29</sup> De acordo com CARVALHO; LEITÃO (2009, p.2): "O Brasil vem aumentando suas plantações, elevando sua produtividade, incrementado o volume de produção e colhendo com mais qualidade. Mas, seus níveis de exportação ainda são muito baixos. Com a quantidade hoje exportada, o Brasil se encontra em 15º no ranking dos exportados mundiais de frutas. Do total produzido, 47% são consumidos *in natura* e 57% são processados. Dos 47% das frutas frescas apenas 2% são exportados e do total processado 29% é exportado (BRAZILIAN FRUIT, 2008)."

consumo e o rápido crescimento do processo de urbanização influenciam diretamente na formação de um mercado de frutas bastante competitivo.

Quando optamos por estudar o mercado de frutas *in natura* para exportação, logo percebemos um grande recorte territorial, pois como fizemos menção, o mercado de exportação de frutas no Brasil, apesar de crescente, apresenta números discretos, se comparados com outros países. Dados apresentados por Jesus Júnior; Sidonio e Moraes (2010, p.375) mostram a relação entre produção x exportação de frutas em mil toneladas. As frutas que em 2007 mais se destacaram na relação entre produção *versus* exportação foram: melão (41,31%), manga (9,12%), uva (4,59%), maçã (3,86%) e banana (2,62%).

É a partir desse contexto que começamos a entender o papel da Região Nordeste no desenvolvimento do agronegócio da fruticultura. Ao adotarmos a mesma seleção das frutas, com maior destaque na relação entre produção e exportação, com exceção da maçã, o Nordeste apresenta um quadro importante na concentração das frutas tropicais<sup>30</sup>, com melhor desempenho na exportação (Tabela 5).

**Tabela 5 - Participação percentual de área plantada e quantidade produzida de frutas no Nordeste no total do Brasil - 2009**

Cultura	Área plantada (ha)		
	Brasil	Nordeste	%
Manga	75.416	53.139	70,46
Uva	81.677	9.939	12,16
Melão	17.559	14.903	84,87
Banana (cacho)	483.532	196.449	40,62
Cultura	Quantidade produzida (ton.)		
	Brasil	Nordeste	%
Manga	1.197.694	879.283	73,41
Uva	1.365.491	254.093	18,60
Melão	402.959	380.007	94,30
Banana (cacho)	6.783.490	2.529.026	37,28

Fonte: PAM/IBGE. Org. Juscelino E. Bezerra

<sup>30</sup> Importante ressaltar que não fizemos a comparação entre o período de 1990 a 2009 para as frutas, pois há uma mudança no cálculo estabelecida pelos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE. O somatório da quantidade produzida passou de mil frutos para toneladas a partir de 2001 referente às culturas de manga, banana e melão. Para a área plantada (ha), na comparação entre 1990 a 2009, as culturas da manga, da uva, do melão e da banana apresentaram respectivamente uma evolução percentual de 210,36%, 465,04%, 177,63% e 3,56%.

Das frutas com a melhor relação produção *versus* exportação, tais como o melão, a manga e a banana, o Nordeste concentra a maior número de área plantada e de quantidade produzida. Em 2009, somente a Região Nordeste foi responsável por 84,87% da área plantada e 94,30% da quantidade produzida de melão. Para a manga, o resultado foi a concentração de 70,46% da área plantada e 73,41% da quantidade produzida. Enquanto no caso da banana, embora tenhamos também a Região Nordeste como uma importante área produtora, com 40,62% da área plantada e 37,28% da quantidade produzida, devemos levar em consideração que o setor da exportação da banana na região é extremamente concentrado em poucas empresas, principalmente por duas grandes multinacionais que atuam nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. (ALBANO, 2008).

A uva é a única cultura de forte participação nas exportações cuja produção não está concentrada, em sua grande maioria, na Região Nordeste. Isso por que se trata de uma cultura que não é típica do Sertão nordestino e de suas condições edafoclimáticas.

Contudo, mediante pesquisas realizadas pela Embrapa Semiárido, foi possível obter níveis satisfatórios de produtividade, apresentando, inclusive, duas safras anuais. O resultado é a exclusividade por parte da Região Nordeste e nesse caso, fundamentalmente, o Vale do São Francisco, na oferta de uvas de mesa durante todos os meses do ano. Isso significa maior espaço nas janelas (Figura 7) de mercado para exportação, sobretudo para Europa.

REGIÕES	MESES												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
RS-SC													
PR													
SP- Leste													
SP - Jales													
Norte Minas													
Vale do S. Francisco													

Figura 7: Período de oferta de uvas de mesa finas por região produtora.

Fonte: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em Set/2011.

O Nordeste torna-se, pois, uma região extremamente competitiva no cenário nacional e internacional. No ano de 2010, somente a região do Vale do São Francisco foi responsável por surpreendentes 99% do total exportado de uvas de mesa no Brasil. (ETENE/BNB, 2011).

Mediante os dados levantados é possível perceber a importância da produção de frutas para a Região Nordeste e para o Brasil. Sua expressão abrange importantes porções do território e sua dinâmica cresce, paulatinamente, nos últimos anos, especialmente a partir do aumento crescimento da produção de frutas frescas para o mercado europeu. A globalização da economia e o desenvolvimento de modernas tecnologias de transporte e logística associada ao maior consumo de frutas no mundo possibilitam o intercâmbio generalizado de trocas comerciais.

O avanço da fruticultura torna-se um evento expressivo na constituição de porções diferenciadas da tecnificação do campo, pois somente a partir das técnicas de irrigação foi possível a disseminação de um importante pólo frutícola em uma região caracterizada por apresentar um regime pluviométrico de chuvas desiguais no tempo e no espaço. O apoio indelével do Estado contribuiu eficazmente para a garantia das condições necessárias para a reprodução do agronegócio, tais como: construção de açudes, adequação de represas para a perenização de rios, implantação dos Perímetros Irrigados, portos, rodovias, canais de transposição e abastecimento hídrico, redes de transmissão de energia elétrica, etc.

A presença de importantes fontes de recursos hídricos foi também decisiva para que o capital apostasse na exploração da agricultura tecnificada à base da irrigação. Nesse sentido, a fruticultura no Nordeste se desenvolve, principalmente, nos vales úmidos que formam verdadeiros espaços de exceção no amplo domínio das depressões sertanejas (ELIAS, 2006). Nesse modelo, a natureza não mais representa, como traço recorrente no imaginário social associado à região, um obstáculo à regulação econômica do território (CASTRO, 1996).

Aliado ao quadro natural do semiárido que apresenta fragilidade quanto ao novo modelo de uso do solo implantado pela fruticultura, destaca-se a fragilidade do tecido social presente no Sertão nordestino, uma vez que a pobreza continua a ser a marca da região, mesmo em tempos de Bolsa Família. Não obstante ao quadro

generalizado de pobreza, a produção de frutas cresce *pari passu* ao avanço da iniciativa privada no setor.

As transformações no uso do solo nas regiões de expansão da fruticultura formam exemplos expressivos desse momento. Gomes da Silva (1992) enfatiza destaca a importância do desenvolvimento da irrigação<sup>31</sup> para a agricultura nordestina ao criar uma verdadeira atmosfera de progresso devido ao alargamento das possibilidades de aumento e diversificação dos produtos da agricultura com a garantia de acesso à água via a construção de projetos de irrigação pública e privada.

Do ponto de vista do peso da localização geográfica todas as regiões de expansão da fruticultura estão servidas por importantes rios. O acesso à água coloca essas regiões em destaque, pois no contexto de semiaridez que caracteriza grande parte do território nordestino, elas acabam por conformar verdadeiros lugares de exceção. Por todo esse enlace acerca dos condicionantes naturais favoráveis, a ação do capital não poderia ser outra se não a de se apropriar dos espaços de exceção presentes no Sertão.

Ao analisarmos as áreas que mais apresentaram crescimento da fruticultura para exportação no Nordeste (Tabela 7), podemos perceber a seletividade espacial do capital do agronegócio da fruticultura. É justamente próximo a importantes rios do Nordeste como o rio São Francisco, o rio Piranhas/ Açú e o rio Jaguaribe, onde encontramos as principais microrregiões de destaque da fruticultura. A partir das informações provenientes da Produção Agrícola Municipal do IBGE, constatamos a importância das microrregiões analisadas no contexto da Região Nordeste.

**Tabela 6 - Participação percentual de área plantada e quantidade produzida de frutas nas microrregiões no total do Nordeste- 2009**

	Área plantada (ha)							
	Banana	%	Melão	%	Manga	%	Uva	%
Baixo Jaguaribe (CE)	2.808	1,43	1.830	12,28	332	0,62	6	0,06

<sup>31</sup> E muito desse período está associado ao avanço das políticas públicas de irrigação que se basearam principalmente na construção de perímetros irrigados. Nesta perspectiva, SILVA (1989, p.128) adverte que "A irrigação, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, é apenas uma pré-condição para a implantação de uma agricultura moderna na região semiárida do Nordeste. Não garante, porém, que seus resultados sejam socialmente distribuídos de um modo mais justo".



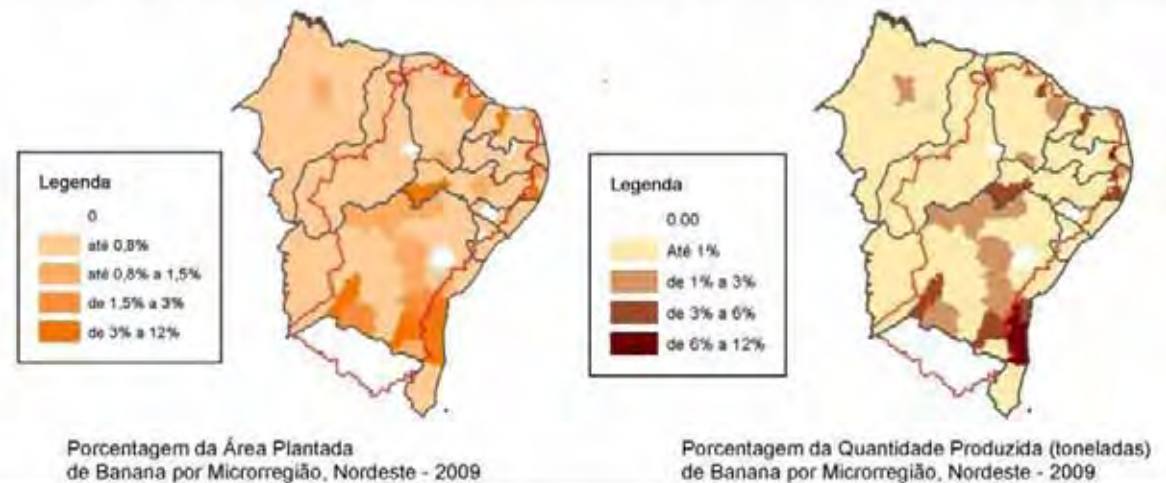
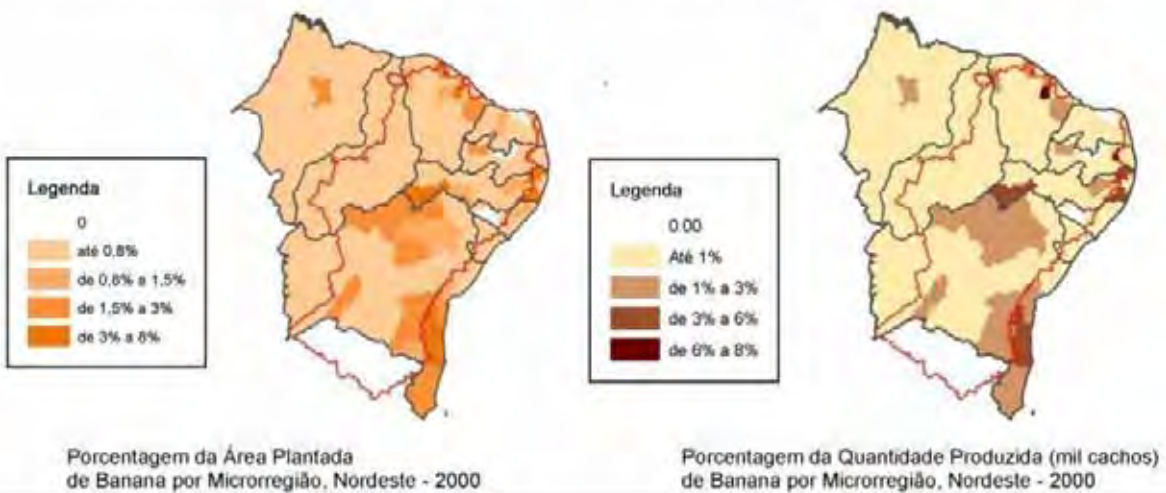
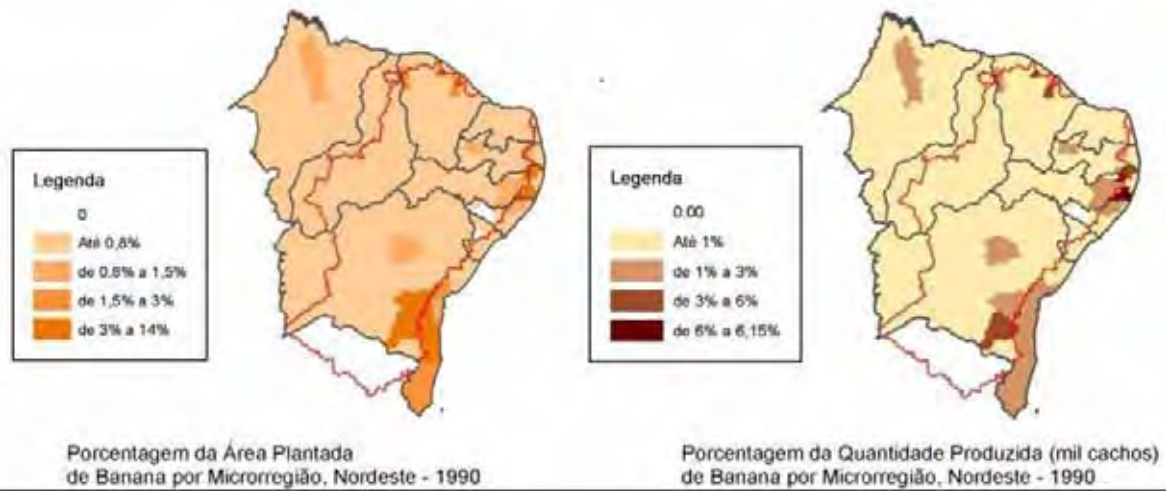
Mossoró (RN)	126	0,06	6.615	44,39	190	0,36	0	0,00
Vale do Açu (RN)	1.961	1,00	10	0,07	972	1,83	0	0,00
Petrolina (PE)	7.690	3,91	270	1,81	8.790	16,54	5.466	55,00
Juazeiro (BA)	1.521	0,77	1.517	10,18	12.222	23,00	3.667	36,90
Microrregiões	14.106	7,18	10.242	68,72	22.506	42,35	9.139	91,95
Região Nordeste	196.449	100,00	14.903	100,00	53.139	100,00	9.939	100,00

Quantidade produzida (ton.)

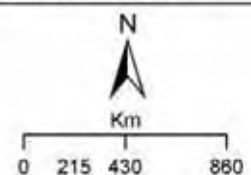
	Banana	%	Melão	%	Manga	%	Uva	%
Baixo Jaguaribe (CE)	64.676	2,56	45.950	12,09	3.783	0,43	0	0,00
Mossoró (RN)	2.357	0,09	186.450	49,06	748	0,09	0	0,00
Vale do Açu (RN)	77.326	3,06	220	0,06	18.326	2,08	0	0,00
Petrolina (PE)	133.940	5,30	4.640	1,22	175.210	19,93	153.188	60,29
Juazeiro (BA)	36.083	1,43	27.141	7,14	293.672	33,40	89.302	35,15
Microrregiões	314.382	12,43	264.401	69,58	491.739	55,92	242.490	95,43
Região Nordeste	2.529.026	100,00	380.007	100,00	879.283	100,00	254.093	100,00

Fonte: PAM/IBGE.Org. Juscelino E. Bezerra

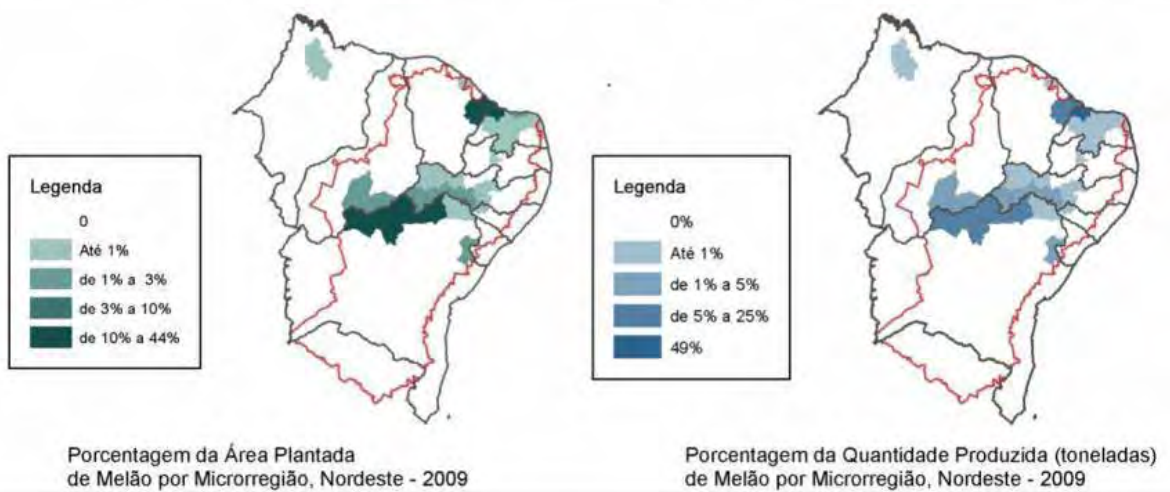
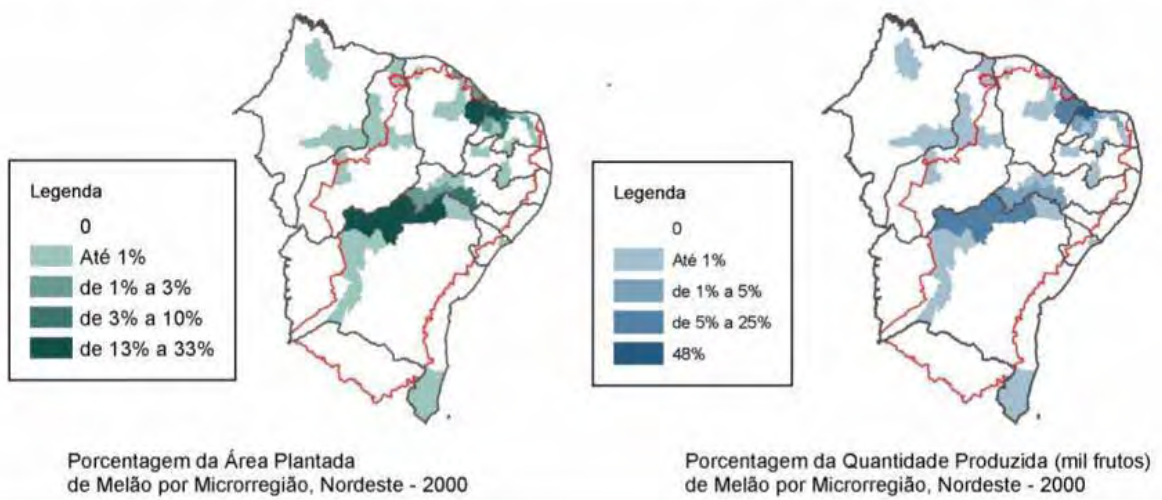
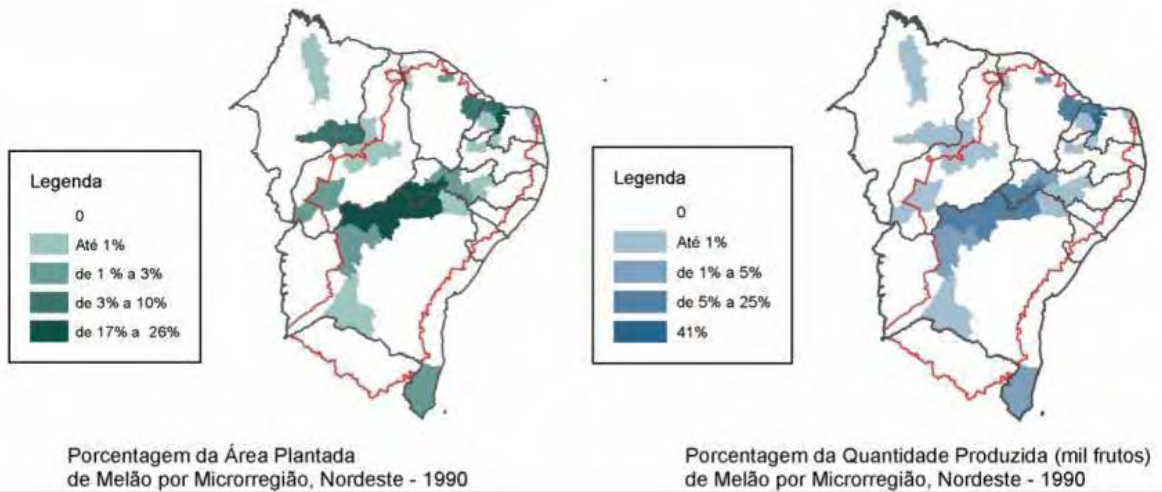
As duas culturas com resultados mais opostos são a da banana e da uva. Ao passo que a banana está bastante dispersa no Nordeste, a cultura da uva, por sua vez, está extremamente concentrada no Vale do São Francisco, em especial nas microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), sendo responsáveis por quase a totalidade da produção de uvas no Nordeste. Contudo, vale destacar, ainda, para o caso da banana que muito embora a participação percentual das microrregiões não seja tão representativa, caso estabeleçamos o recorte da produção de banana voltada para a exportação, vamos perceber a concentração da banana voltada para o mercado internacional na microrregião do Vale do Açu (RN). As microrregiões analisadas em nossa pesquisa são as que mais se destacaram na evolução da área plantada e da quantidade produzida das principais culturas do agronegócio da fruticultura no Nordeste. Nos mapas a seguir, temos a distribuição espacial da área plantada (ha) e da quantidade produzida (t) das principais culturas de exportação da fruticultura no Nordeste, segundo a microrregião. Lembramos que em todos os mapas assinalamos o polígono do semiárido para que possamos ressaltar a importância do Sertão nordestino na produção de frutas (Mapas 2 a 5).



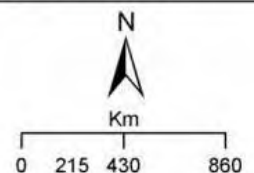
Elaborado por Rafael Catão e Juscelino Bezerra - Fonte: IBGE, 2011



Mapa 2 – Área plantada (ha) e quantidade produzida de Banana no Nordeste, segundo microrregiões com semiárido assinalado – 1990, 2000 e 2009.

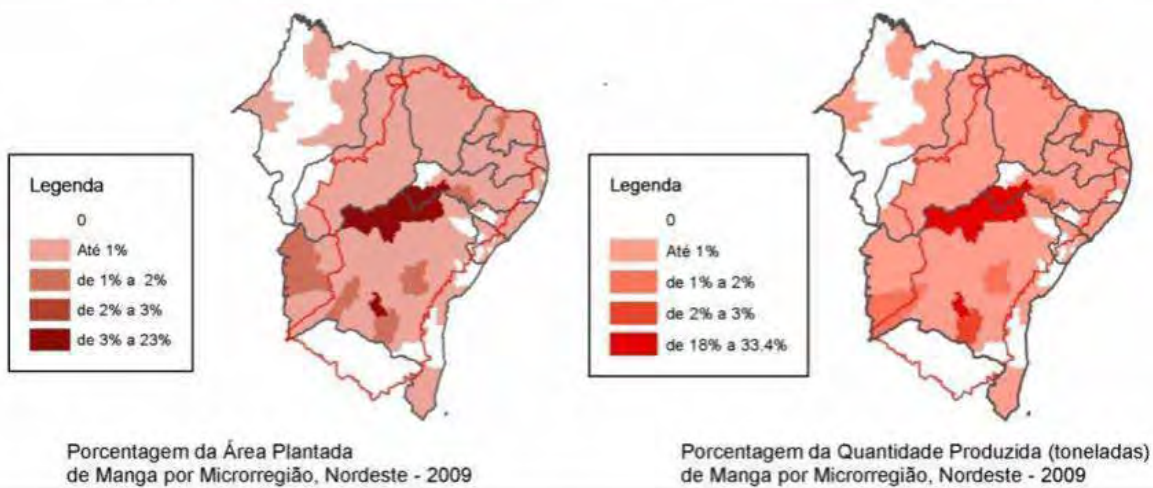
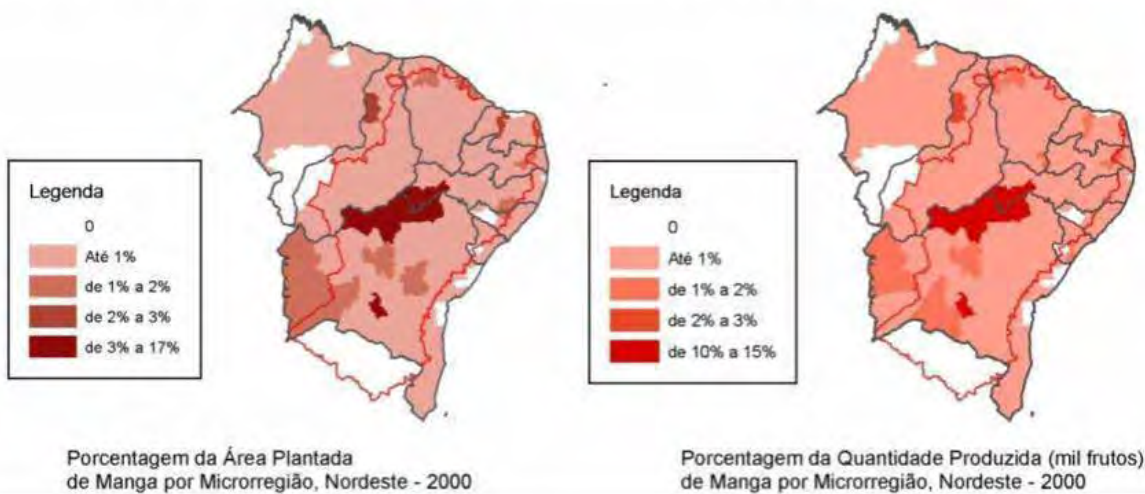
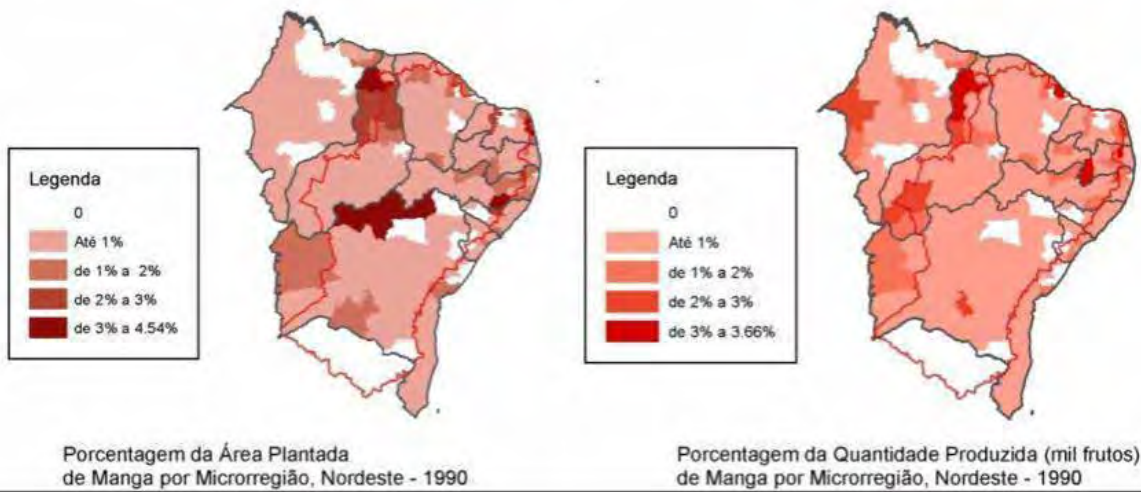


Elaborado por Rafael Catão e Juscelino Bezerra - Fonte: IBGE, 2011

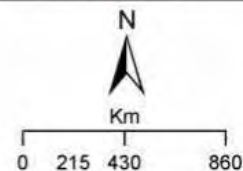


Mapa 3 – Área plantada (ha) e quantidade produzida de Melão no Nordeste, segundo microrregiões com semiárido assinalado – 1990, 2000 e 2009.

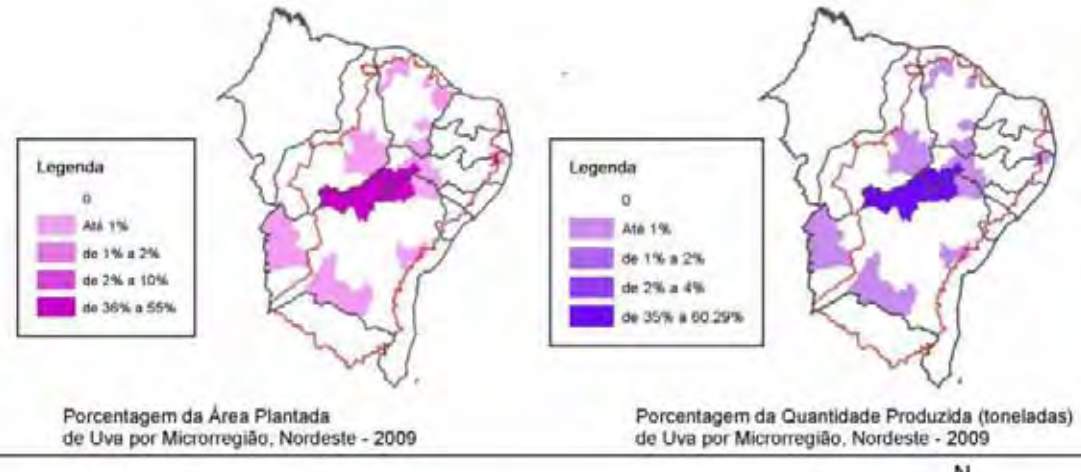
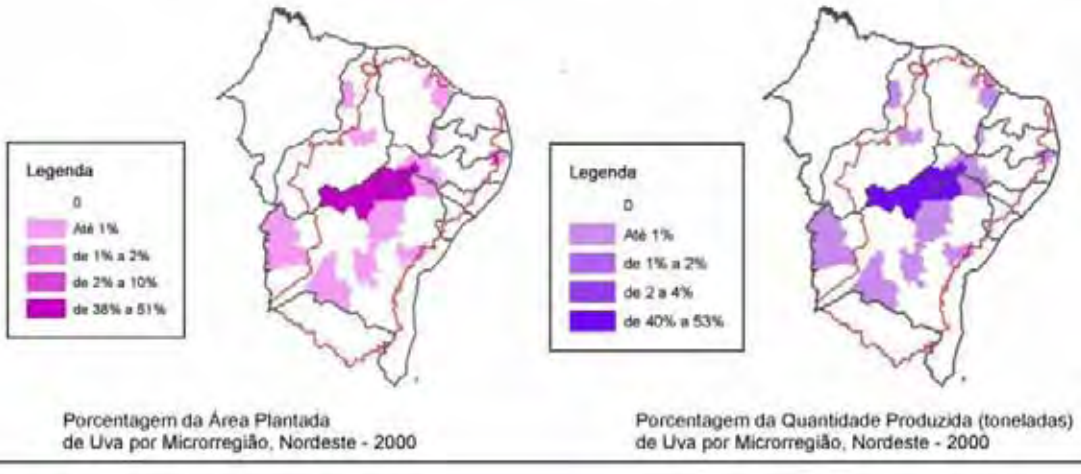
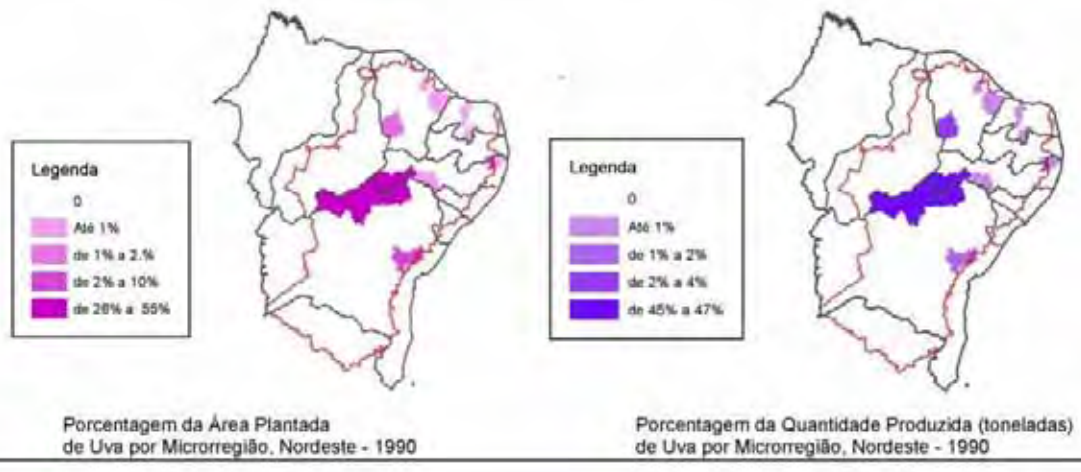




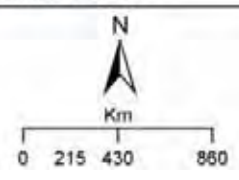
Elaborado por Rafael Catão e Juscelino Bezerra - Fonte: IBGE, 2011



Mapa 4 – Área plantada (ha) e quantidade produzida de manga no Nordeste, segundo microrregiões com semiárido assinalado – 1990, 2000 e 2009.



Elaborado por Rafael Catão e Juscelino Bezerra - Fonte: IBGE, 2011



Mapa 5 – Área plantada (ha) e quantidade produzida de uva no Nordeste, segundo microrregiões com semiárido assinalado – 1990, 2000 e 2009.

Os mapas da distribuição da área plantada e da quantidade produzida nos ajudam a entender como a atividade da fruticultura se configura no Sertão semiárido, bem como a importância das microrregiões escolhidas por nossa pesquisa, no contexto da produção das principais frutas para exportação.

A presença do agronegócio da fruticultura nas microrregiões supracitadas trouxe novos elementos para a análise das transformações econômicas, sociais, ambientais e políticas. Começamos o capítulo ressaltando a importância de entender a diversidade territorial da Região Nordeste. Todo este caminho tem como justificativa a necessidade de enriquecermos nossa análise a partir da compreensão do novo papel desempenhado pelo Sertão na divisão internacional do trabalho e na globalização da economia. Não podemos considerar o Sertão um espaço a - histórico congelado e estagnado pelas ações e conflitos que o instauraram. Do mesmo modo, não podemos continuar utilizando as mesmas ferramentas analíticas de tempos pretéritos. Devemos avançar nos estudos das mudanças e das permanências, numa síntese criativa.

\*\*\*

O que almejamos afirmar com os apontamentos levantados pode ser sintetizado da seguinte forma: o avanço do agronegócio ao modernizar a produção da riqueza transformou a maneira como a sociedade em determinados lugares do Nordeste lida com a terra, extraindo uma riqueza obtida diretamente da exploração comercial, das trocas internacionais, da formação de conglomerados empresariais imersos na globalização. Neste ínterim, as relações de trabalho também são modificadas passando a apresentar nítidos contornos, que caracterizam o processo de modernização da agricultura. E como o real é sempre fruto do movimento dialético, essas novas relações, ao passo que, ajudam a instaurar um novo quadro para o trabalho no campo e nas cidades, também mantêm e afirmam a reprodução de formas históricas nas relações sociais de produção, permitindo uma vitalidade emblemática da contradição posta pelo capital (OLIVEIRA, 1997; 2004).

De acordo com o contexto da expansão do agronegócio da fruticultura, podemos imaginar, então, o tamanho do desafio para os trabalhadores que estão inseridos direta ou indiretamente no panorama de desenvolvimento do agronegócio da fruticultura no Nordeste. Devemos estar atentos para a fragilidade do mercado de

trabalho nestas regiões, o que obriga camponeses e trabalhadores rurais a experimentarem diversas experiências laborais alienígenas ao universo do trabalhador camponês do Sertão. Temas que tocam diretamente na questão da degradação do trabalho, dos novos fluxos de migração campo-cidade/cidade-campo e das mudanças na identidade dos trabalhadores com a terra e com o trabalho devem estar na agenda das pesquisas, como também dos movimentos sociais, que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, continuam a “frutificar” experiências de organização popular que podem catalisar importantes transformações na sociedade e no espaço.

Nesse sentido, a modernização da riqueza no Nordeste continua a afirmar o traço marcante da conciliação entre o velho e o novo, entre as mais modernas técnicas de aproveitamento e uso do solo com a extensão desmesurada da jornada de trabalho. Dito isso, qual o elemento novo que agrega maior complexidade ao quadro social dinamizado pela fruticultura?

Geralmente, quando tratamos do embate capital versus trabalho no contexto do agronegócio, destacamos o embate entre as empresas produtoras (ou ainda os produtores individuais, sejam eles pequenos, médios ou grandes) e os trabalhadores rurais, camponeses, com ou sem terra. Esse embate é, sem dúvida, central nesta relação, sobretudo por trazer consequências diretas na vida e no cotidiano dos trabalhadores no seu espaço de trabalho. Contudo, faz-se cada vez mais necessário ampliar o escopo da análise da dinâmica geográfica do trabalho para que possamos identificar as escalas do conflito social animadas por novos agentes econômicos do capital.

No caso das frutas e da rede de produção agroalimentar, os representantes do capital comercial, leia-se: as grandes redes de supermercados, detêm um poder gigantesco com relação às determinações da produção que envolve as regiões produtoras de frutas. Nesse contexto, os supermercados contribuem para unir as pontas da exploração do trabalho pelo capital na medida em que concentram grande parte dos lucros<sup>32</sup> do setor. Pela sua envergadura e poder de comercialização, os

---

<sup>32</sup> De acordo com informações divulgadas pela Consumers International, tomando como exemplo a produção do abacaxi para exportação. Para cada 1 libra gasta com o abacaxi, 41 centavos fica com os supermercados, 37 centavos para os comerciantes multinacionais, 17 centavos para as empresas/produtores e apenas 4 centavos para os trabalhadores na forma de salários.

supermercados passaram a ditar as formas de produção e quem deve participar do mercado de produção e da venda das frutas. Do ponto vista teórico, a emergência dos supermercados representa a necessidade de ensejar novas perspectivas de análise da dinâmica do trabalho. O enfoque do consumo ganha destaque para esclarecer em que medida podemos nos referir a uma regulação social do trabalho, realizada por agentes externos que não fazem parte participam diretamente da produção, mas que hoje exercem o poder e a governança sobre a organização do setor das frutas.



## **Capítulo 4 - Da produção ao consumo de frutas: supermercados, certificações e o controle do trabalho**

Com o intuito de articular as formas de exploração do trabalho ao novo estágio de crescimento do agronegócio da produção de frutas, temos como objetivo, no presente capítulo, apresentar as vinculações entre a regulação social do trabalho e o surgimento de novos agentes econômicos com poder de comando na organização da rede de produção da fruticultura, com destaque para os supermercados. Para tal, optamos, primeiramente, por discutir a transição verificada na Geografia econômica no que toca ao aprofundamento dos estudos sobre o consumo.

Historicamente, no campo de estudos da Geografia econômica, podemos identificar uma primazia na pesquisa no estudo da economia e dos seus processos sociais a partir do enfoque no momento da produção. Esse traço comum da abordagem da geografia econômica é totalmente compreensível, tendo em vista a centralidade epistemológica da produção como processo metabólico (ato teleológico mediado pelo trabalho) entre homem e natureza, em que o desdobramento mais geral é a produção e reprodução social do espaço geográfico.

A história da humanidade pode ser entendida em linha geral como a produção das condições necessárias à reprodução da vida. Nesse caminho, ressaltamos a tensão envolvida, na propositada “dominação” da natureza e na domesticação dos ciclos naturais, porquanto o surgimento da agricultura. Concomitantemente, também testemunhamos o advento de inúmeros instrumentos de trabalho e, mais tarde, a evolução da manufatura. O auge foi alcançado a partir da Revolução Industrial e da formação de paisagens marcadas pelo incremento da urbanização e da indústria. Inaugurou-se, assim, um novo patamar na relação sociedade e natureza mediante a industrialização da sociedade.

Apesar da longa trajetória e da herança de uma *sociedade de produtores*, um aspecto que deve merecer nossa atenção é que o corolário da evolução da sociedade e o conjunto de “coisas” que a mesma produziu refletem, sobretudo, a formação de

um novo complexo de sociabilidade. Portanto, de relações sociais novas que desafiam a própria ideia do que entendemos por produção, natureza, cultura, política, sociedade e espaço. Atualmente, não podemos dissociar a produção dos seus resultados mais concretos e abstratos. Desta forma, a produção sozinha não explica o período atual, haja vista o peso das estratégias de coação/dominação que propiciam a alienação da produção e do produto do trabalho no contexto da sociedade produtora/consumidora de mercadorias.

A partir desse contexto, cada vez mais, vemos a necessidade de estudar o momento do consumo como uma atividade central na interpretação da lógica que dirige a sociedade, qual seja: a da mercantilização da vida. Embora muitos estudiosos, e principalmente Marx (2004), tenham há muito tempo apontado esse processo, inclusive destacando a transformação do homem em mercadoria, o que podemos observar nos dias atuais é a radicalização do quadro de mercantilização da vida, na qual a própria manutenção física e biológica está interpelada, portando ameaçada, pela lógica do consumo. Ao se alargar o campo de possibilidades para transformação de toda atividade social e até mesmo da natureza e suas funções (vide a política de pagamento por serviços ambientais) em bens e/ou serviços, temos como horizonte um caminho assombroso de alcance (?) da saga do capital.

Ao destacarmos o papel do consumo, não temos a intenção de questionar a centralidade epistemológica e política (a produção do valor e da mais-valia) da produção em nossa sociedade, mas sim, destacar as novas nuances evidenciadas no movimento da sociedade, seja na produção, na circulação e, sobretudo, no consumo de mercadorias, inclusive o consumo do próprio espaço, marcado por valores culturais cada vez mais heterogêneos.

Nesse sentido, quando intentamos resgatar a importância de discutir o consumo como um momento igualmente chave, temos como objetivo destacar o movimento de renovação na geografia econômica, no qual se estabelece um novo ponto de partida para o estudo do consumo.

O consumo, antes entendido apenas como ato de compra e uso de mercadorias e serviços, ou, ainda, como a etapa final de uma longa cadeia produtiva, passa a ser entendido como um momento privilegiado da análise da(s) lógica(s) econômica(s) do processo de globalização e da sociedade, fruto da reestruturação

produtiva, bem como da criação de signos pós-modernos marcados pela espetacularização da sociedade.

Numa breve consulta entre geógrafos (as) de diferentes matizes é possível encontrar um ponto em comum, qual seja o de que a geografia econômica, durante muito tempo, relegou a análise do consumo. Leslie (2009) é enfática ao afirmar que:

De um campo marginalizado de estudo, o consumo tem emergido como um dos terrenos mais importantes de investigação e prática política. No entanto, o consumo ainda precisa ser levado a sério em muitos ramos da disciplina, principalmente na geografia econômica, onde ainda há uma tendência a priorizar a produção. (LESLIE, 2009, p.273, tradução nossa).

Para a autora, nos últimos anos, podemos perceber um maior destaque para o consumo a partir de uma “virada cultural” na Geografia econômica. Desta forma, passamos a observar na literatura, a relação de proximidade entre economia e cultura, produção e consumo e entre o material e o simbólico. Para Hubbard (2009), o que pode explicar a maior atenção para o consumo seria a mudança para uma suposta sociedade pós-industrial, na qual o varejo, as atividades de lazer e turismo comparecem como setores importantes para o crescimento da economia de muitos países.

Outro aspecto também importante diz respeito à relação entre consumo e identidade. O indivíduo passa a ser identificado pelo que consome mais do que pelo o que produz, o consumo desempenha, portanto, um papel central na construção de narrativas identitárias (LESLIE, 2009).

De acordo com Bauman (2008), podemos remeter a uma transição de uma *sociedade de produtores* para uma *sociedade de consumidores*. A primeira tem como foco central o trabalho de homens (produtores/soldados) e mulheres (fornecedoras de serviços) a partir do controle, da administração dos corpos e da desativação/silenciamento do espírito. Para tal “... a sociedade dos produtores e soldados se concentrava na administração dos corpos a fim de tornar a maior parte de seus membros apta a morar e agir em seu pretense habitat natural: o chão da fábrica e o campo de batalha.” (BAUMAN, 2008, p.72).

Na sociedade de consumidores, por seu turno, o treinamento e orientação dão-se por meio da administração do espírito, voltado para se adequar ao seu novo

*habitat* representado pelos *shoppings* e ruas "... onde as mercadorias obtidas nas lojas são exibidas ao público para dotar seus portadores de valor de mercado." Ou seja, trata-se do processo de *comodificação dos consumidores*, uma tarefa, segundo Bauman (2008), que hoje foi desregulamentada, privatizada e terceirizada.

É importante destacar que, embora possamos, de fato, observar elementos de transição de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, uma substituição total, mesmo nas mais radicais das teorias, é impensável. A própria divisão internacional do trabalho explica esse processo a partir da existência de inúmeras porções do globo terrestre que ainda enfrentam processos de acumulação primitiva (HARVEY, 2004; MÉSZÁROS, 2007) e cujos "espíritos" de milhões de trabalhadores ainda não foram transformados em potenciais consumidores. O objeto de consumo, ou seja, o próprio trabalhador continua perversamente representado pela exploração da mais valia absoluta em diversas escalas geográficas.

Contudo, o dado interessante que o enfoque sobre as atividades de consumo nos revela é justamente essa união de espíritos devotados ao consumo e de corpos doutrinados para a exploração do trabalho. Nessa união de lógicas, a partir do olhar geográfico o foco no consumo das redes de produção global oferece as melhores pistas para entendermos que o consumo de celulares, computadores, *tablets*, roupas, artigos esportivos, alimentos e frutas está, em muitas situações, diretamente, vinculado à exploração/precarização do trabalho. Ele está associado no âmbito das relações de contrato formal, no trabalho temporário, domiciliar e mesmo escravo encontrado em regiões rurais e grandes metrópoles, cuja produção é exportada para muitos países desenvolvidos.

No tópico a seguir vamos analisar a contribuição das redes de produção global, para que possamos melhor compreender a relação entre produção e consumo.

#### **4.1 A formação das redes de produção global**

No presente tópico temos como objetivo analisar a formação das redes de produção global para além da identificação das relações comerciais realizadas entre os países, o quantitativo da produção, volumes exportados, fluxos comerciais, abastecimento, distribuição, comercialização, busca de matérias primas, papel dos

agentes públicos e privados, etc. Não queremos afirmar com isso, que todos os aspectos supracitados não tenham sua importância e que os mesmos não compareçam de algum modo na leitura que fazemos da geografia econômica. Todavia, ao invés de preenchermos nosso texto com estatísticas relacionadas ao setor da fruticultura, decidimos abordar determinadas questões de ordem política e social sobre os impactos sociais da organização da rede de produção e consumo das frutas, para que possamos, posteriormente, destacar os elementos centrais do que entendemos como regulação social/governança do mercado de trabalho no Nordeste brasileiro.

\*\*\*

Podemos encontrar na literatura diversas propostas sobre como entender a estruturação da economia no marco da globalização econômica. Entre os geógrafos que se dedicam ao estudo da geografia econômica, sobretudo de língua inglesa, podemos encontrar estudos sobre diversos setores da economia e sua organização global a partir de formulações teórico-empíricas (BOX 1), tais como *Global Commodity Chain (GCC)*, *Global Value Chain (GVC)* e *Actor-Network Theory (ANT)*. No Brasil, salientamos a contribuição de Milton Santos, na proposição dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação.

### BOX I

#### **Global Commodity Chain (GCC) – Cadeia Global de Mercadorias (CGM)**

A abordagem da Cadeia Global de Mercadorias desenvolveu-se com maior ênfase na década de 1990, a partir dos estudos voltados para a análise da organização econômica no contexto da globalização. Nesse momento, várias pesquisas foram conduzidas com o objetivo de mapear integralmente todas as etapas do processo produtivo de importantes produtos de alcance global, de modo a evidenciar suas interconexões geográficas, econômicas e políticas. É do sociólogo Gary Gereffi (1994, p.2, grifo (?)) a definição mais difundida sobre a Cadeia Global de Mercadorias. Segundo o autor, a CGM representa "... *um conjunto de redes interorganizacionais agrupadas em torno de uma mercadoria ou produto, ligando famílias, empresas e Estados um ao outro no interior de uma economia mundial.*" O estudioso ainda acrescenta que, a análise da cadeia de mercadorias e ou produtos evidencia como a produção, distribuição e consumo são transformados pelas relações sociais e também permite estabelecer com maior clareza os vínculos entre as macro e micro escalas.

### **Global Value Chain (GVC) – Cadeia Global de Valor (CGV)**

A partir de uma derivação da Cadeia Global de Mercadoria, a Cadeia Global de Valor, segundo Kaplinsky e Morris (2001, p.4), "... *descreve toda a gama de atividades que são necessárias para trazer um produto ou serviço, através das diferentes fases de produção (...) a entrega ao consumidor final e o descarte final após o uso.*" (Tradução nossa). Para os autores, a abordagem da cadeia global de valor tem como vantagem a superação da visão setorial tradicional entendida como uma visão estática e limitada. Busca-se, então, entender o caráter dinâmico das atividades econômicas não somente circunscritas ao setor da produção, dando ênfase nas relações intra e inter-setoriais e na dimensão formal e informal das atividades. Destacando o fato de que as atividades econômicas não são somente internacionais no seu escopo, mas também globais na sua organização, Gereffi et al (2001, p.2) mostram que "... *a perspectiva da cadeia de valor é um meio eficaz de conceituar as formas que esta integração leva. Ela muda o foco da produção sozinha para toda a gama de atividades desde a concepção até o marketing, e problematiza a questão da governança: como as cadeias são organizadas e gerenciadas.*" (Tradução nossa).

### **Actor-Network Theory (ANT) – Teoria do Ator-Rede (TAR)**

A Teoria Ator-Rede foi desenvolvida por um grupo de professores franceses e ingleses, entre eles, Bruno Latour, Michel Calon e Joun Law, fortemente influenciados pelos escritos dos filósofos franceses, Michel Foucault, Michel Serres, Gilles Deleuze e Feliz Guatarri (Dicken et al, 2001; Jóhannesson & Bærenholdt, 2009). Apesar do seu intento ser mais teórico do que prático e de aplicação (Freire, 2006), a Teoria do Ator-Rede foi incorporada nos estudos econômicos como forma de melhor compreender a organização da economia por meio das redes. Essas seriam compostas por atores humanos e não-humanos (elementos naturais, artefatos técnicos). De acordo com Jóhannesson & Bærenholdt (2009, p. 15), a teoria em questão refuta qualquer tipo de dualismo (tal qual natureza/sociedade; local/global; econômico/cultural), pois considera essas categorias como "efeitos simétricos de práticas relacionais". No plano das pesquisas realizadas pela geografia, Dicken et al (2001, p.104) destacam o fato de a teoria do Ator-Rede permitir ao pesquisador analisar a constituição e reformulação das organizações econômicas mediante o rastreamento das inúmeras formas de engajamento entre um conjunto de atores em rede.

Ao analisarmos brevemente as formulações supracitadas, fica patente a interlocução/complementaridade existente entre elas. De modo que podemos afirmar que a escolha de uma dada formulação não implica necessariamente na negação das demais abordagens. Embora partamos desse pressuposto, é importante destacar que para a Geografia, a abordagem que prioriza a metáfora da "rede" em detrimento da noção de "cadeia" e/ou "circuito" pode propiciar uma análise muito mais coerente sobre as formas de organização da economia contemporânea. Por esse motivo e por outros, é que buscaremos analisar o setor da fruticultura a partir do enfoque da *Global Production Network*, doravante, intitulada Rede de Produção Global (RPG).

A formulação que trata da organização da Rede de Produção Global foi desenvolvida, preponderantemente, por geógrafos da Universidade de Manchester,

na Inglaterra, entre eles se destaca o Professor Neil Coe. O grupo citado costuma pontuar sua proposta sempre a partir da avaliação crítica das “formulações concorrentes” (Henson et al, 2002, p. 438).

Como já adiantamos, as principais críticas dirigem-se principalmente à análise da cadeia produtiva. Para os seguidores da RPG (HENDERSON et al, 2002; COE et al, 2008; COE 2009; DICKEN et al 2001), a noção de cadeia parte da análise vertical, linear, unidirecional, sequencial (adição de valor em cada etapa) da organização da economia global. Numa perspectiva mais geral com relação às “formulações concorrentes”, os autores destacam ainda a inexistência ou, secundariamente, debatem questões, tais como: o poder corporativo no interior das redes, seu contexto social e institucional, a inserção/enraizamento territorial das redes, bem como de uma visão mais ampla sobre a governança nas relações entre empresas e o papel do Estado.

Mediante as limitações identificadas nas formulações anteriores, Coe e Hess (2011) consideram que:

A RPG ... oferece uma quadro heurístico para a compreensão das geografias de desenvolvimento da economia global. Ela enfatiza as complexas redes intra-, inter e extra-empresa, que constituem todos os sistemas de produção, e explora a forma como essas são estruturadas ambos organizacionalmente e geograficamente. A RPG pode ser amplamente definida como onexo globalmente organizado de funções interligadas e operações de empresas e instituições não-empresariais através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos.(COE; HESS, 2011, p. 130, tradução nossa).

A proposta esboçada acima, não menos pretensiosa que as demais, visa estabelecer novos parâmetros para a análise da economia global. Nesse caminho, existem determinadas “vantagens” em se utilizar o quadro analítico da RPG. Coe et al (2008) elencam pelo menos sete aspectos diferenciais, são eles:

- 1) A análise da RPG inclui todos os atores principais, portanto, não destaca, por exemplo, apenas os atores responsáveis pela produção;
- 2) É totalmente flexível no que concerne à utilização de múltiplas escalas geográficas;

- 3) Reconhece que a natureza e as articulações que compõem a rede de produção global são diretamente influenciadas pela concreticidade do contexto socioespacial, no qual as redes estão enraizadas;
- 4) Orienta-nos a distinguir os diferentes tipos de enraizamento, seja territorial ou mesmo o da própria rede. Tal fato permite levar em consideração as origens dos membros da rede e sua localização em lugares específicos;
- 5) Permite uma diversificada e articulada avaliação das relações de poder que conformam as redes. Portanto, a nosso ver, permite uma análise mais ampla das formas de governança no interior das redes;
- 6) Ela nos permite identificar os pontos dentro da rede onde o valor é criado (e para quem), capturado (que pode ou não ser no mesmo lugar) e como esse valor é expandido;
- 7) Por último, a análise do RPG amplia sua visão ao identificar os pontos potenciais de intervenção e resistência. Nesse caso, destacam-se a organização da sociedade civil, a exemplo de movimento de boicotes ao consumo, iniciativas de comércio ético, entre outras ações.

Como podemos observar, a RPG amplia o leque de questões para a análise da economia global e sua organização. No entanto, sua proposta ainda carece de melhor explicitação metodológica e de aplicação. Nesse sentido, ao reconhecer seus limites, os autores realizaram uma análise autocrítica no intuito de identificar as principais lacunas. Apresentamos abaixo alguns pontos enfatizados pelos estudiosos.

Eles reconhecem, primeiramente, que os processos de circulação são fundamentais. Todavia, as análises dos geógrafos desde há muito tempo necessitam de uma melhor reflexão, uma vez que os estudos consideraram que a compressão espaço-temporal e o desenvolvimento das tecnologias de transporte por si só resolveriam os problemas de logística. Na verdade, a logística continua sendo o calcanhar de Aquiles em muitas redes de produção global, compondo parte preponderante dos custos.



O segundo aspecto incorre na forma como as empresas são estudadas. Embora sua centralidade nas análises seja um fato incontestável, elas tendem a ser dicotomizadas de uma forma muito simplista no que se entende por empresa líder e seu contraponto. Diante da compreensão vaga e confusa sobre os limites das empresas, pouco espaço tem sido dado ao estudo das relações intrafirmas e seu papel em diferentes posições na rede.

As redes de produção global só podem ser compreendidas se contextualizadas também no seu ambiente natural. Os processos de produção, distribuição e consumo desencadeiam profundos impactos ambientais, pois cada momento da rede envolve, diretamente, processos de transformação física e química (que também implica envolve o consumo) de elementos da natureza. Deste modo, a análise das redes de produção não pode silenciar esses aspectos a despeito de ser muitas vezes considerado como um conjunto de processos a parte, inclusive do ponto de vista da análise acadêmica.

Que os trabalhadores congregam parte fundamental de qualquer rede de produção temos pouco o que discutir, mas como o trabalho tem sido analisado de fato nesse esquema interpretativo? Esta é uma questão que ainda carece de melhor apreciação nesa e nas demais formulações (KNORRINGA, PEGLER, 2006; COE 2012).

Apesar dos avanços analíticos propiciados pelo desenvolvimento da geografia do trabalho e seu destaque para o papel pró-ativo na transformação da paisagem do capitalismo (HEROD, 2001), os trabalhadores ainda são entendidos em alguns estudos como "vítimas passivas" da ação do capital na exploração da sua força de trabalho. Do contrário, apenas os casos de sucesso na confrontação entre trabalhadores e capital privado tem merecido importância (COE et al, 2008). Portanto, cabe ainda uma análise de maior relevo para entender a forma como a organização dos trabalhadores, seja em sindicatos, movimentos sociais e/ou organizações internacionais, conseguem enfrentar a ação do capital organizado em rede. Seria a organização dos trabalhadores também em rede uma estratégia viável de enfrentamento do capital? Quais os constrangimentos para tal intento? Como articular a luta dos trabalhadores num contexto multiescalar?

Por fim, da mesma forma que começamos a discutir o lugar do consumo na organização das redes de produção global, faz-se necessário, então, destacar quais

as lacunas que ainda se fazem presentes na análise do consumo no interior das RPG. Coe et al (2008, p. 286-287) também ressaltam o papel secundário do consumo em favor da análise da produção. Para os autores, o ato de produção e de consumo, vinculados um ao outro, tornaram-se, analiticamente, indistinguíveis. Desta forma, questionamos: quais as determinações da produção para o consumo e vice-versa? Pretendemos destacar adiante, a partir do exemplo da rede de produção da fruticultura no Sertão semiárido brasileiro, um dos aspectos poucos destacados na literatura nacional e na geografia do trabalho em particular, qual seja: o papel do consumo e de seus novos agentes nas formas de controle/governança da dinâmica geográfica do trabalho nas regiões produtoras de frutas. Para tal, faremos uma breve análise da rede de produção da fruticultura.

O estudo da rede de produção da fruticultura, a despeito de ser considerado um setor de menor composição orgânica do capital, portanto de produtos com baixo valor agregado, apresenta uma organização muito complexa. São inúmeras as variáveis que podem interferir no sucesso (do ponto de vista do capital) ou na ruína desse setor. A seguir faremos uma avaliação dos principais processos que envolvem desde a concepção ao consumo e que permeiam a organização da rede de produção de frutas frescas no Sertão semiárido brasileiro.

## I) Concepção e Marketing

A avaliação das ações de concepção e marketing para produção de produtos alimentícios pode, aparentemente, causar certa estranheza, visto tratar de um processo caracterizado pela utilização de elementos naturais, tais como sementes, solo, água. Enfim, uma atividade realizada desde a revolução neolítica. Contudo, a análise da rede de produção das frutas não pode dispensar tal leitura se quisermos entender o atual estágio de standardização das frutas no mercado global.

O consumo de frutas frescas no mundo está no centro das ações de marketing voltadas para a normatização dos hábitos alimentares, associando o consumo de frutas a um estilo de vida saudável. Nesse aspecto, podemos destacar a mídia como importante ferramenta de difusão de padrões de comportamento alimentar e ideais

de beleza e bem estar. O consumo de frutas passa a ser incentivado e ganha cada vez mais espaço na dieta da população e na prateleira dos supermercados.

Soma-se a esse fato, o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas no interior de laboratórios com o intuito de manipular geneticamente as frutas e “criar” novas variedades, tendo como resultado o aceleração do processo de produção e o surgimento de frutas com maior resistência às pragas na lavoura. O fato mais inusitado nesse processo e que está diretamente associado ao processo de criação e marketing das frutas, diz respeito à manipulação das mesmas para atender necessidades do consumo/consumidores.

Nesse íterim, as frutas ganham artificialmente características “mutantes” e podemos, então, presenciar o surgimento de melancias e uvas sem sementes (atualmente, em franca expansão de sua área de plantio no Vale do São Francisco e carro chefe das exportações); abacaxis sem espinhos na coroa (por muito tempo produzido na região do Baixo Jaguaribe - CE); melões em tamanho reduzido (vide o aumento do consumo individual por consumidores que moram sozinhos) produzidos em Mossoró e no Baixo Jaguaribe. Todos os exemplos citados foram “colhidos” por nós ao longo da realização dos trabalhos de campo nas principais regiões de expansão da fruticultura para exportação no Nordeste. Desse modo, queremos ressaltar que antes mesmo da produção das frutas, seu padrão e características principais são definidas, anteriormente, nos laboratórios de pesquisa. E o perfil do consumidor e do país de destino da produção tem papel de destaque na decisão de qual tipo de fruta produzir.

Outro processo que ganha importância destaque nos últimos anos é o avanço da propriedade intelectual das sementes por grandes grupos do agronegócio. No caso das frutas, esse processo também já acontece mediante o pagamento de *royalties* para o uso de variedades genéticas de uva patenteadas por empresas multinacionais e comercializadas no Vale do São Francisco. O avanço do capital no domínio das formas de vida deve ser encarado com toda a atenção possível, sobretudo, pela ameaça direta à soberania alimentar e da agrobiodiversidade.

## II) Quadro natural

A produção de frutas frescas para exportação no Nordeste brasileiro dá-se, sobretudo no Sertão semiárido. Como sabemos, o Sertão apresenta alta vulnerabilidade natural em virtude da escassez e da má distribuição temporo-espacial das chuvas e da presença de solos litólicos (pouco profundos e com baixa fertilidade), conseqüência do embasamento cristalino.

Embora saibamos de todas as limitações concernentes ao Sertão e suas características naturais, a localização dos estabelecimentos produtores de frutas, amparada no intenso processo de concentração fundiária, beneficiou-se da proximidade dos rios e da infraestrutura de irrigação disponibilizada pelo Estado. A partir do acesso à água via irrigação, todos os atributos considerados negativos, tais como a intensa insolação e até mesmo a falta de chuva, foram, paradoxalmente, transformados em aspectos positivos. A garantia da água a qualquer época e a aplicação de modernas tecnologias de produção assegurou a exequibilidade da produção de culturas do agronegócio em condições naturais, anteriormente, consideradas adversas.

A solução encontrada a partir da irrigação, se por um lado tornou possível a produção de frutas em grande escala, por outro ajudou a potencializar ainda mais os impactos ambientais. Destacamos o desmatamento da vegetação nativa (a caatinga arbórea e arbustiva), a degradação, a erosão e a salinização dos solos, igualmente, a contaminação das águas dos rios e aquíferos como resultado do uso indiscriminado de agrotóxicos.

## III) Produção

A produção de frutas frescas nas regiões de expansão da fruticultura no Sertão semiárido é realizada sob um contexto social extremamente complexo. Já que, não se trata de um setor no qual podemos identificar claramente a participação de cada agente responsável pela produção. Em linhas gerais, a produção de frutas envolve empresas de vários tamanhos e nacionalidades, trabalhadores homens e

mulheres, produtores irrigantes, produtores de sequeiro e assentados da reforma agrária, os quais estabelecem vínculos (internos e externos) de toda ordem.

As empresas de maior porte, geralmente, têm grande parte da sua produção voltada para exportação. São empresas multinacionais e também nacionais (parte de grande conglomerados empresariais) cujo quadro de funcionários durante o auge da produção e colheita, compreende de 1 a 6 mil trabalhadores sazonais. Essas empresas possuem grandes extensões de terra, tanto em lotes privados como também em lotes localizados em terras públicas nos espaços dos perímetros irrigados. O apoio do Estado para a produção dessas é também um destaque, pois os respectivos governos garantem o acesso aos créditos públicos para investimento na produção aliado à promoção de incentivos fiscais, bem como oferecem como contrapartida a instalação das empresas, a construção e pavimentação de estradas, ampliação da estrutura portuária e o estabelecimento da rede elétrica e da infraestrutura para irrigação.

Considerando o padrão técnico e científico, as grandes empresas atuam mediante forte investimento em pesquisa a partir da adoção de técnicas avançadas no preparo e plantio do solo. Detém laboratórios próprios para a produção de novas variedades e contam com fazendas dotadas de moderna infraestrutura para a seleção e empacotamento das frutas, chamados *packing houses*, como também câmaras frias para o armazenamento das frutas produzidas. Toda sorte de insumos utilizados na produção, os empreendimentos de maior porte, sobretudo as multinacionais, obtêm diretamente dos fornecedores, portanto estabelecendo pouca relação com o comércio das principais cidades do entorno, com diferenças pontuais para as cidades de porte médio (SANTOS, 2010).

As empresas de médio porte participam da rede de produção global de frutas de diferentes modos. A depender da demanda dos mercados internacionais, elas podem voltar a maior parte da produção ora para o mercado externo, ora para o doméstico. Sua menor força nos esquemas de comercialização internacional, impossibilita-as garantir um maior espaço nas janelas de comercialização das frutas. Por essa razão, as empresas de menor porte organizam-se em torno de cooperativas de produtores para fortalecer seu poder de barganha e diminuir os custos de produção por meio da compra coletiva de insumos, construção de câmaras frias para

uso coletivo das cooperativas, criação de associações para promover a comercialização, etc. Este exemplo pode ser encontrado com maior facilidade no Vale do São Francisco, com destaque para as cooperativas, tais como a Cooperativa Agrícola de Juazeiro - CAJ, Cooperativa de Produtores Exportadores do Vale do São Francisco - COOPEXVALE, Cooperativa dos Exportadores do Vale do São Francisco - COPEX FRUIT. A primeira delas foi originada a partir da experiência da tradicional Cooperativa de Cotia.

A contratação de trabalhadores por empresas de porte médio pode variar entre 100 a aproximadamente 1.000 empregados, sendo, pois, via de regra, contratos temporários. Nas áreas de maior dinâmica da produção, essas empresas enfrentam dificuldades na contratação de trabalhadores para a produção de frutas. Uma vez que, a demanda por trabalho em determinados períodos do ano superam o número daqueles que procuram emprego nas fazendas.

Os pequenos produtores da fruticultura congregam produtores irrigantes (colonos), aqueles cuja produção é realizada nos Perímetros Irrigados espalhados pelo semiárido, construídos, em sua grande maioria, pelo Governo Federal e, geralmente, localizados nas proximidades dos principais rios. A partir da irrigação, os lotes irrigados apresentam produção bastante diversificada com a presença de culturas da lavoura branca ou tradicional, como também do cultivo de frutas voltadas para o mercado interno e em alguns casos também para o mercado externo. Outra categoria de pequeno produtor são os agricultores que praticam a agricultura de sequeiro, tanto realizada nos perímetros nas áreas destinadas à produção de sequeiro como em propriedades particulares e/ou fruto de arrendamento. Nesse caso, a fruticultura apresenta um papel secundário devido à ausência da irrigação, estando, portanto, ao sabor do sucesso ou insucesso da quadra chuvosa.

Entre os pequenos produtores também participam da produção de frutas em menor escala, os assentados dos projetos de reforma agrária, principalmente, nos assentamentos criados nas áreas próximas aos rios e/ou no interior dos perímetros irrigados, mediante a ocupação de terra nos perímetros como reivindicação da reforma agrária. No interior desse grupo, alguns produtores destacam-se na produção de frutas para o mercado interno. Muitas vezes, a participação dos

assentados na produção de frutas (tidos por alguns como cultura de rico) gera polêmica nos espaços de atuação política entre os movimentos sociais.

É importante salientar que as diferentes categorias de produtores supracitados possuem relações muito próximas, portanto há uma rede de relações que, em determinados contextos, podemos observar empresas de grande porte que compram a produção das menores empresas e até de produtores familiares para completar a demanda de frutas por parte de seus contratantes (MUNIZ, 2004; BEZERRA, 2008). Em alguns casos, os produtores, sobretudo, os pequenos, quando afetados pelas secas, dívidas ou casos de falência, venda e arrendamento dos lotes, deixam de ser produtores para trabalhar nas empresas de maior porte. Quem era produtor, produtor/trabalhador e assentado se torna, nesses casos, trabalhadores das empresas em troca de uma diária ou do salário mínimo. Essa situação pode acometer não só o/a chefe de família, como também os demais membros.

Agora, que já conhecemos um pouco mais sobre os agentes que desempenham a produção de frutas frescas, podemos nos perguntar: quem são os trabalhadores que representam a linha de frente desta produção? O trabalho na rede de produção de frutas no Sertão é realizado, na sua grande maioria, por homens e nos últimos anos, cada vez mais por mulheres que pela venda de sua força de trabalho submetem-se a situações precárias de trabalho para conseguirem obter, sob muito esforço, as condições mínimas de sobrevivência. São trabalhadores familiares, diaristas, assalariados, temporários, safristas, irrigantes, assentados, acampados, ribeirinhos, atingidos por barragens, quilombolas, moradores de comunidades tradicionais cuja trajetória de vida está associada ao trabalho na agricultura num contexto, até bem pouco tempo, totalmente diferente do que é vivenciado nos dias atuais. Tal situação revela a conflitualidade presente na terra de trabalho versus terra de negócio (MARTINS, 1991). A temporalidade marcada pelo mercado inaugurou um novo padrão de sociabilidade no trabalho, muito mais controlado, vigiado e padronizado. Os trabalhadores, sejam eles formalizados ou não, desempenham uma longa jornada de trabalho, muitas vezes sob condições precárias.

A luta por melhores condições de trabalho, como também pela negação do modelo do agronegócio e pela soberania alimentar é organizada mediante a mobilização dos trabalhadores por meio dos movimentos sociais (em especial o MST

e MAB), igrejas (Cáritas Diocesana e Comissão Pastoral da Terra) e sindicatos. Essas ações têm permitido desenvolver estratégias de intervenção e resistência ao modo avassalador de expansão da rede de produção da fruticultura.

#### IV) Circulação, Transporte e logística

O transporte das frutas produzidas nas microrregiões de expansão da fruticultura envolve um amplo conjunto de trabalhadores, empresas, portos, aeroportos e instituições públicas e privadas. O Brasil é conhecido pela predominância do transporte rodoviário mesmo considerando o seu grande potencial para o transporte ferroviário, fluvial e de cabotagem. No transporte e logística das frutas esse modelo não é diferente. Depois de produzidas, as frutas seguem preponderantes por via terrestre para chegar aos portos. Porém, nos últimos anos, a opção do transporte por via aérea tem sido adotada por algumas empresas no Vale do São Francisco por meio da operação de vôos internacionais de carga realizados no aeroporto de Petrolina.

A partir das informações coletadas na Infraero de Petrolina, o transporte de frutas no aeroporto é operado pela empresa de Luxemburgo Cargolux. A periodicidade dos vôos cargueiros é ditada pelo calendário agrícola da região. No início e no fim da safra, existe apenas um vôo semanal. Durante o auge da safra, são dois vôos operados semanalmente. A rota do avião é Luxemburgo – Campinas – Curitiba – Petrolina – Luxemburgo. Considerando o ano de 2011, foram 3.976 volumes, 2.345.936,50 kg, numa média mensal de 48.873 kg de frutas.

Segundo a Infraero, são 27 as empresas do Vale do São Francisco que utilizam o transporte aéreo para escoar parte da produção de frutas, notadamente, uvas e mangas. Dentre elas, destacam-se as empresas listadas abaixo (Quadro 2).

<b>Quadro 2 - Empresas exportadoras de frutas - Aeroporto de Petrolina</b>
Agrobras - Agrícola Tropical do Brasil S/A
Gold Fruit Imp. E Exp. Ltda.
Seifun Comércio e indústria
Special Fruit Imp. e Exp. Ltda.
Agrodan - Agropecuária Roriz Dantas Ltda.



Secchi Agrícola Imp. e Exp. Ltda.
-----------------------------------

Santa Felicidade Agropecuária Ltda.
-------------------------------------

Fonte: Trabalho de campo. Dados Infraero/Petrolina. Ago/2012. Org. Juscelino E. Bezerra

Não obstante, o crescimento do transporte aéreo de frutas no Vale São Francisco, a grande maioria das exportações é feita por transporte marítimo. Nesse contexto, a logística torna-se ainda mais complexa e envolve inúmeras etapas.

A logística para o transporte de frutas deve ser a mais eficiente possível, visto se tratar de uma carga perecível. Como exemplo, citamos algumas alterações que podem acometer as frutas do momento do seu carregamento nas fazendas até chegar ao destino final. De início, a principal preocupação dos produtores diz respeito à qualidade das estradas e rodovias de acesso aos portos. Pois, a má conservação das estradas pode acarretar danos físicos (amassados, riscos, furos) nas frutas, comprometendo, assim, a qualidade das frutas ofertadas ao consumidor final. Vencidos os obstáculos associados ao transporte terrestre e após a chegada dos caminhões nos portos, onde os navios serão carregados, as mesmas podem sofrer alterações, caso o porto não conte com a infraestrutura adequada para o estoque de carga refrigerada. Por isso mesmo, uma das maiores reivindicações dos produtores é que os portos ampliem o número de tomadas elétricas em seus pátios, para que em nenhum momento as frutas deixem de estar na temperatura correta.

Após o carregamento no navio e o seu deslocamento até o porto de destino, as frutas devem ser acondicionadas da melhor forma para que não ocorra oscilação na temperatura. O grande temor quanto à variação da temperatura durante todas as etapas do transporte é que as frutas possam sofrer alterações no processo de maturação, bem como mudanças específicas no seu grau *brix* (quantidade de açúcar).

Portanto, os atrasos decorrentes da precariedade das estradas, da excessiva burocracia associada à gestão ineficiente dos portos, podem acarretar a perda total ou parcial da carga. As regiões de Petrolina e Juazeiro possuem algumas desvantagens em comparação com as demais regiões produtoras de frutas no Nordeste, a exemplo das regiões do Baixo Jaguaribe (CE) e Mossoró/Vale do Açu (RN), devido à distância com relação aos portos. Por esse motivo, grande parte da

produção tem de percorrer uma distância mínima de aproximadamente 600 km para chegar ao porto mais próximo, situado na cidade de Salvador.

Em geral, as frutas são carregadas nas câmaras frias, localizadas nas fazendas e repassadas diretamente aos caminhões *containers* de onde partem para os portos. Duas empresas (armadoras) dominam o transporte marítimo de frutas no Nordeste, a dinamarquesa, Maersk e a alemã, Hamburg Süd.

De acordo com informações<sup>33</sup> obtidas sobre a exportação de frutas realizadas pelo Brasil, no ano de 2011, foram exportadas 611.116 toneladas com destaque para o melão, manga, uva e banana. Os cinco portos que mais exportaram frutas no Brasil foram os portos de Pecém (47%), Santos (13%), Parnamirim (11%), Salvador (11%) e Fortaleza (11%). Esses reunidos totalizaram 93% das exportações, sendo que, os demais portos não apresentaram percentuais superiores a 1%. Considerando o destino principal das exportações (Mapa 6), 37% do total de frutas exportadas teve como destino final a Holanda, Porto de Roterdã (Figura 8), seguido da Grã Bretanha (25%), Estados Unidos (14%) e Alemanha (12%).



Figura 8:Porto de Roterdã, Holanda.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Roterdã, Março de 2012.

---

<sup>33</sup> Coletamos dados ofertados pela Ceara Portos sobre a exportação de frutas (toneladas) realizada pelos principais portos no Brasil. Do Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), reunimos informações sobre o valor exportado em dólar.



Mapa 6: Fluxo de exportações de frutas dos portos brasileiros para a Holanda – 2011

## V) Comercialização

A comercialização das frutas frescas para exportação acontece envolvendo empresas importadoras de frutas de vários países, principalmente da Europa. Essas empresas são responsáveis por fazer os contatos com as fazendas nas regiões produtoras. Essa comunicação é estabelecida de diferentes formas, seja na visita direta dos representantes comerciais às fazendas ou na participação em rodadas de negócio que acontecem no decorrer de importantes feiras nacionais e internacionais. Citamos aqui a Fruit Logistica, realizada anualmente na cidade de Berlim, na Alemanha. (Figura 9)



Figura 9: Fruit Logistica, Berlim 2012.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Berlim, Fevereiro de 2012.

A feira reúne inúmeros grupos empresariais de todos os setores imbricados na rede de produção de frutas e vegetais no mundo. Vários contratos são firmados durante a realização do evento. Denotando o quadro atual de como as frutas são comercializadas, a venda das mesmas ocorre antes da produção em si. Ou seja, nas rodadas de negócio, as fazendas produtoras fecham contratos de comercialização para a safra posterior. Esse tipo de acordo traz alguns riscos por parte dos produtores, já que o próprio setor pode sofrer prejuízos causados por eventos naturais.

Com o intuito de avaliar a visão dos compradores internacionais com relação às frutas adquiridas no Brasil, especialmente, nas áreas de expansão da fruticultura,

aplicamos durante a Fruit Logística, realizada em 2012, um questionário junto às principais empresas importadoras de frutas do Nordeste (Quadro 3).

<b>Quadro 3 - Empresas visitadas durante a Fruit Logística - 2012</b>			
<i>Identificação</i>	<i>Empresa</i>	<i>Setor</i>	<i>País de Origem</i>
A	The Greenery (Hagé)	Produtor/ Importador	Holanda
B	Royal Fruitmaster	Importador	Holanda
C	Total Produce	Importador	Irlanda
D	Kölla	Importador	Alemanha
E	Luís Vicente	Importador	Portugal
F	De Groot International	Importador	Holanda
G	Frankort & Konning	Importador	Holanda
H	Hispa	Importador	Holanda

Fonte: Trabalho de campo, Berlim, Fev/2012. Org. Juscelino E. Bezerra

A metodologia para elaboração do questionário teve como base o estudo realizado por Knorrington & Schmitz (2000) na análise dos principais *global buyers* do setor de calçados, também caracterizado pela forte influência dos compradores internacionais.

O questionário foi organizado em torno de duas questões principais. A primeira teve como objetivo extrair informações sobre a perspectiva dos compradores internacionais quanto às frutas produzidas no Brasil. Desse modo, temos aqui uma leitura não só do produto ofertado, no caso as frutas frescas para consumo *in natura*, como também uma avaliação sobre o desempenho das empresas produtoras no Brasil. Os aspectos destacados no questionário foram: qualidade, preço, velocidade da entrega (transporte e logística); segurança dos alimentos (presença de contaminantes) e aspectos sociais (condições de trabalho).

A segunda questão presente no questionário junto aos compradores teve como intuito avaliar a relação das empresas com os demais agentes da rede de produção de frutas frescas, com destaque para os setores da produção; transporte e logística; redes de supermercado e; os consumidores finais. Para ambas as perguntas, os informantes seguiram a metodologia na qual 1 era a menor escala de satisfação (questão n.1) e proximidade (questão n.2) e 5 a maior. Abaixo apresentamos os resultados obtidos para cada empresa.

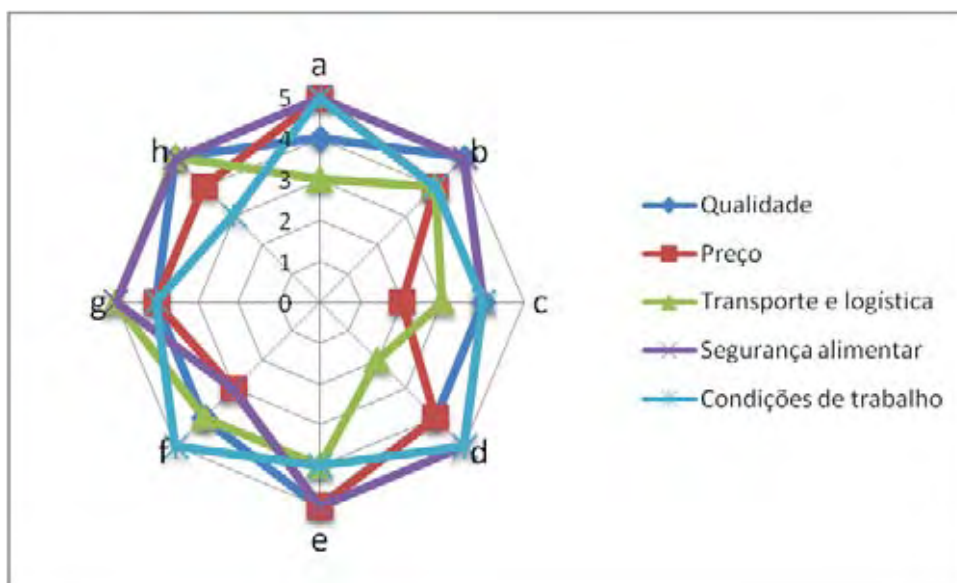
Com respeito a questão 1 (Tabela 7), percebemos que as avaliações mais positivas sobre as frutas brasileiras tiveram como destaque os aspectos da segurança alimentar, seguido da qualidade e condições trabalhistas. As piores avaliações dos importadores de frutas brasileiras foram quanto aos itens relacionados ao preço e à velocidade da entrega (Gráfico 2).

**Tabela 7 - Avaliação dos compradores sobre a produção de frutas no Brasil**

<i>Fatores</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>
Qualidade	4	5	4	4	5	4	4	5
Preço	5	4	2	4	5	3	4	4
Transporte e Logística	3	4	3	2	4	4	5	5
Segurança alimentar	5	5	4	5	5	3	5	5
Condições de trabalho	5	4	4	5	4	5	4	3

Fonte: Questionário Fruit Logística, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

Gráfico 2 - Avaliação dos principais importadores sobre as frutas brasileiras



Fonte: Questionário Fruit Logística, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

Como vimos, os itens associados a segurança alimentar e da qualidade das frutas brasileiras foram os mais elogiados pelos compradores. A explicação está na maior difusão de certificações de qualidade entre os produtores, bem como o perfil dos consumidores europeus, muito mais exigentes com relação aos aspectos



mencionados. No que diz respeito aos aspectos sociais, no que tange, principalmente, às condições de trabalho nas áreas de produção, os importadores acreditam que é necessário avançar, sobretudo, com a maior fiscalização do governo. Apesar da maior exigência dos consumidores quanto ao cumprimento das leis trabalhistas dos países produtores, e, portanto, da obrigatoriedade dos importadores em reclamar dos produtores uma série de requisitos. Não deixamos de encontrar em nossas entrevistas, empresários que destacam o crescimento do custo da mão de obra no Brasil devido à valorização da moeda nacional. Com essa afirmação, ressaltamos a mentalidade do mercado que prepondera quando discutimos o trabalho na rede de produção.

Ainda no quesito câmbio, a fortalecimento da moeda brasileira frente ao dólar, nos últimos anos, contribuiu também para que o preço das frutas brasileiras perdesse competitividade. A logística das frutas ainda sofre bastante influência dos entraves relacionados à qualidade da infraestrutura e da excessiva burocracia, comprometendo a maior agilidade da entrega.

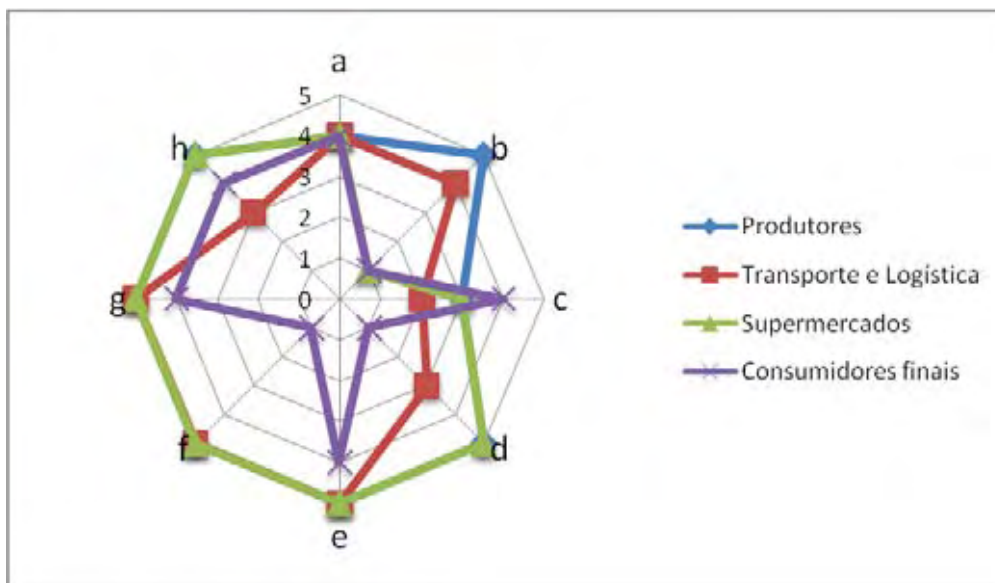
Com relação à questão número 2 (proximidade), pudemos notar uma menor homogeneidade, no que diz respeito ao relacionamento das empresas com os demais agentes da rede (Tabela 8 e Gráfico 3). Fica nítido que a relação com os consumidores finais representa o elo mais fraco na relação das empresas com os demais agentes. Isso pode ser explicado pela própria posição das empresas que atuam num ramo intermediário entre a produção e o consumo. Todavia, a influência das grandes redes varejistas também ajuda a definir certo padrão na relação entre marcas e consumidores, empresas produtoras e fornecedores.

**Tabela 8 - Qual é a relação entre a sua empresa e outros agentes da rede de produção de frutas?**

<i>Setores</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>
Produtores	4	5	3	5	5	5	5	5
Transporte e Logística	4	4	2	3	5	5	5	3
Supermercados	4	1	3	5	5	5	5	5
Consumidores	4	1	4	1	4	1	4	4

Fonte: Questionário Fruit Logística, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

Gráfico 3 - Avaliação dos principais importadores sobre a relação com os agentes da rede de produção das frutas frescas



Fonte: Questionário Fruit Logística, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

As empresas importadoras possuem em sua cartela de clientes as grandes redes varejistas. Dessa forma, as principais redes de supermercados são atendidas pelos fornecedores europeus de frutas frescas. A partir daí, temos os supermercados como os principais compradores de frutas na Europa, o que lhes permite exercer um papel de comando. Assim, eles passam a controlar crescentemente os rendimentos do setor e impõem um conjunto de regras/orientações para as empresas produtoras, grupos de compradores/distribuidores e de forma direta e indireta afetam o público consumidor.

## VI) Consumo

O consumo de frutas no mundo tem crescido paulatinamente nos últimos anos. Um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento do consumo, para além dos investimentos em publicidade e do consumo de frutas como fundamental no projeto de geração saudável, foi sem dúvida o investimento em tecnologias de transportes e refrigeração, concomitantemente, ao desenvolvimento da logística. No contexto atual, as frutas colhidas no Nordeste brasileiro e em vários



países da América Latina podem ser consumidas pelos consumidores da Europa e dos Estados Unidos em menos de 48 horas via transporte aéreo e em menos de uma semana via transporte marítimo. Tal fato associado à difusão das redes varejistas permitiu a maior disseminação de frutas consideradas exóticas, provenientes de países tropicais. Mediante a organização da produção e da comercialização, esses frutos podem ser encontrados ao longo de todo o ano, de acordo com o calendário de produção de cada país produtor. É o consumo promovendo a ciranda da produção.

Observando as frutas com maior desempenho nas exportações brasileiras de frutas frescas para a Europa, tais como melão, manga, banana e uva, podemos perceber a importância do consumo das mesmas entre os europeus. Segundo dados do Ministério de Relações Exteriores da Holanda (país que mais importa frutas do Brasil e responsável pela distribuição da maior parte das frutas no mercado europeu), o consumo *per capita* de banana na Comunidade Européia em 2009 foi de 9,4 kg, com destaque para o Reino Unido, com 14 kg, e a Alemanha com 11,8 kg. Para a manga, uma fruta ainda considerada exótica, a média foi de 0,4 kg e o destaque foi a Holanda, com o consumo *per capita* de 2,1 kg. A média do consumo *per capita* de melão na Europa foi de 4,7kg, com destaque para a França, com 6,3 kg. Por fim, a uva foi a única cultura na qual não existem dados precisos sobre a média de consumo *per capita* para a uva de mesa na Europa, visto ser uma cultura de larga difusão e pelo fato de 70 a 75% da uva ser destinada para o processamento. No entanto, em 2009, os países da Europa que mais consumiram uvas (uvas de mesa ou processadas) foram respectivamente Itália, França e Espanha.

No caminho deste quadro de crescente demanda, podemos observar a influência dos consumidores na definição do tipo de frutas a ser consumido, tendo como resultado um conjunto de alterações em todo o lastro da rede de produção. O “poder” do consumidor também ajudou a agregar valores sociais e ambientais ao ato do consumo, promovendo, portanto, um novo patamar de promoção do agronegócio globalizado e sua inserção nos territórios da produção.

## VII) Dinâmicas institucionais

Existem muitas instituições públicas e privadas envolvidas na consecução da rede de produção de frutas em várias escalas. A participação destas instituições acontece tanto de formas direta como indireta no apoio à produção de frutas. Para além das respectivas prefeituras municipais, bem como dos Governos Estaduais<sup>34</sup>, os destaques são os órgãos federais, tais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), ambos voltados para o acompanhamento das políticas de irrigação, construção e administração dos Perímetros Irrigados Públicos no Nordeste.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba é uma empresa pública do Governo Federal, criada em 1974, com o objetivo de "promover o desenvolvimento e a revitalização das bacias do Rio São Francisco e Parnaíba com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social". Destarte, os objetivos da empresa são bastante amplos, tendo em vista que sua área de atuação abrange 1.118.500 km<sup>2</sup>. Ou seja, 13,13% do território nacional. Particularmente, no Vale do São Francisco, a Codevasf possui um papel fundamental, pois é a responsável direta pela implantação da infraestrutura de irrigação e por garantir os serviços de assistências técnica para os produtores

O DNOCS, por sua vez, tem como área de atuação a região abrangida pelos estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, o norte do Estado de Minas Gerais, situado no "Polígono das Secas" e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente. Como vimos, o objetivo do DNCOS é contribuir para a implementação da Política Nacional de Irrigação, com destaque para a execução de planos e projetos de irrigação com o

---

<sup>34</sup> Nos respectivos Governos Estaduais, ressaltamos a importância das atividades de fiscalização fitossanitária e fiscal. No Governo de Pernambuco, evidenciamos as atividades do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP). O ITEP possui escritório no Porto de Roterdã na Holanda com o objetivo de prestar o apoio necessário aos produtores exportadores na análise de resíduos nas frutas desembarcadas no porto de destino. Outro destaque de Pernambuco, voltado para a construção de políticas sociais, é o Programa Chapéu de Palha.

intuito de promover a utilização econômica de áreas agricultáveis irrigáveis e não-irrigáveis.

Outra instituição de destacada importância é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Em Petrolina, a EMBRAPA possui uma unidade voltada especialmente para o semiárido. Trata-se do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), cuja missão é gerar conhecimento e tecnologia adaptada ao semiárido. Atualmente, a CPATSA contribui com o setor da fruticultura por meio de pesquisa sobre novos cultivares para o Vale do São Francisco de modo a diversificar a produção, hoje, extremamente concentrada nos cultivos de uva e manga.

Ainda no apoio ao setor das frutas, o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), unidade de Petrolina, presta serviços aos produtores de frutas no Vale do São Francisco. Os serviços vão desde a oferta de consultoria para a produção até mesmo o subsídio para o pagamento dos custos com certificações de qualidade, como por exemplo, o GLOBALG. A.P. O SEBRAE também articula os pequenos e médios produtores, de modo que esses possam comercializar sua produção. Para isso, organiza anualmente, durante a Feira Nacional de Agricultura Irrigada, a rodada de negócios reunindo produtores e compradores nacionais e internacionais.

Por fim, gostaríamos de mencionar a Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros do Vale do São Francisco, mais conhecida como Valexport. A Valexport foi criada em 1988 com o objetivo de dinamizar o setor da produção de frutas a partir da melhoria na qualidade da produção, da ampliação das exportações, bem como a articulação institucional e representação junto à iniciativa pública e privada.

Ao fortalecer o papel do Vale do São Francisco no panorama nacional e internacional, a Valexport se tornou uma referência na região. De acordo com Tássio Gomes, responsável pelo setor de exportação, atualmente, a Valexport possui 33 associados, distribuídos nos municípios de Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Casa Nova (BA) e Curaçá (BA). A maioria deles dos associados tem na uva e na manga o carro chefe da produção.

Para promover o desenvolvimento do setor, todos os associados desenvolvem ações conjuntas para que possam obter condições mais competitivas, sobretudo no mercado internacional. A estrutura de funcionamento da Valexport foi organizada a fim de atender às principais demandas do setor. Desse modo, foram criados programas, câmaras setoriais e serviços voltados para atender os produtores associados. Destacamos aqui algumas ações, quais sejam: Programa de Monitoramento das Moscas-das-Frutas; Programa de Exportação de Mangas para os EUA; Programa de Exportação de Mangas para o Japão; Produção Integrada de Fruta (PIF); Câmara do Vinho e o Laboratório de Solo e Planta (LASP).

#### VIII) Formas de controle/governança

O aumento no consumo de frutas e legumes e sua forma de acesso pelos supermercados possibilitaram o surgimento de novos mecanismos de controle e regulação. Como os verdadeiros responsáveis por possibilitar o acesso dos consumidores aos produtos, os supermercados assumiram, em grande parte, a responsabilidade por assegurar a qualidade e segurança dos alimentos.

Nesse íterim, foram organizados sistemas de auditoria e certificação privados com o objetivo de fiscalizar a qualidade das frutas. E, portanto, oferecer a “garantia” ao consumidor que o mesmo encontrará produtos provenientes de empresas que, sistematicamente, recebem auditoria para verificar a respeitabilidade ao uso das boas práticas agrícolas e respeito às normas ambientais e ao cumprimento com as leis trabalhistas vigentes nos países onde as frutas são produzidas.

Com a criação dos sistemas de auditoria e certificação de alimentos, estabeleceu-se, também, um novo nicho de mercado: o das auditorias. Várias empresas nacionais e multinacionais se especializaram na inspeção de fazendas produtoras em todo o mundo, de modo a aplicar os pontos de controle (*checklist*) criados por certificações, a exemplo da GLOBALG.A.P e das certificações criadas por redes individuais, tais como a Tesco Nurture, Garantia de Origem Carrefour, Mark & Spencer, entre outros.

Como pudemos perceber, a rede de produção das frutas envolve uma quantidade significativa de agentes econômicos, empresas, governos, trabalhadores,

movimentos sociais, entre outros. O que nos chamou atenção foi, sem dúvida, o poder das empresas multinacionais e seu potencial para colonizar todos os interstícios da rede (Figura 10). É, assim, na produção, com as multinacionais que se instalaram na América Latina para produzir frutas para os principais mercados consumidores mundiais. O mesmo ocorre no transporte e logística de circulação das frutas a partir das grandes transportadoras que operam no modal marítimo e de aviação. Na distribuição e comercialização, com as empresas importadoras de frutas, operando nas áreas de produção como uma espécie de caixeiro-viajante, com a missão de fornecer frutas para as poderosas redes de supermercado. As redes varejistas, por sua vez, passam também a se expandir para os mercados emergentes.



Figura 10: Domínio das multinacionais.  
Org. Juscelino E. Bezerra

A partir da liderança das redes varejistas e o controle que essas acabaram exercendo, surgiram, também, novas oportunidades de mercado mediante a disseminação de esquemas de auditoria, controlados, inclusive, por empresas multinacionais de auditoria e certificação. Nesse contexto, os supermercados ocupam hoje um papel central de controle e governança das redes de produção.

## 4.2 O papel dos supermercados

Observado a partir das redes ou das cadeias, o acesso aos alimentos está inexoravelmente ligado aos supermercados. A visita semanal ou mesmo diária aos supermercados representa um dos principais hábitos (parte do *ethos* urbano) da sociedade contemporânea. Dessa forma, uma atividade aparentemente simples, como a de abastecer a residência com alimentos perecíveis, frutas, vegetais e itens de utilidade doméstica é, na verdade, uma prática que cotidianamente anima o movimento de uma extensa rede de produção global. Nunca as pessoas tiveram tanto interesse em buscar maiores informações sobre o produto que consomem, sobretudo, a respeito do lugar onde foram produzidos.

Para os geógrafos, em particular, o interesse sobre o “onde” impulsionou uma série de estudos com o objetivo de compreender os vínculos entre a escala local e global, as conexões que se estabelecem no momento da produção e do consumo, bem como as relações espaciais que se formam no fluxo de matéria e de informações. Porém, devemos lembrar que o “onde” também pode revelar as distintas formas de relação entre espaço e sociedade, trabalho e cultura, poder e soberania. Resta-nos, então, o desafio de perceber todas essas correlações, que muitas vezes se perdem quando apenas enxergamos os diversos produtos comercializados nas prateleiras das grandes redes varejistas.

Os supermercados, a despeito de sua importância na vida cotidiana de praticamente todos aqueles que moram nas cidades e até mesmo em áreas rurais, é alvo também de críticas por sua forma de atuação. Para Lawrence e Burch (2007), esses estabelecimentos têm sido largamente criticados por seu tratamento com os fornecedores; as sucessivas tentativas de reduzir ao máximo os preços tendo como resultado o aumento na exploração da força de trabalho em países com baixa proteção aos trabalhadores; sua influência na mudança da própria natureza das compras; a formação de oligopólios e o conseqüente fechamento de pequenos estabelecimentos e feiras; e, por fim, seu papel como “novas autoridades alimentares” (DIXON, 2007) na promoção de dietas obesogênicas, contribuindo para o aumento de casos de doenças do coração e diabetes.

Mediante o poder de articulação e interação escalar dos supermercados, possibilitado pelo papel de "dirigente" da rede de produção agroalimentar, torna-se fundamental identificar as ligações entre diferentes escalas geográficas a partir do consumo. Tal desafio exige de nós um olhar mais apurado acerca da complexa trama de relações existentes na organização das atividades econômicas globais marcadas por um forte processo de integração. Essa integração, para além de uma associação meramente econômica inerente ao desenvolvimento da produção e do consumo, é uma integração que cada vez mais ganha elementos sociais, políticos e culturais.

Nesse sentido, devemos avançar no entendimento das atividades econômicas globais não se restringindo apenas aos mecanismos econômicos que a regulam. Dessa forma, podemos aprimorar nossa análise ao considerar, por exemplo, a dinâmica geográfica do trabalho presente no desenvolvimento das atividades econômicas globais, como resposta ao modelo econômico e ao crescimento do consumo, a formação de um novo perfil de consumidores e as relações de poder entre os diferentes agentes econômicos e suas estratégias de desenvolvimento.

O processo de globalização econômica no contexto das redes de produção global traz redefinições constantes nas estruturas de poder do mercado. Se, como vimos, a rede de produção envolve uma multiplicidade de agentes econômicos, formais e informais, institucionais e não institucionais e uma gama de Estado-Nações operando numa economia global, obviamente que sua consecução requer a análise de uma complexa trama de poderes. Uma vez que, se todos estão dispostos na rede, isso não necessariamente significa que todos têm o mesmo peso político e econômico. Nesse sentido, muitos estudiosos vêem a necessidade de atentarmos para as formas de controle social, político e econômico existentes no contexto das redes de produção.

No caso da rede de produção das frutas, e arriscamos afirmar também para toda a rede agroalimentar, as formas de poder e controle social são fortemente influenciadas pela ação direta e indireta das redes varejistas, leia-se: os grandes supermercados. São eles os responsáveis por imprimir uma nova organização social da produção, definindo padrões de produção, circulação, distribuição e consumo. Esse papel de destaque somente foi possível pela formação de oligopólios permitindo, então, o comando de importantes mercados por um pequeno grupo de

empresas. Desde o berço da economia capitalista, sabemos que o controle do mercado por um pequeno número de empresas não reúne somente os rendimentos, mas, sobretudo, permite a concentração do poder. Por essa razão, a literatura econômica tem buscado compreender as formas de poder no interior das redes de produção global. Uma possibilidade de leitura desse processo, disseminada na literatura internacional, pode ser verificada a partir da discussão sobre a Governança (Box II).

## BOX II

O termo Governança se presta a uma infinidade de definições e usos. O fato de o próprio termo ser uma derivação da palavra "Governo" faz com que seu sentido esteja, inexoravelmente associado à ideia de Estado, que como sabemos, é, muitas vezes, sinônimo de "Governo". No entanto, cabe aqui fazer alguns esclarecimentos iniciais. A palavra "Governo", de acordo com o dicionário, pode significar a ação ou resultado de governar, administrar, dirigir e controlar. Outro entendimento definição, mais próximo à noção de Estado, relacionada à palavra Governo, descreve-a como poder executivo de uma Nação. Ou seja, fica patente, mediante a consulta ao dicionário, que a palavra "governo" traz em alguma medida a ideia de controle, mando, direção. Logo, levando em consideração as formas de controle presente na sociedade, há uma correlação quase que imediata ao Estado sempre entendido como órgão máximo que controla, comanda e dirige uma importante gama de Nações (territórios). Contudo, baseado numa série de proposições de autores, como Rhodes (1996,2007), Stolker (2005) e Gonçalves (2005), não podemos associar a governança como exclusivamente o exercício do governo por parte do Estado.

Para Rhodes (1995), o termo governança é popular, mas impreciso. O autor admite pelo menos seis definições que podem ser atribuídas ao termo, são elas:

- I. Governança como Estado mínimo - A governança representa o processo de diminuição da participação do Estado na oferta de serviços públicos abrindo espaço para a privatização.
- II. Governança como Governança Corporativa - O aumento das privatizações dos serviços públicos não significou apenas um relativo afastamento do Estado, mas também a adoção de formas de governo inspiradas no setor privado. Logo, a governança torna-se sinônimo das formas de governo baseadas nas práticas corporativas.
- III. Governança como Nova Gestão Pública – O Estado caminha para uma normatização muito próxima dos referenciais das empresas privadas ao adotar uma perspectiva empreendedora (Osborne e Glaerb apud Rhodes, 1995). Através da visão de mercado, a nova gestão pública volta-se para a competição entre prestadores de serviços, com foco nos resultados. Ou seja, menos governo e mais governança.
- IV. Governança como Boa Governança (*Good Governance*) – Nesta perspectiva destaca-se a boa governança, tal como vista pelas orientações do Banco Mundial. Para essa instituição, segundo o autor, a boa governança seria o "exercício do poder político para administrar os assuntos de uma Nação". A partir das orientações do Banco Mundial, várias administrações públicas passaram a perseguir o ideal de uma boa governança que, necessariamente, envolveria a existência de um serviço público eficiente, um ambiente jurídico e legal propício para assegurar a confiança do mercado e os fechamentos dos contratos, uma estrutura institucional pluralista, respeito às leis e direitos humanos, etc.



- V. Governança como sistema sócio-cibernético – Aqui, o sentido de governança como sistema sócio-cibernético aplica-se ao contexto de “descentramento” do poder, no qual o Estado deixa de ser entendido como uma autoridade soberana, auto-suficiente. Assim, novos e múltiplos atores ocupam espaço na arena política e os limites entre as esferas do público e do privado, bem como dos setores voluntários foram borrados ou apagados.
- VI. Governança como redes de auto-organização – Para o autor, as redes são formas generalizadas de co-ordenação social e administração interorganizacional. A existência das redes de co-ordenação ilustra os limites da capacidade de controle do Governo e, ao mesmo tempo, coloca em pauta uma governança baseada no autogoverno. Portanto, nega a idéia de controle e direção por parte do Governo. Nesse sentido, há uma interdependência entre organizações abrangendo, inclusive, atores não estatais.

Como vimos, as diversas definições associadas à idéia de governança revelam o caráter polissêmico do termo. Todavia, se podemos admitir a existência de aspectos chaves na discussão sobre governança, chamamos a atenção para o fato de que a governança não pode ser confundida como um mero conjunto de ferramentas gerenciais (STOLKER, 2005) vinculado ao Governo. No sentido que queremos destacar a governança, ela revela as distintas formas de controle exercidas por diferentes agentes públicos e/ou privados que influenciam na co-ordenação social, política e econômica de importantes atividades econômicas.

Quando pensamos as redes de produção global, torna-se necessário averiguar quais as formas de controle que influenciam na organização da rede, de forma a entendermos as tramas de poder existentes nas operações do capital. Nosso intuito em apresentar essa discussão é conhecer com maior nível de detalhe como o capital vem se apoderando de diversos mecanismos para a realização de suas atividades e quais são os agentes que têm reconfigurado a dinâmica do setor da fruticultura.

Gereffi (2001b) admite a existência de dois tipos de estrutura de governança nas cadeias globais de valor e que, doravante, consideraremos as redes de produção global, quais sejam: a governança que é dirigida pelos produtores (*producer-driven*) e a dirigida pelos compradores (*buyer-driven*). Essa proposta, apesar de receber críticas por seu caráter dicotômico e simplista, é bastante interessante por concentrar a análise das redes no que diz respeito ao papel das empresas, suas relações com o mercado e a dinâmica dos setores da produção e do capital comercial. Esse último cada vez mais influente na organização econômica, na qual a demanda e todas as suas correlações passam a compor novas assimetrias de poder

na geografia dos fluxos econômicos e empresariais. Vejamos, em seguida, as características principais dos dois tipos de governança.

A governança dirigida pelos produtores (*producer-driven*) caracteriza-se pelo papel central que os grandes fabricantes, geralmente, empresas transnacionais possuem na coordenação das redes de produção. São indústrias voltadas para o investimento em capital e tecnologia de alto valor agregado. Nesse contexto, as empresas produtoras são os principais agentes econômicos tanto pela sua capacidade de controlar sua relação com os seus fornecedores, como também as ligações com o capital comercial pela distribuição e venda de seus produtos. Normalmente, as redes dirigidas/governadas pelos produtores associam-se a indústrias de capital e tecnologia intensivos, a exemplo do setor automobilístico, da produção de aviões, máquinas pesadas, computadores, etc.

Nas redes dirigidas/governadas pelos compradores (*buyer-driven*), tem destaque o capital comercial representado pelos grandes grupos varejistas, comerciantes e fabricantes de marcas, que atuam na formatação de uma rede de produção descentralizada, usualmente, localizada em países em desenvolvimento responsáveis por concentrar indústrias de bens de consumo com forte trabalho intensivo, tais como as indústrias de vestuário, calçados, brinquedos, eletrônicos e alimentos.

As empresas que controlam as estruturas de governança dominada pelo capital comercial, são também chamadas de “fabricantes sem fábricas”, pois configuram-se como detentoras apenas dos círculos de distribuição, comercialização, concepção e marketing de produtos. Portanto, não atuam na produção direta, relegando aos países em desenvolvimento a localização das plantas fabris. Gereffi (2003, p.3) destaca que as empresas que desenvolvem e vendem seus produtos de marca própria “têm controle considerável sobre como, quando e onde a fabricação será realizada, e quanto de lucro são incorporados a cada etapa”. Esse fato não necessariamente obriga as empresas a investir na propriedade de fábricas e a atuar diretamente na produção.

A força que o capital tem em definir uma nova divisão territorial do trabalho altera completamente as especificidades das atividades econômicas, exigindo a especialização setorial no contexto da rede, a competitividade de custos de produção

e a rapidez do tempo de giro do capital. Esse quadro atinge diretamente os grupos dos compradores, pois há uma grande dependência desses para com as redes de suprimento global, bem como de uma logística sofisticada que permita ao capital comercial administrar as formas de comercialização na escala global.

Partindo da análise do setor da fruticultura, percebemos como esse setor está diretamente vinculado às estruturas de governança dos grandes compradores (*buyer-driven*), particularmente das grandes redes varejistas representadas pelos supermercados. Sendo assim, daremos destaque ao papel dos supermercados na rede de produção da fruticultura para que possamos compreender como as regiões frutícolas do Nordeste brasileiro estão totalmente vinculadas às formas mais complexas de operação do capital comercial, que influencia, cada vez mais, os territórios da produção.

A força econômica das redes varejistas no mundo tem surpreendido por sua possibilidade de suplantar setores produtivos tradicionais, tendo em vista o fato de tratar-se de um ramo que não atua diretamente na produção de mercadorias, mas sim na comercialização de produtos. Nos anos de 2007, 2008 e 2010, quando a rede estadunidense Wal-Mart liderou o ranking<sup>35</sup> das 500 maiores empresas do mundo, começamos a vislumbrar uma nova orientação nos estudos da economia a partir da força do capital comercial varejista. Apesar das perdas enfrentadas com a crise econômica, a rede Wal-Mart ocupou o terceiro lugar no ranking em 2011, com receita anual de U\$446, 950 bilhões. Ou seja, quando comparamos a receita anual do Wal-Mart com os países da América do Sul, apenas o Brasil (U\$2,36 bilhões) possui um PIB superior ao da referida empresa. Outras importantes redes de supermercado também figuram entre as 100 maiores empresas do mundo, tais como o grupo francês, Carrefour (39°), o inglês, Tesco (59°) e o alemão, Metro Group (72°).

A escalada das redes varejistas representa a constatação não somente de seu poderio econômico, como também político. Como resultado dessa mudança, as autoras Fuchs; Kalfagianni; Arentsen (2009) apontam para a convergência de três tendências na organização atual das redes varejistas. A primeira delas diz respeito à formação de um oligopólio, mediante a atuação de importantes grupos nos mercado

---

<sup>35</sup> O ranking é anualmente organizado pela tradicional Revista Americana Fortune.

internacional. Para exemplificar essa tendência, podemos analisar os dados sobre as maiores empresas do setor (Tabela 9)

**Tabela 9 – Principais redes de supermercados segundo faturamento - 2011 (US\$ Bilhões)**

		<i>América do Norte</i>		<i>Europa</i>		
°	<i>Mundo</i>	<i>US\$</i>		<i>US\$</i>	<i>US\$</i>	
1	Walmart	468.52	Walmart	356.38	Carrefour	104.52
2	Carrefour	150.36	Kroger	93.71	Metro Group	98.99
3	Tesco	116.27	Costco	82.54	Schwarz Group	97.29
4	AEON	107.67	Target	73.43	Tesco	94.61
5	Seven & I	106.37	Walgreens	71.33	Rewe Group	70.11
6	Metro Group	106.32	CVS	60.39	Auchan	67.96
7	Schwarz Group	97.29	Safeway (USA)	45.12	Edeka	63.74
8	Kroger	93.71	SuperValu	34.38	Aldi	60.58
9	Costco	93.54	Loblaw	33.94	Leclerc	57.39
10	Casino	88.28	Publix	28.37	ITM (Intermarché)	44.95
°	<i>América Latina</i>	<i>US\$</i>	<i>Ásia &amp; Oceania</i>	<i>US\$</i>	<i>África &amp; Oriente Médio</i>	<i>US\$</i>
1	Walmart	58.45	AEON	65.25	Shoprite	13.52
2	Casino	38.40	Seven & I	63.66	Walmart	9.53
			Woolworths			
3	Carrefour	26.05	(AUS)	60.06	Pick n Pay	8.26
4	Cencosud	18.18	Coles Group	55.65	Carrefour	5.82
5	Soriana	8.32	FamilyMart	26.37	Metcash (South Africa)	5.75
6	SHV Makro	6.46	Uny	26.29	SPAR (South Africa)	5.70
7	OXXO	6.10	LAWSON	23.81	Alon Holdings Blue Square	4.28
8	SMU	4.71	Lotte Shopping	22.91	Woolworths (South Africa)	3.96
9	Chedraui Comercial	3.88	Walmart	22.16	Shufersal	3.73
10	Mexicana	3.73	Metcash (AUS)	21.07	Emke Group (LuLu International)	3.27

Fonte: Planet Retail Report - Global Retail Rankings 2012/ Grocery (USD)

As principais redes, notadamente, as líderes mundiais, Wal-Mart e Carrefour, participam cada vez mais dos mercados internacionais. A América Latina representa um vigoroso exemplo da dominância das multinacionais, no qual as três principais empresas com maior receita anual são estrangeiras. A presença dessas gigantes em muitos mercados externos foi fruto da fusão e aquisição de empresas nacionais, fato esse que se tornou uma estratégia comum para ampliar a participação do mercado e aniquilar a concorrência.

Na Europa, onde encontramos um mercado extremamente competitivo, a oligopolização dos mercados alcança números alarmantes. Vorley (2007) apresenta dados sobre a concentração do varejo. Nas maiores economias<sup>36</sup>, as quatro principais

<sup>36</sup> Vorley (2007) lembra que a Itália é a única grande economia da Europa, onde, até então, não existia uma forte concentração das vendas no varejo. As quatro principais redes concentravam 36% do mercado italiano.

redes de supermercado concentravam as maiores projeções: 66.7% das vendas na Alemanha, 60% na França, 70,6% na Inglaterra, 62,5% na Espanha, 82,6 % na Holanda e de até 99,5% na Noruega. Como resultado, Lawrence e Burch (2007) destacaram que em 2004 as trinta principais redes de supermercado do mundo controlavam 33% do total mundial das vendas de alimentos.

A segunda tendência que caracteriza a expansão dos supermercados é o controle da cadeia de produção desde a fazenda até a prateleira. Desse modo, os grandes supermercados desenvolveram uma complexa logística de gerenciamento dos seus fornecedores. Atualmente, os grandes supermercados comercializam uma ampla variedade de produtos, desde alimentos até eletrodomésticos, e os consumidores, paulatinamente, passam a procurar os supermercados para atender as necessidades básicas de suprimento. Desse modo, os supermercados, pelo seu poder de compra e de acesso aos consumidores, ganharam força na negociação e definição dos preços junto aos produtores e fornecedores.

Por fim, a terceira tendência é a do desenvolvimento da competição centrada não apenas na disputa pelo menor preço, mas também na oferta de produtos de qualidade. A partir daí, testemunhamos a chamada guerras de preços *pari passu* a consolidação das chamadas políticas de qualidade calcadas na promoção de selos e certificações que atestam a qualidade dos produtos.

Em suma, a combinação entre força oligopólica, controle das redes de produção e distribuição, definição dos preços e a conquista da credibilidade dos consumidores mediante a política de qualidade dos produtos fortaleceram o papel de destaque dos supermercados na governança das redes de produção. Tornando um desafio para os pesquisadores avaliar a extensão dos impactos sociais e econômicos engendrados pelas grandes redes varejistas.

A partir do contexto supracitado: qual a importância de estudarmos os supermercados e sua influência na dinâmica geográfica do trabalho nas regiões produtoras de frutas no Nordeste brasileiro?

### **4.3 Regulação social do mercado de trabalho e a difusão das certificações internacionais**

A partir do aprofundamento da pesquisa, foi possível perceber a crescente multiescalaridade da rede de produção da fruticultura e nesse contexto, o papel de destaque do mercado europeu não somente nos fluxos de exportação e no aumento do consumo de frutas, mas também na organização das redes de governança.

Desse modo, são nos principais países consumidores, tais como Alemanha, Reino Unido, França e Holanda, onde podemos encontrar a centralização das decisões que envolvem as formas de governança exercidas por um conjunto de agentes (supermercados, fornecedores, importadores). Esses passam a exercer maior relação de poder no interior da rede de produção, sobretudo, quando consideramos a crescente regulação realizada pelo setor privado mediante a adoção de esquemas de auditoria e certificação.

Tais iniciativas configuram-se como estratégias dos supermercados no intuito de garantir o maior controle do processo produtivo e atender às expectativas de um novo perfil de consumidor, muito mais propenso a escolher produtos que respeitem o meio ambiente e as questões trabalhistas nas regiões onde as frutas são produzidas.

O papel dos supermercados nesta nova configuração econômica da cadeia agroalimentar supera a simples comercialização e distribuição de alimentos e passa a influenciar diretamente os padrões de produção e de consumo e, portanto, conduzem a decisão do que será produzido, onde e qual padrão será adotado (LAWRENCE; BURCH, 2007). No caso das frutas, os supermercados criaram um sistema de certificação baseado em auditorias para assegurar que seus fornecedores seguem as principais normativas das Boas Práticas Agrícolas (DORR, 2010).

A preocupação com a sanidade dos alimentos e a redução/eliminação gradativa da quantidade abusiva de produtos agroquímicos criou nichos de mercados, sendo que os consumidores adotaram novos hábitos de consumo, exigindo produtos mais saudáveis. E quem pode garantir que os alimentos consumidos pela população sejam, de fato, saudáveis? Para isso, foi necessária a regulamentação da produção de alimentos e o estabelecimento de normas e critérios que determinassem a segurança e a qualidade dos produtos. Assim, tanto o Estado

como a iniciativa privada foram convocados a criar estratégias para a fiscalização da produção.

O que seria uma atribuição de caráter exclusivamente dos governos, passou a ser capitaneado por lideranças do próprio setor varejista, a partir da difusão de certificações privadas ou de terceira parte<sup>37</sup> (HAVINGA, 2006; FUCHS&KAFAGIANNI, 2010; HENSON, 2008). O resultado foi a criação de um mercado das auditorias e certificações, ou seja, a certificação como um negócio (HATANAKA e BUSH, 2008) no setor agroalimentar, cuja extensão, hoje, envolve um conjunto de empresas transnacionais. De acordo com Campbell, Lawrence e Smith:

O surgimento de novas culturas de auditoria que atuam como uma forma híbrida de governança - operando através capital do varejo, movimentos sociais e os órgãos reguladores - reforçou, consideravelmente, a posição oligopolista de supermercados como compradores de frutas e legumes (CAMPBELL; LAWRENCE; SMITH, 2009, p.69, tradução nossa).

Quando os supermercados adentram, definitivamente, na arena da regulação via profusão de certificações privadas, testemunhamos novas formas de governança e de governamentalidade<sup>38</sup>. Fuchs e Kalfagianni (2010) apontam as causas da emergência das regulações privadas no setor dos alimentos. Para as autoras, o surgimento e a difusão da regulamentação privada dos alimentos dão-se em função do poder estrutural (material) dos supermercados, como também do poder das redes varejistas em criar uma legitimidade entre os consumidores. É dessa forma, segundo as autoras, que os supermercados se tornam atores políticos prontos para disputar sua efetividade na sociedade (Figura 11).

---

<sup>37</sup> Para Hatanaka e Bush (2008,p.73), "Certificação de terceira parte é um mecanismo de verificação da segurança e qualidade dos produtos no qual uma terceira parte avalia, julga e certifica reivindicações de segurança e qualidade contra um determinado conjunto de normas e procedimentos de conformidade." (Tradução nossa).

<sup>38</sup> De acordo com Huxley (2008, p. 1635), o termo governamentalidade cunhado por Foucault leva em consideração dois aspectos: uma análise histórica das lógicas de governo por parte do Estado e a investigação sobre as formas de auto-governo e governo dos outros. De uma forma geral, a governamentalidade atua na ação de outras pessoas com o objetivo de criar comportamentos específicos, hábitos e subjetividades. Lee Pegler (2011, p.27), destaca a governamentalidade como quadro teórico importante para compreender como as mensagens, regras e normas são estabelecidas, transmitidas e contestadas através das redes de produção, mormente após a utilização de padrões de qualidade. Os supermercados têm adotado os padrões de qualidade para reforçar sua política de relação com os fornecedores. Por sua vez, estes últimos incorporam um novo repertório de práticas e ações de modo a atender as normas impostas pelas redes varejistas.



Figura 11: Estratégias dos supermercados junto ao clientes.

Fonte: FUCHS; KALFAGIANNI, 2010. Org. Juscelino E. Bezerra.

A efetividade dos supermercados como um “parceiro social” foi construída pelo medo e insegurança dos consumidores, associado ao crescimento das políticas neoliberais que permitiram o enfraquecimento do papel do Estado. Para Henson (2008, p. 66), o aumento no temor dos consumidores quanto à segurança e à qualidade dos alimentos, sobretudo, após o escândalo da vaca louca e da proliferação de alimentos transgênicos, contribuiu para erodir a confiança na fiscalização por parte do poder público. Portanto, as grandes redes de supermercados começaram a competir entre si no mercado nacional e internacional utilizando estratégias de diferenciação das mercadorias com o foco na segurança e qualidade, uma vez que as normas públicas não oferecem possibilidade de diferenciação do produto.

O fortalecimento dos esquemas privados de certificação permitiu então a criação de normas, padrões e regras, muitas vezes, tidos como mais rígidos do que o dos órgãos públicos. Embora, saibamos que as normas, de maneira geral, seguem os preceitos e orientações da Codex Alimentarius, criada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).



A partir da contestação quanto à credibilidade dos órgãos fiscalizadores da esfera pública, e paralelamente, a maior cobrança por parte dos consumidores organizados em torno de associações, ONG's e movimentos sociais, as certificações privadas começaram a se difundir e estabelecer seus próprios códigos de conduta, particularmente no que se refere ao tema da segurança alimentar. Para Henson e Humphrey (2011, p.151), a criação desses padrões, necessariamente, envolve o estabelecimento de uma base para reivindicações sobre as práticas a serem adotadas com relação ao modo como o alimento deve ser produzido, transportado e processado. Igualmente, abrange também formas de monitoramento e aplicação, realizadas por uma segunda e cada vez mais terceira parte. Em suma, os autores destacam que:

...os padrões privados envolvem não somente a especificação de quais resultados serão alcançados, mas também estabelecem um conjunto de regras para mostrar como devem ser realizados, uma estrutura de governança da certificação e aplicação, bem como um sistema de geração e aprovação de mudanças em cada um dos elementos como o padrão de evolução ao longo do tempo. (HENSON, HUMPHREY, 2011, p. 151, tradução nossa).

Foi nesse contexto, que a partir da década de 1990 surgiram inúmeras certificações privadas. Henson e Humphrey (2011, p. 154) citam exemplos de três tipos de certificação privada nas redes agroalimentares, quais sejam: a) certificações de empresas individuais: Tesco Nature's Choice; Garantia de Origem Carrefour; Field to fork Marks & Spencer; Albert Heijn BV; b) certificações coletivas nacionais: Assured Food Standards (UK); British Retail Consortium Global Standard; Freedom Food (UK); c) certificações coletivas internacionais: International Food Standard; Safe Quality Food e; Global GAP.

Podemos mencionar, ainda, o crescimento da comercialização pelas grandes redes de supermercado de produtos certificados com o selo do Comércio Justo (*Fair Trade*) e também de produtos orgânicos. Conforme aponta Hughes (2007, 2005), mesmo os produtos considerados alternativos por empreender uma nova forma de comercialização que protege os pequenos produtores dos abusos cometidos por atravessadores, garantindo um preço justo e maior responsabilidade social. Atualmente, tais produtos, assim como os orgânicos, são comercializados, em sua

grande maioria, pelas grandes redes de supermercados. Porém, devemos lembrar que existem alternativas que estão sendo pensadas de modo a romper com os sistemas de certificação privada. No Brasil, temos o exemplo da Rede Ecovida de Agroecologia (Box III).

### BOX III

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998, em Santa Catarina. Ela é fruto da discussão sobre a produção e o comércio de produtos orgânicos. Os agricultores que se posicionaram contra a regulamentação da certificação da produção orgânica, realizada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento em 1999, decidiram se unir numa rede com o intuito de criar as bases de uma certificação participativa, controlada e gestada pelos próprios agricultores de forma a garantir a qualidade e origem da produção de formas autônoma (ISAGUIRRE-TORRES, 2012). Desse modo, a orientação propugnada pelo Estado, centrada no uso de sistemas de auditoria de terceira parte, foi rompida com a criação do selo Ecovida.



Resgatando o documento oficial, Isaguirre-Torres (2012, p. 101) cita os objetivos da rede, quais sejam: i) desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; ii) estimular o trabalho associativo; iii) articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; iv) aproximar de formas solidárias, agricultores e consumidores; v) estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; vi) ter uma marca e um selo que expressam o comprometimento. Após a definição dos objetivos, a Rede vem tentando cada vez mais aprimorar sua metodologia de certificação.

A metodologia adota pela Rede Ecovida de Agroecologia, garante a participação integral dos agricultores em todas as etapas de emissão dos certificados de produtos agroecológicos. Existem alguns passos para a obtenção da certificação participativa. Primeiramente, os agricultores devem realizar um plano de conversão agroecológica da propriedade, sendo os mesmos assistidos por técnicos. Depois de 18 meses (a depender dos casos, pode ser mais ou menos tempo) de transição agroecológica, os agricultores podem solicitar a visita do "Conselho de Ética" para fiscalizar a adequação das normas referentes à produção agroecológica. Essa etapa é intitulada pelos membros como o "Olhar Externo". Nesse momento, a equipe que compõe o conselho dá o parecer para o recebimento ou não do selo. Conforme lembra Isaguirre-Torres (2012), a diferença entre a certificação participativa e as auditorias de terceira parte consiste na ampla participação dos agricultores. Uma vez que, as ações do "Olhar Externo" não visam somente proceder a uma ação fiscalizatória. Como os próprios agricultores mencionam nas entrevistas conduzidas pela autora, o momento da visita representa a possibilidade de intercâmbio de conhecimentos, a "aprendizagem comunicacional". Nas visitas há sempre a orientação de se buscar o consenso e os caminhos necessários para dirimir possíveis inadequações.

Atualmente, a certificação da Ecovida é reconhecida pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento. O selo certifica mais de 80 produtos entre frutas, hortaliças, cereais, produtos de origem animal e agroindustrializados. A comercialização dos produtos acontece nas pequenas feiras locais, bem como nos programas institucionais, a exemplo do PAA. A Rede Ecovida coloca-se contra a concentração da comercialização com as redes de supermercados, buscando sempre que possível comercializar a produção agroecológica em espaços alternativos.

A partir da constatação do crescimento das certificações privadas, a União Européia elaborou um relatório, no qual foi realizado um levantamento da quantidade de sistemas de certificação presentes na Europa no setor de alimentos. Foi identificado um total de 440, em sua grande maioria, criado na última década.

O documento também estabeleceu as principais orientações acerca das melhores práticas para o funcionamento dos sistemas voluntários de certificação dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios. Para a União Européia (2010), existem vantagens e desvantagens (Box IV) no uso de certificações voluntárias, fato esse que justificaria sua utilização.

#### **BOX IV**

Retiramos do documento os pontos nos quais são destacados os benefícios e os possíveis inconvenientes da utilização das certificações voluntárias. Leiam-se as certificações privadas:

Os sistemas de certificação podem trazer benefícios:

- Aos operadores intermediários da cadeia alimentar, ao garantir o cumprimento de normas, protegendo, assim, a responsabilidade e a reputação dos produtos e das alegações dos rótulos;
- Aos produtores, uma vez que, aumentam o acesso ao mercado, a quota de mercado e as margens do produto para os produtos certificados; potencialmente, também, uma vez que aumentam a eficiência e reduzem os custos de transação;
- Aos consumidores, uma vez que, fornecem informações fiáveis sobre as características dos produtos e processos.

Algumas partes interessadas chamaram a atenção para os possíveis inconvenientes dos sistemas de certificação:

- O risco de representarem uma ameaça para o mercado único;
- Dúvidas no que respeita à transparência dos requisitos previstos no sistema e à credibilidade das alegações, em particular no caso dos sistemas que certificam a conformidade dos requisitos de base;
- Possibilidade de induzir ao erro os consumidores;
- Custos e encargos para os agricultores, especialmente se tiverem de aderir a vários sistemas para satisfazer as exigências dos compradores;
- Risco de rejeição, por parte do mercado, dos produtores que não participem dos principais sistemas de certificação;
- Impacto no comércio internacional, em particular, com os países em desenvolvimento.

Chamou-nos atenção, no entanto, que embora a União Européia tenha criado regras para a utilização das certificações em seu território, a crescente internacionalização de determinados esquemas de certificação, a exemplo do Global GAP, traz o desafio de entender os possíveis impactos em diferentes mercados e

condições sociais de produção. É o que procuraremos ressaltar a partir da análise do Global GAP e sua utilização nas áreas de produção de frutas no Nordeste brasileiro.

Como vimos, foram criadas, nos últimos anos, um conjunto bastante heterogêneo de sistemas de certificação privados. De todas as certificações hoje existentes, aquela que obteve maior difusão foi, sem dúvida, a GLOBALG.A.P (anteriormente denominada EurepGap). GLOBALG.A.P é uma organização privada, formada em 1997 por um grupo de redes varejistas na Europa com o objetivo de criar normas voluntárias para a certificação de produtos agrícolas e garantir credibilidade e segurança ao público consumidor assegurando a comercialização de produtos saudáveis.

De pronto, faz-se necessário afirmar que a certificação GLOBALG.A.P surgiu com o intuito de simplificar o atendimento às normas regulamentadoras por parte dos fornecedores. Ao invés da criação de vários selos, com diferentes metodologias e práticas e a avaliação acerca da origem de cada produtor e/ou fornecedor, foi pensada uma forma de harmonizar todas as práticas agrícolas e em comum acordo acatar a emissão da certificação via auditoria como uma forma fidedigna de controle da produção. Numa medida bastante astuta dos supermercados, eles, paulatinamente, transferiram a responsabilidade e os custos da comprovação sobre a sanidade dos alimentos e o respeito a determinadas práticas sociais e ambientais aos produtores e fornecedores. Porém, todo o corpo de regras foi criado pelos supermercados, embora, atualmente, a organização GLOBALG.A.P tenha correspondido às exigências legais da União Européia para que haja maior abertura dos demais envolvidos da rede de produção agroalimentar, tais como produtores e fornecedores. (KALFAGIANNI; FUCHS, 2011).

Hoje, as normas estabelecidas pela certificação são criadas em parceria entre produtores (grandes grupos empresariais no setor da produção) e retalhistas (grupos de comercialização no varejo) com o intuito de harmonizar os requisitos de produção conforme as orientações adotadas pelo código de Boas Práticas Agrícolas.

A emissão do certificado Global GAP é realizada por empresas certificadoras, cadastradas pela organização mediante auditorias, e visitas de inspeção nas fazendas produtoras, de modo a certificar o atendimento a todas as regras contidas nos pontos de controle presentes no *checklist* adotado pela organização.

A certificação GLOBALG.A.P é a certificação privada com maior difusão internacional, sendo considerada pelos produtores como um requisito fundamental para o acesso ao mercado europeu. Segundo informações disponíveis no relatório anual da organização, em 2011, o número total de produtores com a certificação GLOBALG.A.P cresceu 9,5% com relação a 2010. Em números absolutos este resultado significou um aumento de 102.300 para 112.600. Sua abrangência geográfica também chama atenção, pois os produtores certificados estão distribuídos em 113 países. A grande maioria desses (74%) encontra-se na Europa; 11%; nas Américas; 9% na Ásia; 4% na África e; 2% na Oceania. Os países que apresentam a maior quantidade de produtores certificados são a Espanha, Itália e Grécia.

No Brasil, segundo informações coletadas na entrevista com a organização, são 433 produtores certificados, sendo 290 no setor de frutas e vegetais (Mapa 7). Quando observamos a distribuição geográfica dos produtores certificados no Brasil, podemos perceber a importância das áreas de produção no Sertão nordestino.



Mapa 7: Localização dos produtores certificado pelo GOBALG.A.P no Brasil – 2011.

Considerando o total de 286 produtores, excluindo quatro, cuja localização exata não foi identificada nos registros obtidos, percebemos que 71% dos produtores estão situados na Região Nordeste. Avaliando apenas os municípios das microrregiões estudadas, a participação total foi de 63%. Individualmente, o destaque foi para o município de Petrolina (PE), que sozinho foi responsável por concentrar um terço (33%) de todos os produtores certificados pelo GLOBALG. A.P no Brasil.

Já adiantamos alguns aspectos contraditórios com relação aos benefícios e inconvenientes das certificações privadas. Todavia, é quando conhecemos mais de perto a realidade dos produtores/empresas que adotam a certificação que podemos melhor compreender os impactos de tais certificações. Dessa forma, apresentaremos a seguir algumas observações sobre a certificação GLOBALG.A.P e sua inserção nas microrregiões de expansão da fruticultura, de modo a destacar as consequências para o meio ambiente e para os trabalhadores.

A partir de nossas entrevistas com produtores de pequeno, médio e grande porte que participam da exportação de frutas, ficou patente que a certificação GLOBALG. A.P representa o primeiro passo para aqueles produtores que desejam participar da exportação de frutas para o mais importante mercado desses produtos tropicais, ou seja, a Europa. A não existência da certificação GLOBALG.A.P representa uma primeira barreira à exportação. A importância dada ao GLOBALG.A.P advém do próprio contexto no qual as frutas são comercializadas. As empresas que realizam a compra desses alimentos junto aos produtores, já têm como orientação comprar apenas de estabelecimentos que possuam a certificação GLOBALG.A.P. Já que, é com a certificação que os compradores e, por sua vez, os supermercados têm a "garantia" de que o produtor segue critérios básicos de produção, estando de acordo com as Boas Práticas Agrícolas.

Para a obtenção da certificação os produtores recebem inspeção de empresas de auditoria. Ou seja, os órgãos de certificação, tais como Global GAP e/ou redes de supermercados, a exemplo da rede Tesco, contratam terceiros (empresas de auditorias) para que elas possam aplicar os respectivos códigos e normas para a emissão dos certificados. A partir das informações coletadas no trabalho de campo, obtivemos a lista das principais certificadoras que atuam nas regiões de produção de frutas, especialmente no Vale do São Francisco. Após contato com as respectivas

certificadoras, organizamos informações sobre a origem das empresas e as certificações emitidas (Quadro 4).

<b>Quadro 4 - Empresas Certificadoras – Setor Fruticultura - 2012</b>		
Empresa	Origem	Certificações Emitidas
SANTEC*	Brasil	Global GAP, TESCO, HACCP, USAGAP
TUV RHEILAND	Alemanha	Global GAP, TESCO, HACCP, PIF
BUREAU VERITAS CERTIFICATION	França	Global GAP, BRC, HACCP
SGS	França	Global GAP
WQS Certificação de Produtos	Brasil	Global GAP, TESCO

Fonte: Trabalho de campo e consulta direta. Org. Juscelino E. Bezerra

\* A Santec é uma empresa brasileira credenciada pela empresa certificadora americana Primus Lab.

A partir das informações coletadas em campo, sobretudo no Vale do São Francisco, onde encontramos o maior número de fazendas certificadas, o mercado das auditorias é disputado por empresas nacionais e internacionais. A concorrência entre as empresas dá-se pela oferta do menor custo com a relação à certificação. Atualmente, o valor médio de uma certificação do GLOBALG.A.P gira em torno de R\$ 1.100,00. A empresa Santec, credenciada pela americana Primus Lab, detém o maior número de clientes com certificação GLOBALG.A.P. A seguir, temos uma pequena amostra (Quadro 5) na qual listamos as principais empresas produtoras de frutas e as certificações adotadas.

<b>Quadro 5 - Empresas certificadas nas microrregiões de expansão da fruticultura</b>			
<i>Nome da empresa</i>	<i>Principais produtos</i>	<i>Localização</i>	<i>Certificações</i>
Del Monte Fresh	Banana, Melão	Vale do Açu (RN) e Baixo Jaguaribe (CE)	GLOBALG.A.P, Tesco
Queiroz Galvão Alimentos	Uva, Manga	Petrolina (PE)	GLOBALG.A.P, Tesco, HACCP, PIF, USAGAP, ISO9001
Expofruit Brasil	Uva sem semente	Petrolina (PE)	Global GAP, Tesco
Agrícola Famosa	Melão, Melancia	Mossoró (RN) e Baixo Jaguaribe (CE)	GLOBALG.A.P, Tesco, Marks & Spencer; HACCP



Meneghel Hassuike Agropecuária	Uva	Juazeiro (BA)	GLOBAL GAP
Fazenda Fortaleza	Uva e Manga	Juazeiro (BA)	Global GAP, Tesco, Produção Integrada de Frutas (PIF), Marks & Spencer; HACCP, ETI
UGBP	Mamão Papaya	Juazeiro (BA)	Global GAP, USAGAP, Produção Integrada de Frutas (PIF).
Fazenda Special Fruit	Uva e Manga	Juazeiro (BA)	GLOBAL GAP; TESCO
Fazenda Área Nova	Uva e Manga	Petrolina (PE)	Global GAP, Tesco, Marks & Spencer.
Jailson Lira de Paiva (Copexvale)	Uva	Petrolina (PE)	Global GAP
Sun Group	Uva	Petrolina (PE)	Global GAP, USAGAP, HACCP, Tesco.

Fonte: Trabalho de campo. Org. Juscelino E. Bezerra.

Como vimos, a certificação GLOBALG.A.P é a mais adotada pelas empresas produtoras de frutas. Logo, a avaliação dessa certificação em específico gera impactos importantes no contexto da produção. Passemos, então, a relatar, brevemente, como a certificação GLOBALG.A.P é aplicada e quais são as principais contradições e os impactos para a dinâmica do trabalho.

#### 4.3.1 Certificação GLOBALG.A.P: instrumento de controle da produção e do trabalho

Os auditores ao realizarem a inspeção para emitir a certificação GLOBALG.A.P devem seguir uma ampla lista de exigências contidas nos pontos de controle. Do total de 234 pontos de controle utilizados nas auditorias do GlobalG.A.P, 117 são vinculados à segurança alimentar, 50 ao meio ambiente e biodiversidade, 46 ao controle da rastreabilidade e 21 relacionam-se diretamente ao bem estar dos trabalhadores.

Na prática, o cumprimento às regras do GLOBALG.A.P significa a necessidade de realizar investimentos vultosos nas fazendas para adequar toda a infraestrutura de *packing house*, o treinamento dos trabalhadores, o controle de pesticidas, entre outros. É justamente por esses critérios que começamos a identificar as primeiras

contradições<sup>39</sup> que envolvem a adoção de certificações privadas, pois os produtores, sobretudo os pequenos, não possuem as condições necessárias para se adequarem às normas da certificação. Citamos o exemplo de um pequeno produtor do Perímetro Irrigado, Nilo Coelho, em Petrolina (PE), cuja produção de uva e manga é toda direcionada para o mercado interno, tendo em vista as condições financeiras não permitirem a adoção da certificação GLOBALG.A.P.

Para o produtor entrevistado, o custo da certificação é muito elevado. Para que tenhamos uma ideia, dependendo do tamanho do estabelecimento, o gasto total para a implementação de toda a infraestrutura condizente com as normas exigidas pelo GLOBALG.A.P pode chegar até R\$ 400 mil. Outrossim, ele também destacou o fato de que a certificação não necessariamente agrega valor aos produtos, sendo mais uma questão de acesso ao mercado. Diante desse contexto, àqueles que optam por obter as certificações o fazem mais por obrigação do mercado externo do que por uma demanda efetiva. Esse aspecto fica patente quando analisamos o mercado interno, no qual as certificações são ainda dispensáveis.

A exigência de certificação de qualidade no Brasil é ainda pouco difundida. Dessa forma, o que pudemos perceber durante os trabalhos de campo é que os produtores que adotam a certificação são somente aqueles que exportam. No contexto de crise econômica enfrentada na Europa, muitos produtores voltaram sua produção exclusivamente para o mercado interno. Por essa razão, as certificações internacionais tornam-se completamente desnecessárias, visto que os supermercados e demais pontos de varejo no Brasil não cobram nenhuma certificação. O que isso significa do ponto de vista da segurança dos alimentos? Enquanto os produtores certificados seguem determinadas normas quanto à presença de resíduos na produção e controle dos pesticidas, as frutas que seguem para o mercado interno devem atender apenas critérios de “qualidade”.

Nesse caso, chama atenção que a fruta de qualidade é vista por muitos produtores como aquela que atende a requisitos, tais como: aparência, tamanho

---

<sup>39</sup> Tivemos a oportunidade de participar de uma reunião do GLOBALG.A.P durante a Fruit Logística, realizada em 2012, na cidade de Berlim, na qual foram apresentadas alternativas para a inclusão de pequenos produtores no esquema de certificação GLOBALG.A.P. Para tal, está sendo desenvolvida no Quênia, uma experiência de implantação do chamado LocalGAP, voltado exclusivamente para pequenos produtores. Para o conhecimento sobre a utilização da certificação GLOBALG.A.P entre os pequenos produtores, ver o texto de Margret Will (2011).

uniforme, doçura, etc. Ou seja, os aspectos relacionados à presença de resíduos não são levados em consideração. Já para a produção que segue para o mercado externo há uma maior fiscalização tanto por parte das certificações privadas como pelos agentes públicos. É comum o caso de produtores cuja produção é incinerada nos portos da Europa, após a fiscalização sobre a quantidade de resíduos ou mesmo alterações no grau brix das frutas.

Se do ponto da sanidade das frutas produzidas, as certificações trazem alguns benefícios, quando nos referimos aos aspectos sociais, temos identificado ainda muitas lacunas.

As certificações, a despeito de muitos enxergarem nelas apenas um conjunto de normas e orientações atestadas por mecanismos de auditoria, podem desencadear impactos significativos nos processos de trabalho.

A orientação principal diz respeito, sobretudo, ao padrão de qualidade. A partir daí, temos uma busca hercúlea por um ideal de qualidade que muitas vezes faz caminhar para uma artificialização do natural para responder à tara dos consumidores por uma fruta sem manchas, sem violações físicas, uvas sem sementes, abacaxis sem espinhos, melões em porções individuais, etc.

Nesse sentido, ao eleger a qualidade como um ideal a ser perseguido, as certificações, como uma forma de “vigilância” da produção, acabam por sedimentar um novo parâmetro para os processos de trabalho. Uma espécie de regulação assistida por esquemas de certificação criados nos países compradores, cuja influência na escala local é marcante por condicionar o cumprimento das normas à realização dos contratos entre importadores/supermercados e os produtores diretos.

Kalfagianni e Fuchs (2011) destacam que além dos riscos da exclusão dos pequenos produtores do mercado devido ao alto custo para implementação, os aspectos sociais e ambientais tratados pelo GLOBALG.A.P são ambivalentes. Os pontos de controle que atendem diretamente normas ambientais e sociais (geralmente trabalhistas) são apenas orientações e não normas obrigatórias.

A partir das críticas feitas ao aspecto secundário com respeito aos fatores sociais da produção, O GLOBALG.A.P desenvolveu pontos de controle específicos que tratam sobre as relações trabalhistas. Este documento é chamado de GRASP (*Risk Assessment on Social Practice*), traduzido para o português como Análise de risco

GLOBAL.G.A.P para práticas sociais. O GRASP surge como complemento à certificação tradicional. Portanto, os produtores, mesmo obtendo a certificação GLOBAL.G.A.P, não são obrigados a adotar o GRASP. O GRASP estabelece 11 pontos de controle (Quadro 6) - acompanhados de uma análise da comprovação documental - a serem averiguados junto aos produtores, são eles:

<b>Quadro 6 – Análise de risco GLOBAL.G.A.P para práticas sociais – Pontos de Controle</b>	
P1	<p>Existe pelo menos um colaborador ou uma comissão de trabalhadores que representa os interesses dos colaboradores perante a gerência?</p> <p>Está disponível uma documentação que evidencia que uma pessoa de confiança claramente identificada e nomeada e/ou uma comissão de trabalhadores incumbida de representar os interesses do pessoal perante a gerência tem sido eleita por todos os colaboradores e é reconhecida pela gerência. Essa pessoa deve poder comunicar queixas à gerência.</p>
P2	<p>Existe um procedimento na unidade de produção com o qual os colaboradores podem apresentar as suas queixas?</p> <p>Existe um procedimento de queixas na unidade de produção, os colaboradores foram informados sobre a sua existência e podem expressar queixas ou sugestões. O procedimento de queixas estipula um prazo para a resolução das queixas. As queixas e soluções dos últimos 24 meses foram documentadas e são acessíveis.</p>
P3	<p>Uma autodeclaração sobre a adoção de boas práticas sociais relativas aos direitos humanos tem sido comunicada aos colaboradores e assinada pela gerência da fazenda e pelo representante dos colaboradores?</p> <p>A gerência da fazenda e o representante dos colaboradores assinaram e apresentaram uma autodeclaração assegurando a aplicação de boas práticas sociais e o respeito dos direitos humanos de todos os colaboradores. Essa declaração inclui, no mínimo, o compromisso de cumprir com as principais convenções de trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Convenções da OIT número 111 sobre discriminação, 138 e 182 sobre idade mínima e trabalho infantil, 29 e 105 sobre trabalho forçado, 87 sobre liberdade de associação, 98 sobre liberdade sindical e direito de negociação coletiva, 100 sobre igualdade de remuneração e 99 sobre salário mínimo), assim como procedimentos transparentes e não discriminadores de contratação de pessoal e o procedimento de queixas. Os colaboradores foram informados sobre a autodeclaração e ela é revista pelo menos a cada 3 anos ou sempre que necessário</p>
P4	<p>A pessoa responsável pela saúde e segurança dos colaboradores e pelas boas práticas sociais (SSCBPS) e o(s) representante(s) dos colaboradores (RC) têm conhecimento de ou acesso à regulamentação de trabalho em vigor?</p> <p>A pessoa responsável pela saúde e segurança dos colaboradores e o(s) representante(s) dos colaboradores têm conhecimento de e/ou acesso à regulamentação nacional respectiva a: salários brutos e mínimos, horários de trabalho, filiação a sindicatos, antidiscriminação, trabalho infantil, contratos de trabalho, férias e licença de maternidade, assistência médica e aposentadoria.</p>

P5	<p>Cópias dos contratos de trabalho podem ser apresentadas para todos os colaboradores?</p> <p>Esses contratos contêm, no mínimo, os nomes completos, nacionalidade, descrição do cargo, data de nascimento, data do início da relação de trabalho, salário e período de emprego? Esses contratos foram assinados tanto pelo colaborador como pelo patrão?</p> <p>A pessoa responsável pela saúde e segurança dos colaboradores e o(s) representante(s) dos colaboradores têm conhecimento de e/ou acesso à regulamentação nacional respectiva a: salários brutos e mínimos, horários de trabalho, filiação a sindicatos, anti-discriminação, trabalho infantil, contratos de trabalho, férias e licença de maternidade, assistência médica e aposentadoria.</p>
P6	<p>Existe uma documentação que comprova o pagamento regular de salários conforme o que foi estipulado por contrato?</p> <p>O patrão pode apresentar uma documentação adequada sobre o pagamento de salários (p.ex. assinatura do colaborador na folha de pagamento, comprovante de transferência bancária). Os colaboradores assinam ou recebem uma cópia das suas folhas de pagamento, nas quais constam a remuneração do respectivo colaborador de forma transparente e compreensível. O pagamento regular de todos os colaboradores durante os últimos 24 meses encontra-se devidamente documentado.</p>
P7	<p>As folhas de pagamento comprovam que a remuneração corresponde, pelo menos, aos níveis salariais mínimos oficialmente fixados por lei ou por acordos coletivos?</p> <p>As folhas de pagamento documentam o pagamento de salários e horas extras prestadas em conformidade com os regulamentos legais (salários mínimos) e/ou com as disposições do acordo coletivo (quando aplicável). Quando a remuneração é calculada por unidade, os colaboradores devem obter a possibilidade de receber pelo menos o salário mínimo legal (em média) dentro do horário de trabalho regular.</p>
P8	<p>Os registros indicam o emprego de menores na unidade de produção?</p> <p>Os registros comprovam o cumprimento da legislação nacional relativa à idade mínima de admissão ao emprego. Caso não haja legislação nacional a respeito, não são empregadas crianças com menos de 15 anos de idade. Quando filhos dos patrões - como principais membros da família - trabalham na unidade de produção, eles não executam tarefas que apresentam riscos para a sua saúde ou segurança, ou que possam prejudicar o seu desenvolvimento ou impedir que terminem a sua educação escolar obrigatória.</p>
P9	<p>Todos os filhos dos colaboradores que vivem na unidade de produção têm acesso à educação escolar obrigatória.</p> <p>Existe documentação que comprova que todos os filhos de colaboradores que vivem na unidade de produção com idade para frequentar a escola (conforme a legislação nacional) têm acesso à educação escolar obrigatória, seja por meio do providenciamento de transporte a uma escola pública ou mediante um ensino</p>

	adequado na unidade de produção.
P10	<p>Existe um sistema de registro das horas de trabalho que demonstra, para cada colaborador, o total das horas trabalhadas por dia e as horas extras prestadas por dia?</p> <p>Existe um sistema de registro das horas de trabalho que demonstra de forma transparente aos colaboradores e ao patrão as horas trabalhadas e as horas extras. As horas de trabalho de todos os colaboradores prestadas durante os últimos 24 meses encontram-se devidamente documentadas.</p>
P11	<p>Os horários de trabalho e os intervalos indicados no registro das horas de trabalho estão de acordo com a legislação e/ou acordos coletivos?</p> <p>Os horários de trabalho, intervalos e dias de descanso documentados estão de acordo com a legislação e/ou acordos coletivos. Quando a legislação local não exige o cumprimento de exigências mais rigorosas, os registros indicam que o horário regular de trabalho semanal é de no máximo 48 horas, sendo que durante a alta estação (colheita), o horário de trabalho semanal é de no máximo 60 horas. Dias de descanso/folga também são garantidos durante a alta estação.</p>

Fonte: Retirado do Checklist GRASP.Org. Juscelino E. Bezerra.

Como vimos, o GRASP representa um avanço no que diz respeito ao tratamento das questões trabalhistas, sobretudo quando sabemos do alcance da precarização do trabalho no contexto do agronegócio frutícola. Tanto que, mediante as informações citadas anteriormente há uma correlação direta entre a presença de produtores certificados pelo GLOBALG.A.P e o crescimento e concentração de postos de trabalho formal no setor da agropecuária. Citemos o caso do município de Petrolina, que concentrou, em 2009, um terço (33%) dos produtores certificados pelo GLOBAL.GA.P no Brasil. No ano de 2010, Petrolina (PE) foi o município no Brasil com o maior número de trabalhadores formais no setor da agropecuária. Considerando ainda o caso de Juazeiro (BA) e Casa Nova (BA), respectivamente o segundo e o terceiro município com o maior número de produtores certificados, em 2010, os municípios ocuparam respectivamente o 4º e o 5º lugar no ranking de municípios com maior estoque de empregos formais no setor da agropecuária na Região Nordeste.

Mesmo ao considerar a adoção das certificações como um indicador de melhoria no ambiente de trabalho, não podemos reputar apenas à certificação a tarefa de cobrar das empresas produtoras o avanço nas condições de trabalho na produção de frutas. Atentos para esse fato, devemos lembrar, ainda, que a

governança do trabalho exercida por organismos de certificação não possui qualquer legitimidade pública (Quem avalia as certificações privadas? Quem certifica as certificadoras?). Mais do que isso, não podemos nos esquecer dos mecanismos ideológicos que podem ser abrigados no discurso da certificação como instrumento de promoção da sustentabilidade da produção.

Lembremos mais uma vez que as certificações privadas são comandadas pelas grandes redes varejistas, responsáveis por promover inúmeros conflitos territoriais, e que hoje são vistas como “alvo” central de muitos movimentos sociais, ONG’s e entidades da sociedade civil (Box V).

### **BOX V**

#### **Actionaid: Power Hungry: six reasons to regulate global food corporations**

A ONG Inglesa Actionaid vem desenvolvendo ações e parceria com governos e entidades da sociedade civil para propor medidas para a regulação das indústrias agroalimentares, hoje, dominadas por grandes empresas transnacionais (*transnational corporations – TNCs*). Nesse sentido, a ONG apresentou em seu relatório, seis razões para regular a atuação das transnacionais no setor em questão, são elas: i) As TNCs usam e abusam do seu poder de mercado para sugar a riqueza das comunidades pobres; ii) TNCs pagam baixos preços e capturam o valor resultante; iii) TNCs marginalizam pobres agricultura e trabalhadores rurais; iv) TNCs não se responsabilizam por seus impactos nos direitos humanos e no meio ambiente; v) A responsabilidade social das empresas é opcional e insuficiente; vi) As pessoas prejudicadas por atividades corporativas não têm acesso à justiça. Para combater determinadas práticas adotadas pelas empresas transnacionais, a Actionaid recomenda:

- ✓ aplicar os princípios do comércio justo para todo o comércio com os produtores dos países em desenvolvimento como prática corporativa padrão;
- ✓ ampliar sua base de fornecimento para incluir os pequenos proprietários que desejem fornecer para as transnacionais, e investir no desenvolvimento de organizações de pequenos produtores e infraestrutura de marketing;
- ✓ apoiar a participação dos pequenos agricultores nos processos de normalização e adaptar padrões privados para atender a capacidade dos pequenos produtores, garantindo que eles não sejam excluídos do mercado;
- ✓ retirar os pesticidas mais tóxicos dos mercados, em particular nos países onde as condições são inadequadas para seu uso, e introduzir tecnologia e produtos mais seguros;

#### **Consumers international: Hora de pasar por la caja: Están los supermercados europeos a la altura de su responsabilidad respecto de las condiciones laborales de los países em vias de desarrollo?**

A Consumers International é uma federação internacional de organizações de consumidores presente em 115 países. A federação tem se pronunciado frequentemente com relação ao papel das multinacionais produtoras de frutas e dos supermercados e os impactos para os trabalhadores da fruticultura nos países em desenvolvimento. No presente relatório, a

organização elaborou um estudo patrocinado pela União Europeia com o intuito de analisar a atuação dos supermercados na promoção de melhorias nas condições de trabalho nos países fornecedores de alimentos. Embora, adote uma perspectiva crítica, algumas limitações do relatório, a nosso ver, podem ser apontadas, como por exemplo, a possibilidade da melhoria das condições de trabalho a partir da difusão de produtos do comércio justo. O relatório não questiona, muito menos pondera, a formação de oligopólios na comercialização de produtos do comércio justo como parte também da concentração do poder dos supermercados, privatizando espaços destinados a comercialização de produtos alternativos. Abaixo, citamos resumidamente as principais recomendações feitas pela Consumers International (2010, p.49)

- Todos los supermercados deberían tener políticas integrales sobre normas laborales en toda la cadena de distribución. Estas políticas deberían incluir los convenios fundamentales de la OIT, un salario digno, salud y seguridad, prácticas disciplinarias, seguridad del empleo y políticas amigables para con el género/la familia. Las políticas deberían incluir evaluaciones de riesgo, mecanismos de reclamación justos y disposiciones para garantizar coherencia entre política y práctica.
- Las empresas deberían asumir la responsabilidad por las normas laborales en las cadenas de distribución de alimentos de los países en desarrollo y no sólo por los proveedores radicados en Europa. Los compradores propios de las empresas y aquellos de empresas proveedoras contratadas deberían recibir capacitación sobre cómo aplicar la política sobre normas laborales, y sobre cómo hay que adaptar los términos comerciales para que se contemplan los derechos en materia laboral y cómo utilizar medios independientes para verificar el cumplimiento.
- En la medida de lo posible, se deberían desarrollar políticas que formen parte de iniciativas empresariales o sectoriales para asegurar la coherencia y reducir la duplicación para los proveedores.
- La aplicación de todas las políticas debería verificarse de manera independiente.

### **Oxfam: Bitter Bananas: exploitative work conditions in Ecuador and value chain of German supermarkets**

A Oxfam da Alemanha elaborou um relatório com o objetivo de avaliar o impacto do poder de mercado das cinco maiores redes de supermercado da Alemanha e sua influência nas condições de trabalho na produção de bananas no Equador. Tal como apresentamos anteriormente, a Alemanha é o segundo país na Europa com o maior consumo *per capita* de Banana, com 11.8 kg em 2009. A maior parte das bananas consumidas no país é comprada nas principais redes varejistas. O relatório concluiu que, embora, os supermercados na Alemanha se comprometam publicamente com as políticas de responsabilidade social e na adoção de sistemas de certificação privados, suas ações foram classificadas como ineficazes na promoção de melhores condições de trabalho na base da rede de fornecedores. Ainda de acordo com o estudo, a média dos salários pagos pelas empresas produtoras (inclusive multinacionais como a americana Dole) aos trabalhadores no cultivo da banana no Equador é considerada insuficiente para o sustento mínimo de uma família, com destaque para a existência de salários abaixo da linha de pobreza nacional. A seguir citamos as recomendações da Oxfam para as empresas, para o Governo e para os consumidores:



**Empresas:**

- ✓ mudar sua maneira de usar o seu poder de compra, a fim de permitir que os produtores de banana possam melhorar e assegurar padrões sociais e ambientais, especialmente os salários adequados;
- ✓ desenvolver iniciativas setoriais, nas quais as mesmas se comprometam com padrões sociais e ambientais específicos, desenvolvidos em cooperação com sindicatos e sociedade civil de forma participativa.

**Governo Alemão:**

- ✓ Garantir que as empresas alemãs cumpram com os direitos humanos e do trabalho dentro de sua própria empresa, bem como em suas cadeias de suprimento e tomar as medidas apropriadas para prevenir práticas de compra abusivas;
- ✓ Promover a introdução de um requisito de divulgação de formas sociais e ambientais da produção em processos nacionais e da União Européia.

**Consumidores:**

- ✓ Exigir que as empresas cumpram as condições humanas de trabalho com relação aos seus próprios funcionários, bem como os de seus fornecedores. (Tradução nossa)

Para muitos, os supermercados não podem ser penalizados pelas irregularidades ambientais e trabalhistas encontradas em seus fornecedores, uma vez que, não são responsáveis pela produção. Porém, sabemos da sua posição de hierarquia na rede de produção das frutas e do seu poder em decidir quem está dentro ou fora do mercado; e de quais os critérios de produção devem ser seguidos. A seguir, estabelecemos um pequeno esboço de como entendemos a ação dos supermercados e sua influência na dinâmica geográfica do trabalho nas regiões produtoras.

**SUPERMERCADOS:**

Monopólio da comercialização → Grande comprador → Forte governança da rede de produção → Regulador dos padrões de produção e de consumo.

**SUPERMERCADOS:**

Autoridade alimentar → Incentivo ao consumo de frutas (marketing) → Aumento das vendas → Garantia da oferta → Aumento da produção → Mobilização da dinâmica geográfica do trabalho nas regiões produtoras.

**SUPERMERCADOS:**

Economia de Qualidade → Frutas *in natura* de melhor qualidade -→ Certificação da produção → Investimentos em tecnologia de transportes (navios e caminhões refrigerados) → Investimentos em infraestrutura (melhoramento das rodovias, portos e aeroportos) → Investimentos no processo produtivo (melhoramento genético das frutas) e modernização dos *packing houses* → Queda da participação dos pequenos e médios produtores → Crescimento da agricultura empresarial → Contratação de trabalhadores em grande escala → Treinamento e qualificação dos trabalhadores → Maior fiscalização do processo de trabalho → Mudança no perfil do mercado de trabalho (aumento da participação das mulheres).

#### **SUPERMERCADOS:**

Guerra dos preços → Conflito de interesses com os fornecedores e produtores → Movimento de diminuição dos custos → Aumento da jornada e da intensidade do trabalho (trabalho precário) → Uso da subcontratação.

#### **SUPERMERCADOS:**

Crise econômica → Queda do Consumo → Cancelamento de contratos e fornecedores → Queda da produção → Desemprego nas regiões produtoras.

#### **SUPERMERCADOS:**

Venda de frutas produzidas por empresas que desrespeitam normas ambientais e trabalhistas → Cobrança da sociedade civil quanto à qualidade e à responsabilidade socioambiental dos produtos comercializados → Denúncias de ONGS, Movimentos Sociais → Aumento da crise social nas regiões produtoras.

Devemos avançar na análise dos impactos das certificações e apontar os pontos positivos, bem como as limitações das certificações privadas no contexto da produção de frutas no Nordeste brasileiro. Alguns pontos positivos podem ser elencados ao tratar da difusão das certificações nas áreas de produção das frutas nos estabelecimentos certificados, a saber: melhor infraestrutura (alojamentos, refeitórios, etc.); maior controle para a segurança dos trabalhadores com a realização de treinamentos e a presença de profissionais voltados para a segurança no trabalho; maior regularidade no pagamento dos salários; entre outros.

Contudo, uma das grandes críticas relacionadas às certificações, sobretudo, à Global GAP, é justamente a de não concentrar esforços mais precisos na proteção à saúde ambiental e a dos trabalhadores.

O que temos observado nas áreas de expansão da fruticultura no Nordeste é que a efetividade dos selos pode ser contestada no “lugar” da produção, justamente, a partir da persistência da precarização do trabalho. Afinal, os relatos de superexploração excessiva dos trabalhadores por meio de longas jornadas, as experiências de contaminação com agrotóxicos, o assédio moral, as estratégias de impedimento da participação de sindicatos mais ativos e da organização dos trabalhadores são realizados por empresas que possuem certificações privadas. Diante de tal quadro, será que podemos considerar os efeitos positivos das certificações no tocante às relações de trabalho apenas uma manifestação de seu efeito placebo?

Tivemos oportunidade de analisar as empresas denunciadas no relatório da Oxfam sobre as condições de trabalho na produção de banana no Equador. Constatamos que as empresas produtoras e importadoras, bem como os supermercados na Alemanha que comercializam as frutas, são empresas devidamente certificadas pelo GLOBAL. G.A.P e/ou parceira da organização.

No Brasil, estudos conduzidos por Rigotto (2011) apresentam inúmeros casos de contaminação de trabalhadores rurais, bem como o registro de mortes em virtude de doenças ocupacionais em empresas do agronegócio certificadas pelo GLOBALG.A.P. Nesse contexto, devemos questionar a efetividade das certificações privadas e a ineficiência dos processos de auditoria.

Em nossa entrevista com representante da GLOBAL.G.A.P, em Berlim, citamos alguns exemplos de denúncias realizadas por pesquisas científicas e organizações não governamentais de produtores com relação às grandes empresas do setor da produção de frutas para exportação, que são acusadas de violar às leis trabalhistas e de não oferecer um meio ambiente de trabalho seguro aos trabalhadores. No caso, mesmo depois de constatada as violações, as empresas continuam sendo creditadas pela certificação.

A postura do GLOBALG.A.P diante das argumentações supracitadas foi a de lamentar a ocorrência dos casos, mas também a de ressaltar que a certificação é voltada para a **segurança dos alimentos**. Dito isso, somos convidados a realizar uma reflexão sobre o conceito de segurança e de sustentabilidade da produção que não inclui à proteção dos trabalhadores, bem como a organização de uma rede de

produção que, a despeito de conter uma forte regulação por parte das certificações privadas, não consegue coibir a precarização dos trabalhadores envolvidos no agronegócio da fruticultura.

Enquanto isso, no “lugar” de consumo, sobretudo no continente europeu, podemos perceber que as grandes redes de supermercados, apesar de investirem volumosas cifras com peças publicitárias e de se apresentarem como o guardião dos interesses dos consumidores, não conseguem garantir total credibilidade quanto ao cumprimento das normativas ambientais e sociais, mesmo considerando a profusão de certificados de qualidade como um mecanismo de governança da produção.

Entendemos que a solução, definitivamente, não passa pelo aprimoramento das certificações privadas, muito menos pela criação de uma nova certificação sob a tutela das redes de supermercados. Mas sim, a ruptura com o modelo do agronegócio, calcado na exploração e contaminação dos trabalhadores e da natureza. Como vimos, a partir do exemplo da Rede Ecovida, o instrumento da certificação, desde que apropriado pelos trabalhadores, poder ser um importante aliado no aprimoramento da produção agroecológica e na garantia ao consumidor de acesso à produtos de qualidade.

Não é esse o quadro que encontramos nas regiões de expansão da fruticultura no Nordeste, cujo avanço da precarização do trabalho continua em vigor, mesmo quando consideramos o crescimento da formalização dos contratos. Desse modo, pretendemos no próximo capítulo analisar a organização do mercado de trabalho formal no setor da agropecuária, sua dinâmica geográfica e os desafios encontrados.

## Capítulo 5 - A dinâmica geográfica do trabalho e a multiescalaridade da precarização

Mediante a discussão sobre o desenvolvimento da fruticultura no Nordeste faz-se necessário identificar o que seriam os principais desdobramentos para a dinâmica geográfica do trabalho. No presente capítulo, temos como intuito destacar a importância do agronegócio da fruticultura na dinamização do mercado de trabalho agropecuário formal no Nordeste. Para isso, nos orientamos no acompanhamento de sua trajetória, na reafirmação de determinados processos já identificados em pesquisas anteriores e na apresentação de alguns processos que entendemos como importante para caracterizar a dinâmica geográfica do trabalho em sua inteireza. Por fim, tratamos de apresentar uma breve exposição sobre os aspectos mais importantes da dinâmica geográfica do trabalho e do conflito territorial nas principais microrregiões de expansão da fruticultura.

Na dissertação de mestrado (BEZERRA, 2008) tivemos a oportunidade de analisar a evolução do mercado de trabalho agropecuário formal no Brasil e, particularmente, na Região Nordeste e em seus principais espaços da produção do agronegócio globalizado. Identificamos em nossa pesquisa um ritmo de crescimento significativo do emprego formal no setor da agropecuária em todo o país, mediante análise e a sistematização dos dados sobre o emprego formal disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) via Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O estudo contribuiu para eliminar determinados *apriorismos*, como, por exemplo, a afirmação preponderante que no Nordeste há como presença marcante apenas as relações de trabalho familiares na agricultura. O que conseguimos mostrar com nossa pesquisa é que para além das relações de trabalho familiares, que com certeza dominam o contexto das relações de trabalho no campo nordestino, identificamos um crescimento significativo do emprego formal no setor da agropecuária.

## **5.1 Criação e desenvolvimento do mercado de trabalho formal no Brasil e Nordeste**

A análise da dinâmica geográfica do trabalho formal no Brasil e sua expressão nas grandes regiões evidencia o processo de desconcentração dos empregos formais no setor da agropecuária. Tal processo é recorrente, basta verificarmos quedas sucessivas da participação percentual da Região Sudeste no total de empregos formais no Brasil.

Esse movimento demarcou ainda dois processos importantes no território brasileiro. O primeiro deles foi a expansão da fronteira agrícola na Região Centro-Oeste. Nessa região, o agronegócio desenvolveu-se numa velocidade devastadora. Como vimos no capítulo três, no ano de 2009, a lavoura da soja representou o maior número de área plantada no Brasil, com 21.761.782 hectares plantados. Somente a Região Centro-Oeste foi responsável por 45,55% da área plantada de soja no Brasil.

Do ponto de vista do emprego formal, acompanhando a expansão do agronegócio na Região, a pesquisa apontou no período de 1985 a 2004, um crescimento absoluto de 166.496 empregos formais. Em termos percentuais, foi a maior evolução com o aumento de 766,10%.

Outro processo identificado na dinâmica geográfica do trabalho foi o crescimento da Região Nordeste na participação percentual dos empregos formais no setor da agropecuária no Brasil. Em termos de crescimento absoluto verificamos em nossa pesquisa que o Nordeste foi a segunda região, atrás apenas da Região Sudeste, que mais criou postos formais no setor da agropecuária no Brasil, no período de 1985 a 2004, com 177.003. O crescimento do Nordeste permitiu suplantar a Região Sul que, até o final da década de 1990, ocupava a segunda colocação no ranking das regiões com maior estoque de empregos formais na agropecuária.

O agronegócio nas principais microrregiões de expansão da fruticultura e da soja no Nordeste contribuiu definitivamente para colocar a região em destaque. Mediante os apontamentos lançados, perguntamo-nos: O que mudou neste cenário? O que persiste? Que novas tendências podemos identificar na análise das duas últimas décadas?

Com o objetivo de buscar responder as questões supracitadas, retomaremos o quadro de expansão do emprego formal no âmbito do setor da agropecuária no Brasil e no Nordeste nas duas últimas décadas para que possamos adiante, lançar algumas questões que marcam o debate sobre a dinâmica geográfica do trabalho nas regiões de expansão da fruticultura.

Em nosso novo recorte temporal adotado para pesquisa, tivemos o intuito de avaliar o comportamento do mercado de trabalho agropecuário formal das duas últimas décadas de 1990 a 2010 (Tabela 10). Os empregos no setor da agropecuária no Brasil continuaram a crescer nos últimos anos, apesar de oscilações negativas e pontuais. Em números absolutos esse aumento foi de 1.036.650 novos empregos. O contexto anteriormente verificado de desconcentração regional dos empregos continuou a vigorar, porém com mais força. Parte desse movimento deve-se ao crescimento da Região Centro-Oeste, pólo importante do agronegócio nacional assentado na cultura da soja.

**Tabela 10 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Brasil – Grandes Regiões – 1990/2010**

Grandes Regiões	1990	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa
Região Norte	10.689	73.347	62.658	586,19
Região Nordeste	55.417	236.659	181.242	327,05
Região Sudeste	207.895	633.494	425.599	204,72
Região Sul	70.222	227.830	157.608	224,44
Região Centro-Oeste	28.724	238.267	209.543	729,50
Brasil	372.947	1.409.597	1.036.650	277,96

Fonte: RAIS/MTE.Org. Juscelino E. Bezerra

Enquanto que na década de 1990, somente a Região Sudeste concentrava mais da metade dos empregos (55,74%), no ano de 2010, sua participação diminuiu para 44,94%, ou seja, uma queda de 10,8% (Tabela 11). A Região Sul também apresentou uma queda de 8,46% da participação no total de empregos formais na agropecuária. Em decorrência da queda da participação da Região Sudeste, houve um maior equilíbrio no qual as Regiões Nordeste, Centro-oeste e Sul apresentaram, em 2010, praticamente, os mesmos números percentuais de participação nacional dos empregos formais. O quadro positivo das demais regiões ficou evidente nos

ganhos de participação percentual, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste apresentaram, respectivamente, crescimento de 9,2%, 2,33% e 1,93%.

**Tabela 11 - Participação percentual (%) dos empregos formais no setor da agropecuária nas grandes regiões no total do Brasil – 1990/2010**

Grandes Regiões	1990	2010
Região Norte	2,87	5,20
Região Nordeste	14,86	16,79
Região Sudeste	55,74	44,94
Região Sul	18,83	16,16
Região Centro-Oeste	7,70	16,90
Brasil	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE.Org. Juscelino E. Bezerra

Estabelecendo uma relação entre a quantidade de empregos criados para cada ano no intervalo de 1990 a 2010 (Tabela 12), observamos a média de quantos empregos formais na agropecuária cada região brasileira criou por ano. O resultado, mais uma vez, reforçou a dinâmica da Região Sudeste, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Nordeste.

**Tabela 12 - Número de empregos formais criados no setor da agropecuária no período de 1990 a 2010 - Brasil - Grandes Regiões**

	Nº de empregos criados	Relação Nº de empregos/ anos
Região Norte	62.658	3.133
Região Nordeste	181.242	9.062
Região Sudeste	425.599	21.280
Região Sul	157.608	7.880
Região Centro-Oeste	209.543	10.477
Brasil	1.036.650	51.833

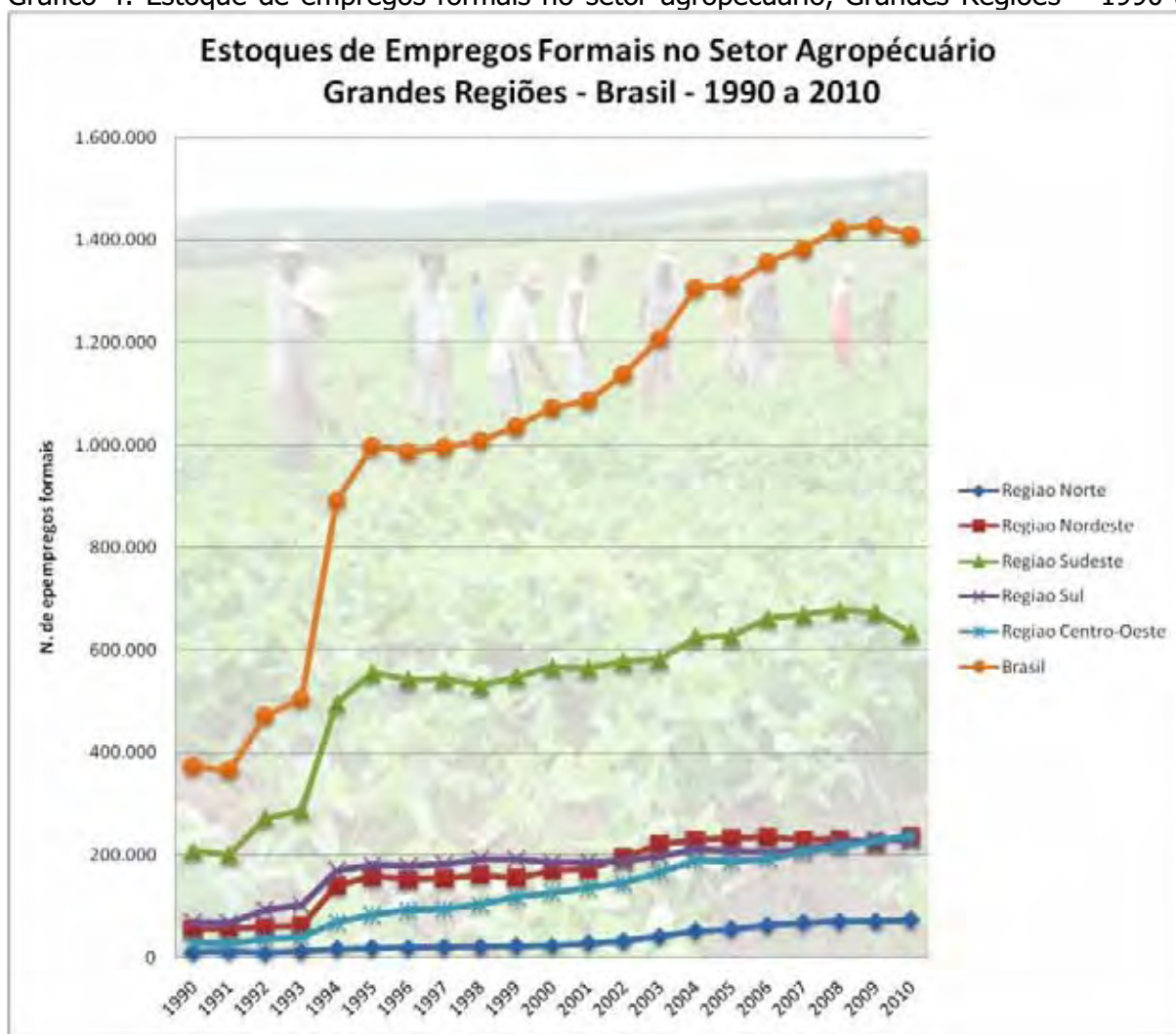
Fonte: RAIS/MTE.Org. Juscelino E. Bezerra

No período de 1990 a 2010 (Gráfico 4), apesar de em três momentos podermos constatar um decréscimo na variação absoluta (de 1990 a 1991, 1995 a 1996 e 2009 a 201), a trajetória do estoque de empregos formais no setor da agropecuária no Brasil foi ascendente, sobretudo, no período pós 1993, quando registramos uma mudança do patamar de empregos que saltou da casa dos 500 mil



para mais de 1 milhão. No final da década de 2000, não obstante a queda verificada em 2010, observamos um novo impulso de crescimento, no momento em que o estoque de empregos formais no setor da agropecuária ultrapassou o patamar de 1.400.000 empregos. No gráfico, também, fica evidente o maior equilíbrio na participação das Regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste e como essa última região passa a ocupar a segunda posição na quantidade de empregos formais na agropecuária.

Gráfico 4: Estoques de empregos formais no setor agropecuário, Grandes Regiões – 1990 a 2010



2010. Fonte: RAIS/MTE

No que diz respeito à dinâmica interna da Região Nordeste, observamos o crescimento do número de empregos formais no setor da agropecuária em todos os estados, no período de 1990 a 2010 (Tabela 13). Chamou atenção o desempenho

dos estados da Bahia e Pernambuco como os que mais cresceram. A Bahia apresentou um saldo positivo de 70.910 empregos, seguida por Pernambuco, com 40.676.

O crescimento na Bahia pode ser explicado pelo desenvolvimento das regiões de produção de soja no Oeste do Estado, bem como o desenvolvimento da produção de frutas no Vale do São Francisco. Para Pernambuco o crescimento poder ser diretamente associado à presença da cana-de-açúcar na zona da mata. Essa continua sendo a cultura que mais emprega trabalhadores no setor da agropecuária nesse estado, seguido do setor da fruticultura na microrregião de Petrolina, também no Vale do São Francisco. Outros estados que vivenciaram o *boom* da soja se beneficiaram da mesma forma do do crescimento do emprego formal. É o caso do Estado do Maranhão e a microrregião de Gerais de Balsas, principal região de expansão da soja no sul maranhense.

**Tabela 13 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Nordeste – UF – 1990/2010**

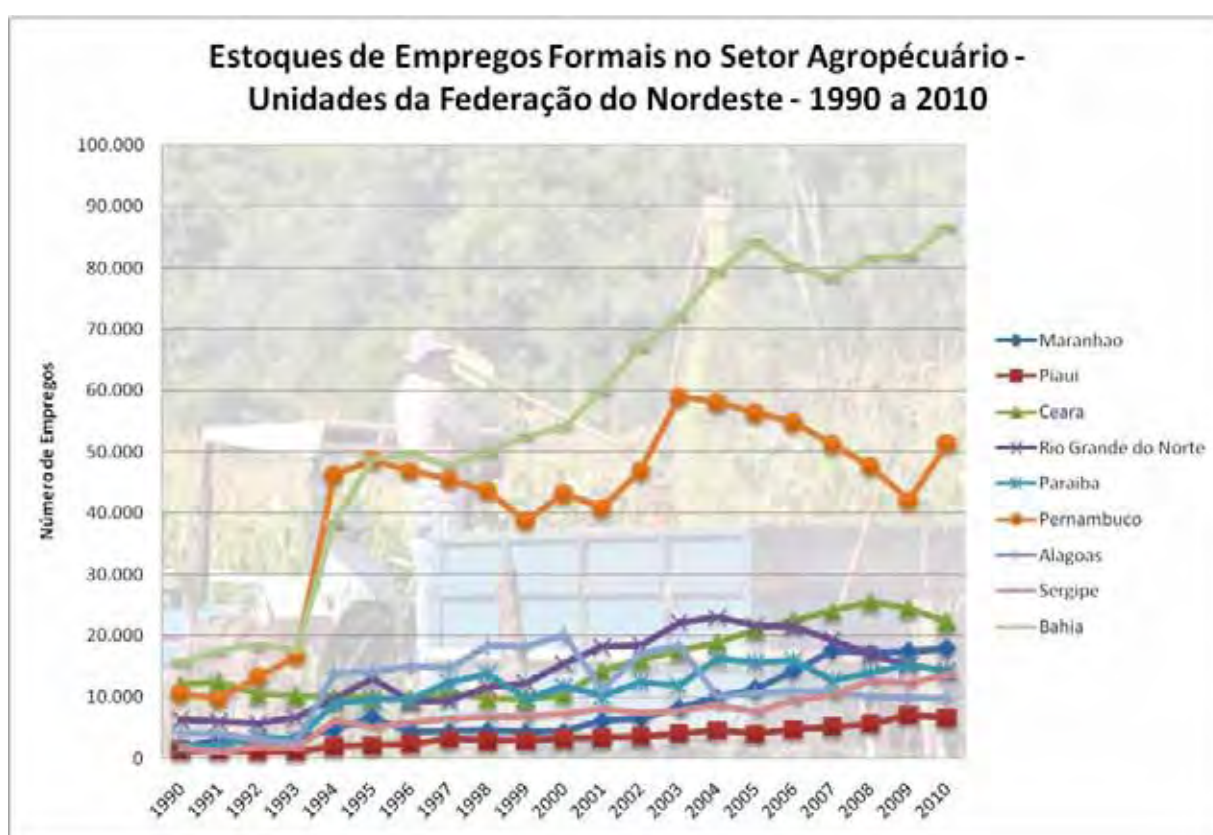
UF	1990	2010	Varição Absoluta	Varição Relativa
Maranhão	1.873	17.894	16.021	855,36
Piauí	1.241	6.631	5.390	434,32
Ceara	12.091	22.280	10.189	84,26
Rio Grande do Norte	6.280	14.247	7.967	126,86
Paraíba	1.827	14.160	12.333	675,04
Pernambuco	10.608	51.284	40.676	383,44
Alagoas	4.072	9.829	5.757	141,38
Sergipe	1.731	13.730	11.999	693,18
Bahia	15.694	86.604	70.910	451,82
Nordeste	55.417	236.259	180.842	326,32

Fonte: RAIS/MTE. Org. Juscelino E. Bezerra

No ranking final do ano de 2010, os estados de desenvolvimento do agronegócio apresentaram os melhores resultados, com destaque para Bahia, Pernambuco, Ceará e o Rio Grande do Norte. Vale ressaltar que o Ceará e o Rio Grande do Norte enfrentaram, nos últimos anos, forte instabilidade na dinâmica do mercado de trabalho formal no setor agropecuário. Na segunda metade da década de 2000, após as enchentes no Vale do Açu (RN) que provocaram o fechamento de

fazendas da multinacional Del Monte e o fechamento de outras fazendas da mesma empresa em território cearense, em virtude das pragas que atingiram a produção do abacaxi e a queda da cotação do dólar, houve uma diminuição do número de trabalhadores formais na agropecuária. Essa queda pode ser ilustrada quando observamos, ano a ano, o intervalo de 1990 a 2010 (Gráfico 5).

Gráfico 5: Estoque de empregos formais no setor agropecuário, Unidades Federação – Nordeste - 1990 a 2010. Fonte: RAIS/MTE



## 5.2 A fruticultura na expansão do mercado de trabalho no semiárido

Quando tratamos de especificar as microrregiões no Nordeste que mais se destacaram na criação de empregos formais no setor da agropecuária, logo chegamos a importantes regiões de desenvolvimento do agronegócio da fruticultura. A dinâmica do mercado de trabalho formal no setor é, então, bastante influenciada pelas regiões que apresentaram maior evolução da produção de frutas.

Como vimos no capítulo anterior, algumas microrregiões se destacam no conjunto do Nordeste na concentração da área plantada e da quantidade produzida das principais culturas do agronegócio. Há, portanto, uma superposição entre a dinâmica produtiva e a criação de postos de trabalho formal. É possível averiguar o crescimento do número de empregos no período de 1990 a 2010 nas principais microrregiões do agronegócio da fruticultura (Tabela 14).

**Tabela 14 - Estoque de empregos formais no setor da agropecuária – Microrregiões da Fruticultura – 1990/2010**

Microrregiões	1990	2010	Variação Absoluta	Variação Relativa
Baixo Jaguaribe	258	3.587	3.329	1.290
Mossoró	2.826	4.870	2.044	72
Vale do Açu	2.379	2.468	89	4
Petrolina	1.235	11.499	10.264	831
Juazeiro	1.371	7.532	6.161	449
Total Microrregiões	8.069	29.956	21.887	271

Fonte: RAIS/MTE. Org. Juscelino E. Bezerra

Seguindo o dinamismo dos seus respectivos estados podemos perceber a importância das microrregiões de Petrolina, em Pernambuco e de Juazeiro, na Bahia, quanto à concentração dos empregos formais no setor da agropecuária. Somente as duas microrregiões foram responsáveis pela geração de 16.425 empregos no período de 1990 a 2010, valor esse que responde por mais de 75% dos empregos formais criados.

A microrregião de Petrolina, no ano de 2010, concentrou 22,42% do total de empregos formais no setor da agropecuária no Estado de Pernambuco. Para Juazeiro, considerando o total da Bahia, esse número foi de 8,69%. Levando em conta a extensão das atividades da agricultura no Estado e quantidade de setores produtivos, podemos encontrar ainda um número bastante representativo.

Este fato pode ser explicado pela importância do pólo de produção de frutas localizado no Vale do São Francisco. Existem também especificidades das culturas que explicam a empregabilidade elevada. É o caso da cultura da uva, carro chefe da produção e da exportação do Vale. O cultivo de uva demanda uma grande quantidade de trabalhadores devido ao tipo de trabalho executado, que é

caracterizado pela forte dependência do trabalho manual nos tratos culturais. Esses exigem um cuidado minucioso no raleio e controle dos cachos (CAVALCANTI, 1999).

As demais microrregiões apresentaram dinâmica crescente, mas com características bem diferentes. Nas microrregiões de Mossoró e Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, e do Baixo Jaguaribe, no Ceará, as culturas do melão e da banana possuem destaque especial. Nas microrregiões potiguares, embora o crescimento tenha sido mais tímido com variação relativa de 72% para Mossoró e 4% no Vale do Açu, quando observamos historicamente, essas regiões apresentaram momentos de crescimento e queda no conjunto dos empregos formais (Gráfico 6).

A avaliação da dinâmica do emprego formal no setor da agropecuária é bastante delicada, uma vez que, as interferências naturais somadas à conjuntura econômica jogam bastante peso para a variação dos números de empregos.

Como já adiantamos, os estados do Rio Grande do Norte e Ceará foram afetados por eventos de ordem climática e de reconfiguração dos grupos empresariais, com ênfase para o enfraquecimento das ações da empresa americana, Del Monte Fresh. As alterações na dinâmica do mercado de trabalho e o sobe e desce do estoque pode ser verificado na observação da série histórica (Gráfico 6).

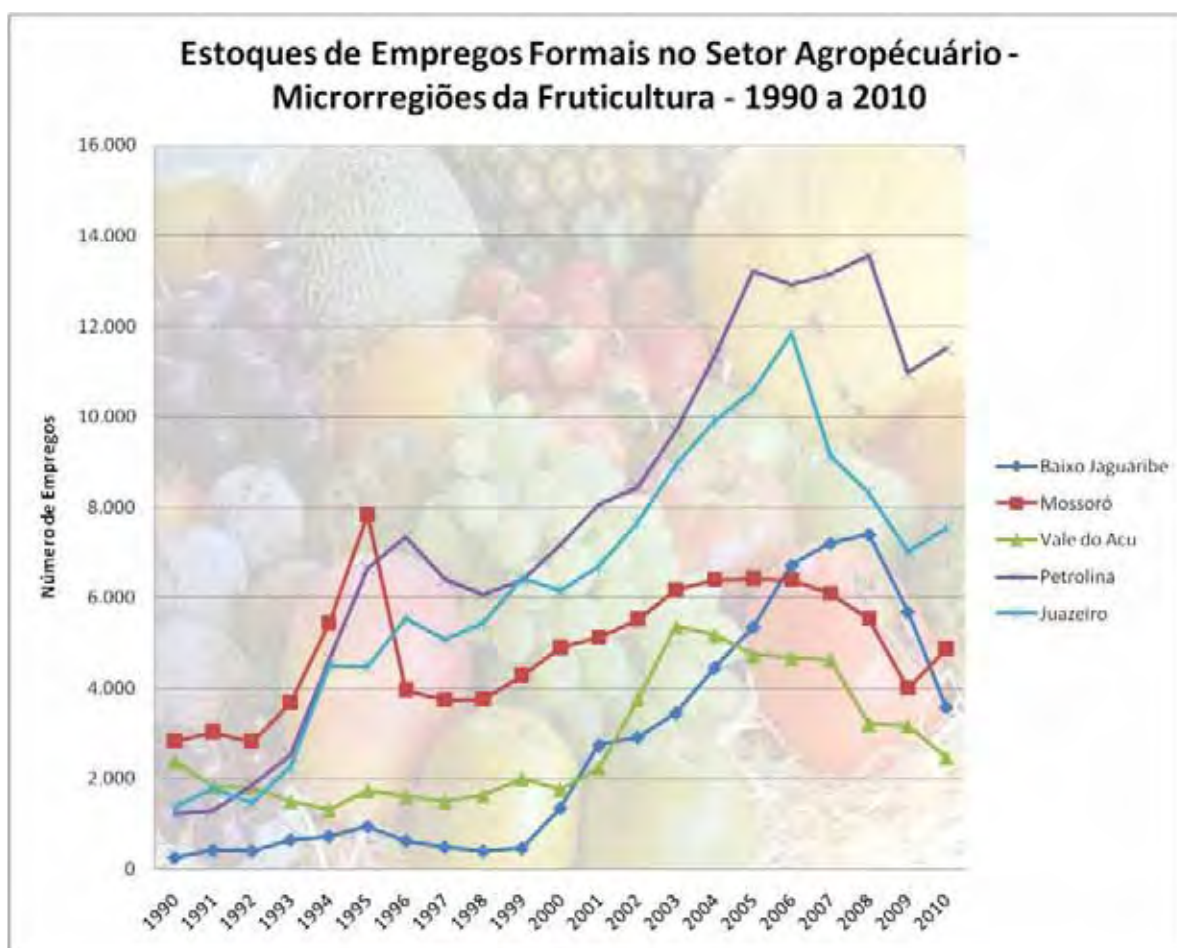


Gráfico 6: Estoque de empregos formais no setor agropecuário, Microrregiões da fruticultura – 1990 a 2010. Fonte: RAIS/MTE

Fica evidente que as microrregiões de expansão da fruticultura apresentaram sintonia com a dinâmica nacional e regional ao identificarmos um forte crescimento a partir do início da década de 1990, particularmente, no ano de 1993. Outro momento de crescimento do patamar de empregos formais foi o início da década de 2000, quando as microrregiões de Petrolina e Juazeiro despontaram, sendo que desde 2004 a microrregião de Petrolina ficou sempre acima do patamar dos 10 mil empregos formais anuais e no ano em questão, foi o município brasileiro que liderou o ranking dos empregos formais na agropecuária.

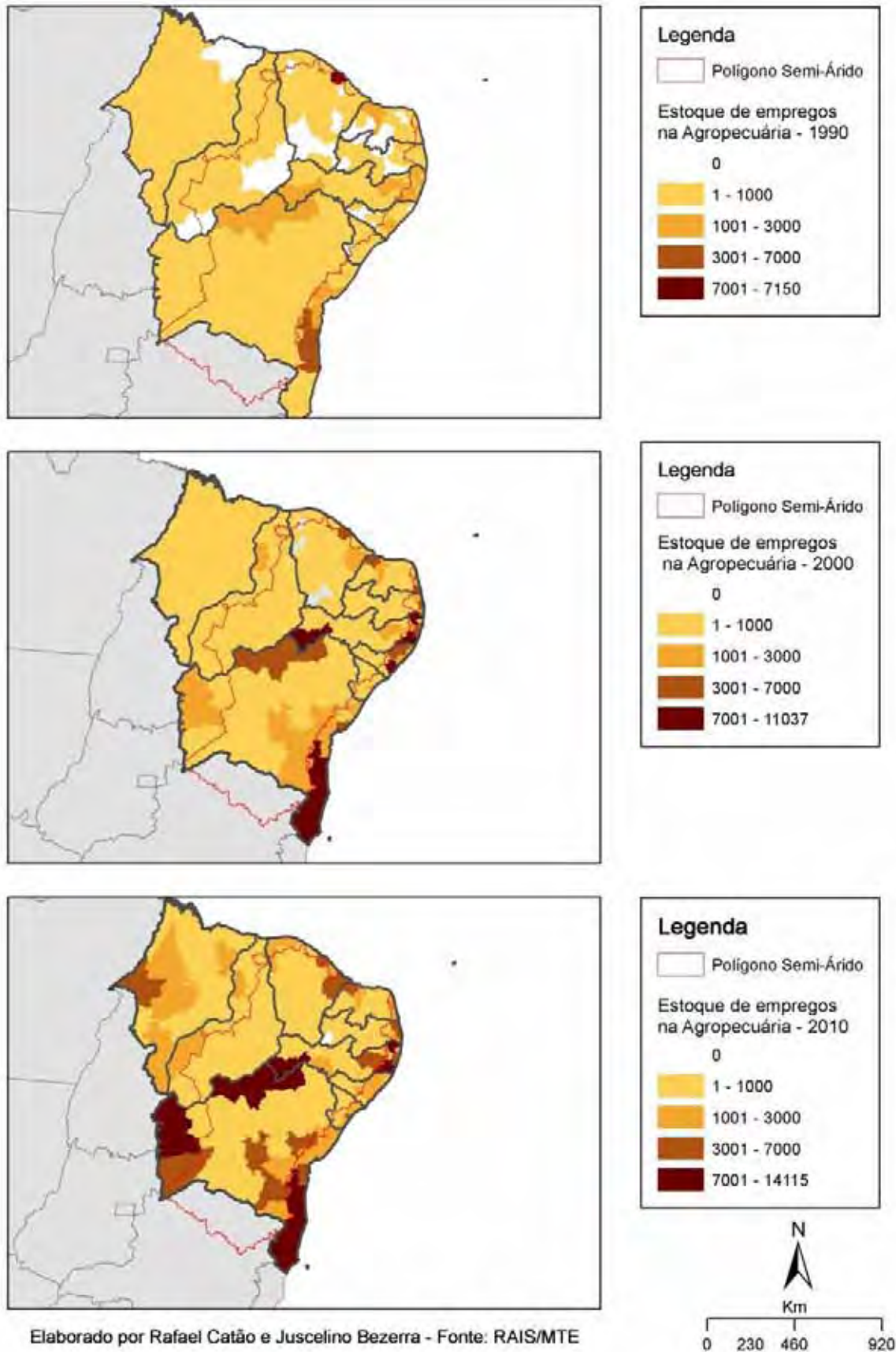
Atentos ainda ao gráfico, também gostaríamos de destacar a queda dos empregos da microrregião do Vale do Açu, justamente após a enchente que afetou a produção de banana em 2005. A partir de então, a microrregião não voltou mais ao patamar anterior. Sobre esse movimento é importante mencionar que a empresa Del Monte Fresh, após a famigerada enchente, passou a migrar parte de sua produção de banana para o Baixo Jaguaribe, no Ceará.

Sobre o Baixo Jaguaribe, podemos perceber que a microrregião apresentou, durante praticamente toda a década de 1990, uma participação periférica entre as microrregiões analisadas. Contudo, no início da década de 2000 houve um forte crescimento dos empregos formais. Esse fato coincide justamente com o início das operações da empresa Del Monte Fresh, responsável pelo maior número de contratações de trabalhadores na microrregião do Baixo Jaguaribe. Se por um lado, as operações da empresa multinacional ajudaram a alavancar a participação do Baixo Jaguaribe, chegando a suplantando até mesmo regiões com maior tradição, o seu reverso também poder ser observado quando a empresa começa a entrar em declínio a partir de 2008. No referido ano, a empresa suspende por completo o cultivo do abacaxi e, mais recentemente, fechou a fazenda de melão, localizada no município de Quixeré (CE).

Apesar desse quadro, devemos alertar o leitor para o fato de que, nos últimos dois anos, houve o fortalecimento das empresas nacionais e seu papel de destaque na produção de frutas. Nesse contexto, temos a empresa Agrícola Famosa como a líder de produção e exportação de melão no Brasil. A Agrícola Famosa atua tanto no Ceará como no Rio Grande do Norte. Sua atuação no mercado local alterou, completamente, a dinâmica do mercado de trabalho e sua repercussão para o incremento não comparece nos dados, devido a questões políticas, relacionadas à oferta de benefícios fiscais. A empresa, localizada exatamente na fronteira dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, apesar de ter grande parte da sua fazenda em território potiguar, vinculou seus empregos no município de Icapuí, no Ceará. Esse município, por seu turno, faz parte da microrregião do Litoral de Aracati. Isso explica a maior participação dessa microrregião na participação dos empregos.

Depois de expormos os dados relativos ao mercado de trabalho agropecuário formal, fica patente a vinculação entre a consolidação e o avanço do agronegócio e o crescimento do número de empregos formais. Para que possamos melhor identificar sua dinâmica territorial, particularmente, na Região Nordeste, apresentaremos, primeiramente, a distribuição dos empregos formais no setor da agropecuária no Nordeste, segundo as microrregiões para os anos de 1990, 2000 e 2010 (Mapa 8).





Mapa 8 – Estoque de empregos formais na agropecuária no Nordeste, segundo microrregiões – 1990, 2000 e 2010



Por meio do mapa podemos perceber, claramente, a evolução do número de empregos formais no setor da agropecuária nas duas últimas décadas. Em 1990, tínhamos um quadro bastante diferente do ano de 2010. Naquele período ano poucas microrregiões apresentavam mais de mil empregos formais na agropecuária e o que temos, hoje, como importantes regiões de fortalecimento do agronegócio, se quer demonstravam números importantes no mapa do emprego. Apenas a Região Metropolitana de Fortaleza, a despeito de ser uma área de forte urbanização, destacava-se na concentração dos empregos na agropecuária, porquanto a importância de seu setor de rações distribuído nos municípios metropolitanos.

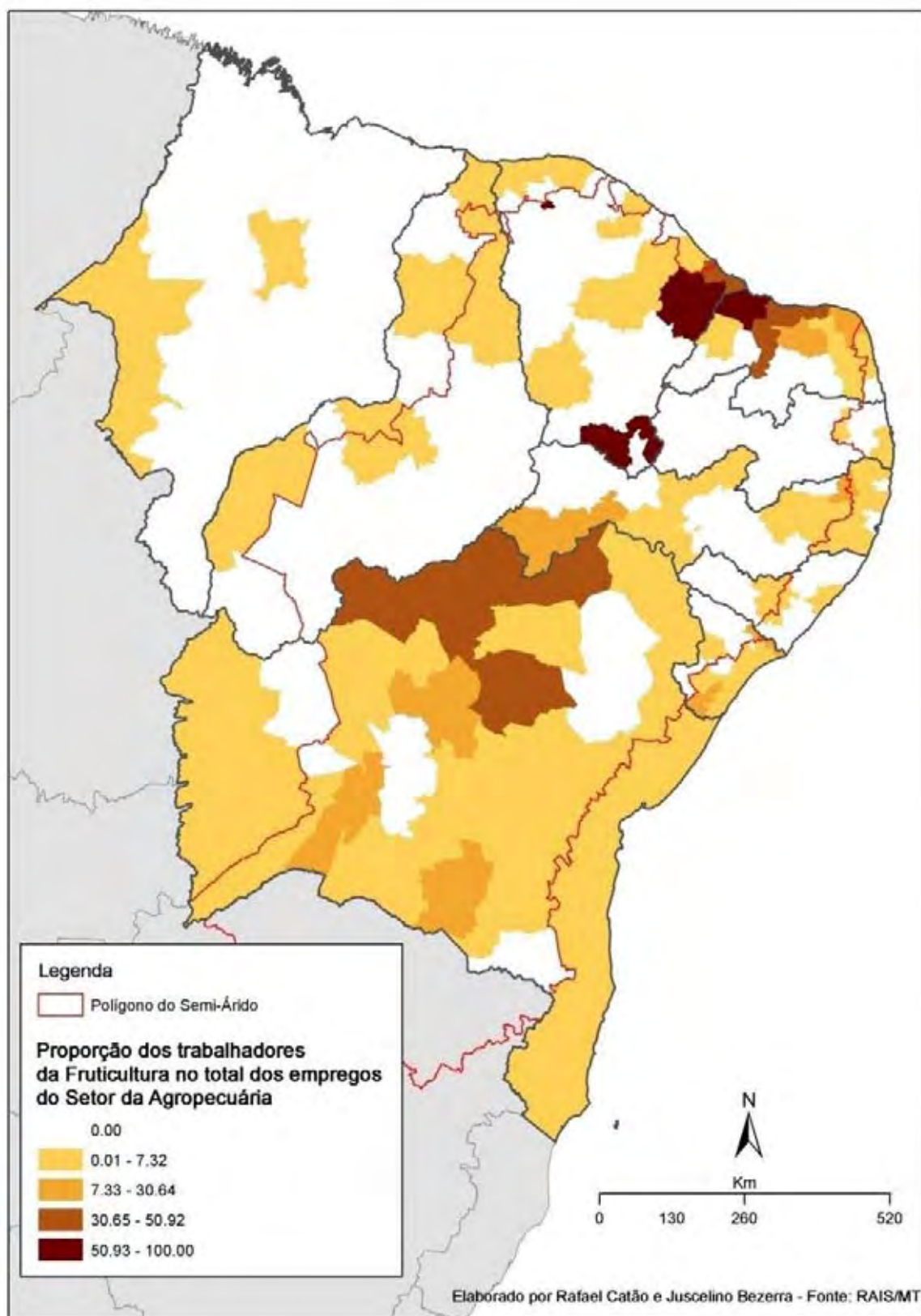
Na transição para a última década no ano de 2000, já é possível observar importantes transformações. Começam a se destacar as áreas de irrigação no semiárido, as microrregiões de Ilhéus-Itabuna, Porto Seguro e Barreiras no oeste da Bahia. Paralelamente, houve um impulso dos empregos formais na zona da mata nordestina evidenciando a força que ainda se fazia presente - a cultura da cana-de-açúcar - na dinamização dos empregos formais em Pernambuco e Alagoas.

No transcurso da década de 2000 até o último ano de 2010, temos uma nova transformação do quadro de empregos formais. As áreas que concentram as atividades do agronegócio da fruticultura se fortaleceram ainda mais no conjunto das microrregiões, com destaque para o Vale do São Francisco e as microrregiões de Mossoró (RN), do Baixo Jaguaribe e Litoral de Aracati, no Ceará.

O corredor da soja que se formou nas áreas de cerrado no Nordeste aparece com força no ano de 2010, transparecendo o fortalecimento de microrregiões do Maranhão e Piauí e a consolidação definitiva de Barreiras como uma das microrregiões com maior número de emprego formal no setor da agropecuária. Apesar de uma queda em algumas microrregiões do Estado de Alagoas, o corredor da cana-de-açúcar, formado desde o litoral sul da Paraíba até Alagoas, apresenta-se como importante no mapa dos empregos formais.

O Estado da Bahia exibiu um desempenho marcante na evolução do estoque de empregos, onde percebemos que nas extremidades do Estado houve forte incremento dos empregos, sendo ainda as microrregiões localizadas no Sertão central as que menos indicavam evolução.

Para que possamos detalhar a importância da fruticultura no quadro do emprego formal na agropecuária, propusemos, enquanto exercício, analisar a proporção dos trabalhadores agrícolas na fruticultura no total de empregos na agropecuária(Mapa9).



Mapa 9 - Proporção dos trabalhadores agrícolas na fruticultura no total dos empregos formais na agropecuária no Nordeste, segundo microrregião - 2010

A partir do Mapa 7<sup>40</sup> podemos constatar a força das microrregiões localizadas no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia na relação entre a existência de trabalhadores agrícolas na fruticultura no total da agropecuária. Para que possamos perceber o real destaque das microrregiões analisadas em nossa pesquisa, apresentamos os dados que mostram a proporção da fruticultura em cada microrregião (Tabela 15).

**Tabela 15 - Relação entre estoque de empregos formais na agropecuária e os trabalhadores agrícolas da fruticultura - Microrregiões - 2010**

Microrregiões	Empregos Agropecuária	Trabalhadores da fruticultura	Fruticultura/ Agropecuária (%)
Baixo Jaguaribe	3.587	2.181	60,80
Mossoró	4.870	3.040	62,42
Vale do Açu	2.468	1.095	44,37
Petrolina	11.499	3.523	30,64
Juazeiro	7.532	3.676	48,81
Total Microrregiões	29.956	13.515	45,12

Fonte: MTE/RAIS. Org. Juscelino E. Bezerra

Dentre as microrregiões analisadas, percebemos que as de Mossoró e Baixo Jaguaribe exibiram a maior proporção entre a quantidade de trabalhadores agrícolas na fruticultura com relação aos empregos formais na agropecuária. Desse modo, ambas as microrregiões apontaram crescimento, respectivamente, 62,42% e 60,80%. Nas demais microrregiões, a participação da fruticultura também foi expressiva. Fato a se destacar é a microrregião de Juazeiro ocupando o segundo lugar na quantidade de empregos no setor da agropecuária no ano de 2010, observamos que aproximadamente 50% dos empregos da agropecuária estão associados diretamente ao setor da fruticultura. Tal resultado também se faz presente para as microrregiões em seu conjunto, evidenciando a força do agronegócio da produção de frutas no Nordeste.

<sup>40</sup> É válido destacar que o mapa poder ressaltar áreas em que, embora, a proporção da fruticultura com relação ao emprego na agropecuária tenha sido grande, a quantidade de empregos formais na agropecuária não é significativa. O caso mais representativo dese fato é a microrregião do Cariri, no Ceará, que ano de 2010, a microrregião detinha 516 empregos formais e desses, 309 eram da fruticultura, o que justificou o destaque no mapa.

## 5.1 Formalidade e precarização: um paradoxo?

A partir dos dados levantados sobre o mercado de trabalho agropecuário formal, pudemos identificar que há de fato uma geração de emprego associada à expansão do agronegócio. Contudo, devemos nos indagar sobre o real sentido dessas transformações para a vida dos trabalhadores, de modo que possamos encontrar a expressão do conflito social muitas vezes mascarado pela conquista da carteira assinada.

Os empregos formais gerados pelo agronegócio, a despeito de ser uma relação de conquista e melhoria de vida e de imersão no setor formal, caracterizado pela maior cobertura social do Estado mediante a garantia de direitos trabalhistas historicamente constituídos, não isentam os trabalhadores da experiência de precarização. Entendemos por precarização do trabalho, a expressão nefasta para os trabalhadores da exploração desmedida do trabalho pelo capital.

Ao seguir os sentidos que a palavra “precário” congrega, evidenciamos que o trabalho precário é aquele que: é pouco, escasso (no caso o panorama do desemprego); não é estável (a sazonalidade, o trabalho temporário, *part time*); é frágil (a vulnerabilidade do mercado de trabalho); se encontra em más condições (a face da degradação do trabalho); não tem sustentação/proteção (a desregulamentação e a falta de proteção social dos trabalhadores). Portanto, ao elencarmos os sentidos da palavra “precário” com o conjunto de processos de degradação do trabalho, podemos perceber a clareza que tal conceito traz ao estágio de desenvolvimento do capital e as conseqüências para a classe trabalhadora.

Nas regiões de expansão do agronegócio da fruticultura, os trabalhadores e a expressão do trabalho precário estão presentes a partir do descumprimento contínuo das normas trabalhistas e da extrema vulnerabilidade que acometem os trabalhadores e trabalhadoras sazonais.

Tratar do trabalho formal no campo é uma tarefa árdua, uma vez que o passado e o presente se entrelaçam de uma forma muito peculiar. Não devemos esquecer que o trabalho formal, compreendido como uma relação de trabalho alicerçada na proteção social do Estado mediante as leis que regem o contrato social

estabelecido entre o empregador e o trabalhador, é um código ainda estranho para muitos trabalhadores rurais.

A história nos mostra o arcaísmo das relações de trabalho no meio rural a despeito da sua importância como o grande sustentáculo do país desde o empreendimento colonial, porquanto a existência do trabalho compulsório. O simbolismo da carteira de trabalho como o grande trunfo da pauta trabalhista durante o Governo Vargas e a consequente modernização das leis trabalhistas, garantidas pela criação da Consolidação das Leis Trabalhistas na década de 1940, não foram automaticamente aplicadas aos trabalhadores rurais. Foram necessários ainda mais de vinte anos a partir da criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, para que os trabalhadores rurais fossem de fato reconhecidos (legalmente) como parte do mundo do trabalho (PALMEIRA, 1989).

O trabalho formal, definitivamente, não pode ser apresentado como a panacéia para a eliminação do trabalho precário. Todavia, há possibilidades de melhorias nas condições de trabalho, caso seja implementada uma fiscalização intensiva do ambiente de trabalho nas fazendas do agronegócio. Mesmo assim, o crescimento do trabalho formal no setor da agricultura não pode acobertar a prática de formas abusivas de exploração dos trabalhadores.

A realidade do trabalho nos espaços da fruticultura demonstra justamente a persistência da precarização. Os principais problemas relatados fazem lembrar que, embora possamos testemunhar a modernização do processo produtivo por meio das técnicas avançadas de plantio, do uso de sementes geneticamente modificadas, etc. Quando tratamos das relações de trabalho, todo o empreendimento da modernização se desmorona para erigir práticas arcaicas de superexploração dos trabalhadores mediante: longas jornadas de trabalho, estabelecimento de metas de produção; persistência do bóia-fria, inexistência de infraestrutura adequada para a alimentação dos trabalhadores; precariedade do transporte; ambiente de opressão e assédio moral e; riscos para a saúde pela exposição aos agrotóxicos no espaço de trabalho e de moradia.

As explicações para a persistência da precarização no contexto da formalidade podem seguir várias linhas interpretativas. É importante lembrar que em muitos dos municípios onde se implantaram grandes empresas do agronegócio, a

maior parte dos moradores nunca tinha tido experiência de trabalho em grandes empresas, com vínculo formal de trabalho. Logo, todo o marco legal que pode ser acionado para a proteção social do trabalhador é desconhecido por parte dos trabalhadores. Como resultado, também, não há uma participação efetiva dos sindicatos, já que o perfil dos mesmos associa-se muito mais à demanda dos pequenos produtores do que a realidade do trabalho assalariado no contexto do agronegócio, com algumas reservas para o caso do Vale do São Francisco (Box VI).

## **BOX VI**

### **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina**

Criado legalmente em 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina (STR) representa mais de 50 mil trabalhadores rurais nas áreas irrigadas e de sequeiro. A partir da maior dinâmica da agricultura irrigada na região na década de 1990, a atuação do STR de Petrolina foi se adequando para dar conta das demandas surgidas com a expansão do trabalho assalariado nas fazendas. Como resultado, o STR organizou em 1994 a primeira Convenção Coletiva de Trabalho, articulando demais sindicatos, federações e a classe patronal. Um fato histórico que marcou o Vale do São Francisco foi a realização da primeira greve de trabalhadores da hortifruticultura, em 1997, com a paralisação de 98% do total da força de trabalho.

A greve foi uma demonstração de força da categoria. Dessa forma, a partir da mobilização dos trabalhadores o momento da Convenção Coletiva realizada anualmente passou a ser um evento político de bastante relevo na região. Ao acompanharmos os documentos das convenções coletivas, podemos identificar as principais reivindicações dos trabalhadores ao longo dos anos, particularmente no tocante às condições de trabalho e à definição do piso salarial do trabalhador da fruticultura. De acordo com informações do STR, o impacto da convenção coletiva de trabalho afeta diretamente 200 mil pessoas que trabalham no setor da hortifruticultura do Vale do São Francisco.

Apesar das inúmeras conquistas relacionadas à convenção trabalhista, existem ainda muitos problemas. As questões trabalhistas mais comuns destacadas pela entrevista, realizada por nós, com a Secretária dos Assalariados foram:

- Substituição do pagamento das horas extras pelo banco de horas
- Abuso de poder por parte dos fiscais
- O estabelecimento de metas impostas pelas empresas
- Prática de atividades com risco à saúde dos trabalhadores

### **Sindicatos dos Trabalhadores na Agroindústria (SINTAGRO/ Juazeiro)**

Do outro lado do Rio São Francisco, encontramos uma complicada trama envolvendo a representação dos trabalhadores da agricultura. O Sindicato dos Trabalhadores da Agroindústria no contexto da representação dos trabalhadores assalariados no Vale do São Francisco apresenta-se como um sindicato diferenciado, tendo em vista sua orientação política de crítica e contestação mais direta quanto às condições de trabalho. Fruto dessa postura política, o Sintagro enfrenta um longo processo de disputa judicial em torno da representação sindical.

A representação sindical no Vale do São Francisco é um tema bastante delicado. A existência dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nos municípios por muitas vezes não contempla a pauta de reivindicação dos assalariados rurais. Portanto, a estrutura sindical tem de enfrentar o desafio de compreender uma diversidade de situações sociais que recobrem desde o pequeno agricultor camponês sem terra, os agricultores com terra, mas sem irrigação, os agricultores com lote de terra nos perímetros irrigados e, também, a categoria dos assalariados rurais. Essa última cada vez mais importante no cenário regional, devido ao grande número de trabalhadores contratados pelas empresas do agronegócio e pelos pequenos e médios agricultores.

Enfim, é nesse contexto que o Sintagro foi criado: para representar especificamente os assalariados rurais e lutar pela melhoria das condições de trabalho nas empresas e nos lotes de pequenos produtores. A representação do Sintagro foi questionada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na justiça. Soma-se a esse fato, que a classe empresarial local passou a se alinhar com os STR's e a repassar, automaticamente, a contribuição sindical aos STR's. Desse modo, o Sintagro que possuía cerca de 2.000 trabalhadores sindicalizados, hoje, conta com apenas 200, o que levou a uma situação financeira crítica.

Segundo o Presidente da Sintagro durante nossa entrevista, as condições de trabalho no Vale do São Francisco, apesar dos avanços realizados nos últimos anos, apresentam ainda muitos problemas, dos quais se destacam: a jornada de trabalho excessiva; a contaminação dos trabalhadores com agrotóxicos e a ocorrência de doenças ocupacionais (ex: LER); alterações indevidas nos contratos de trabalho; rotatividade do mercado de trabalho; persistência do trabalho de diaristas em condições precárias e sem proteção; o consumo de drogas entre os trabalhadores.

Diante do quadro social verificado no Vale do São Francisco, o presidente do Sintagro entende que a fiscalização por parte dos órgãos competentes deve ser ampliada para combater a precarização das condições de trabalho.

Ao identificarmos certa defasagem experiencial com relação ao novo panorama do trabalho, não realizamos nenhum juízo de valor, mas sim chamamos a atenção para a complexidade da análise da dinâmica geográfica do trabalho nessas regiões. Porém, como indicaremos adiante, os trabalhadores pouco a pouco começam a se organizar a partir da realização das primeiras greves de trabalhadores assalariados e da associação com movimentos sociais e pastorais sociais com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho e de propor alternativas frente ao agronegócio. Tal mobilização faz-se extremamente necessária frente à ameaça do agronegócio, caracterizada pelo comprometimento da saúde dos trabalhadores e do uso da violência como estratégia para silenciar as vozes combatentes, o que complica ainda mais a complexa tarefa de desmontar seu aparato discursivo e ideológico.



## Capítulo 6 - Violência, morte, contaminação e a saúde dos trabalhadores no contexto do agronegócio.

*O medo é uma linha que separa o mundo  
O medo é uma casa aonde ninguém vai  
O medo é como um laço que se aperta em nós  
O medo é uma força que não me deixa andar.  
(Lenine: Miedo)*

*O medo é a soma da dúvida, do temor, do enfrentamento, da resignação, do combate...  
O medo é surreal, é objetivo, subjetivo, é concreto, abstrato; é o nada...  
O medo é meu; é seu; é nosso. O medo é do outro; do próximo é de todos é de ninguém.  
O medo cala, silencia... o medo grita, ecoa, produz som e barulho  
O medo paralisa; move; indigna; assusta; alucina  
O medo liberta; escraviza  
O medo é disputa; é terror. O medo é difuso, ubíquo. O medo é/está lugar; é/está território;  
território do medo. Lócus da esperança?  
(Juscelino Eudâmidas Bezerra)*

Ao longo do presente capítulo, pretendemos estabelecer um corte analítico que priorize o contexto mais atual da dinâmica geográfica do trabalho nas regiões de expansão da fruticultura. Tal fato traz à tona a necessidade de apresentarmos os aspectos definidores do conflito estabelecido entre o avanço do agronegócio frutícola e os rebatimentos para a dinâmica territorial. Para isso, entendemos como importante destacar a escalada da violência, ao passo que buscamos contribuir também para a compreensão dessas regiões como regiões de vulnerabilidade à saúde dos trabalhadores na agricultura calcada no avanço da contaminação em diferentes momentos de consecução da rede de produção e consumo global das frutas. Como exemplo atípico, finalizamos o capítulo com o caso dos trabalhadores que atuam na reciclagem de materiais utilizados na produção de frutas, evidenciando o impacto social e ambiental do agronegócio na saúde dos trabalhadores.

\*\*\*

A dinâmica do trabalho, verificada pós-consolidação da produção de frutas frescas nas regiões de expansão da fruticultura, sofre bastante influência das culturas do agronegócio, nas quais o mercado de trabalho é ditado pela admissão e desligamento de trabalhadores safristas nas colheitas do melão, da banana, da uva e da manga. Nesse sentido, a sazonalidade da oferta de trabalho, referendada e complexificada pelo processo histórico de expropriação camponesa, contribui para que o mercado de trabalho seja marcado por uma alta vulnerabilidade.

O aspecto da sazonalidade coloca os trabalhadores, sobretudo, os sem-terra, como principal foco da exploração do trabalho. Esses, quando não ocupados nas pequenas, médias e grandes empresas do setor das frutas e mesmo nos estabelecimentos de pequenos agricultores e de assentados da reforma agrária, voltam a se submeter às inúmeras atividades ocasionais, características, da já conhecida, forma de exploração baseada nas atividades tradicionais.

Nas microrregiões estudadas, durante o período chuvoso, no primeiro quadrimestre, momento no qual as empresas paralisam a produção, os trabalhadores, principalmente aqueles que não possuem um pedaço de terra para plantar durante o "inverno", empregam-se em diversas atividades secundárias e, geralmente, associadas ao circuito informal, tais como na construção civil nas cidades de maior porte (Petrolina e Mossoró), no trabalho por "empeleita" nas pequenas propriedades, na retirada e carregamento de lenha da caatinga, no trabalho nas pedreiras, caieiras, olarias, carregamento e descarregamento de mercadorias, etc.

As atividades destacadas, normalmente, estão associadas a ciclos curtos de ocupação no qual os trabalhadores recebem por dia de trabalho ou mesmo por um serviço específico. Muitas delas caracterizam-se, assim como o trabalho nas fazendas do agronegócio, por serem atividades extremamente precárias (Box VII e VIII)

## BOX VII

O posto de gasolina Asa Branca, no município de Petrolina, localiza-se num importante entroncamento viário que dá acesso às principais vias da cidade e de outros estados, bem como às áreas de produção da fruticultura. No contexto local, o posto é conhecido como o ponto de encontro de trabalhadores diaristas da fruticultura. Cotidianamente, de segunda à sábado, muitas vezes, inclusive aos domingos, é possível observar a concentração de grupos de trabalhadores, homens e mulheres, que, livremente, oferecem sua força de trabalho para produtores, na sua grande maioria pequenos fruticultores que cultivam manga, uva, coco, acerola, goiaba, como também pessoas que necessitam fazer o carregamento e descarregamento de caminhões. Segundo informações repassadas pelos trabalhadores, o



valor médio da diária é de R\$40 a R\$50. Visitamos o posto por três vezes, em dois anos diferentes, com o objetivo de entender melhor a situação dos trabalhadores diaristas, sobretudo, no período de entressafra, no qual as chances de se conseguir uma diária são mais limitadas. A partir das 04h30min começam a chegar os (as) trabalhadores (as) vindos dos diferentes bairros da periferia de Petrolina, particularmente, do Bairro João de Deus, conhecido como o bairro em Petrolina com o maior número de trabalhadores da fruticultura. Os trabalhadores chegam munidos com

suas garrafas térmicas com café e/ou água, a marmitta com o almoço para o dia e alguns trazem também alguns equipamentos básicos para o trabalho, tais como bota e chapéu. Afinal, os trabalhadores relataram que muitos empregadores não oferecem equipamento de proteção individual, sendo esse de responsabilidade do trabalhador diarista.

Quando se aproxima das 06h30min o movimento é bem mais dinâmico, pudemos perceber a formação de pequenos grupos. Partindo das indicações dos trabalhadores, começamos a verificar certa organização no espaço do posto de gasolina. Em determinados locais concentravam-se os trabalhadores da produção de coco, trabalhadores do carregamento e descarregamento de caminhões, em outro lugar, reuniam-se também os trabalhadores permanentes das empresas (já que o posto também é ponto de passagem dos ônibus das empresas que transportam os trabalhadores). Ainda no posto, existem pessoas que vendem lanches e montam mesas ao ar livre para servir café, sopa e pão para os trabalhadores. Entre 06h30min e 08h00min é o momento decisivo para os trabalhadores diaristas. Se nesse intervalo nenhum produtor chega até o posto requerendo trabalhadores, muitos começam a desistir e retornar para as suas casas. Aqueles que conseguem uma diária seguem para as fazendas da região tendo a certeza de só retornarem para a casa no final do dia, muitos relataram que costumam chegar até mesmo de noite por volta das 19h.

Durante nossas atividades, tivemos a oportunidade de conversar com os mesmos trabalhadores em dois momentos diferentes, no começo e no final da semana. Ao longo da semana, poucos conseguiram trabalhar, mesmo comparecendo todos os dias no posto. O auge da contratação de trabalhadores é no segundo semestre, de julho a dezembro. Portanto, no momento do nosso campo testemunhamos um dos períodos mais difíceis para os diaristas.

A condição dos trabalhadores diaristas é bastante vulnerável devido, sobretudo, à incerteza do emprego diário, bem como do vínculo precário que se estabelece a cada dia de trabalho. A comparação entre o trabalho com vínculo formal e o trabalho como diarista foi

ênfatisada por nós, com o objetivo de entendermos a percepção dos trabalhadores diante da realidade do mercado de trabalho na região do Vale do São Francisco.

O que percebemos foi que há, por parte de muitos trabalhadores, uma espécie de "cálculo monetário" no que diz respeito ao rendimento enquanto diarista e como trabalhador formal nas fazendas. Citamos o exemplo de um entrevistado que relatou ser o trabalho como diarista mais rentável do que o trabalho "fichado" nas fazendas. Neste cálculo, o mesmo considerou uma situação em que o trabalhador diarista consegue se empregar, por exemplo, seis dias na semana recebendo uma diária de 50,00, perfazendo um total de R\$ 1.200 por mês sem nenhum tipo de desconto. Ou seja, aproximadamente o dobro do atual salário mínimo de R\$ 622.

Mesmo diante desse quadro, os diaristas reconhecem que sua condição é vulnerável. Os trabalhadores citaram as inúmeras desvantagens do trabalho com diarista, quais sejam: a ausência do seguro desemprego; não recebem o décimo terceiro salário; não têm direito a férias, seguro garantia; não tem acesso ao programa Chapéu de Palha; a condição de insegurança no transporte até o trabalho; caso adoçam não estão protegidos por nenhuma lei e, portanto, deixam de ganhar dinheiro enquanto não retornam para o trabalho.

### BOX VIII

No Baixo Jaguaribe encontramos a atividade de produção de cal que com a agricultura e as olarias compõem o destaque na economia de muitos municípios da região do Baixo Jaguaribe. A produção de cal na Chapada do Apodi é muito antiga. Na sua grande maioria, a atividade da produção de cal é feita por pequenas empresas (muitas até clandestinas), utilizando técnicas tradicionais e contando com uma produção de pequeno porte. Na região existe apenas uma grande empresa do setor.

Os problemas relacionados à atividade são vários. Do ponto de vista dos danos ambientais propiciados pela atividade, destaca-se o desmatamento indiscriminado para a



retirada da lenha que alimenta os fornos artesanais. Incentivado pela existência de diversas caieiras e olarias na região, a extração da lenha ocupa boa parte dos trabalhadores desempregados que não conseguem ocupação durante a época em que as empresas do agronegócio não estão produzindo. Na visita que realizamos as dependências de uma das empresas produtoras de cal, chamou-nos a atenção as condições precárias que se encontram os trabalhadores das "caieiras". Eles não utilizavam nenhum equipamento de proteção (EPI). Sendo assim, os mesmos

ficam sujeitos à inalação da poeira da cal, bem como da fumaça tóxica liberada pela queima de pneus, já que eles utilizam além da lenha, restos de pneus usados, borracha e restos de tecido. Além de tudo isso, os trabalhadores também ficavam expostos a temperaturas elevadas que podiam chegar até 700°C, correndo o risco, também, de terem queimaduras a partir das labaredas que saltam do forno. Aliado a esse fato, o barulho contínuo do equipamento que ventilava o forno era demasiado intenso.

Afora os momentos de desemprego motivados pela interrupção da safra de algumas culturas, com exceção da banana e em alguns casos, da uva, o cotidiano dos trabalhadores rurais é marcado pelo trabalho nas empresas e nos pequenos e médios produtores de frutas. Como já analisamos em outro momento (BEZERRA, 2008), a formação de um mercado de trabalho capitalista nas principais regiões de expansão do agronegócio é bastante recente. Somente na última década (especialmente, no Baixo Jaguaribe e Vale do Açu) é que podemos, de fato, mencionar a difusão de relações de trabalho caracterizadas pela venda da força de trabalho em troca de um salário, obtendo registro com carteira assinada.

Mesmo compondo um aspecto secundário frente à dominação de relações de trabalho familiares, a presença do trabalho assalariado nas empresas mudou completamente o panorama das relações de trabalho. O estabelecimento de novos códigos de conduta, ritmos e responsabilidades, aliada à gestão corporativa da produção, permite a conformação de uma nova cotidianidade. A figura do patrão, a imposição de metas por produção e o controle do tempo demarcam uma nova territorialidade pautada pela racionalidade empresarial, portanto potencializando uma completa dissonância cognitiva com as práticas camponesas.

Ao observamos a esfera relacional no ambiente de trabalho, podemos colher depoimentos dos trabalhadores quanto à rotina do trabalho nas empresas. Muitos relatam o controle e a fiscalização excessivos por parte dos empregadores, sem contar a rudeza no trato, como uma das questões que mais causam indignação e desapontamento. Nesse momento é que os mesmos percebem a violência sob a qual são submetidos, mesmo quando se trata de atividades realizadas desde o seu berço camponês, já que agora o trabalho é deveras normatizado e tangenciado pela régua do lucro.

Diante do contexto supracitado, é mister destacar que as novas formas de trabalho só são possíveis devido à existência de um novo ambiente relacional inaugurado com a disseminação de uma nova lógica na produção do espaço. Quando mencionamos uma nova lógica, queremos com isso ressaltar a existência de novos agentes econômicos, responsáveis por ditar transformações significativas na própria relação entre homem e natureza, entre sociedade e espaço.

Os produtores que operam nas regiões e que empregam grande parte dos trabalhadores nas atividades da fruticultura possuem perfis bastante diferenciados, o que nos faz pensar na existência de pelo menos três grupos, a seguir:

a) *Pequenos e médios produtores*

Caracterizam por serem produtores com produção de baixa escala. Geralmente, esse grupo é formado por irrigantes dos Perímetros, produtores organizados em cooperativa, assentados de projetos de reforma agrária. São extremamente dependentes quanto à figura do atravessador para realizar a comercialização da produção, fornecendo, sobretudo, para o mercado doméstico. Essa relação pode acontecer com atravessadores tradicionais ou mesmo via parceria com empresas. Contratam trabalhadores por empelita, diária, sem necessariamente estabelecer vínculos empregatícios formais. Possuem relação de maior proximidade com os trabalhadores, uma vez que formam parte da própria comunidade e também por contar com o trabalho de familiares e parentes. A participação do Estado junto a este grupo ocorre com maior ênfase na oferta de crédito junto às instituições creditícias, bem como pela assistência técnica, mesmo que ineficiente.

b) *Empresas de capital nacional*

Podemos dividir esse grupo em dois subgrupos para destacar a forma de participação no mercado. No primeiro subgrupo, são empresas de capital nacional que produzem apenas para o mercado interno, portanto não participam da rede de produção global de forma direta. Essas empresas organizam a produção para atender mercados locais e regionais, com menor nível de exigência quanto à qualidade e à pouca ou nenhuma participação nos esquemas de certificação.

Outro destaque diz respeito à relação com o primeiro grupo. Algumas empresas realizam contratos de parceria, absorvendo a produção dos pequenos e médios produtores. É o caso, por exemplo, da empresa Frutacor, no Baixo Jaguaribe, uma das primeiras a adotar a parceria junto aos produtores locais, como também,

empresas do Vale do São Francisco que comercializam parte da produção para as empresas e cooperativas que participam do mercado de exportação.

Nessa relação, a empresa âncora oferece como contrapartida a assistência técnica e a garantia da comercialização da produção mediante o acesso ao mercado. Podemos encontrar uma mescla na forma de contratação dos trabalhadores, haja vista o fato de muitas empresas realizarem tanto a produção direta como indireta na forma de parceria. O segundo subgrupo, do qual participam em sua grande maioria as empresas situadas nas microrregiões de Petrolina (Queiroz Galvão, Fazenda Área Nova, Agrobras, Agrodan, SunGroup), Juazeiro (Special Fruit, Sechi Agrícola), Mossoró (Agrícola Famosa, W.G), Vale do Açu (Finobrasa) e Baixo Jaguaribe (Agrícola Famosa), caracteriza-se por serem empresas de capital nacional que participam efetivamente do mercado global.

Desse modo, as empresas compactuam com todas as normas necessárias, o que inclui a participação nos sistemas de auditoria e certificação. É importante destacar que as empresas nacionais por trabalharem com ambos os mercados (interno e externo) se beneficiaram com o aumento do consumo de frutas no Brasil, ocupando parte do mercado descoberto pelas empresas de maior porte centradas apenas na exportação. A forma de contratação dos trabalhadores dá-se, preponderantemente, pelo contrato com carteira assinada.

Nas empresas de capital nacional, sobretudo aquelas com perfil familiar, há uma maior vinculação entre patrão e funcionário. Apesar de muitos afirmarem que nesse tipo de relação há uma ligação mais amistosa entre trabalhadores e empregados. Não podemos deixar de mencionar o fato de que esta proximidade, muitas vezes, esconde formas veladas de exploração dos trabalhadores via concessão de favores (pequenos empréstimos, tolerância quanto às faltas) em troca de jornadas de trabalho mais extensas sem a contrapartida legal que rege tal prática. Em geral, o que observamos das empresas nacionais e que se aproxima das reclamações das empresas multinacionais, diz respeito à carência de trabalhadores (qualificados e não qualificados) nos momentos de pico da safra, bem como os fatores de ordem cultural (do ponto de vista do empregador), tais como o não apreço dos trabalhadores aos horários, regras, metas e ao próprio trabalho. Não foi incomum encontrarmos em nossas entrevistas, empregadores que se queixaram dos

programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e do Programa Chapéu de Palha<sup>41</sup>, como obstáculos para a contratação de trabalhadores, já que os mesmos preferiam receber dinheiro de programas sociais ao salário nas empresas.

### c) *Empresas multinacionais*

As empresas multinacionais presentes nas regiões de expansão da fruticultura formam parte dos principais grupos empresariais voltados para a produção de frutas frescas no mundo. Destacam-se as microrregiões do Baixo Jaguaribe e Vale do Açu, principalmente a partir da chegada, nas duas microrregiões, da gigante norte-americana Del Monte Fresh. No Baixo Jaguaribe também encontramos a presença da empresa irlandesa Fyffes.

A expansão desses grupos para vários países latino-americanos não foi motivada, no primeiro momento, pela conquista dos seus respectivos mercados. Ao contrário, o interesse foi meramente edafoclimático, ou seja, por reunir as condições naturais de solo, fertilidade, insolação que permitem a contínua oferta de frutas para o mercado consumidor, sobretudo Europa e Estados Unidos, em diversas janelas (períodos de fornecimento explorado pela empresa no ano) de mercado. A organização da produção é voltada, exclusivamente, para a exportação, sendo o modelo de produção extremamente estandardizado com vistas a atender as exigências de consumidores bastante exigentes.

A partir do aprofundamento da crise econômica e da desvalorização do dólar, as empresas multinacionais centradas na exportação têm colecionado enormes prejuízos. Como resultado, podemos observar o enfraquecimento dessas empresas, a exemplo do fechamento de fazendas do grupo Del Monte e o fortalecimento das empresas nacionais, bem como a mudança para a venda para o mercado interno, aproveitando-se do incremento do poder de consumo dos brasileiros *pari passu* ao fortalecimento da moeda nacional. A relação das multinacionais com a comunidade

---

<sup>41</sup> Criado pelo Governo Estadual de Pernambuco na gestão de Eduardo Campos (PSB), o programa tem como objetivo atender os trabalhadores da fruticultura desempregados durante o período de entressafra. Os trabalhadores beneficiados recebem uma bolsa mensal de até R\$232 para cada família. Em contrapartida, os trabalhadores inscritos no Programa devem participar de atividades de formação e capacitação oferecidas pelo Estado.



do entorno é extremamente distante e conflituosa, o que gera muitas contendas na escala local. Destacamos a ocorrência de greves<sup>42</sup> de trabalhadores da empresa Del Monte Fresh, no Baixo Jaguaribe, a primeira em 2008 e a segunda em 2012.

A greve de 2008 foi considerada a primeira greve de trabalhadores assalariados rurais na região. O foco das reivindicações dos trabalhadores residia em três pautas principais: oferta de alimentação pela empresa (até hoje os trabalhadores têm de levar suas refeições de casa); a construção de locais adequados para a refeição nas dependências da empresa e; a garantia da cesta básica. Na segunda greve, entre as reivindicações apresentadas pelos mais de 300 trabalhadores paralisados, mais uma vez constava a oferta de alimentação pela empresa, o fim do assédio moral e o direito a horas extras optativas.

Pelo que apresentamos até o momento, podemos perceber que estão em construção novas formas de trabalho sendo, que nessa elaboração existem muitos elementos e situações conflitantes, nas quais percebemos, ora o enfraquecimento, ora o fortalecimento da ação dos trabalhadores, demonstrando, como nos lembra Herod (2001), que a ação dos trabalhadores pode sim modificar a paisagem do capitalismo contemporâneo. Contudo, nesse embate de forças sociais, a atuação dos trabalhadores sofre reveses, seja pela carência e/ou inexistência de uma organização mais ativa da classe trabalhadora em virtude do sindicalismo inoperante, seja pela coação ideológica e física do capital do agronegócio. Quando nos referimos à coação

---

<sup>42</sup> É importante destacar não somente o ineditismo da primeira greve em 2008, como também a forma que a mesma se desenvolveu. Entrevistamos um dos trabalhadores que participaram espontaneamente da liderança da greve. O entrevistado nos relatou que seu envolvimento nas reivindicações se deu a partir do momento em que vários setores da fazenda começaram a reivindicar a oferta de alimentação por parte da empresa, bem como a cesta básica para os trabalhadores. Essas reclamações foram tomando corpo espontaneamente por conversas entre os próprios trabalhadores. Ou seja, as manifestações dos trabalhadores não foram feitas pela mediação do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Limoeiro do Norte ou de qualquer outra instância. A decisão de iniciar a greve foi tomada exclusivamente pelos próprios trabalhadores e sobre o episódio, o trabalhador relatou que sabendo da necessidade de avisar ao sindicato a intenção de paralisar as atividades na empresa, um grupo de trabalhadores foi até a sede da entidade para informar sobre o desejo dos trabalhadores de decretar a greve. Porém, segundo o entrevistado, o sindicato não apresentou nenhuma reação frente à iniciativa do grupo. O entrevistado comentou ainda que a greve teve início com a paralisação das atividades no setor de empacotamento e no setor de colheita. Sendo esses os setores mais importantes da fazenda, aconteceu o efeito cadeia e todos os demais setores, paulatinamente, passaram a encerrar suas atividades. Tendo confirmado a paralisação total das atividades da fazenda. No dia seguinte, mais de 600 trabalhadores deram início à greve. No decorrer da greve os trabalhadores, segundo o entrevistado, os trabalhadores receberam apoio de diversos setores, em especial da Cáritas de Limoeiro do Norte e do MST. Esse último ficou responsável pela montagem de um acampamento nas proximidades da fazenda, bem como pela prestação de serviços jurídicos.

física, queremos destacar a violência com que o agronegócio tem se expandido produzindo quadros sociais, nos quais palavras, como morte, contaminação, doenças, medo e silêncio, passam a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores e familiares. Nos últimos anos, as denúncias quanto ao crescimento do número de casos de câncer na região, sobretudo entre agricultores, propiciou o *start* para a promulgação de uma nova agenda de conflitos, envolvendo grande parcela da sociedade civil no combate à utilização dos agrotóxicos na região.

O reconhecimento e as denúncias sobre os agravos à saúde dos trabalhadores foram acompanhados por uma forte reação das forças do agronegócio. E como não poderia ser diferente, a violência foi mais uma vez a forma de contestação perante o avanço da luta social. Um exemplo vigoroso desse processo pode ser representado pela morte do líder comunitário, Zé Maria do Tomé, na microrregião do Baixo Jaguaribe. A morte de Zé Maria deflagrou uma mobilização popular sem precedentes na história da região. O que podemos perceber é que, aos poucos, os trabalhadores passam a se impor de maneira mais expressiva no enfrentamento às ações predatórias do capital do agronegócio. Essas manifestações vão desde a organização da primeira greve de trabalhadores rurais ocorrida em 2008, como já destacamos, até a maior ocorrência das ações dos movimentos sociais de luta pela terra (MST) e água (MAB), bem como das instituições ligadas à Igreja Católica (Cáritas Diocesana) que atuam na mobilização social dos trabalhadores e das comunidades direta e/ou indiretamente afetadas pelos projetos do agronegócio na Região.

O discurso do Estado e do capital do agronegócio tem se baseado na promessa de retirar a população do quadro de pobreza mediante a oferta de emprego (principal moeda de troca). Contudo, o preço que a população tem de pagar para ter acesso ao emprego tem sido muito maior do que a esperança em sair da pobreza, pois pode significar a ameaça da própria vida. Já que, pelos exemplos colhidos da realidade, acoplados ao emprego, vieram também a precarização, a contaminação, as doenças, o descontentamento e, mais uma vez, a morte. Não somente pela bala do pistoleiro, mas pela irresponsabilidade do lucro a qualquer custo. E como fugir desse modelo? Apenas não trabalhar nas empresas que utilizam veneno não garante que a população estará salva. Mais uma vez, encontramos-nos numa encruzilhada histórica marcada pelo surgimento de novos agentes no combate

ao agronegócio, ao mesmo tempo em que cresce a violência e o sentimento de insegurança.

Por isso mesmo, faz-se necessário entender o porquê das regiões de expansão do agronegócio da fruticultura serem associadas historicamente à violência e como a violência continua sendo uma arma política para sustar o movimento do novo da apropriação social do espaço.

### **6.1 Diacronias da violência: marcas históricas e geográficas**

Sabemos que um dos vários aspectos que definem uma região é justamente seu referencial simbólico, identitário formado a partir dos valores culturais atribuídos e aceitos. Tais “marcas” projetam uma imagem peculiar cuja força e difusão, extrapolam as fronteiras regionais e ganham o mundo. Essas imagens e referenciais, mesmo quando completamente questionáveis e/ou fundamentadas num completo estereótipo, passam a fazer parte da própria ideia sobre a região.

No caso das regiões do agronegócio, para além do seu aspecto econômico, elas conformam uma organização social rica em tradições e culturas, heranças de vários povos que habitaram/habitam os sertões, marcando a história dos camponeses do Sertão, da chapada, dos tabuleiros e várzeas. Contudo, tais imagens são constantemente olvidadas para destacar a imagem do Sertão semiárido como região dominada pela pobreza e por ser lócus da violência. Nesse caso, trata-se, principalmente, da violência de cariz rural assinalada por disputas de terras, contendidas e conflitos entre famílias tradicionais, a morte como defesa da honra e da profusão de crimes políticos. Nesse contexto, ganha destaque uma personagem historicamente associada ao Sertão, qual seja: o pistoleiro.

A imagem do Sertão como espaço da violência está em completa consonância com o processo histórico de ocupação. O conflito entre colonizadores e as populações indígenas, não obstante o grande potencial de resistência dos índios, resultou no extermínio destes que foram os habitantes primevos dos sertões.

A História ressalta eventos importantes que podem explicar, em parte, a gênese do Sertão (em muitos casos, o Sertão é visto, também, enquanto fronteira e por isso mesmo, contendo todas as significações apontadas por MARTINS, 1997), como território da violência. Puntoni (2002), ao tratar da famosa Guerra dos

Bárbaros durante toda a segunda metade do século XVII, salienta os inúmeros conflitos entre portugueses e povos indígenas, marcadamente, Tapuias (Tarairiú, Janduí, Ariú, Icó, Payayá, Paiacu). O aumento dos conflitos deu-se, sobretudo, após a expulsão dos holandeses em 1654. Segundo o autor, a motivação para escalada de tais conflitos nos sertões setentrionais tinha como pretexto a expansão da economia pastoril. Os portugueses eram tidos pelos Tapuias como um povo violento, sanguinário e usurpador.

Já os portugueses viam os Tapuias como bárbaros (ao contrário dos habitantes do litoral), indolentes, sem alma, o que justifica a prática da Guerra Justa. Para além das visões mais subjetivas sobre o ser indígena a partir da ótica do colonizador, outro fato que contribui para a intensificação da disputa contra os Tapuias foi a relação particular desses com os holandeses. Embora as documentações que tratam desses eventos sejam, em grande parte, centradas na perspectiva dos colonizadores, é importante ressaltar o testemunho do índio, Antônio Paraupaba, escrito em 1656, e analisado por Hulsman (2006). No referido relato, o índio Paraupaba clamava por ajuda dos Holandeses no combate aos portugueses e como seu súdito fiel sugeriu:

É chegada a hora em que V.as Ex.as podem se vingar dessa nação esquecida por Deus, que não exitou em importunar os ossos dos súditos de V.as Ex.as nos seus lugares de descanso, que os desenterrou nas igrejas e nos cemitérios com esse fim, e jogou no mar os ossos das crianças na presença dos pais, os dos pais na presença das crianças, os das esposas na presença dos maridos e dos maridos na presença das esposas, colocando-os em latrinas para maior ofensa e ferimento do coração. Esta presente oportunidade foi entregue nas mãos de V.as Ex.as por este grande Deus. Se a deixarem passar, vão causar um furto de bens sem fim dos pobres e angustiados súditos de V.as Ex.as. Sim, vão causar a perdição inteira e extermínio total dessa nação miserável dos Brasilianos, que foi tão valiosa para V.as Ex.as e este Estado, e que os sanguinários Portugueses tentaram de tempos em tempos e de todas as formas extinguir por completo, vendo que a sua tirania aí não poderia ser estabelecida sem o extermínio dessa nação. (Antonio Paraupaba apud Hulsman, 2006, p.62).

Os índios entraram em conflito com os portugueses pelos mais variados motivos. Todavia, a ação que mais prejudicava o projeto colonial e que, por tal razão, motivou ações violentas dirigidas aos índios foi, sem dúvida, o ataque aos

rebanhos, até então, o principal produto econômico dos sertões. Puntoni (2002, p. 129; 132) faz referência à carta do Governador Matias da Cunha, em 1688, quando o mesmo declarou que os bárbaros haviam matado, em 1687, pelo menos 100 pessoas, entre brancos e escravos e destruído mais de 30 mil cabeças de gado. Desta feita, sobre o conflito entre o colonizador português e os povos indígenas conclui Puntoni (2002, p. 132): “Para além desses ódios tradicionais, é certo que a reação dos tapuias deveu-se muito mais à pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mão-de-obra, fatores que implicavam arrocho sobre as populações da fronteira”.

Esse “arrocho” sobre as populações indígenas promoveu uma militarização do conflito. Nesse sentido, os próprios índios passaram a desenvolver táticas de guerra peculiares (OLIVEIRA; FREIRE, 2006) e participaram também como força militar ao lado dos colonizadores ajudados também por luso-brasileiros organizados nas bandeiras paulistas. Conforme aponta Dias (2001, p.14), a resistência indígena alcançou um patamar importante, exigindo a mobilização por parte da Coroa Portuguesa de todas as forças militares da região. Daí concordarmos com Oliveira e Freire (2006, p.55) quando afirmam que “A ‘guerra dos bárbaros’ revelou que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais”.

A violência propiciada pelo projeto colonial de ocupação compulsória do território ganhou relevo com a criação da Lei de Terras, em 1850, e a conseqüente transformação da terra em mercadoria. A partir de então, a lógica da propriedade privada passou a balizar e dar sentido ao avanço do capital no campo e o conflito se tornou perene e ubíquo em todo o país.

Nas regiões analisadas esse processo não foi diferente, pois os conflitos fundiários perduraram ao longo da história, alimentados pela vivacidade das disputas por terra. Com o passar do tempo, novos sujeitos entraram em cena, porém o sentido da extorsão, da autoridade e como corolário, a persistência da violência como prática social continuou a vigorar. E desse modo, atravessou gerações compondo a organização política da colônia, do império, da república, da ditadura militar e, por fim, do período de redemocratização.

Nos últimos anos, os atos de violência caracterizam-se por crimes de encomenda motivados por disputas políticas, interpessoais, familiares e questões fundiárias, para além dos crimes comuns cotidianos provocados por pequenos furtos, roubos e assaltos, principalmente nas cidades de maior porte, a exemplo de Petrolina, Mossoró, Limoeiro do Norte e Açu. O que mais chama atenção na violência ocorrida nessas regiões, por sua vez, é o papel de destaque dos inúmeros crimes de pistolagem estabelecidos como prática comum na resolução de conflitos. Em regiões como a do Baixo Jaguaribe, por exemplo, muitos a associam como uma verdadeira terra de pistoleiro, ou seja, uma marca própria da região (CAVALCANTE, 2004).

Pelo destaque dos crimes de pistolagem e pela necessidade de compreender esse tipo de violência e sua organização, vários pesquisadores tem se dedicado ao estudo do que Barreira (2006) tem chamado de "sistema de pistolagem". Para o autor, os crimes por encomenda estão inseridos numa complexa engrenagem. Nesse sistema, o pistoleiro representa o autor material na execução do assassinato cujo contrato para a realização do "serviço" / "trabalho" pode ou não envolver um intermediário contactado pelo autor intelectual do crime. Para Barreira (2006), a figura do intermediário representa além da profissionalização da pistolagem, a "institucionalização de um sindicato do crime". O intermediário é tido como um "corretor da morte", sendo responsável por estabelecer as famosas listas com o valor de mercado de cada vítima.

De acordo com De Paula (2010, p.62), na organização mais atual dos crimes por encomenda, novos agentes ganham destaque, em especial, os chamados protetores e/ou apoiadores que garantem a proteção do matador de aluguel após o crime. Essa proteção, segundo o autor, pode ser motivada por admiração aos valores que cercam o pistoleiro (valentia, coragem, virilidade); a existência de relação familiar com o matador ou mesmo com outros participantes do crime e, por fim, a proteção pode ocorrer pelo medo ou ameaça de morte.

Quando interrogamos acerca da extensão do sistema de pistolagem, podemos observar a participação de uma gama de sujeitos (políticos, empresários, funcionários públicos, policiais, fazendeiros, agricultores camponeses etc) articulados com vários níveis de poder, seja na esfera do público ou do privado. Outro traço marcante da modernização do sistema de pistolagem identificado por Barreira (2006)

é que ela não pode ser mais associada apenas ao espaço rural e aos seus respectivos círculos de poder. Ainda, segundo Barreira (2006), a “dispersão espacial dos pistoleiros” para as periferias das cidades dificultou o trabalho de identificação dos responsáveis pelos crimes de mando:

A perda de um vínculo com determinado proprietário rural (que era o patrão e protetor), ao lado da dispersão espacial de atuação, e da proliferação das atividades que atualmente são executadas pelos pistoleiros impedem a delimitação espacial dessa categoria, deixando aos órgãos de segurança certa intranqüilidade. Antes da profissionalização dos pistoleiros, tornava-se mais fácil perceber sua atuação e ter o seu controle. Ou seja, muitas vezes identificavam-se os autores dos crimes, conforme a localidade. (BARREIRA, 2006, p.47).

A profissionalização e a maior capilaridade do sistema de pistolagem dificultam ainda mais o combate, permitindo-nos confirmar a disseminação dos crimes por encomenda para além das disputas envolvendo o mundo rural e seus códigos de valores. Apesar da maior difusão dos matadores de aluguel em vários contextos socioespaciais, não podemos deixar de destacar que o rural continua a ser o lócus privilegiado da pistolagem. Porém, ao estabelecermos essa correlação, devemos contextualizar a prática da pistolagem no momento atual, marcado pelo avanço do agronegócio globalizado no território brasileiro. Afinal, os casos de violência que continuam a comparecer no espaço rural hodiernamente devem ser compreendidos pela expansão do capital nas fronteiras agrícolas, como também nos locais tradicionais da agricultura. Esses espaços caracterizam-se pela presença de grupos empresariais nacionais e multinacionais cujas práticas econômicas são permeadas pelo conflito social, pela expropriação de camponeses, trabalhadores rurais, posseiros, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e comunidades de fundo de pasto.

Diante do exposto, devemos considerar a violência rural, na atualidade, no contexto de expansão do agronegócio. Somente assim, podemos identificar quais são os novos agentes que dão vida e dinamicidade ao sistema de pistolagem, entre outras formas de expressão da violência. Por esta razão, mais uma vez o Baixo Jaguaribe comparece como exemplo chave do vínculo entre violência e agronegócio, porquanto a ocorrência de graves casos envolvendo a morte de trabalhadores, do

qual temos como referência basilar o assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé. Porém, podemos lembrar de vários casos de morte de trabalhadores envolvendo militantes dos movimentos sociais, líderes comunitários e sindicalistas, das quais tivemos o conhecimento durante nossas entrevistas. Dentre esses casos, a morte de Zé Maria, por sua vez, foi a que mais conseguiu projetar os conflitos sociais em torno do agronegócio da fruticultura.

## **6.2 Biografias de resistência: Zé Maria do Tomé**

Em Abril de 2010, a manchete do Jornal O Povo (22/04/2010) anunciava: "Líder comunitário é executado com 18 tiros em Limoeiro do Norte". O líder em questão era José Maria Filho, mais conhecido por Zé Maria do Tomé morto no dia 21 de Abril<sup>43</sup> de 2010 na estrada que leva ao distrito de Tomé, município de Quixeré, onde residia sua família. Esse poderia ter sido apenas mais um crime de pistolagem no Baixo Jaguaribe (Figura 12). Contudo, o assassinato motivado por questões socioambientais envolvendo o controle da terra e da água e trabalhistas, garantiu a repercussão nacional e internacional do caso. Desse modo, tomando o assassinato de Zé Maria como exemplo, podemos perguntar: Seria a morte de mais um líder comunitário apenas uma dimensão atávica da violência histórica no campo brasileiro?

---

<sup>43</sup> O dia da morte de Zé Maria serviu de inspiração para que a articulação entre movimentos sociais, pastorais sociais, sindicatos e universidades formasse o Movimento 21. O objetivo do Movimento 21 é o combate ao agronegócio e a valorização do modo de vida camponês.





Figura 12: Manifestações no ato de 2 anos da morte de Zé Maria.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Distrito de Tomé, Quixeré (CE), 2012.

Zé Maria era tido na região como uma das principais lideranças políticas pela sua atuação como presidente da Associação Comunitária São João do Tomé e da Associação dos Desapropriados Trabalhadores Rurais Sem Terra da Chapada do Apodi. A sucessão de denúncias realizadas por Zé Maria e vinculadas pela mídia parecia proclamar o desfecho de mais um grave caso de violência no campo. A cronologia dos fatos políticos revela a morte anunciada de Zé Maria, traço comum nos crimes de mando envolvendo lideranças comunitárias nos conflitos fundiários.

Um dos primeiros registros<sup>44</sup> da participação de Zé Maria em denúncias relacionadas aos conflitos por terra e que extrapolou a escala local de atuação política foi no ano de 2008. Em matéria divulgada pelo jornal Diário do Nordeste (07/04/2008), intitulada "Perímetro é motivo de disputa de terras", Zé Maria denunciava a expulsão dos pequenos produtores das terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Na ocasião, mais de 100 agricultores, ex-irrigantes destacavam o

<sup>44</sup> Utilizamos para a construção deste tópico, somente citações de jornais de modo a preservar os trabalhadores com os quais obtivemos informações durante trabalho de campo. Optamos também pelas informações reproduzidas em jornais de grande circulação, uma vez que ao longo do capítulo citaremos nomes de pessoas e empresas envolvidas na morte de Zé Maria.

avanço ilegal<sup>45</sup> das empresas do agronegócio nas terras dos perímetros. Ainda em 2008, Zé Maria compareceu na página do Jornal Diário do Nordeste (29/04/2008) cujo título foi "Aumentam casos de câncer". Dessa vez, a denúncia de Zé Maria dizia respeito à contaminação da água e do meio ambiente pela utilização indiscriminada de agrotóxicos e seu protesto foi bastante expressivo, conforme mostra a foto tirada (Figura 13) pelo autor da matéria, o jornalista, Melquíades Júnior, intitulada "José Maria mergulha em reservatório poluído e mostra embalagem de agrotóxico".



Figura 13: Zé Maria em ação.  
Fonte: Diário do Nordeste, 29/04/2008. Acesso: Ago/2012.

No ano de 2009, o tema do conflito fundiário voltou a ser denunciado por Zé Maria na reportagem do Jornal Diário do Nordeste (14/03/2009) "Produtores sem título de terra". O foco da manifestação era a necessidade de se estabelecer a regulação fundiária nas áreas dos perímetros irrigados. Com a projeção de Zé Maria como a principal voz no combate ao avanço dos agrotóxicos na região do Baixo Jaguaribe, sua participação nos diversos atos políticos se intensificou. Destacamos a

---

<sup>45</sup> Na pesquisa realizada por Freitas (2010, p. 108-109), a autora analisa informações do DNOCS que evidenciam a invasão do Perímetro Irrigado Jaguaribe/Apodi por instituições governamentais, pequenos, médios e grandes produtores, entre eles empresas nacionais e multinacionais.

participação do líder em nossas atividades de trabalho de campo durante conversa com sessenta alunos da graduação em Geografia da UNESP/ Presidente Prudente, e logo depois, na audiência pública realizada em Limoeiro do Norte, no dia 27 de outubro de 2009, para discutir a proibição das atividades de pulverização aérea.

A audiência foi marcada por um debate acalorado entre lideranças comunitárias, professores universitários, representantes de órgãos públicos, políticos e empresários do setor da fruticultura. A partir da análise da ata da audiência, torna-se claro o conflito estabelecido entre empresários e os moradores da Chapada. Os primeiros alegaram que a proibição da pulverização poderia gerar um impacto extremamente negativo no combate às doenças na cultura da banana, portanto poderia trazer prejuízos aos negócios das empresas e para a economia local. Outro ponto destacado por eles foi quanto aos empregos, pois o gerente de uma fazenda multinacional europeia afirmou que caso a Câmara de Vereadores decidisse acatar a lei de proibição da pulverização, o município teria que arcar com os prejuízos sociais (passivo social da legislação). Ou seja, a empresa não iria adotar seu plano de expansão, logo a geração de empregos estaria ameaçada.

Do outro lado, os representantes das comunidades da Chapada, entre eles, Zé Maria, lembraram os casos de contaminação do ecossistema, da água utilizada para o consumo, bem como dos trabalhadores expostos à contaminação por agrotóxicos.

Os resultados da mobilização social empreendida por diversos setores da sociedade surtiram efeito, e no ano de 2009, a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte chegou a proibir as pulverizações aéreas nas áreas agrícolas do município. Entendemos a vitória dos movimentos a partir da promulgação da lei que regulamentava o fim da pulverização como o ato político de maior destaque na luta protagonizada por Zé Maria. Não por acaso, como aponta a própria investigação, a morte de Zé Maria aconteceu pouco tempo depois da promulgação da Lei.

Para aqueles que ainda tinham dúvida sobre a escalada da violência e os atos de atrocidade moral e política que acometem a região dominada pelos interesses econômicos do agronegócio, apenas um mês após o assassinato de Zé Maria, ou seja, em maio de 2010, a Câmara de Limoeiro do Norte derrubou a lei e a pulverização aérea foi novamente autorizada no município.

Passados mais de dois anos da morte de Zé Maria, somente em agosto de 2012 tivemos acesso às informações sobre os principais acusados. Na matéria do Jornal Diário do Nordeste (29/06/2012) "MPE apresenta denúncia contra acusados em Limoeiro do Norte", o nome de um dos acusados ganhou repercussão, trata-se de João Teixeira, maior empresário do setor da fruticultura na Chapada do Apodi, proprietário da empresa Frutacor. De acordo com matéria do jornal supracitado (16/06/2009): "Uma das maiores empresas que atuam nos perímetros cearenses é a Frutacor, do empresário João Teixeira Júnior, conhecido como o Rei dos Perímetros." A fama do *Rei dos Perímetros* provém do destaque de sua empresa, responsável por 60% da produção de banana na Chapada do Apodi.

A figura de empresário de sucesso trouxe repercussões relevantes nas esferas do poder econômico, tendo em vista que o mesmo é o atual (mesmo depois das acusações pela morte de Zé Maria) Presidente da Câmara Setorial das Frutas do Estado do Ceará e Presidente da União dos Agronegócios no Vale do Jaguaribe (UNIVALE).

O envolvimento de empresários na morte de Zé Maria representa um exemplo bastante pertinente da modernização do sistema de pistolagem, associada à nova configuração da Chapada do Apodi como território de expansão do agronegócio. A violência praticada no espaço rural na contemporaneidade combina, portanto, elementos do moderno e do tradicional, trazendo desafios para compreensão do que entendemos por democracia. Afinal, como que um dos maiores empregadores da região é também o suspeito do assassinato do principal líder comunitário da Chapada do Apodi? Por que a eliminação física continua sendo uma estratégia para silenciar vozes opositoras?

O autor intelectual do assassinato é como já mencionamos uma personagem relevante na consecução das atividades do agronegócio frutícola da região. Em entrevista<sup>46</sup> realizada com o gerente da empresa, também acusado pela morte de Zé Maria, o mesmo afirma que a empresa possui no Ceará 1.160 hectares distribuídos em seis unidades de produção nos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré e Russas. A empresa emprega, segundo o gerente, 771 trabalhadores na região.

---

<sup>46</sup> Jornal Diário do Nordeste (17/04/2011).

O esquema de parceria adotado pela Frutacor é o grande destaque no cenário produtivo da região. A diferença nesse modelo reside no fato de que a empresa conta com uma rede de 36 produtores integrados cuja produção é destinada para a empresa âncora. Essa última é responsável pela venda no mercado interno. O acordo prevê que os produtores parceiros devem ceder de 7% a 10% do que produzem.

Do ponto de vista das relações com os pequenos produtores, a parceria produz resultados conflitantes (MUNIZ, 2004; FREITAS, 2010). Uma vez que, a empresa se exime de qualquer responsabilidade sobre a contratação dos trabalhadores nos lotes dos parceiros, das possíveis perdas em virtude de problemas de ordem natural<sup>47</sup>, na queda ou desvalorização dos preços dos produtos negociados etc.

A formação de um verdadeiro monopólio compartilhado entre as principais empresas na Chapada do Apodi produziu relações de poder na qual os trabalhadores, infelizmente, ocupam posição desfavorável. A dependência dos moradores quanto aos empregos ofertados pelas empresas do agronegócio coloca-os mais uma vez num ambiente de insegurança e medo. Afinal, o empregador, ou seja, aquele que assina a carteira de trabalho objeto de desejo de muitas famílias, pode ser o mesmo que fecha o contrato para encomendar o assassinato de lideranças comunitárias.

Em nosso último trabalho de campo<sup>48</sup> no Baixo Jaguaribe, tivemos a oportunidade de participar das manifestações pelos dois anos da morte de Zé Maria. Na ocasião, pudemos observar o alcance do medo na comunidade, pois os moradores afirmaram estar receosos em ir a qualquer tipo de reunião que discuta os problemas da comunidade, sobretudo após a morte de Zé Maria. Há uma espécie de vigilância mútua entre cada morador.

Mesmo diante do contexto apresentado, conseguimos obter relatos valiosos sobre os problemas que afligem a comunidade. Nesse sentido, percebemos que os

---

<sup>47</sup> Durante trabalho de campo, acompanhamos o caso dos pequenos agricultores cuja produção foi total ou parcialmente dizimada em virtude da ventania que assolou a Chapada do Apodi, no dia 27 de Janeiro de 2010. Os danos provocados pelos fortes ventos afetaram diretamente 102 produtores, perfazendo um total de 1.410 hectares de banana com prejuízos para a economia local em torno de 21,5 milhões de reais. Percebemos uma forte involução do mercado de trabalho local motivado pelas sucessivas demissões por parte dos produtores de banana.

<sup>48</sup> Trabalho de campo organizado pela equipe do Tramas e do Movimento 21 com a participação de membros do CEGET no mês de Abril de 2012, no qual conseguimos reunir cerca de 35 moradores para discutir ações de pesquisa na comunidade.

problemas denunciados por Zé Maria continuam presentes e preocupando a população. Mais uma vez, a questão da contaminação e da qualidade da água mereceu destaque. Lembrava a moradora: quando poderemos abrir a torneira e termos certeza de que a água não está contaminada?

Uma reivindicação que nos parece simples continua a atormentar os moradores da Chapada. Por essa e outras razões, é que a saúde do ambiente e dos trabalhadores ganhou tanta relevância, a ponto de afirmarmos que o tema da saúde no Baixo Jaguaribe tornou-se uma bandeira de luta social, realizada não só por Zé Maria, mas por todos aqueles que estão direta ou indiretamente ameaçados pela presença das empresas que se utilizam de agrotóxicos. Desse modo, é importante nos indagarmos sobre como as regiões de forte presença do agronegócio transformaram em regiões de vulnerabilidade para a saúde e quais os principais impactos para os trabalhadores.

### **6.3 Agronegócio e regiões de vulnerabilidade à saúde do trabalhador**

Muitas pesquisas têm sido desenvolvidas com o objetivo de aproximar a leitura da sociedade e seu espaço produzido, bem como os processos mais gerais que afetam a saúde dos trabalhadores, enxergando nessa proposta, a necessidade de perscrutar com maior afinco qual o peso das alterações do ambiente na determinação/influência da saúde dos trabalhadores. A busca de uma maior relação entre a Saúde dos Trabalhadores e a Saúde Ambiental, não obstante sua importância e necessidade, tem-se revelado uma tarefa extremamente conflituosa (RIGOTTO, 2004; 2007).

Esse exercício é complexo na medida em que parte do pressuposto da crítica aos modelos conservadores de entendimento das interações entre ambiente e sociedade, entre a promoção da saúde e os efeitos sociais e econômicos do metabolismo societal do capital.

A discussão em torno da saúde ambiental e dos trabalhadores está associada ao estágio de desenvolvimento da sociedade, cuja interferência no ambiente natural, sobretudo, a partir do avanço da técnica, expressa um novo complexo de interações entre homem e natureza, sociedade e espaço. A forma como a sociedade produz seu

espaço implica diretamente na saúde ambiental e dos trabalhadores. Tal afirmação não provém de nenhum *apriorismo*, mas sim da observância da dimensão espaço-tempo na determinação da relação metabólica entre homem e natureza, cujo trabalho comparece como modelo de toda práxis social (LUKÁCS, 1979).

É preciso partir desse quadro para que possamos adentrar nos desdobramentos sociais, políticos e econômicos presentes na relação entre ambiente, trabalho e saúde. Haja vista, a necessidade que temos em buscar uma reflexão que “localize” os impactos na saúde ambiental e dos trabalhadores considerando seu alcance multiescalar e a vinculação entre ambiente-corpo, *corpo laborante*, *corpo do consumidor*; *corpo contaminado*, o corpo como escala geográfica e a geografia nociva dos agrotóxicos e seus agentes econômicos.

A exploração capitalista e seus rebatimentos para o *corpo laborante* têm ocupado bastante atenção de pesquisadores não somente do campo da saúde, como também de outros profissionais para os quais se faz necessário perquirir as consequências para a saúde dos trabalhadores mediante práticas laborais realizadas no contexto do capitalismo. Na Geografia, temos exemplos de estudiosos que adotam o corpo como uma dimensão escalar e como repositório da ação política.

O geógrafo Neil Smith (2000), na sua busca por uma linguagem articulada da diferença e da diferenciação espacial, percebe no conceito de escala um aporte decisivo para que possamos avançar na compreensão dos elementos que moldam geografias particulares. Nesse sentido, a escala geográfica entendida como o resultado do processo social, é vista pelo autor não somente como uma mera questão metodológica que pode ser decidida pelo pesquisador. Essa interpretação avança ao permitir enxergar na escala um critério de diferença que pode ajudar na diferenciação de lugares e na demarcação do “sitio da disputa social”. Essa linguagem de diferenciação espacial é motivada por aspectos políticos, econômicos e culturais que, uma vez postos, definem um conjunto de escalas que podem ser encaixadas (não hierarquizadas) a partir da escala mais particular, como a do corpo, até a escala mais geral, como a escala do Estado-Nação ou a escala das fronteiras globais.

Ao entender o corpo enquanto uma escala geográfica, o autor propõe pensarmos que “... o lugar do corpo marca a fronteira entre o eu e o outro em um

sentido tanto físico como social". Ou seja, o corpo detona processos primários de identificação e de significação cultural. Nesse processo, existem tensões escalares que se sobressaem na questão do corpo como o lugar da reprodução biológica, das definições de doença e saúde e das disputas sobre o acesso físico e da definição das fronteiras entre o controle individual e estatal do corpo. Sobre esse último aspecto, o autor chama a atenção para o caso da Aids como um exemplo do processo no qual o corpo foi objeto de intensas disputas escalares. Segundo Smith:

Desde o surgimento da Aids, no início da década de 1980, a disputa mais sem precedentes pelo corpo travou-se em escala global (...) A contenção da Aids é uma estratégia altamente espacial que, ao policiar as fronteiras de diferentes escalas, reforça as diferenças sociais como diferenças espaciais. As fronteiras não só do corpo, mas de todos os lugares a que o corpo possa ir são submetidas a uma vigilância redobrada. (SMITH, 2000, p. 146).

O processo destacado por Smith para o caso da Aids, permite-nos entender como a livre mobilidade do corpo pode ser objeto de restrição. No caso, não estamos tratando apenas da restrição por preocupações relacionadas especificamente à saúde pública, mas sim de uma ação discriminatória que, no primeiro momento, acometeu homossexuais. O mesmo pode ser dito para as mulheres e seu histórico confinamento na escala do corpo e da casa. As questões de gênero conformam momentos privilegiados nos quais podemos perceber a continuidade de uma política do corpo e sua restrição espacial<sup>49</sup>.

Ainda com relação ao corpo como escala, devemos levar em conta o período de transição cultural e política em que o corpo ocupa papel de destaque como repositório da ação política. Desse modo, o que está em jogo, segundo Harvey (2006), é a necessidade de refletir sobre a emergência de uma nova política do

---

<sup>49</sup> Em pesquisa realizada pela geógrafa Natália Alves (2010), observamos o processo de contenção da mobilidade espacial quando se analisa mulheres portadoras do câncer de mama e sua vinculação com os serviços públicos de saúde na cidade de Presidente Prudente. Foi interessante perceber como as mulheres com câncer de mama passam a ter um uso do espaço da cidade tendo como referência espacial, o local onde realizam o tratamento da doença e como a mobilidade espacial são estritamente relacionados ao circuito do diagnóstico, ao tratamento e ao espaço de moradia. As repercussões desses processos envolvem desde as diferentes condições de acessibilidade até mesmo a responsabilidade da oferta por parte do Estado dos serviços de saúde.



corpo que abriga criticamente as variações étnico-raciais, de gênero e a produção de identidades corporais que tomam o corpo como ponto de partida da ação política.

Para o autor:

O estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaço-temporais concretas entre prática materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político-econômico. Pode-se então ver o corpo como um nexos por meio do qual abordar possibilidades de uma política emancipadora. (HARVEY, 2006, p. 178).

Para Harvey (2006), é a pessoa – o trabalhador como detentor da mercadoria força de trabalho - que é a sede de ideais e aspirações políticas que podem desencadear medidas para o alcance da dignidade do trabalho. A nosso ver, os limites para o alcance da dignidade do trabalho e do *corpo laborante* ainda se esbarram na cultura do disciplinamento dos corpos (marcadamente aqueles afetados por preconceitos de origem étnico-raciais, de gênero e inclusive geográficos) para o trabalho, sobretudo, quando consideramos a divisão internacional do trabalho que submete os trabalhadores de determinados lugares à exploração aviltante da mais-valia absoluta, via mecanismos de acumulação primitiva. Uma exploração que está associada a uma extensa rede de produção global.

Por essa razão, lembramos ainda os apontamentos de Harvey (2006) ao destacar que a cisão estabelecida entre o trabalhador e a sua força de trabalho fez da última, uma mercadoria vital para a reprodução do capital. E como esta reprodução afeta o corpo do trabalhador?

Para o autor, sempre partindo de Marx, o consumo produtivo da mercadoria, força de trabalho, e as exigências da produção requerem a subordinação de ritmos e desejos corporais, o que ajuda, portanto, a impelir os limites do próprio corpo.

Os limites do corpo humano são constantemente relativizados a partir da resposta do *corpo laborante* aos novos ditames da marcha da produtividade do capital mediante o alargamento das jornadas (mesmo considerando os avanços na diminuição da jornada em muitos países) e da intensidade do trabalho.

Como bem destaca o autor, mesmo quando consideramos que o capital tem interesse em corpos saudáveis para a extração da mais-valia, o que na verdade ocorre com frequência é a produção de deformidades, patologias e doenças. No

caso, a doença, pelo ponto de vista do capital, representa a incapacidade para trabalhar, logo temos uma quantidade fabulosa de trabalhadores, os quais não podem continuar a “funcionar” como capital variável. Nos últimos anos obtivemos importantes avanços na melhoria do ambiente de trabalho e na diminuição do número de mortes. Todavia, a quantidade de trabalhadores que morrem ou adquirem doenças no seu ambiente de trabalho é ainda alarmante.

A partir das informações divulgadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número de trabalhadores (as) mortos por acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no ano de 2008 foi de 2,34 milhões no mundo. Ainda segundo o relatório, mais de 900 mil pessoas morreram em virtude da exposição a substâncias perigosas no trabalho. Em termos setoriais, a agricultura lidera o número de acidentes fatais no trabalho em todos os grupos de países, mesmo naqueles considerados desenvolvidos.

Tal fato pode ser explicado por ser esse um setor da economia caracterizado por uma forte demanda por trabalhadores, geralmente, contratados para desempenhar atividades que exigem elevada força física e contato com substâncias químicas. Desta forma, é na agricultura onde podemos perceber com maior clareza os impactos para o *corpo laborante*. Contudo, ao invés de “naturalizarmos” esses casos, como sendo parte de uma determinação inexorável da atividade, devemos vislumbrar ações e medidas que possam por freio ao processo de transformação de vastos espaços em verdadeiras regiões de vulnerabilidade à saúde dos trabalhadores.

A partir de nosso olhar para o mundo utilizando-se da lente da Geografia, fomos tentados a classificar as regiões de expansão do agronegócio frutícola, como regiões de risco à saúde do trabalhador. Porém, estando ciente das inúmeras interpretações no campo da saúde sobre o que significa o conceito de risco (MARINHO, 2010), tentamos escapar do que ironicamente chamamos “o risco de adotar o risco” e de classificar grosseiramente as áreas de expansão da fruticultura como regiões de alta vulnerabilidade quanto à saúde dos trabalhadores na agricultura.

Ensaíamos esta classificação como uma tentativa de podermos avançar na proposição de metodologias que possam contribuir na identificação das regiões de maior vulnerabilidade quanto à saúde dos trabalhadores na agricultura. Para tal, propomos a seleção de pelo menos quatro temas e suas respectivas variáveis (quando o caso), a saber:



O que temos observado nas pesquisas sobre o tema é que todas as variáveis supracitadas possuem destaque nas regiões da fruticultura. Como apontamos nos capítulos anteriores, as principais culturas do agronegócio da fruticultura obtiveram um crescimento significativo nos últimos anos, denotando a existência de um processo de mudança na estrutura produtiva regional.

Não apenas no Baixo Jaguaribe, mas, também, em todas as microrregiões estudadas, há uma hierarquização da ocupação de trabalhadores da fruticultura no total de empregos formais no setor da agropecuária. Como vimos, do total de empregos formais no setor da agropecuária das microrregiões de expansão do agronegócio, 45% são empregos associados ao setor da fruticultura. Esse dado pode um ser um importante indicador do número de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho quando verificamos a orientação atual de observar a questão do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP<sup>50</sup>), que associa a ocorrência de doenças à prática de determinadas atividades pelo trabalhador.

Quanto às duas últimas variáveis (iii e iv) e sua expressão nas regiões da fruticultura, tendo como exemplo a região do Baixo Jaguaribe no Ceará, podemos citar o impacto do crescimento do uso de agrotóxicos e sua vinculação direta com os agravos à saúde do trabalhador.

No Vale do São Francisco, região em que a produção de frutas possui maior importância e extensão, o uso de agrotóxicos é uma realidade presente (Figura 14). Pesquisas realizadas por Bedor (2008), Bedor et al (2009), avaliaram o impacto da utilização dos agrotóxicos entre os trabalhadores da fruticultura.

---

<sup>50</sup> De acordo com o site do Ministério da Previdência Social (mpas.gov.br), "O NTEP, a partir do cruzamento das informações de código da Classificação Internacional de Doenças – CID-10 e de código da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE aponta a existência de uma relação entre a lesão ou agravo e a atividade desenvolvida pelo trabalhador." Na avaliação de Lourenço (2011,p.27), a contribuição do NPET foi fundamental para por fim ao "verdadeiro calvário" enfrentado pelos trabalhadores na busca sobre o nexo causal entre a doença adquirida e a atividade realizada. Nesse sentido, ainda, segundo a autora, "o NTEP vem sendo associado a inversão de ônus, ou seja, é a empresa tem que provar que desempenha programas de saúde e segurança e que o trabalhador não adquiriu o eventual problema em determinado trabalho."



Figura 14: Trator aplicando veneno em plantação de uva.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Petrolina (PE), Maio de 2012

A partir dos relatos dos profissionais de saúde na região, os quais apontavam uma maior percepção da ocorrência de câncer com maior frequência na população exposta aos agrotóxicos, foram realizados estudos para averiguar o potencial carcinogênico dos produtos utilizados nas fazendas. A avaliação dos agrotóxicos utilizados trouxe aspectos alarmantes. Segundo a autora:

Neste estudo do potencial da carcinogenicidade química dos agrotóxicos foram testados 43 ingredientes ativos. Desse total, 35 (81%) foram classificados como potencialmente carcinogênicos; 3 (7%) têm potencial pré-carcinógeno, isto é, espécies que podem ser metabolizados em carcinógenos efetivos e 5 (12,%) não foram passíveis de classificação. (BEDOR, 2008, p. 74).

Ainda no Vale do São Francisco, em Petrolina, a pesquisa conduzida por Silva et al (2010, p. 25), analisou a relação entre exposição a agrotóxicos e a saúde reprodutiva. No caso, foram investigados os casos de má formação congênita a partir da exposição dos genitores (materna e paterna) à atividade ocupacional na agricultura com uso de agrotóxicos. O recorte temporal foi baseado "nos últimos 12 meses antes da concepção e/ou pelo menos durante os primeiros três meses da gestação". Como resultado, os pesquisadores constataram "... tendência entre a associação da exposição aos agrotóxicos e a ocorrência de defeitos congênitos".

As pesquisas realizadas pela equipe do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (TRAMAS<sup>51</sup>), da Universidade Federal do Ceará, demonstram o comprometimento da saúde do trabalhador e do ambiente ao destacar o uso abusivo de agrotóxicos na produção de frutas na Chapada do Apodi, na região do Baixo Jaguaribe, no Ceará. Após a análise dos dados do Instituto de Câncer do Ceará (ICC), Rigotto et al (2010) verificaram a existência de números alarmantes de casos de câncer entre os agricultores. Daí o fato de que “ser agricultor confere o maior risco de ter câncer”.

O local onde o agricultor realiza suas atividades também é um fator que pode influenciar na maior ocorrência de casos de câncer, principalmente, se na região há a utilização desregrada de agrotóxicos somados aos elevados índices de exposição de trabalhadores a esses produtos<sup>52</sup> em seu ambiente de trabalho, como também nas áreas vizinhas aos estabelecimentos produtivos. Nesse ínterim, a Região do Baixo Jaguaribe se notabilizou pela ocorrência de graves casos de doenças e até mortes relacionadas à contaminação por agrotóxicos.

A ocorrência de casos de contaminação expressa uma dinâmica muitas vezes oculta e que, a nosso ver, pode ser destacada a partir do efeito desencadeador da contaminação promovida pelos agrotóxicos no contexto da própria rede de produção da fruticultura.

Começamos observando a produção, neste momento, podemos encontrar os efeitos mais devastadores da contaminação, pois se trata de um exército de trabalhadores, cujo trabalho na fruticultura faz parte do seu cotidiano e que, portanto, têm de enfrentar situações em seu ambiente de trabalho, nas quais o

---

<sup>51</sup> O Núcleo TRAMAS (Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade) está vinculado ao Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará, coordenado pela Profa. Dra. Raquel Rigotto. O Tramas tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas interdisciplinares sobre a relação entre trabalho, meio ambiente e saúde. O projeto de pesquisa financiado pelo CNPq e intitulado “Estudo epidemiológico da população da região do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em áreas de uso de agrotóxicos” foi um marco no estabelecimento de uma verdadeira “trama” de relações entre universidades e diferentes organizações, comunidades e movimentos sociais com o intuito de melhor compreender a saúde dos(as) trabalhadores(as) afetados(as) pela exposição aos agrotóxicos. Como desdobramento do projeto de pesquisa inicial, várias pesquisas foram realizadas no âmbito da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como inúmeras publicações, entre as quais destacamos a organização do livro, fruto da pesquisa, que tem como título “Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE”.

contato direto com os agrotóxicos é uma realidade marcante. De acordo com Maciel; Rigotto; Alves:

As situações ou atividades de trabalho que mais freqüentemente expõem os trabalhadores ao contato com os agrotóxicos são o trabalho em área de pulverização, a pulverização costal, a preparação de misturas, armazenamento e transporte, descarte de embalagem e limpeza de roupas. (Maciel; Rigotto; Alves, 2011, p.395).

O estudo epidemiológico realizado na região do Baixo Jaguaribe por esses pesquisadores evidenciou aspectos importantes para compreendermos o estado de saúde-doença dos trabalhadores. A partir de uma amostra estratificada de 540 trabalhadores entrevistados (341 trabalhadores do agronegócio, 156 agricultores familiares camponeses e 46 trabalhadores dos assentamentos e comunidades agroecológicas), ficou patente a disseminação do uso de agrotóxicos e fertilizantes, principalmente entre os trabalhadores do agronegócio (99,7% dos entrevistados) e dos agricultores familiares camponeses (97,9%). Ao tratar dos trabalhadores assentados, esse percentual caiu pela metade e entre os trabalhadores de comunidades agroecológicas não houve utilização de agrotóxicos.

A correlação entre a quantidade de agrotóxicos e o tipo de produto agrícola trouxe também resultados alarmantes, pois nas principais culturas produzidas na região, a exemplo do melão, da banana e do abacaxi, somente no melão foram utilizados trinta tipos diferentes de agrotóxicos, sendo que pelos menos oito deles possuem classe toxicológica considerada extremamente tóxica. No caso do abacaxi, foram encontrados treze agrotóxicos e na banana, nove.

Diante disso, os rebatimentos para o adoecimento dos trabalhadores são expressivos. Para Maciel; Rigotto; Alves:

Os trabalhadores examinados queixam-se de problemas de saúde (46,6%) e os relacionam ao uso de agrotóxicos. Em seus relatos, 43,3% referiu quadros que podem ser considerados como intoxicação aguda, em algum momento da vida, se considerarmos o relato de doença ou efeito sobre a saúde manifesto após exposição aos pesticidas. Na avaliação clínica do estado atual de saúde 30,7% apresentaram quadro de provável intoxicação aguda por agrotóxicos na região (...) Entre os problemas atuais de saúde, também é digna de nota a prevalência elevada de relato de problemas neurológicos

(78,45%), fartamente descritos na literatura científica especialmente para organofosforados e carbamatos. Além disso, sintomas de transtornos mentais comuns, avaliados por meio do SRQ20, foram encontrados em 24,3% dos trabalhadores pesquisados do agronegócio e da agricultura familiar, o que pode ser compreendido não apenas pela exposição aos agrotóxicos, mas em relação com todo o contexto de transformação do modo de vida camponês em empregado. (MACIEL; RIGOTTO; ALVES, 2011, p.411).

A exposição e contaminação relacionadas aos agrotóxicos dão-se de forma bastante difusa. Por isso, a necessidade da avaliação das formas de contaminação que extrapolam o espaço de trabalho e que chegam também aos espaços de moradia (domicialização do risco). Tal fato revela a força desse processo na região, principalmente quando pontuamos que, em muitos casos, não há uma cisão entre espaço de trabalho e espaço de moradia. Nas áreas de expansão da fruticultura, existem milhares de pessoas que são contaminadas pela exposição aos agrotóxicos não mais (ou somente) no espaço da produção, nas situações de trabalho, mas sim (ou também) em suas próprias residências. A aplicação irresponsável dos agrotóxicos mediante o recurso da pulverização aérea contamina toda a comunidade do entorno das fazendas do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, na região do Baixo Jaguaribe. Para citarmos um exemplo, voltemos novamente à comunidade do Tomé, no município de Quixeré, local onde se desencadeou os conflitos que levaram à morte de Zé Maria.

Chama a atenção, a proximidade entre as residências dos moradores e as áreas de plantio (Figura 15), sobretudo, da cultura da banana, dispostas no entorno do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi. Essa contiguidade tem propiciado danos negativos aos moradores, porém, paradoxalmente, os mesmos consideram como aspecto positivo a possibilidade de trabalhar nos estabelecimentos empregadores presentes na Chapada do Apodi.





Figura 15: Imagem de satélite da comunidade de Tomé.

Fonte: Google Earth, Data da Imagem: 21/10/2009.

Na comunidade do Tomé, a proximidade das áreas de plantio faz com que a comunidade seja alvo de diversas formas de contaminação por agrotóxicos. A pulverização aérea, por sua vez, é a atividade mais temida pelos moradores e é, também, responsável por desencadear uma série de eventos políticos e de confronto entre moradores, lideranças comunitárias, pequenos produtores e empresários. A partir daí, o que temos observado nos últimos anos é a evolução da “temperatura social” no Baixo Jaguaribe mediante a articulação de diversas entidades da sociedade civil, movimentos sociais, igreja, universidades, etc.

Com o desenvolvimento de pesquisas e a produção de informações que compõem o quadro da saúde ambiental e dos trabalhadores no Baixo Jaguaribe, os movimentos sociais e toda a sociedade passaram a dispor de informações concretas sobre o alcance das práticas predatórias perpetradas pelas atividades do agronegócio globalizado.

A respeito das pulverizações, Marinho; Carneiro; Almeida (2011, p.175) estimam que, por ano, cerca de 442.500 litros de calda tóxica são lançados na região do Baixo Jaguaribe, principalmente nas áreas de cultivo da banana, com o objetivo de combater a evolução da Sigatoka-amarela. Na calda tóxica utilizada constam seis produtos agroquímicos, sendo um com classe toxicológica do princípio ativo

considerado extremamente tóxico, um muito tóxico e os quatro restantes classificados como medianamente tóxicos. No que diz respeito à classe ambiental, todos foram considerados como "Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente". De acordo com autores supracitados:

As pulverizações acontecem como uma rotina e vêm se intensificando na medida em que as áreas de plantio do fruto são ampliadas. Afeta de maneira perversa a comunidade, tornando-a refém das pulverizações sendo por muitas vezes atingida diretamente, conformando no principal motivo das queixas dos moradores. Os principais sintomas percebidos são característicos da exposição a venenos, principalmente cefaléias, vômitos, náuseas e alergias, além de relatos sobre morte de animais, de galinhas, pássaros e peixes sempre que a 'chuva de veneno' acontece. (Marinho; Carneiro; Almeida, 2011, p.169-170).

A pulverização ocorre desrespeitando as normas exigidas para a atividade. Os moradores destacam as práticas abusivas e autoritárias dos produtores e empresários ao permitir a pulverização sem a devida preocupação com os trabalhadores das fazendas e também com os moradores que vivem nas proximidades das áreas de plantio na Chapada do Apodi.

O avanço na utilização dos agrotóxicos também afeta diretamente a qualidade da água, seja a água proveniente das chuvas, dos rios, lagos e aquíferos. As comunidades da Chapada do Apodi são atingidas pela contaminação da água utilizada para o consumo humano. No Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi existe uma extensa rede de abastecimento hídrico para as atividades de irrigação. Essa rede é formada por canais de adução que se estendem por mais de 14 km e trazem água do rio Quixeré mediante estação de bombeamento para o topo da Chapada do Apodi (110m acima do canal de captação). Para que tenhamos a exata noção, a mesma água que percorre o projeto de irrigação pelos canais abertos (Figura 16) e piscinas de irrigação e que, portanto, recebe diretamente o escoamento das águas contaminadas com agrotóxicos, é a mesma água que é distribuída para o abastecimento humano de oito comunidades da Chapada do Apodi.



Figura 16: Canal do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi.

Fonte. Juscelino E. Bezerra. Limoeiro do Norte (CE), Março de 2010.

Recordemos a fala do próprio Zé Maria durante entrevista concedida poucos meses antes de sua morte, em trabalho de campo, do curso de Geografia da UNESP/Presidente Prudente, do qual pudemos participar, na qual ele denunciava que:

Em média de umas 1.100 famílias que usufruem dessa água (água das piscinas de irrigação) para tudo! inclusive no Tomé... o Tomé, acredito eu que 5% da comunidade compra água. Lá em casa, no meu comércio, vocês viram ali meu comércio eu vendo muita água, mas não atinge mais que 5%, por que os outros não pode comprar, e a maioria bebe do jeito que sai daqui chega lá nem no filtro passa só chega aqui e beber, e aqui passa um avião por cima pulverizando essas banana ai ó, isso aí que vocês tão vendo aí ó, passa o dia jogando veneno aqui dentro ó, aí dentro há trator se esborrando de óleo, é enfim... Isso aqui é uma verdadeira imundice, é uma água, uma água de péssima qualidade para consumo humano. (Entrevista Zé Maria, Outubro de 2009).

A contaminação perpetrada pelas empresas e produtores de frutas na Chapada do Apodi, acomete também as reservas hídricas do aquífero Jandaíra, manancial de águas subterrâneas, localizado nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

De acordo com relatório organizado pela Agência Nacional das Águas (2010, p. 38) sobre a avaliação dos recursos hídricos subterrâneos dos aquíferos da Chapada do Apodi, entre eles o Jandaíra, dos vinte principais usuários das águas subterrâneas registrados na região de estudo, apenas um (a Companhia de Abastecimento do Rio Grande do Norte) não pertencia a nenhum grupo do agronegócio. Dos dezoito restantes, quinze eram provenientes da fruticultura irrigada e quatro da carcinicultura. Vale ressaltar, que o maior consumidor das águas subterrâneas do aquífero Jandaíra foi a empresa multinacional americana Del Monte Fresh. A empresa dispunha de 44 poços com capacidade instalada de 4720m<sup>3</sup>/h, o que lhe confere maior quantidade de poços e de vazão do que a Companhia de Abastecimento Urbano do Estado do Rio Grande do Norte, nos municípios de Mossoró e Baraúna, com vazão de 1499m<sup>3</sup>/h.

A utilização da água do aquífero Jandaíra por parte dos produtores de frutas não se fez sem consequências nocivas para a qualidade da água. Para além do rebaixamento dos níveis de água pelo aumento da perfuração de poços pelos produtores, a qualidade da água está comprometida. Marinho, Carneiro e Almeida (2011, p. 190), baseados no relatório organizado pela COGERH, identificaram que na análise dos resíduos de agrotóxicos na água da bacia potiguar, onde foram coletadas dez amostras em dois períodos (julho e outubro de 2008), houve indícios de contaminação em cinco amostras no primeiro período e de apenas um no segundo período. Segundo os autores: "Os agrotóxicos encontrados no período de julho de 2008 são inseticidas, acaricidas e fungicidas, produtos utilizados tipicamente no período pelas culturas do melão, banana e abacaxi".

Ainda na "cola" da rede de produção das frutas, atentos ao período da circulação, ou seja, quando se tem as frutas já colhidas, podem existir casos de contaminação entre os trabalhadores pelos simples fato de os mesmos lidarem diretamente com o manuseio das frutas no momento do transporte, ou seja, na própria circulação e distribuição dos produtos é possível ocorrer casos de contaminação. Por fim, no momento do consumo temos a continuidade da contaminação e dos seus efeitos a partir da ingestão direta das frutas produzidas com a utilização dos agrotóxicos.

É nesse instante que os agravos à saúde se generalizam e podem alcançar milhões de pessoas nos mais variados lugares. Portanto, ao propiciar o surgimento de doenças que podem afetar a pessoa que consome uma fruta contaminada, os agrotóxicos, novamente, retornam ao seu nível mais micro escalar, ou seja, a escala do próprio corpo. Dito isso, podemos perceber, então, o sofrimento tanto do corpo do trabalhador como do corpo do consumidor (RIGOTTO<sup>53</sup>, 2004; ASCERALD<sup>54</sup>, 2010). Estes estão susceptíveis a doenças crônicas e agudas que evoluem ao longo do tempo. Nesse contexto, é possível constatar que a contaminação via utilização de agrotóxicos na fruticultura possui uma dinâmica multiescalar, evidenciando a existência de uma geografia nociva dos agrotóxicos que afeta, sobremaneira, os trabalhadores.

Não poderíamos finalizar nossas intervenções sobre a utilização dos agrotóxicos na rede de produção da fruticultura e os rebatimentos para o corpo do trabalhador sem tocar em um ponto fundamental: quem dá início a toda essa rede da morte? A resposta a essa questão nos levaria a uma investigação sem precedentes, cuja rede causal demonstraria ser vultosa. Mesmo sabendo as nossas limitações devemos destacar o papel das empresas que fabricam os agrotóxicos.

As principais empresas que produzem essas substâncias tóxicas e fazem do Brasil o líder<sup>55</sup> em sua utilização, são, em sua grande maioria, formadas por transnacionais, tais como: a Bayer, Dupont, Syngenta, entre outras.

As transnacionais do agrotóxico possuem um potencial invejável de capilarização territorial das suas atividades por uma complexa rede de produção e comercialização nas mais distintas e afastadas localidades rurais presentes em diversos países.

De certa forma, podemos afirmar que seu poder de ação consegue imbricar-se com a escala global e local. Global nos termos da operação ideológica e midiática

---

<sup>53</sup> "As implicações sociais e ambientais das inovações tecnológicas e organizacionais mostram suas marcas no corpo dos trabalhadores" (RIGOTTO, 2004, p. 400)

<sup>54</sup> Para o autor, a degradação dos corpos dos trabalhadores deixam transparecer a contaminação "produtiva" interna aos ambientes de trabalho industrial e agrícola.

<sup>55</sup> De acordo com disponibilizados pelo Sindicato Nacional da Industria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDAG) e citados por Londres (2011, p. 19) :“Entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos. Foram 986,5 mil toneladas de agrotóxicos aplicados. Em 2009 ampliamos ainda mais o consumo e ultrapassamos a marca de 1 milhão de toneladas – o que representa nada menos que 5,2 kg de veneno por habitante.”

que faz em todo o mundo, pregando sua importância na garantia da oferta de alimentos para a população mundial, sua complexa engenharia institucional mediante acordos espúrios com diversos setores da classe política de vários países, inclusive no Brasil, e os investimentos em pesquisa para o controle da biodiversidade e a criação de novos pacotes de produtos para empresas e agricultores.

Na escala local, há uma mediação que se dá, sobretudo, na descentralização dos pontos de venda e na isenção fiscal que permite a maior circulação e venda dos produtos, beneficiando-se das transações comerciais pela rede urbana e pelos fluxos campo-cidade. Nesse ínterim, a partir do crescimento do consumo produtivo, várias cidades médias e locais tornaram-se importantes centros de comercialização de produtos do agronegócio, a exemplo dos agrotóxicos.

Como se percebe, estamos longe de abarcar todos os desdobramentos que o tema contém. Todavia, nosso esforço está centrado em discutir os casos mais evidentes que acometem a saúde dos trabalhadores nos espaços de produção do agronegócio globalizado, e destacar os responsáveis por esses agravos. Para nossa surpresa, a contaminação dos trabalhadores no contexto do agronegócio pode ser realizada inclusive no contato com o lixo, resultado do descarte dos resíduos da produção do agronegócio. Portanto, faz-se mister observar o momento do descarte como um processo que pode acarretar sérios riscos à saúde, como também representa a complexificação do quadro de precarização do trabalho no contexto do agronegócio.

#### **6.4 Agronegócio no lixo? a expansão da rede de precarização do trabalho**

Em nossa pesquisa sobre a dinâmica geográfica do trabalho nas microrregiões de expansão da fruticultura na Região Nordeste, deparamo-nos com inúmeras facetas do mundo do trabalho. E para além daqueles trabalhadores e trabalhadoras que atuam na produção de frutas para exportação, encontramos como setor subsidiário da atividade do agronegócio pequenos estabelecimentos, onde se dá parte do processo de reciclagem dos materiais utilizados pelas empresas frutícolas.

O crescimento da produção do agronegócio possui um aspecto raramente destacado, objeto de preocupação em outros setores a exemplo da indústria e que,

somente agora, também acomete o agronegócio globalizado, ou seja, a questão dos resíduos da produção agrícola realizada em grande escala.

No caso da fruticultura pode-se pressupor que como se trata de um produto *in natura*, os resíduos sólidos descartados não ofereciam preocupação epidemiológica. Todavia, quando visitamos as áreas de produção e conhecemos os locais onde são depositados os resíduos sólidos é que temos a real medida, não só do tamanho e da escala do problema da contaminação, como também do desafio que as empresas terão de enfrentar quanto à destinação final dos produtos. Geralmente, a discussão que é feita sobre a questão dos resíduos associados à produção agrícola recai, inevitavelmente, na destinação das embalagens dos agrotóxicos. Porém, é preciso salientar que a produção do agronegócio em grande escala produz, igualmente, lixo em grandes proporções (Figura 17).



Figura 17:Local de depósito dos resíduos da produção em empresa produtora de melão.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Baraúna (RN), Fevereiro de 2010.

Exemplo da produção em grande escala pode ser apontado pelo crescimento da área plantada e da quantidade produzida do melão no Ceará e no Rio Grande do Norte. De acordo com dados produção agrícola municipal do IBGE, a quantidade produzida em toneladas de melão na Região Nordeste, no período de 1990 a 2010,

cresceu de 50.162 t para 456.686 t. Somente os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, locais onde se concentram as recicladoras do agronegócio, foram responsáveis em 2010, por 86,59% da quantidade produzida no Nordeste.

Os produtos de maior proporção utilizados na atividade de reciclagem na Chapada do Apodi provêm da utilização das mantas agrotêxteis e do plástico de polietileno preto, adotado, principalmente, na cultura do melão.

Nos últimos anos, mediante os avanços nas técnicas de plantio, as empresas do agronegócio da fruticultura passaram a introduzir a técnica do *mulching* como resultado da inserção da plasticultura, ou seja, do uso do plástico na agricultura, especialmente, para o cultivo protegido de frutas e hortaliças, a exemplo das estufas.

O *mulching* pode ser definido como a cobertura do solo que pode ser feita mediante a forração plástica ou com material orgânico (BRAGA et al, 2010). No caso da cultura do melão, o plástico (polietileno preto) é aplicado para proteger o contato do fruto com o solo, ajudando a reter água e fertilizante. O plástico também permite a diminuição da amplitude térmica e promove o crescimento mais rápido e uniforme dos frutos. Ainda na produção do melão, em determinadas etapas da produção é colocada sobre os melões a manta agrotêxtil de tecido não tecido (TNT) (Figura 18). O uso do *mulching* contribui para diminuir a quantidade de agroquímicos, uma vez que o cultivo protegido auxilia na prevenção das pragas.





Figura 18: Extensão do uso da plasticultura no cultivo do melão.

Fonte: Google Earth e Juscelino E. Bezerra, Mossoró (RN), Junho de 2012.

A colocação das mantas agrotêxteis é realizada manualmente pelos trabalhadores por toda a área de plantio. A atividade por sua própria envergadura e alcance requer um trabalho extenuante e de muito esforço físico (Box IX).

#### BOX IX

Relatamos a experiência de um trabalhador na colocação de mantas de TNT na cultura do melão em Russas. Para tal reproduziremos parte da entrevista na qual fica patente a precarização do trabalho.

**Juscelino:** O seu pai já havia comentado comigo que uma vez você ficou muito doente, por que estava trabalhando demais...

**Trabalhador Rural:** Isso!

**Juscelino:** Como foi esse período? Por que você ficou doente?

**Trabalhador Rural:** Porque foi exigido muito esforço da parte deles, pra mim. Porque, assim, eu trabalhei três anos consecutivos numa firma e outro ano eu fui trabalhar em outra firma. Ai é a questão de que eu havia lhe falado, numa firma eu colocava sete carreira de manta, e na outra firma assim que eu comecei eu coloquei quarenta carreira de manta, ou seja, fiz muito avançado.

**Juscelino:** Como era esse trabalho de colocar a manta que você tinha comentado?

**Trabalhador Rural:** Assim a gente coloca tipo um papel higiênico, um produto bem fino, bem fino... a gente coloca em cima da manta, é um rolo de setenta quilos, a gente coloca o cabo da enxada nos buracos e sai correndo com o rolo... de cem em cem metros estica um pedaço, e volta um pouco de vinte em vinte metros, depois sai costurando de dois em dois palmos, cinquenta e cinquenta centímetros,

**Juscelino:** Então isso era muito desgastante fisicamente!

**Trabalhador Rural:** As sete carreiras não era muito desgastante, por que a gente terminava pra doze hora, duas e meia da tarde, né! Já as quarenta a gente terminava pras quatro hora da tarde... cinco!

**Juscelino:** Aí quando você terminava, terminava muito cansado?

**Trabalhador Rural:** muito baqueado, muito!

**Juscelino:** E aí você começou a perder peso, foi isso?

**Trabalhador Rural:** comecei a perder peso... antes de um mês eu perdi quatro quilos na empresa A... aí eu comecei a pegar fraqueza, comecei a pegar fraqueza. Comecei a secar mesmo, as pessoas olhavam pra mim e... pra que que tá fazendo que tá secando desse jeito? Eu digo nada não só trabalho! Mais eu tinha uma opinião, tinha uma rulha (intriga), eu sei que a opinião mata, mas eu dizia que só saia de lá morto!

**Juscelino:** Por que isso?

**Trabalhador Rural:** Porque eu falava muito com minha esposa que... eu não quero ver você nem minha filha passar fome!

**Juscelino:** Então você acha assim que esse esforço, você pensava sempre neles!

**Trabalhador Rural:** Sempre neles dois! Minha esposa é testemunha disso, porque eu conversava muito com ela... muitas vezes chorava, chorava mesmo quando voltava do trabalho, chegava cansado, só fazia mesmo descer da bicicleta, a bicicleta caia lá no chão e eu sentava aí, deitava aí na cozinha e chorava.

**Juscelino:** Você chorava...

**Trabalhador Rural:** sim, ela dizia, meu filho, saia dessa firma, meus irmão, meu pai ligou pra mim... filho saia dessa firma que você vai morrer, eu digo, saio não,... teve uma certa vez que eles colocaram uma empeleita, e foi cento e vinte carreira, aí eu falei que não pegava a empeleita, aí ele foi e disse que no dia trinta eu saía fora.

**Juscelino:** Então tem um tipo de ameaça se você....

**Trabalhador Rural:** com certeza! se você pega você sai fora da ameaça! se você não pegar a empeleita você fica dentro da ameaça, você fica tipo assim, sendo olhado.

**Juscelino:** Essa mesma empresa que você está relatando esses momentos difíceis é a empresa que possivelmente daqui há uns três meses você vai voltar a trabalhar nela?

**Trabalhador Rural:** não nessa não!

**Juscelino:** Vai trabalhar em qual?

**Trabalhador Rural:** Por que isso aconteceu na empresa A e eu estou pretendendo entrar na empresa B!

**Juscelino:** Mas se a empresa A lhe chamar você vai?

**Trabalhador Rural:** Não! De maneira nenhuma!

**Juscelino:** Por causa desse...

**Trabalhador Rural:** Por causa disso! E entre outros conflitos que aconteceram lá, até mesmo com os capataz. Por eu não pegar e responder eles, e eles responderam também, eu dizia não, eu não pego e não pego! Eles acham que é um desrespeito, você... você se defender, nesse caso!

**Juscelino:** Então, quer dizer que é verdade que o seu pai mandou você voltar para a sua terra de origem por que se não você iria... literalmente morrer de trabalhar! Ou seja, quando você pensou na sua esposa, e na sua filha, pensou em não dar dificuldade, você também pensou que poderia morrer no trabalho?

**Trabalhador Rural:** Pensei! Coisa que pra mim era um orgulho morrer trabalhando!

**Juscelino:** Por quê?

**Trabalhador Rural:** às vezes... assim pelo comentário, pela memória! Seria, de um lado seria assim... comentário, de outro seria comentado de outras formas, assim: foi um louco! Um besta! Um doido morrer no trabalho, eu não faria isso... e por outro, dizia assim... trabalhou muito, muito trabalhador! Muito corajoso! Isso pra mim era gratificante. Eu sei que é uma coisa louca, mais é muito louco mesmo. (risos!)

**Juscelino:** Você acha que as pessoas de lá, sabendo que você era assim, exploraram essa sua personalidade, de se dedicar ao máximo ao trabalho.

**Trabalhador Rural:** Explorava, por que a a gente começou com quarenta mantas, aí foi a nossa turma que terminou primeiro... aí eles ficaram já de olho... na próxima empeleita eles

passaram a cinquenta e seis, a gente terminou mais cedo que as outras (turmas), na próxima eles passaram a oitenta e seis, a gente terminou já por segundo, aí na próxima pra cento e vinte. Eu fui e desisti, e três pessoas que pegaram ficaram doentes... terminaram doentes... febre, vômito, dor de cabeça, pelo esforço...

**Juscelino:** E o que você sentia?

**Trabalhador Rural:** Não nem peguei, né!

**Juscelino:** Mas, assim, quando você chegou e reconheceu que você estava no seu máximo?

**Trabalhador Rural:** Eu me lembrei de ...de uma certa reportagem que eu vi de um homem que trabalhava na cana, ele cortou um certo período, né, e ele disse que dava para ir além do que ele achava que dava e quando ele terminou o certo período que ele achou que dava pra ir, quando ele terminou a última cana ele morreu, e... eu vi que eu não conseguia mais ir, eu parei, eu temi ...

**Juscelino:** Vocês ganhavam mais por isso que vocês faziam?

**Trabalhador Rural:** Ganhamos!

**Juscelino:** Era isso que lhe motivava a fazer mais?

**Trabalhador Rural:** com certeza! É... eu olhava as pessoas esforçadas mais de que eu, que tinha dois anos, um ano e meio... tiravam novecentos reais (R\$: 900,00), oitocentos (R\$: 800,00)... o meu objetivo era chegar pertinho deles, do salário, e o último foi de setecentos e setenta e nove (R\$: 779,00).

**Juscelino:** Foi o seu limite?

**Trabalhador Rural:** Foi meu limite!

**Juscelino:** Setecentos e setenta e nove reais (R\$: 779,00)!

**Trabalhador Rural:** Setecentos e setenta e nove (R\$: 779,00)!

Depois de ter o melão cultivado e colhido, todo o material (polietileno preto e as mantas de TNT) é retirado, descartado e direcionado para determinados locais das fazendas para a coleta por parte das recicladoras. Além dos materiais mencionados também são descartados mangueiras de irrigação, embalagens de produtos químicos diversos, uniformes utilizados pelos trabalhadores, entre outros. As empresas vendem esse material para as fábricas, onde tem início o trabalho na reciclagem.

É importante ressaltar que algumas empresas fazem marketing social e ambiental (a exemplo da reciclagem de materiais como iniciativa da empresa) de ações que já são prescritas pelas normas ambientais, sobretudo, com a recente criação da política nacional de resíduos sólidos e da efetividade da aplicação da lógica reversa, que já atua no caso das embalagens de agrotóxicos.

Ainda, no quesito destinação dos resíduos pairam muitas dúvidas, inclusive dos próprios responsáveis pela atividade, sobre a questão da cadeia produtiva dos materiais recicláveis. De acordo com informações coletadas junto aos proprietários, as mantas de TNT são usadas, por exemplo, na fabricação de cadeiras de plástico e fraldas descartáveis. Quanto ao uso do polietileno de cor preta, esse é utilizado para

a obtenção da pigmentação de mesma cor e na produção de inúmeros subprodutos produzidos a partir do plástico.

Contrastando com outras regiões mundiais, a exemplo da Andaluzia, na Espanha, onde a preocupação ambiental com a reciclagem é urgente, devido à existência de toneladas de resíduos plásticos provenientes dos invernaderos oriundos das estruturas produtivas de Horti-Frutis. Ao consideramos o Brasil e, mais especificamente as principais áreas de exploração da fruticultura, caminhamos a passos lentos com relação às iniciativas de combate direto à problemática dos resíduos plásticos na agricultura. Seu alcance ainda é diminuto se pensarmos a relação contraditória entre os índices de produtividade e a quantidade de empresas que atuam na Chapa do Apodi na produção de frutas.

A quantidade estimada de resíduos plásticos resultante da produção de frutas nas regiões em destaque é desconhecida. Durante nossa consulta bibliográfica sobre o tema do agronegócio da fruticultura, não encontramos qualquer menção à existência de atividades em relação à reciclagem de resíduos do processo.

Aliás, essa dificuldade de encontrar material bibliográfico sobre a produção agrícola de resíduos envolvendo o setor do agronegócio, para além da destinação das embalagens de agrotóxicos, tem nos motivado a intensificar nossos estudos sobre a temática. O que faremos em estudos posteriores com as atenções voltadas aos impactos da saúde dos trabalhadores.

É no âmbito do trabalho nas recicladoras que podemos notar o grau de exploração e descaso para com a saúde dos trabalhadores, principalmente no período no qual as empresas encerram a safra e os mesmos são dispensados, tornando-se alvos fáceis na inserção precária que caracteriza o trabalho na região. Tivemos a oportunidade de conhecer duas empresas recicladoras de resíduos sólidos provenientes do agronegócio frutícola nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A recicladora situada no município de Quixeré (CE) possui maior infraestrutura, pois dispõe de galpão, no qual os materiais oriundos das empresas do agronegócio são armazenados e onde se dá o trabalho dos funcionários da recicladora.

As etapas de trabalho na atividade de separação, classificação e processamento dos resíduos recicláveis põem em evidência as condições degradantes dos trabalhadores que se encarregam das rotinas de trabalho (Figura 19).

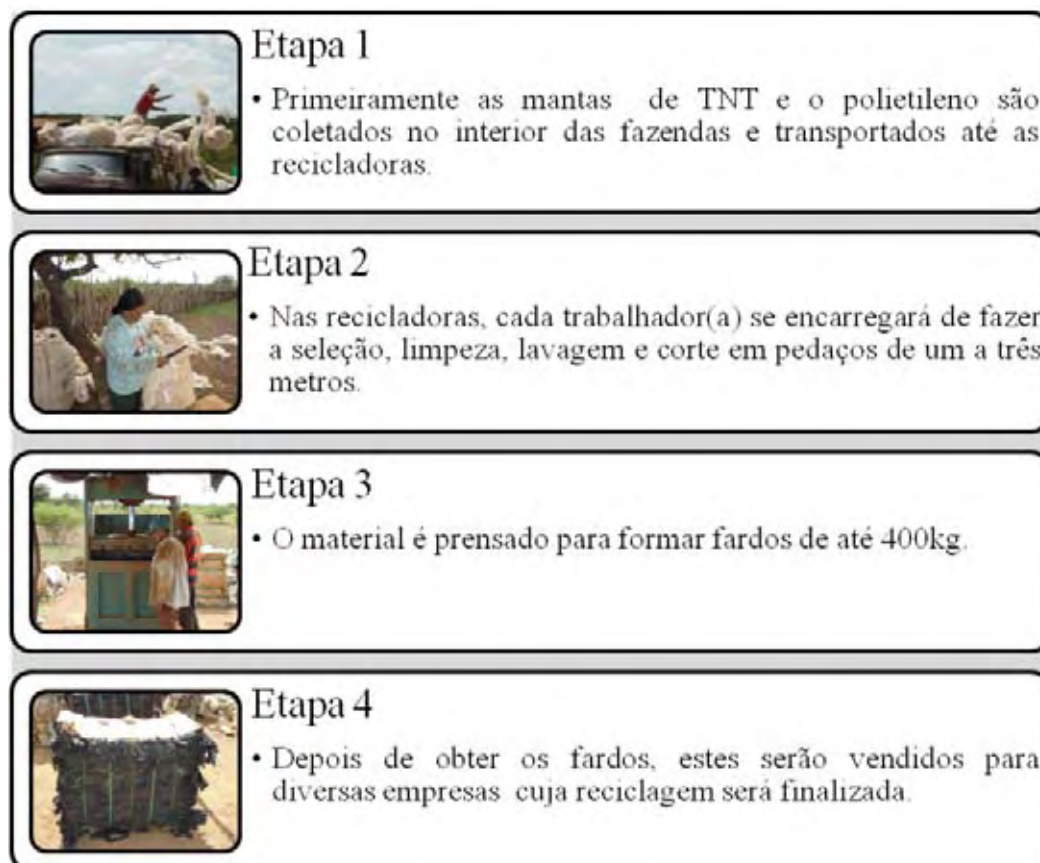


Figura 19: Etapas do processo produtivo nas recicladoras do lixo do agronegócio.

Fonte: Juscelino E. Bezerra.

Nas atividades destacadas (Figura 19), as ações de limpeza, corte, prensa e carregamentos são realizadas por homens e mulheres, sendo que, principalmente, as mulheres atuam na tarefa de seleção, corte e limpeza. Já os homens são responsáveis por realizar o carregamento e transporte dos materiais até o local de trabalho, como também operar a prensagem dos resíduos para compor os fardos. Na recicladora cearense, segundo informações do proprietário, existem 30 funcionários contratados, com carteira assinada, sendo a maioria composta por mulheres. A média salarial dos trabalhadores é de apenas um salário mínimo. Chama atenção a habilidade das mulheres trabalhadoras (Figura 20), pois realizam tarefas repetitivas manuseando facas para o corte das mantas em tiras de até 3 metros.



Figura 20: Trabalhadora na atividade de reciclagem.  
Fonte: Juscelino E. Bezerra. Quixeré (CE), Fevereiro de 2010.

Os homens que trabalham no carregamento das mantas e do “mauche” (como os trabalhadores denominam o polietileno preto) reclamam, sobretudo do último que é o mais difícil e demorado de realizar, já que o mesmo é leve, sendo necessário carregar muito material para completar apenas um caminhão.

São muitas as denúncias com relação às condições de trabalho na recicladora cearense. Destacamos o registro de trabalho infantil no braço informal da empresa, a inexistência de EPI para os trabalhadores, como também a morte de um trabalhador da reciclagem, vítima de acidente de trabalho no transporte dos materiais das empresas para os galpões.

A recicladora que opera no Rio Grande do Norte, no município de Baraúna, encontra-se em situação problemática, pois a atividade de reciclagem é toda realizada mediante o trabalho informal, ou seja, em condições ainda mais precárias e num ambiente insalubre de trabalho. Os trabalhadores, reunidos em pequenos grupos, trabalham no mesmo espaço onde o proprietário firmou contrato com a prefeitura local para despejar todo o lixo da cidade de Baraúna (Figura 21).





Figura 21: Ambiente de trabalho na empresa recicladora.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Baraúna (RN), Março de 2010.

O resultado é que os trabalhadores se expõem ao Sol, convivendo lado a lado com o lixo urbano coletado na cidade. O proprietário, visando diminuir os custos da atividade, pretende realizar acordo com os responsáveis pelo presídio municipal para que os detentos possam realizar as atividades de reciclagem dos resíduos do agronegócio.

O que chama atenção para o caso dos trabalhadores (as) da atividade de reciclagem é que parte significativa já trabalhou nas empresas de produção de frutas, tanto no Ceará como no Rio Grande do Norte. Ou seja, a experiência do trabalho na reciclagem também se dá no contexto da produção do agronegócio, porém, agora, sua atividade deixa os espaços de produção, ou seja, nas atividades dos tratos culturais ou no *packing house*, para a lida com o descarte de toneladas de materiais utilizados na produção de frutas para exportação.

Os apontamentos de Thomaz Júnior (2009) acerca do que o autor chama de *plasticidade do trabalho* chamam atenção para a existência de diversas experiências laborais onde o sujeito que trabalha, convive com inúmeras facetas do mundo do trabalho, adentrando em diversos círculos de sociabilidade tanto no campo como na cidade, trabalhando num curto espaço de tempo em distintas ocupações. Nesse contexto, o trabalho na reciclagem é, sem dúvida, completamente diverso das

ocupações que costumam abrigar os trabalhadores com menor qualificação. Quando observamos o universo do trabalho das mulheres, essas opções de trabalho são ainda mais restritas. Durante entrevista realizada com as trabalhadoras, muitas afirmaram que procuraram o serviço na recicladora por não conseguirem emprego nas empresas ou em outro setor da economia.

É importante salientar que no quadro social da região, as oportunidades de emprego formal estão limitadas, quase que exclusivamente, às empresas da fruticultura. Portanto, mesmo quando os trabalhadores atuam na atividade das recicladoras, essas dependem diretamente do sucesso do agronegócio. Ou seja, qualquer adversidade que afete diretamente as empresas, tais como a ocorrência de chuvas fora da estação, a diminuição das vendas de frutas na Europa ou mesmo a queda do dólar, pode acarretar a demissão de milhares de trabalhadores e levar a uma crise generalizada da pequena economia local e regional fortemente associada à massa de salário proveniente dos trabalhadores safristas e das demais atividades.

O que chamamos atenção para o caso das recicladoras é que em sendo esse um setor subsidiário do agronegócio, os trabalhadores envolvidos nessa atividade estão "ainda" situados na rede de produção do agronegócio. Invariavelmente, nos espaços de trabalho nas fazendas produtoras de frutas, e, agora, com a continuidade nos estabelecimentos que realizam parte da reciclagem dos resíduos, o risco da contaminação por agrotóxicos continua sendo o centro das preocupações quanto à saúde do trabalhador.

Nos estabelecimentos que visitamos, percebemos que os trabalhadores e trabalhadoras em todas as fases de realização da atividade não utilizavam qualquer proteção na manipulação direta com os materiais provenientes das fazendas. Embora não possamos afirmar que há de fato resíduos tóxicos nos materiais enviados pelas empresas, a assertiva contrária também ainda não foi garantida. Nesse caso, a saúde dos trabalhadores está ameaçada pelo agronegócio dentro e fora das fazendas.

Os estabelecimentos da atividade da reciclagem são totalmente dependentes das empresas da fruticultura, o que os torna um setor subsidiário do agronegócio. A importância que entendemos em perscrutar esse tipo de atividade está na constatação de que, para além das precárias condições em que os trabalhadores são



submetidos no interior das empresas, onde atuam na produção de frutas, sendo constantemente expostos à contaminação por agrotóxicos e pela carga elevada de trabalho no período da colheita com jornadas (contando do momento em que deixam suas residências) de até 14 horas, os mesmos trabalhadores são explorados na atividade de reciclagem, estando mais uma vez imersos na esteira da precarização.

Tal fato nos permite confirmar a assertiva da existência de uma rede de precarização do trabalho envolvendo o agronegócio. Sendo assim, se o setor em análise só pode ser entendido hoje, quando situado na formação de uma rede, a precarização que é corolário desse modelo de produção e uma condição inequívoca para o percalço do setor deve igualmente ser compreendida em cada momento da rede de consecução do agronegócio.

## Capítulo 7 - Agronegócio frutícola e os conflitos territoriais em questão

Contrariando o ditado de que contra fatos não há argumentos, devemos destacar que nem só de empresas é que se produz socialmente o espaço agrário nordestino. Mesmo considerando o recente avanço do agronegócio e a criação do que poderíamos chamar de uma nova paisagem geográfica, presente nas áreas de difusão da fruticultura, devemos reconhecer que paralelo ao desdobramento de uma territorialidade, marcadamente regida pela apropriação capitalista, tem-se, também, o território das lutas sociais, das ocupações, dos acampamentos, dos assentamentos e de toda forma de organização social voltados para a luta pela terra e pela água e orientados para a reprodução da vida.

Desse modo, faz-se cada vez mais necessário entender os conflitos territoriais paralelamente ao avanço do agronegócio. Desta feita, o objetivo do presente capítulo é analisar a diversidade de conflitos territoriais nas regiões de produção da fruticultura, ressaltando as situações sociais enfrentadas pelos trabalhadores diante do avanço do capital. Para tal, trataremos de evidenciar em cada microrregião aqueles conflitos que julgamos importantes para compreender o confronto entre territorialidades. Entendemos a territorialidade de acordo com Porto-Gonçalves (2006) quando argumenta que:

... a questão das territorialidades (...) é a questão das relações que homens e mulheres socialmente estabelecem entre si e com a natureza num espaço-tempo determinado que, cada vez mais, implica a imbricação de diversas escalas. Afinal, é no espaço concreto que cada ser, com sua temporalidade, não só *está* como *é*. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.278-279).

É importante salientar que os conflitos, sobre os quais faremos menção, não são os únicos encontrados. Ressaltamos, também, a dificuldade que qualquer pesquisa tem de ser a mais próxima da realidade. Ou seja, muitos dos conflitos pesquisados ao longo dos quatro anos do doutorado estão ainda em pleno vigor,

outros perderam força, sucumbiram ou ganharam novos enunciados. Por fim, destacamos também a importância da realização de estudos sobre os conflitos territoriais nas áreas de expansão do agronegócio no Nordeste.

\*\*\*

De um modo geral, podemos afirmar que os sujeitos sociais que se organizam por meio dos movimentos sociais de contestação ao agronegócio e atuam, principalmente, pela: negação do latifúndio, da agricultura de mercado, da água enquanto mercadoria, da apropriação privada das infraestruturas públicas de viabilização da agricultura irrigada, da assistência técnica ineficiente e da precarização do trabalho a que são submetidos os trabalhadores (as) do agronegócio.

Todo esse bloco de negações cria, fatalmente, novas territorialidades, pois pressupõe o desenvolvimento de novas relações de poder sobre o território, cuja apropriação, no seu sentido mais coletivo, é potencializada. No plano mais geral, a atuação dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles mais integrados à escala internacional, propõe uma mudança na própria sociedade, conforme tendência apontada pelo surgimento de novos movimentos sociais (SHERER-VARREN, 2011)

Nas áreas de difusão do agronegócio no Nordeste, a promulgação de conflitos também dá vida a movimentos sociais que lutam pela terra e/ou pelo direito de permanecer nela, como também lutam pelo acesso e controle da água como demonstração da conflitualidade presente na questão agrária (FERNANDES, 2008), cujos desdobramentos deixam marcas profundas no território nordestino.

A análise da territorialização dos movimentos sociais, a partir da criação de assentamentos rurais no intervalo de 2000 a 2010, deixa clara a importância do conflito de terra nas regiões de expansão do agronegócio no Nordeste. No período supracitado, foram criados nas microrregiões 182 assentamentos rurais (Gráfico7) na forma de desapropriação, compra, confisco, arrecadação e doação, totalizando uma área de 286.132 ha.

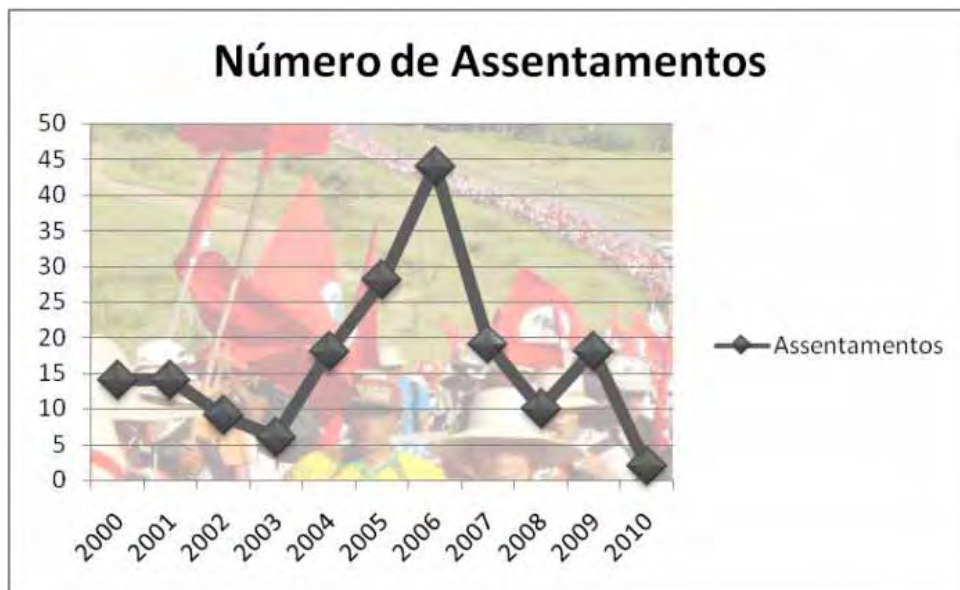


Gráfico 7 – Número de assentamentos (2000-2010) nas Microrregiões da fruticultura

Fonte: DATALUTA, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

O número de assentamentos cresceu significativamente a partir de 2003, justamente no primeiro ano de mandato do Governo Lula. O auge foi o ano de 2006, com a criação de 44 assentamentos. A partir daí houve um decréscimo significativo, sendo que em 2010, foram criados apenas dois assentamentos.

Ao considerarmos a distribuição destes assentamentos nas microrregiões de expansão da fruticultura (Gráfico 8), percebemos a concentração dos assentamentos em Petrolina e Juazeiro, ambos somam 80% de todos os assentamentos criados entre 2000 a 2010.

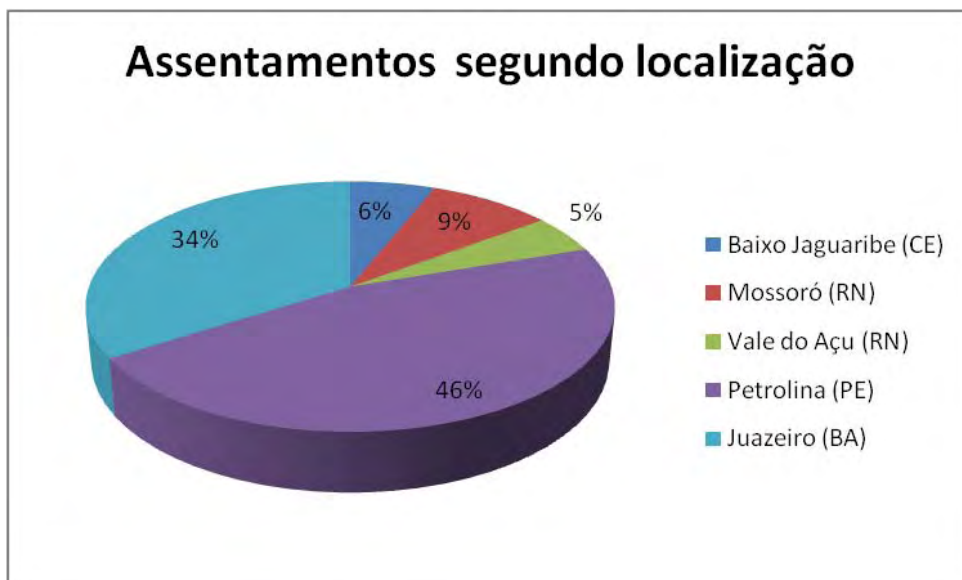


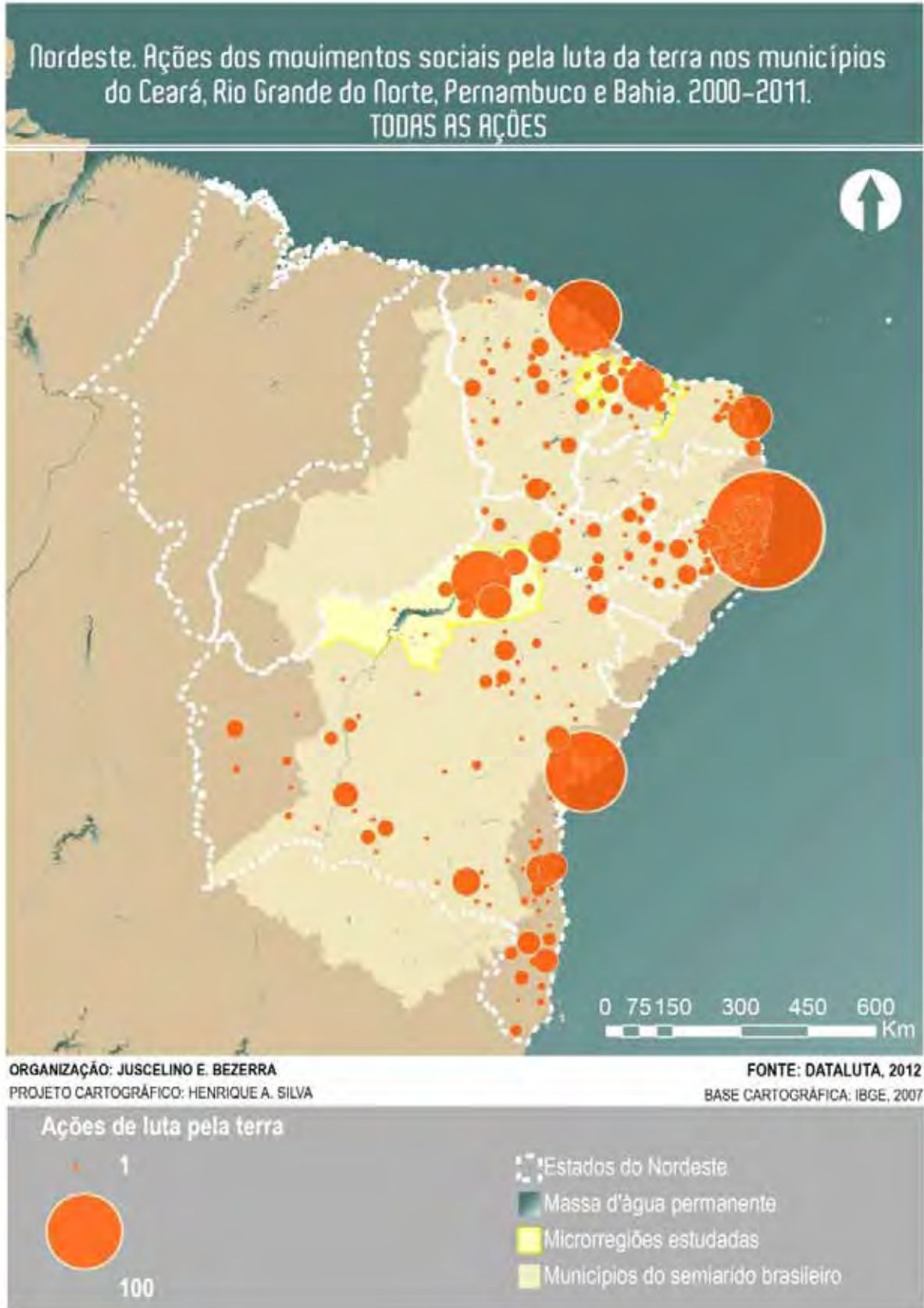
Gráfico 8 – Distribuição dos assentamentos nas Microrregiões da fruticultura

Fonte: DATALUTA, 2012. Org. Juscelino E. Bezerra

É importante destacar que a luta pela terra exhibe diversas formas de expressão, que ganham destaque não só no campo como também nas cidades. Exemplo disso é a participação política dos movimentos sociais nas ações de protesto em favor da luta pela terra realizadas nos principais centros urbanos, como estratégia para a pressão política dos órgãos governamentais, bem como para a mobilização de toda a sociedade.

As informações levantadas pelo Dataluta com relação às manifestações<sup>56</sup> realizadas pelos movimentos sociais e pela sociedade civil ilustram bem a atuação desses segmentos na manutenção da visibilidade da questão agrária no Brasil. Ao avaliarmos apenas os estados estudados em nossa pesquisa, fica clara a concentração das ações nas microrregiões de expansão do agronegócio da fruticultura e nas capitais dos respectivos estados (Mapa 10).

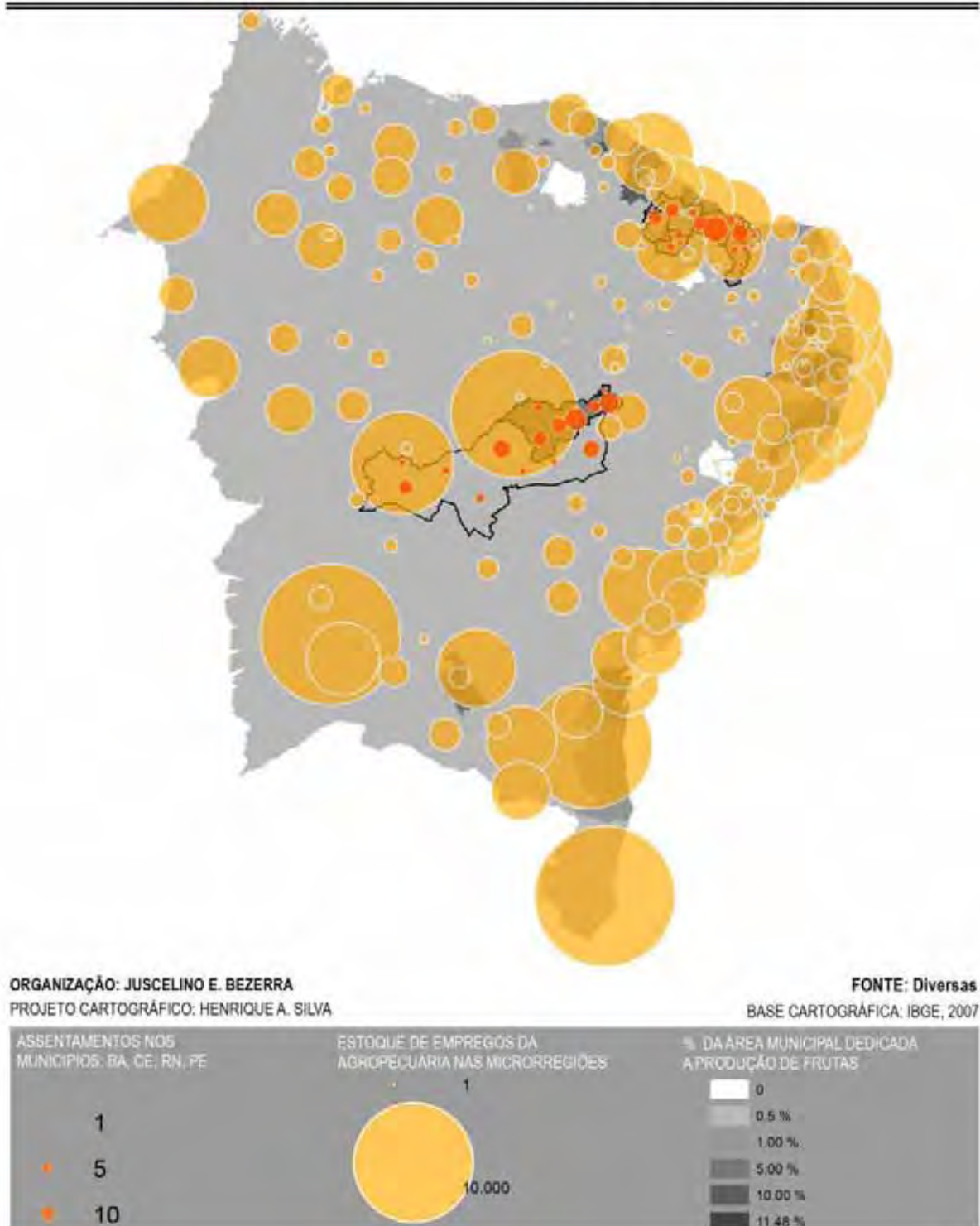
<sup>56</sup> O NERA tem tentado avançar na proposição de uma tipologia das manifestações do campo, tais como: ocupação de prédio, ato público, romarias, vigília, saque, audiência, interdições, entre outras.



Mapa 10: Manifestações de luta pela terra no CE, RN, BA e PE - 2000 a 2011.

Tentamos ilustrar também, uma síntese do que poderia representar a ação do capital do agronegócio ao se territorializar no semiárido a partir da produção de frutas. O seu contraponto, exemplificado a partir da criação de assentamentos rurais como expressão da luta pela terra e água, e o crescimento do mercado de trabalho formal como um dos principais impactos sociais da expansão da fruticultura no Sertão nordestino. (Mapa 11)

Assentamentos do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. 2010-2011.  
 Área de produção da fruticultura (manga, melão, uva, banana) no Nordeste. 2010  
 Empregos na agropecuária nas microrregiões do Nordeste. 2010



Mapa 11: Mapa síntese da atuação do agronegócio, da dinâmica do trabalho formal e das ações de resistência.



Percebemos pelo mapa que há uma superposição da ação do capital do agronegócio e a ação dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo pela criação de assentamentos rurais que, na experiência brasileira de luta pela Reforma Agrária, é o que temos de mais desafiador à tentativa de difusão do capital no campo.

O fato extremamente polêmico que gostaríamos de chamar atenção é para a presença dos movimentos sociais. Apesar dela refletir os conflitos territoriais nas regiões lócus do agronegócio frutícola, nem sempre tem significado a disputa mais direta entre movimentos sociais e o capital privado das empresas.

A existência de acampamentos e assentamentos próximos das empresas é, muitas vezes, um ponto positivo para essas. As empresas contratam massivamente acampados e assentados, tendo acesso fácil ao recurso da força de trabalho nas proximidades das fazendas. Tal fato ajuda a diminuir, sobejamente, os custos para os empresários com o pagamento e transporte dos trabalhadores.

No período da colheita dos produtos do agronegócio, os assentados deixam de plantar em suas terras para se empregarem temporariamente nas empresas. Eles são atraídos pela possibilidade de obterem rendimentos mensais garantidos, bem como ter acesso ao seguro desemprego para o período de entressafra. Devemos destacar, evidentemente, que o usufruto da renda obtida com o trabalho nas empresas não, necessariamente, representa a negação de sua condição de camponês<sup>57</sup>, muito menos de sua perspectiva política de sem terra. Isso pode ser comprovado quando encontramos inúmeros casos de trabalhadores que investem parte do salário na agricultura de sequeiro na época de entressafra. É justamente nesse momento que os assentados voltam a se dedicar ao plantio de suas terras.

Diante de tamanha diversidade, a leitura da dinâmica geográfica do trabalho aparece como um desafio. E onde está o desafio? Quais as contradições que mais afetam os trabalhadores em suas diversas condições? Longe de propormos qualquer

---

<sup>57</sup> Podemos lembrar a importância das remessas em dinheiro enviadas pelos trabalhadores imigrantes como fator importante para a manutenção de inúmeras famílias camponesas na América Latina. A migração de trabalhadores rurais tem sido entendida por muitos pesquisadores como uma verdadeira estratégia de sobrevivência da família camponesa (KAY, 2005, p. 330). Khoudor-Castéras (2010, p. 166) apresenta dados alarmantes sobre o papel das remessas na economia dos países latinos. O autor destaca, por exemplo, que o Brasil foi o segundo maior receptor em termos de volume com U\$ 6,4 bilhões em 2005. Quando relacionamos o valor das remessas e a proporcionalidade com o PIB, chama atenção o caso de Honduras, cujo valor das remessas em 2005 representou 21,2% do PIB.

posição de caráter conclusivo, todavia, devemos apostar na necessidade de buscar reflexões que possam dar subsídio a um debate qualificado em torno da riqueza e complexidade da análise do espaço agrário. Nossa contribuição recairá na análise dos conflitos territoriais nas principais regiões de expansão da fruticultura no Nordeste.

### **7.1 Velho Chico: barragens, agricultura irrigada e expulsão**

Ao longo da Bacia do Rio São Francisco (aproximadamente 640.000 km<sup>2</sup>), podemos encontrar uma diversidade de paisagens marcadas por inúmeros conflitos envolvendo as formas de uso da terra e da água. Em tela, o rio São Francisco e seus 2.700 km de extensão, percorrendo desde a Serra da Canastra, no estado de Minas Gerais, passando pelos sertões da Bahia e de Pernambuco até chegar ao Atlântico, na divisa entre Alagoas e Sergipe. O rio é dividido em quatro trechos, são eles: o Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.

As microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) estão situadas no trecho do Submédio São Francisco. Nessa região verificamos centros regionais de ampla difusão, considerando a presença de importantes cidades e áreas de produção agrícola voltadas para exportação. O município de Petrolina é um dos mais importantes do estado de Pernambuco e do Sertão nordestino. Juntamente com a cidade baiana de Juazeiro, separadas apenas pelo rio São Francisco, ambas formam uma das maiores aglomerações urbanas do semiárido.

De acordo com o censo do IBGE para o ano de 2010, Petrolina possui 293.962 habitantes, sendo 74,6% residentes na área urbana e 25,4% na área rural. Quando acrescentamos o número de habitantes de Juazeiro, na Bahia, com 197.965, temos então uma concentração populacional de aproximadamente meio milhão de habitantes.

Petrolina e Juazeiro notabilizam-se por se constituírem como importantes centros regionais para atividades do comércio e dos serviços e, sobretudo, por sua importância no contexto nacional e internacional da produção de frutas para exportação, notadamente uva e manga (CAVALCANTI, 1997, 2006). A produção de frutas é desenvolvida por grupos empresariais de grande e médio porte, bem como

por pequenos produtores que atuam no espaço dos perímetros irrigados<sup>58</sup> e de sequeiro.

É justamente esse perfil de plena ascensão econômica, referenciada numa base social e natural extremamente vulnerável que nos serve de contexto para analisar os conflitos sociais que ocorrem no Vale do São Francisco. Nas áreas urbanas de Petrolina e Juazeiro ressalta-se o intenso processo de desigualdades socioespaciais (ELIAS; PEQUENO, 2007b; PEQUENO, 2008) a partir da valorização imobiliária das orlas de Petrolina e Juazeiro, o crescimento do número de condomínios fechados de alto padrão, a exemplo do Alphaville de Petrolina; e o surgimento de novos centros de consumo como os shoppings centers. Paralelamente, ao avanço do capital imobiliário e da seletividade espacial da atuação do Estado na dotação de infraestrutura, testemunhamos o crescimento e expansão das periferias urbanas nas cidades médias.

No caso de Petrolina e Juazeiro, destacamos os bairros periféricos que abrigam grande parte dos trabalhadores da fruticultura. Nesses bairros, chama atenção a ausência de saneamento, bem como de serviços básicos de qualidade, tais como a coleta de lixo e o transporte público. Em Petrolina, o bairro João de Deus, considerado um dos mais pobres e violentos da cidade, é conhecido por ser um bairro dos trabalhadores da fruticultura, caracterizado pela forte presença de trabalhadores migrantes, sobretudo na época de safra.

A origem dos problemas e conflitos sociais urbanos tem particular vinculação com a dinâmica das áreas rurais, visto a histórica e, ainda, persistente expulsão da agricultura camponesa, a instalação dos perímetros irrigados públicos e privados, bem como de empresas do agronegócio e, como uma marca de várias regiões de consecução do agronegócio, a construção de grandes obras hídricas e represas.

---

<sup>58</sup> É nessa região onde encontramos a maior presença do capital frutícola e o desenvolvimento da agricultura irrigada. Como já mencionamos em capítulos anteriores, a importância da agricultura irrigada no contexto do Vale São Francisco pode ser evidenciada pelo papel de destaque dos Perímetros Irrigados. Segundo informações da CODEVASF, instituição responsável pelos perímetros, em seu território de atuação, os perímetros em operação nas microrregiões analisadas são: Curaçá (BA), Maniçoba (BA), Tourão (BA), Mandacaru (BA), Senador Nilo Coelho (PE) e Bebedouro (PE). Aqueles que estão em processo de implantação são os de Salitre (BA) e Pontal (PE). Por fim, está em andamento o estudo para implantação do Canal do Sertão de Pernambucano que abriga municípios de Pernambuco e da Bahia.

No caso do Vale do São Francisco, a construção da famigerada Barragem de Sobradinho, na década de 1970, marco para promoção da agricultura irrigada, acarretou inúmeras transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais que perduram até hoje entre os trabalhadores (as) direta ou indiretamente afetados pela construção da Barragem de Sobradinho. Sigaud (1988) em seus estudos destaca um total oficial de 60 mil pessoas deslocadas por Sobradinho, sendo que a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) trabalhou com a hipótese de que foram deslocadas 72 mil pessoas. Ainda de acordo com Sigaud (1988), estimou-se que cerca de 80% das pessoas remanejadas se dedicavam a atividades agropecuárias. Daí, o impacto incomensurável para os camponeses sertanejos, comunidades indígenas e de fundo de pasto que dependiam, fundamentalmente, das atividades da agricultura.

A transformação do rio São Francisco em uma importante base para a produção de energia elétrica deu-se no período da Ditadura Militar (SILVA; GERMANI, 2010). Portanto, foi um momento político bastante delicado no qual a capacidade de manifestação e resistência das populações afetadas foi minada pelo autoritarismo, repressão e violência dos militares. No entanto, muitos movimentos foram formados a partir das reivindicações populares, tendo em vista os impactos pós-construção da barragem, sobretudo, com o espraiamento de inúmeras usinas nos principais rios do país como resposta frente à diversificação econômica e da complexificação da divisão territorial do trabalho.

Foi justamente nesse contexto que foram criadas diferentes comissões regionais de atingidos nos locais de construção de usinas nas regiões Sul, Norte e Nordeste. A partir da congregação de todas as comissões, num encontro nacional, constituiu-se em 1989, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A partir de então, o papel político desempenhado pelos "atingidos" <sup>59</sup>ganhou uma nova

---

<sup>59</sup> Ao refletir sobre a noção de atingido, Vainer (2005, p.1-2) traz questionamentos importantes ao destacar que "... sendo essencialmente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varie no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, por que não dizê-lo, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos." Ainda, para o autor, podemos identificar diversas concepções sobre os atingidos, entre as quais destacam-se: a concepção territorial-patrimonialista, na qual o atingido é visto como proprietário; a concepção hídrica na qual o atingido é o inundado; a concepção de atingido deflagrada pelas agências multilaterais, pela comissão mundial de barragens e, por fim, a concepção de atingido construída pela academia.

dimensão e, atualmente, o MAB forma um dos principais movimentos sociais presentes em quinze estados no Brasil (FOSCHIERA, 2009). Seu poder de articulação e mobilização concentra-se principalmente no combate à exploração capitalista da água e da energia, cujo tema "Águas para a vida e não para morte" anuncia o principal foco de luta.

Do ponto de vista operacional, o MAB destaca-se na articulação das comunidades atingidas pelas barragens, auxiliando-as na reivindicação dos direitos e na sua formação política. Pela própria história do modelo energético no país, o ritmo crescente de expansão das usinas e a continuidade do modelo conservador e violento imposto pelo Estado e pelas construtoras, os desafios do MAB são constantemente renovados, aja vista a construção recente das barragens no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), bem como a proposta de construção de uma nova usina no rio São Francisco, batizada de Usina Riacho Seco.

A seguir, trataremos de analisar alguns conflitos sociais que expõem os embates em torno do uso da água, a ameaça aos modos de vida tradicional e seus vínculos com os projetos de expansão do agronegócio no Vale do São Francisco, de modo a destacar a vivacidade da violência promovida pelo Estado mediante a construção de grandes obras hídricas.

Citamos o novo capítulo da luta pelos atingidos (as) por barragens no Sertão do São Francisco. Trata-se da construção da Usina Riacho Seco, tomada a cabo pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

De acordo com a CHESF, a UHE Riacho Seco vai atingir quatro municípios (Figura 22), sendo dois no lado baiano (Juazeiro e Curaçá) e dois no lado pernambucano (Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande). Com investimento previsto de R\$ 1,5 bilhão, sob o protagonismo do consórcio entre Odebrecht e Desenvix S/A, a UHE foi incluída na segunda fase do PAC e terá potência instalada de 276 megawatts. A energia gerada pela usina será incorporada ao Sistema Eletrobrás e distribuída para todo o país.



Figura 22: Localização da UHE Riacho Seco.

Fonte: CHESF; ODEBRECHT; DESENVIX, 2010.

De acordo com informações apresentadas pela CHESF, o total de famílias reassentadas será de 1.052, o que representa 4.795 pessoas. Na tabela abaixo, expomos uma síntese dos dados levantados pelos executores da Usina com relação ao total de propriedades, famílias e pessoas deslocadas nas áreas urbanas, rurais e nas ilhas fluviais dos respectivos municípios que serão afetados.

<b>Tabela 22 - Municípios impactados pela UHE Riacho Seco</b>			
<i>Municípios</i>	<i>Área Urbana</i>	<i>Área Rural</i>	<i>Ilhas</i>
	335	1729	411
Santa Maria da Boa Vista (PE)	Propriedades 190 Famílias 895 Pessoas	Propriedades 882 Famílias 3.950 Pessoas	Propriedades 147 Famílias 725 Pessoas
	32	741	
Curaçá (BA)	Propriedades 16 Famílias 79 Pessoas	Propriedades 580 Famílias 2.899 Pessoas	-
Lagoa Grande (PE)	-	31 Propriedades 16 Famílias 67 Pessoas	6 Propriedades
Juazeiro (BA)	-	68 Propriedades 50 Famílias 187 Pessoas	-

Fonte: CHESF; ODEBRECHT; DESENVIX, 2010.

Como destaca Vainer (2005), o conceito de atingido, reconhecido pelos órgãos institucionais, pelas organizações sociais e pela literatura acadêmica, salienta a importância de se considerar o impacto da construção das Usinas numa perspectiva multitemporal, que contemple o antes, durante e depois. O que pudemos testemunhar desde o ano de 2010 até o presente momento é que o simples anúncio da construção da usina já desencadeou uma série de conflitos envolvendo as comunidades ribeirinhas e todos aqueles que dependem do Velho Chico.

Acompanhados dos militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Juazeiro, visitamos as comunidades de Ferrete (Figura 23) e Cerca de Pedra, ambas situadas no município de Curaçá (BA) e que serão afetadas diretamente pela UHE Riacho Seco.



Figura 23: Comunidade a ser atingida pela UHE Riacho Seco

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Curaçá (BA), Setembro de 2010.

Contrapondo os dados oficiais divulgados pela CHESF, o Relatório da ONG Terra de Direitos (2010) elaborou uma lista de comunidades quilombolas, indígenas e de projetos de assentamento que possivelmente serão afetados pela proposta de construção das UHE Riacho Seco e da UHE Pedra Branca. Na lista apresentada pela ONG, o número de pessoas é bem mais extenso. Para que tenhamos a exata noção

da envergadura dos potenciais impactos sociais da construção da Usina, elencamos abaixo as comunidades citadas no relatório.

Somente no município de Santa Maria da Boa (PE) destacam-se: o Povoado Malhada Real, as comunidades quilombolas de Tamaquius, Serrote, Cupira (totalmente inundado), Monte Carmelo e Curral Novo, os projetos de assentamento Catalunha, Safra, Vitória, Nossa Senhora do Carmo, Bom Sossego, Nova Esperança, Brilhante, Aquarius I, José Ivaldo, José Ivaldo I, Boqueirão, Nova Olinda, Nossa Senhora da Conceição, Estreito, Ilha do Saco (margem do rio), distrito-sede, Marrecas, Jardineira, Povoado de Caraíbas I e o assentamento Caraíbas II.

Ainda de acordo com o relatório, comunidades de outros municípios também serão afetadas. Em Lagoa Grande (PE), o assentamento Jatobá e no lado baiano, no município de Juazeiro, os Núcleos I, II e III do Projeto Grapiuna, EB1 (Codevasf) do Projeto Curaçá, São José e Itamotinga e a longa extensão da porção ribeirinha do município de Curaçá, como as comunidades que visitamos e que passaremos a analisar.

A pacata comunidade de Ferrete, situada às margens do rio São Francisco parece perdida no meio da caatinga. Contudo, a universalidade presente no rio São Francisco e toda sua história colocam a comunidade no centro do conflito social que envolve as populações ribeirinhas, qual seja a contínua ameaça de despejo das comunidades.

Considerando os aspectos culturais soberbamente importantes, devemos lembrar também que o rio São Francisco é o principal meio de sobrevivência das comunidades. É o trunfo dos agricultores perante a rigurosidade da seca e do arrocho do capital ao cercear o acesso à terra e à água, do qual conseguem muitas vezes burlar pela prática da agricultura de vazante. Nesse sentido, toda vez que uma comunidade é ameaçada por uma grande obra devemos lembrar que a garantia de sua existência é totalmente comprometida.

Foi na sombra de uma mangueira e cercados de vários animais de criação que conversamos com os moradores aflitos, e que relataram seu temor com a possibilidade da construção da barragem Riacho Seco. A barragem acarretará o alagamento da comunidade de Ferrete e o necessário remanejamento da população.



Os impactos sociais desse tipo de obra não são novidade para a população do Vale do São Francisco. Como já adiantamos, desde os conflitos resultantes das barragens de Itaparica e Sobradinho, o destino das comunidades ribeirinhas é decidido de forma hierárquica e o rio São Francisco e toda sua importância para os sertanejos é visto pelos órgãos oficiais apenas enquanto fonte de recursos, sobretudo para a produção de energia elétrica para atender interesses exógenos.

Não podemos continuar fechando os olhos e deixar de realizar a denúncia sobre a forma como as usinas hidrelétricas são construídas, desconsiderando as populações afetadas, ignorando os exemplos concretos de milhares de famílias ludibriadas pelos discursos técnicos e políticos que apregoam o cumprimento com todos os parâmetros ambientais e sociais. Contestar tais fatos não é um exercício de futurologia, mas sim um exercício histórico e geográfico, cujos principais sujeitos, ainda hoje, relatam as tragédias suscitadas pela construção de barragens como a de Sobradinho. Outro exemplo de comunidade que será afetada pela possível construção da barragem de Riacho Seco é o pequeno povoado de Cerca de Pedra, que também está situado às margens do rio São Francisco.

A maioria dos moradores de Cerca de Pedra é constituída de camponeses, criadores de animais, praticantes da pesca artesanal, da agricultura de vazante e de sequeiro. Essa é mais uma comunidade que depende fundamentalmente do rio para sua sobrevivência. Os moradores de Cerca de Pedra (Box X) estão receosos quanto à possibilidade de abandonar o lugar que habitam desde tempos remotos, ainda no período colonial, e que mantém tradições muito antigas, remanescentes das fazendas de vaqueiros instaladas ao longo do rio, no período de interiorização da economia pastoril. A importância dessa atividade econômica na ocupação do Sertão nordestino e a força da cultura popular influenciaram o historiador Capistrano de Abreu a denominar tal organização como a "civilização do couro".

## BOX X

**Juscelino:** O Sr. é contra ou a favor da construção da Barragem?

**Morador Cerca de Pedra:** Eu mesmo, eu sou contra a barragem, porque, a gente tá no lugar da gente, apoiado pra a gente sair pra outro lugar, pra num..nem saber pra donde é que vai, eu acho que ... todo mundo fica preocupado, né.

**Juscelino:** E o que isso vai afetar no seu dia a dia, no seu trabalho?

**Morador Cerca de Pedra:** Rapaz, ia afetar muitas coisas, porque eu vivo é de meu trabalho, é de meu movimento, e aí acaba tudo, porque num vai ficar mais como era.

**Juscelino:** O que o senhor mais tem medo, assim de que venha mais a ter depois que o senhor se mude?

**Morador Cerca de Pedra:** Rapaz, a gente está apoiado no lugar da gente, acontece que a gente tá apoiado no seu pedacinho de terra, trabalhando, se mantendo dali, acontece que pode num da certo, né... Depois que a gente sai pra outros lugar, né.

**Juscelino:** O senhor conhece outras histórias de pessoas que também tiveram que sair do seu lugar?

**Morador Cerca de Pedra:** Rapaz, eu conheci! Porque Sobradinho, Paulo Afonso tinha deles que tinha condições e quando veio essa barragem... hoje em dia tá pedindo esmola...

**Juscelino:** É mesmo?

**Morador Cerca de Pedra:** É! Tem uns que num tinha nada, tá bem! E quem tinha hoje em dia tá pedindo esmolas, várias pessoa, num saiu com nada, tinha fazenda boa, tinha casa boa, tinha seus projeto bom, tinha tudo e hoje em dia venderam, disse que num tem nem uma casinha, uma marica de barro para morar.

**Juscelino:** E o senhor, quer isso pro senhor?

**Morador Cerca de Pedra:** Não eu não quero! Isso aí eu não quero nem pra mim nem pra ninguém, que eu não desejo mau para ninguém. Eu desejo a bondade para todo mundo. Agora para as empresa, isso aí é bondade para eles, é miséria para pobreza.

**Juscelino:** E o que senhor acha... assim de como a comunidade pode fazer para escapar desse destino?

**Morador Cerca de Pedra:** Rapaz, aí só tem uma solução, se juntar todo mundo e jogar duro e brigar contra essa barragem pra ver se agente arruma qualquer, qualquer colocação, de onde eles vão botar a gente, o que eles vão fazer pela gente... porque nós, pobre num pode brigar com quem tem ...

**Juscelino:** E o senhor tem...

**Morador Cerca de Pedra:** a briga é fraca...

**Juscelino:** E o senhor teme em sair de próximo do rio, pra quem mora perto do rio é uma benção?

**Morador Cerca de Pedra:** Pois é... Eu sou contra sair da beira do rio pra mode morar no centro de caatinga!

**Juscelino:** Por quê?

**Morador Cerca de Pedra:** Por que o cabra no centro de catinga quando é na seca num tem nem água pra tomar banho, muito pior para lavar os pé.

**Juscelino:** E como é para senhor morar na beira do Rio São Francisco?

**Morador Cerca de Pedra:** Aqui a gente tem toda liberdade, toma banho aí, tem uma irrigação, tem um motor, bota aí pra trabalhar pra fazer aquela irrigação, a gente quando quer tomar um banho, vai na beira do rio, tira a roupa, cai na água, toma um banho, quatro ou cinco banho se quiser tomar num dia, tem toda a facilidade e na catinga num tem.

**Juscelino:** E essa vida o senhor tem há quanto tempo?

**Morador Cerca de Pedra:** 55, 54 anos já tô... nessa vida assim levando.

Tais comunidades apesar de ajudarem a formar parte da história do Brasil Colonial, mantido por temporalidades e territorialidades aparentemente intocáveis, também almejam a melhoria de sua qualidade de vida e reclamam serviços básicos como qualquer comunidade do Brasil do século XXI.

Infelizmente, não é essa a situação que conseguimos observar. Cerca de Pedra demanda maior atenção por parte do Estado na oferta de educação, saúde e acessibilidade. As condições da "rodovia" que atende Cerca de Pedra são preocupantes. O asfalto foi completamente desgastado pelo tempo e pela inoperância dos órgãos públicos, criando uma situação de isolamento compulsório.

A situação paradoxal, então, confirma-se quando assistimos a desarmonia entre a omissão real e efetiva do Estado e a proposta de construção da barragem pelo Governo Federal via CHESH, com vistas à realização da propalada modernização do território nordestino. Dito de outra forma, quando, pela primeira vez, o Estado pretende se tornar mais efetivo na região é justamente para retirar as comunidades, destituí-las de sua relação de trabalho com a terra e romper os laços que as vinculam com o Rio e suas tradições culturais, a exemplo da tradicional missa dos vaqueiros (Figura 24), realizada todos os anos na pequena igreja da comunidade.



Figura 24: Missa dos Vaqueiros.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Comunidade Cerca de Pedra, Curaça (BA), Setembro de 2010.

Caso a promessa da barragem se cumpra a igreja, onde é realizada a missa do vaqueiro, será completamente coberta pelas águas do Velho Chico, já que o local destinado para a construção do muro de contenção da barragem será próximo da igreja.

As famílias estão sendo apoiadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O movimento vem, paulatinamente, ganhando força na região a partir da articulação das comunidades e da participação dos moradores nas discussões sobre o impacto das barragens. Um fato que chamou a atenção do noticiário regional foi quando, em maio de 2010, as famílias de Cerca de Pedra mantiveram presos dois funcionários da CHESF como forma de protesto contra o método utilizado pela empresa para realizar as "Reuniões Informativas e Oficinas Participativas".

De acordo com membros do MAB, a CHESF utilizou questionários fraudulentos que subestimaram a quantidade de habitantes nas localidades visitadas, produzindo informações desencontradas. Como podemos perceber, as táticas utilizadas pela CHESF primam pela produção da não informação e, portanto, contribuem, propositadamente, para a desmobilização da comunidade com o intuito de mitigar as possíveis ações de resistência. Porém, um fato novo se anuncia no horizonte da luta que será travada para a construção da barragem, pois diferente de como aconteceu com Sobradinho e Itaparica, construídas durante o período do Governo militar, as comunidades hoje não estão completamente desassistidas. Daí a importância dos movimentos sociais e do fortalecimento da ação política em rede.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também participa da luta contra a construção da UHE de Riacho Seco. O principal assentamento do MST na Microrregião de Petrolina, o Catalunha, está localizado em Santa Maria da Boa Vista (PE). O mesmo também será afetado diretamente pela usina. Considerado o maior assentamento do Sertão pernambucano, com extensão de 7.286 hectares e 604 famílias assentadas, o histórico do assentamento envolve personagens políticas chaves no desenvolvimento da política nordestina. Isto é, a propriedade na qual está localizado o assentamento pertencia anteriormente a Antônio Carlos Magalhães (ACM), político com base eleitoral no Estado da Bahia e que governou esse estado por três vezes. Foi personagem ilustrativa do período de vigência do Governo militar e do pacto de poder com as bases políticas regionais. No período de

redemocratização, aliou-se aos partidos conservadores, ocupando cargos de liderança no Senado Federal a partir da oposição ao Governo Lula.

Fora da arena política, ACM era proprietário de um portentoso grupo empresarial associado, principalmente, aos meios de comunicação. Destinou parte de seus investimentos na região do São Francisco com a criação de uma fazenda/empresa para a produção de frutas irrigadas. Após sucessivos fracassos na produção de palmito, uva, coco e manga, a fazenda foi ocupada pela primeira vez pelo MST no dia 7 de setembro de 1996 e em 1997, ano de regularização do assentamento Catalunha, o movimento ocupou, finalmente, a sede da fazenda como parte dos atos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Com a ocupação da fazenda, as famílias adquiriram cada uma 11 hectares, sendo que desses apenas 3 ha possuíam área irrigável.

Passados quinze anos, o assentamento Catalunha enfrenta problemas de ordem infraestrutural, de organização e desmobilização dos assentados. Segundo os entrevistados, existem muitos empecilhos para que o assentamento se transforme, de fato, em um espaço que garanta a qualidade de vida aos seus moradores.

Os jovens da comunidade, de acordo com os participantes da pesquisa, estão distante do meio social e do meio político. Muitos não têm mais o interesse em participar das atividades do movimento, principalmente das ações características da própria identidade do MST, ou seja, as ações de ocupação de terras, dos espaços públicos e instituições que, de alguma forma, impedem a realização da Reforma Agrária e que dificultam a vida no campo.

A organicidade do assentamento se vê ameaçada pela apatia que acomete os moradores. As condições de falta de acesso à água, do não aproveitamento da capacidade produtiva dos lotes devido ao sucateamento e à destruição dos equipamentos de irrigação, a violência que afeta os militantes (um membro do assentamento foi assassinado no ano de 2010) e, muitas vezes, a própria inabilidade de determinados assentados, que “não estão preparados para a reforma agrária” (palavras de nossa entrevistada), propiciam a desarticulação dos assentados.

O acesso à água é o que mais preocupa os assentados. No primeiro momento, esse problema parece mais um paradoxo, haja vista o fato de o

assentamento distar apenas dois quilômetros do rio São Francisco. De acordo com a entrevista com assentada do MST, a mesma relata que:

...a falta d'água é um dos problemas fundamentais hoje em Catalunha por conta de que as nossas famílias que vivem no assentamento, elas se deslocam pra trabalhar em empresas que existem na região produzindo uva, manga e que têm um grande índice de agrotóxicos... Então, nossas famílias têm que se expor a esses riscos pra se auto-sustentar, porque no assentamento não tá tendo água pra produzir e também para o consumo não tem água no momento." (Assentada do MST, Santa Maria da Boa Vista, setembro de 2010).

A situação apresentada por nossa entrevistada é bem diferente do contexto encontrado nas imediações com a presença de empresas do agronegócio que contam com abastecimento contínuo de água, a exemplo das empresas produtoras de uvas para a produção de vinho. Essas são responsáveis, inclusive, por contratar assentados para o trabalho nas lavouras de uva.

O Catalunha faz parte dos projetos de assentamento que serão afetados, caso se concretize a construção da barragem Riacho Seco. É o que alertam os assentados e o relatório da Terra de Direitos. No entanto, a CHESF alega que o assentamento não será atingido. Mesmo assim, as comunidades foram procuradas pela CHESF para a aplicação de questionários.

Os moradores do Catalunha temem a construção da barragem pelo receio de serem expulsos das terras. Nossos entrevistados alegaram que, atualmente, a comunidade já sofre com as enchentes do São Francisco nos anos em que as chuvas ocorrem com maior intensidade no Sertão. Somente com as cheias, já verificadas, existem perdas na produção dos lotes e o alagamento de residências de moradores.

Na verdade, os assentados atribuem o impacto das cheias a um problema histórico derivado da construção da Barragem Sobradinho. No entanto, segundo os entrevistados, a CHESF não levou em consideração esse aspecto, o que gera imprecisões no diagnóstico. A ameaça do agronegócio aliado à construção de mais UHE'S no rio São Francisco expõe o lado mais perverso do processo de expansão capitalista no Sertão nordestino. Um dos exemplos mais vigorosos que podemos citar como resistência à territorialidade e à temporalidade do capital é o que encontramos nas chamadas comunidades de fundo de pasto.

### **7.1.1 Comunidades fundo de pasto: tradição e resistência**

As comunidades de fundo e fecho de pasto compõem um recorte das, então, intituladas populações tradicionais<sup>60</sup>. Elas mantêm traços do modo de vida centrado no pastoreio, no trabalho com a criação de animais, geralmente, bodes e cabras criados soltos na caatinga, sem utilizar qualquer tipo de cercamento das terras que não seja as pequenas roças. Este tipo de uso da terra descende do período colonial mediante a ocupação das sesmarias ao longo do rio São Francisco, onde se disseminou a criação de gado e de caprinos pela atividade dos vaqueiros no semiárido (FERRARO JÚNIOR, 2008, 2010; SANTOS, 2010).

O fato da maioria das terras das comunidades serem terras devolutas despertou o interesse de empresários e grileiros da região, tendo como resultado a ocorrência de conflitos fundiários com as comunidades de fundo de pasto. A estratégia dos grileiros é a da utilização de documentos fraudulentos, combinados com a articulação política e o uso da violência.

As comunidades de fundo de pasto, além de ser um modo histórico de organização da propriedade coletiva do uso comum das terras, representam uma modalidade de produção e de sociabilidade totalmente oposta ao modelo do agronegócio frutícola presente no Vale do São Francisco.

A partir dos depoimentos dos representantes das comunidades de fundo de pasto, tentamos extrair relatos que demarcam a visão dos moradores das comunidades sobre o trabalho nas empresas. Para o entrevistado, morador de fundo de pasto, o trabalhador das áreas de fundo de pasto em relação ao trabalhador do agronegócio "... tem mais liberdade, ele vive mais à vontade. Então ele cria, ele trabalha por conta própria".

A afirmação do modo de vida do trabalhador de fundo de pasto representa a negação do trabalhador do agronegócio. Realidade presente lado a lado de muitas áreas de fundo de pasto, o que confere a esse modo de organização das terras um caráter desafiador e de resistência à territorialidade das empresas, onde dominam o

---

<sup>60</sup> Povos e comunidades tradicionais têm sido os termos mais adotados para designar as populações que mantêm sua forma história e peculiar de organização do território e do seu modo de vida. Nos últimos anos, o Estado brasileiro passou a reconhecer os povos tradicionais pela proposição de políticas públicas. Nessa designação também são reconhecidos os quilombolas, os faxinais, as quebradeiras de coco, os pescadores artesanais, gerzeiros, caçaras, etc.

trabalho temporário marcado por excessivo controle social. O trabalho nas vinícolas é o mais comum na região, sendo que muitas comunidades têm no trabalho, nas empresas, a única oportunidade de obtenção de renda.

Podemos afirmar, seguramente, que pelo modo como as comunidades de fundo de pasto se organizam, com a presença ainda de uma prática coletiva de uso da terra, essa forma de reprodução dos povos tradicionais e comunidades tradicionais está sob a mira do capital. Como é notório na bibliografia corrente na Geografia Agrária, entendemos que existem casos em que o capital reproduz relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1997). Todavia, também devemos considerar que em dadas regiões, a ação do capital necessita, pelo menos no primeiro momento, desterritorializar os camponeses.

Atualmente, as comunidades estão buscando estratégias de mobilização para garantir o reconhecimento das terras por meio da atuação da justiça. Esse processo não se dá sem a existência de confrontos com os interesses de vários setores da sociedade que vêem a modalidade de fundo de pasto como símbolo do atraso. Esses conflitos não acontecem apenas no plano do discurso e do debate com a sociedade civil. Foram relatados, em nossas entrevistas, casos de morte de moradores de fundo de pasto que lutavam pelo reconhecimento das terras e contra o avanço dos empresários grileiros ou grileiros empresários.

Com o intuito de garantir a articulação e mobilização constante das comunidades fundo de pasto, destacamos a importância da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Juazeiro, cuja experiência junto à mobilização popular é longa, atuando na região desde a construção de Sobradinho, na década de 1970. A CPT participa de reuniões periódicas junto à União das Associações de Fundos de Pasto. Nas reuniões, representantes de várias comunidades de fundo de pasto encontram-se para fazer um balanço das atividades desenvolvidas. Momento no qual são discutidos temas diversos, que tocam desde a questão da seca, do acesso à projetos até o registro de ameaças ao modo de vida, hoje, representado também pela atividade da mineração e da instalação de eólicas, mas, sobretudo, discutem o encaminhamento dos processos de regularização jurídica das terras de fundo de pasto.



A organização das comunidades de fundo/fecho de pasto possibilitou a transformação dessas em verdadeiras personagens jurídicas de legalização de terras de comunidades pastoris, conforme aponta Ferraro Júnior (2008). Ainda, segundo o autor, a partir dos dados recolhidos pelas instituições de apoio às associações de fundo de pasto, existiam no estado da Bahia, em 2008, cerca de 600 comunidades localizadas em 28 municípios, reunindo 25 mil famílias, num território de 1.200.000 hectares.

As iniciativas para o reconhecimento das terras de uso coletivo por parte do Estado envolvem também a construção de uma política de identidade. Um assunto bastante polêmico, pois para muitos a constituição de um modo particular de uso da terra, que ao longo do tempo foi consubstanciado em uma identidade de luta, possibilitou o que muitos alegam ser uma invenção de tradições, nas quais se forjam identidade com interesses políticos. Nos últimos anos, além das comunidades de fundo de pasto, testemunhados o maior debate em torno de diversas identidades coletivas de luta, a exemplo dos quilombolas, dos atingidos, geraizeiros, sem terra, faxinalenses, etc.

Para Ferraro Júnior (2008), a invenção da tradição do fundo de pasto foi uma estratégia de construção de um capital político. Argumenta o autor:

O reconhecimento público como tradicional amplia a capacidade dos grupos sociais definirem o território, em competição com outras formas de ocupação no mesmo espaço. Ao se reconhecer e ser reconhecida como FP uma comunidade e o conjunto dessas comunidades acumulam forças para, em situações de conflito, enfrentar os atores sociais das alternativas em oposição. (FERRARO JÚNIOR, 2008, p.141).

Atualmente, já é possível identificar o papel positivo do fortalecimento da identidade fundo de pasto. Nesse contexto, destaca-se o debate sobre o território e seu uso pelas comunidades de fundo de pasto. Em entrevista com um morador da comunidade fundo de pasto de Várzea Grande, no município de Casa Nova (BA), colhemos o seguinte depoimento:

Território pra nós, comunidades tradicionais a gente... nós somos comunidades tradicionais, somos afro-descendentes, somos remanescentes de quilombos... somos... Então, pra nós território não

é assim a terra em si, né...tem terra, território. Então, território pra nós dessas comunidades é muito mais..é nossa cultura, nossa tradição, a nossa história, a nossa vida ali. Então, quando a gente fala de território aparece em toda essa abrangência e de uma vida ali naquele local né. Então tem toda uma territorialidade ali né.. não é só a dimensão de terra, a quantidade de terra, nem a terra para a produção, mas sim a vida em si, né, dos trabalhadores, principalmente, das comunidades de fundo de pasto. Então, quando nós defendemos o território, nós pensamos em tudo isso, né... na nossa cultura, na nossa chegada ali e como viemos, por que estamos ali. Então, é tudo isso que faz a gente pensar o território como um todo, né. Então, território pra nós não é... assim quantidade de terra, a extensão, mas sim a nossa vida, né, o nosso dia a dia, ali, naquele pedaço de chão, naquele espaço. (Entrevista, 2010).

Com o intuito de melhor compreender o modo de vida nas comunidades fundo de pasto, visitamos as comunidades de Melancia e Várzea Grande, ambas no município de Casa Nova (BA). Destacamos desde já nossa dificuldade em relatar nossa experiência nas comunidades de fundo de pasto, devido à complexidade de questões suscitadas pela riqueza das informações obtidas, das longas conversas, dos lugares, da cultura e do modo de vida tradicional mantido até hoje.

A primeira comunidade visitada foi a de Melancia, conhecida como uma das mais antigas da região. Os relatos obtidos dos moradores mais antigos ajudam a caracterizar esse modelo de uso e ocupação da terra como imemorial, pois as origens mais remotas da memória dos moradores mais velhos já se esbarram na vida no Sertão e na organização social, fincada no modelo de fundo de pasto.

Em nossas conversas ficaram patente as dificuldades enfrentadas, ao longo de muitos anos, pelas famílias do fundo de pasto. O resultado é uma vida com inúmeras limitações, inclusive quanto ao suprimento necessário para garantir a alimentação de toda a família. Muitas vezes uma verdadeira odisséia!

Uma alternativa sempre salutar no combate à fome foi a criação de animais (Figura 25). A presença do gado e dos bodes e cabras no Sertão foi o que garantiu o processo de ocupação de vastas porções do Nordeste brasileiro. Uma explicação sempre mencionada pelos estudiosos da pecuária sertaneja é a da resistência às condições edafoclimáticas por parte do gado de origem africana, trazido de Cabo Verde pelos colonizadores e dos bodes e cabras presentes por todo o Sertão.



Figura 25:Criação de animais na Comunidade de Melancia  
Fonte: Juscelino E. Bezerra. Casa Nova (BA), Setembro de 2010.

Lembrando os ensinamentos de Josué de Castro, a presença desses animais para os sertanejos representa uma garantia para obtenção de proteína ao longo do forte período de seca. Contudo, nem só de seca vive o Sertão. Nos momentos em que há um regime pluviométrico adequado e as chuvas banham o Sertão, a agricultura camponesa consegue garantir uma fartura de alimentos para todos, com o cultivo do feijão, do milho, da macaxeira, da melancia brava, da abóbora, entre outros.

Vale ressaltar que as famílias das comunidades de fundo de pasto também são adeptas da agricultura de vazante, que apesar de ter diminuído enormemente com a construção da barragem de Sobradinho, tal como iremos mencionar na comunidade de Várzea Grande, os moradores ainda praticam esse tipo de agricultura nas margens do lago de Sobradinho.

Na comunidade de Melancia, conhecemos pessoas que, além da criação de animais, trabalham, fundamentalmente, na agricultura camponesa, principalmente, no cultivo da macaxeira (mandioca), base para a produção da farinha, produto que atua como complemento à produção camponesa. Outras alternativas pensadas para a população estão sendo desenvolvidas mediante a construção de um pequeno estabelecimento onde as mulheres da comunidade produzem biscoitos de polvilho (Figura 26), para compor parte da merenda escolar das comunidades vizinhas.



Figura 26: Produção de biscoitos na Comunidade de Melancia.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Casa Nova (BA), Setembro de 2010.

Outra comunidade de fundo de pasto de Casa Nova (BA) é a da Várzea Grande, situada às margens do lago de Sobradinho.

Nessa localidade, encontramos um exemplo bastante ilustrativo do que se designa por comunidades de fundo de pasto. Seus moradores constituem-se de famílias que vivem da criação de animais, da agricultura camponesa de vazante e de sequeiro, da pesca e da produção de farinha (Figura 27). Destacamos, ainda, como componente que dá identidade a essas comunidades, a questão da luta, já que podemos encontrar em Várzea Grande membros ativos do movimento de articulação das comunidades de fundo de pasto na Bahia.

O barulho das casas de farinha, existentes em várias residências, ecoa por toda a comunidade. Uma atividade que se desenvolve em modos tradicionais, com a utilização de rústicos equipamentos e que envolve toda a família durante parte do ano. O fabrico da farinha tem início logo cedo, com a colheita da macaxeira nas proximidades do lago de Sobradinho. Logo depois, as mulheres, munidas com suas facas, começam a descascar as macaxeiras para serem prensadas, trituradas e, finalmente, ganhar o forno. A atividade ocupa toda a tarde e o começo da noite, sendo interrompida apenas no horário das refeições.



Figura 27: 1. Agricultura de vazante no Lago de Sobradinho. 2. Produção da farinha na comunidade de fundo de pasto.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Casa Nova (BA), Setembro de 2010.

Apesar da aparente tranquilidade vivida pelos moradores, pudemos colher em nossas entrevistas vários relatos sobre as contradições sociais presentes no Vale do São Francisco. Exemplo disso é a ausência de energia nas casas que visitamos. Mais um rincão de um país com dimensões territoriais gigantescas? Talvez, mas não nos esqueçamos de um detalhe: as comunidades em questão estão situadas, próximas ao lago de Sobradinho. Logo esse resultado das intervenções técnicas e da construção de uma paisagem artificial, produzida pelo barramento do rio São Francisco, com vistas à produção de energia hidrelétrica pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

Com base nas informações disponibilizadas pela CHESF, podemos constatar que 41 % da energia produzida pela empresa são vendidas para a Região Sudeste, sendo que a Região Nordeste fica apenas com 35% da energia produzida.

Em conversa com morador da comunidade, durante nosso jantar a luz de velas, o mesmo destacou o fato de morar nas margens do lago de Sobradinho e não ter energia em suas casas. Ainda, segundo o entrevistado, muitas vezes é possível ver o “clarão” das luzes produzidas por Sobradinho, mas sua realidade continua sendo iluminada pela lua e pelos candeeiros. As notícias do Brasil e o entretenimento das novelas depois de um longo dia de trabalho na farinha chegam à televisão via carga da bateria.

Mesmo com o retrato das condições desoladoras enfrentadas pelas famílias do fundo de pasto, essas continuam sendo atormentadas pelo fantasma dos grileiros e dos representantes do agronegócio. No ano de 2009, um morador da comunidade de Várzea Grande foi assassinado depois de confrontos com os jagunços nas terras da extinta fazenda Camaragibe.

A fazenda em questão foi o primeiro conflito direto enfrentado pelas comunidades de fundo de pasto, ainda no ano de 1979, quando a empresa Agroindustrial Camaragibe foi construída em território do fundo de pasto para a produção de álcool a partir da mandioca. Depois da questionada falência, decretada pela empresa, a fazenda entrou em um longo período de abandono. Porém, quando as terras pouco a pouco retornavam ao seu padrão natural, a comunidade foi tomada de surpresa ao saberem que o “fantasma” da Camaragibe tinha ressuscitado.

No ano de 2006, novos empresários entraram em cena com os respectivos documentos comprovando a propriedade das terras fruto da compra do Banco do Brasil via leilão das dívidas e títulos de terra da extinta empresa Camaragibe. Ávidos por retomarem a posse definitiva das terras, os proprietários da empresa deram início a uma cruzada, com intimidações às comunidades.

Com o episódio da Camaragibe, as comunidades vivem constantemente ameaçadas e temem pela possibilidade de serem expulsas ou de terem que enfrentar a difícil competição com as empresas, pois sabemos que juntamente com a promessa do emprego, há o abandono, principalmente dos jovens, das tradições centenárias das comunidades de fundo de pasto. Não é nosso intuito romantizar a

condição camponesa e, por sua vez, o modo de vida levado a cabo pelas comunidades. Todavia, mediante nossas pesquisas sobre a condição de vida dos trabalhadores nas empresas do agronegócio, podemos afirmar que a situação de assalariado não contempla a perspectiva de melhoria de vida para os trabalhadores.

Ao longo de nossa visita percebemos algumas características do modo de vida nos fundo de pasto que em muito destoa do modelo do agronegócio da fruticultura, desenvolvido em lugares não muito distantes das comunidades visitadas. Este é o nosso objetivo, ou seja, entender como no Vale do São Francisco se desenvolvem modelos extremamente antagônicos, denunciando o confronto de territorialidades e o conteúdo contraditório da dinâmica geográfica do trabalho no Sertão nordestino.

## **7.2 Desenho territorial dos trabalhadores na fruticultura no território potiguar**

Paralelo ao dinamismo da economia do espaço urbano de Mossoró com o notável crescimento da cidade mediante investimentos no chamado tripé da economia regional, qual seja: a atividade da produção de sal, extração de petróleo e fruticultura (ELIAS, PEQUENO, 2010; ROMCY, 2011), temos uma situação extremamente complexa na zona rural do município. Nesse espaço se encontram processos de disputas territoriais intensas que envolvem trabalhadores em situações sociais distintas. Em um raio de apenas 10 km<sup>2</sup> (Figura 28) podemos encontrar trabalhadores acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Projetos de Assentamentos do INCRA; comunidades rurais que produzem melão mediante a organização em cooperativas de pequenos produtores; presença da Agrícola Famosa, maior empresa de produção de melão do Brasil e; a vila de moradores onde vivem ex-funcionários da extinta empresa Mossoró Agroindustrial/MAISA, que já foi uma das maiores empresas produtora de frutas do Brasil.



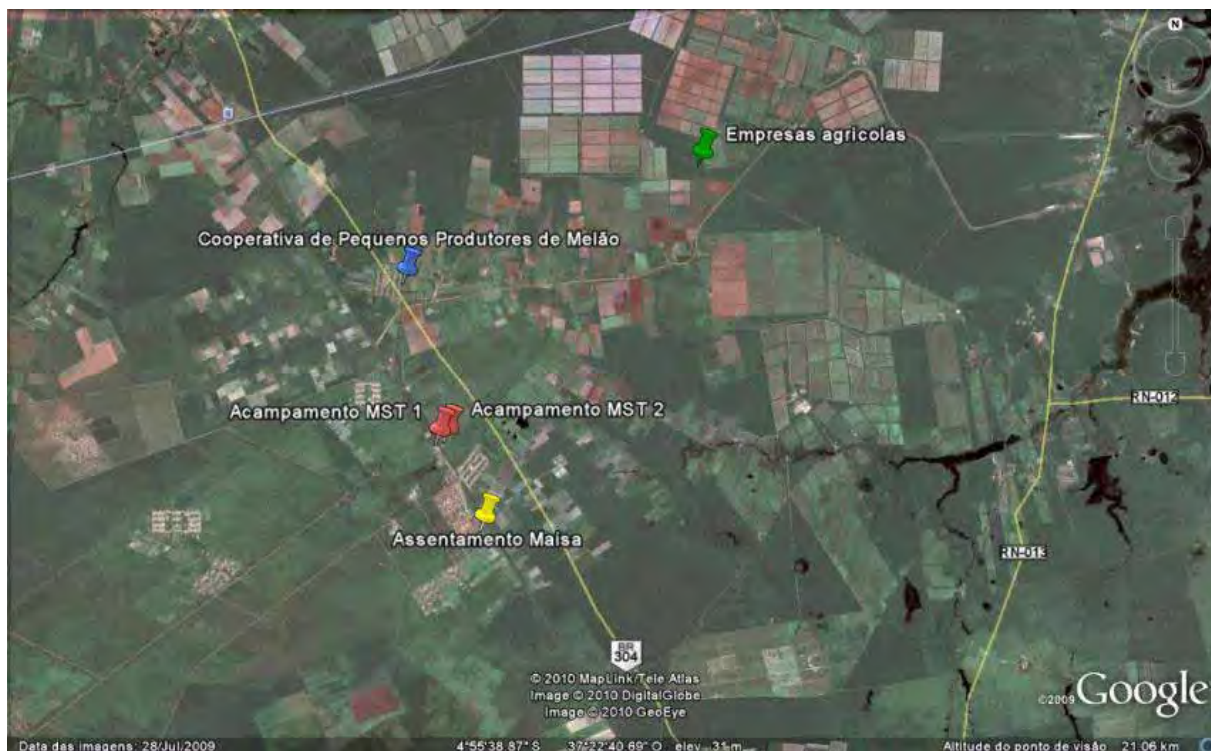


Figura 28: Desenho territorial dos trabalhadores no município de Mossoró – RN.

Fonte: Google Earth. Data da Imagem 28/07/2009.

Diante de tamanha diversidade, a “leitura” da dinâmica geográfica do trabalho na região de Mossoró (RN) aparece como um desafio. E onde está o desafio? Quais as contradições que mais afetam os trabalhadores em suas diversas condições? Longe estamos de propor qualquer posição de caráter conclusivo. Todavia, devemos apostar na necessidade de buscar reflexões que possam dar subsídio a um debate qualificado em torno da riqueza e complexidade da análise do espaço agrário.

No enfrentamento das questões lançadas, indicamos que o avanço do agronegócio é o ponto de partida para entendermos o porquê das situações de conflito social verificadas nas Microrregiões de Mossoró e Vale do Açu. Com o dinamismo vivenciado pela produção de frutas para exportação, a região em análise tem sido o lócus da atuação de vários grupos nacionais e internacionais que atuam na produção e exportação de frutas para o mercado externo, sobretudo, o europeu. A existência de condições precípuas para a produção, tais como os solos de qualidade, as águas do aquífero Jandaíra e o apoio indelével do Estado, permitiu ao capital do agronegócio se apropriar das terras do Sertão e ampliar a produção de frutas nas margens da BR-304, até muito próximo do oceano Atlântico, como



também nas margens do rio Piranhas-Açu, nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Carnaubais.

A Microrregião de Mossoró, que incorpora além do município que lhe dá nome os municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel e Tibau, é uma das principais microrregiões na produção de importantes produtos da fruticultura, tais como o melão, o mamão e a melancia. De acordo com dados do IBGE, para o ano de 2010, a participação da Microrregião de Mossoró na importante cultura do melão chegou próximo dos 8 mil hectares de área plantada de melão, sendo também a maior produção do Nordeste, com 210.460 toneladas. É justamente a rentabilidade da cultura do melão que desperta os interesses tanto de pequenos como de grandes produtores.

Tendo em vista o município, o que se pôde apreender a partir das entrevistas realizadas é que a dinâmica do emprego na região é ditada pelo comando das empresas. Essas contratam trabalhadores durante a colheita do melão, principal cultura do agronegócio e alteram completamente o fluxo de trabalhadores interessados na criação de empregos formais, principalmente no período da colheita. Esses trabalhadores se deslocam de inúmeros municípios do Rio Grande do Norte, bem como do estado vizinho do Ceará.

Os dados do MTE apontam que no período de 2008, mesmo apesar da forte queda de emprego em virtude da diminuição da quantidade produzida de melão, Mossoró foi responsável por 32,63% (5.529) dos 16.940 empregos formais no setor da agropecuária do Estado. Outro importante aspecto que ajuda a dimensionar o impacto social da fruticultura na dinâmica geográfica do trabalho é o fato das ocupações associadas ao setor da fruticultura corresponderem as que mais abrem postos formais de trabalho, se comparado aos demais setores da economia do município. É o que podemos confirmar com os dados sobre o emprego formal em que a ocupação com maior número de postos formais criados, segundo as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), foi a de "Trabalhador no cultivo de espécies rasteiras". Ou seja, uma ocupação diretamente associada à cultura do melão.

Mediante o cenário exposto, o que essencialmente muda para os trabalhadores é a dinâmica do agronegócio e a criação de um universo de contratação formal.

Essas atuam em um contexto onde a base social dos trabalhadores que se empregam nas médias e grandes empresas em Mossoró é bastante heterogênea. Nesse sentido, a necessidade do capital do agronegócio em efetivar a produção de frutas para exportação não distingue trabalhadores acampados do MST, assentados, pequenos produtores e/ou desempregados da cidade.

No limite, o que podemos apreender desses exemplos é a urgência necessidade de colocar em xeque as confortáveis definições características da visão eurocêntrica, que desconsidera a riqueza e complexidade encontrada na realidade do campo na América Latina.

As frações de classe representadas pelo proletariado típico da sociedade industrial, ou mesmo da existência de camadas sociais vinculadas ao “tipo ideal” de campesinato apresentado por Hobsbawm (2005), são hoje desafiadas pela existência de distintos grupos sociais que, cotidianamente, empreendem lutas sociais com potencial para a criação de um novo ambiente sociopolítico. Com isso, queremos afirmar que no interior da nova compreensão de classe trabalhadora na atualidade, (ANTUNES, 2003; TOLEDO, 2008; THOMAZ JÚNIOR, 2009) os sujeitos sociais aparecem na sua dialeticidade.

Assim, os camponeses com ou sem terra também participam das redes de exploração/precarização da força de trabalho. Seja no campo ou na cidade, os desempregados da cidade trabalham em empresas nacionais e multinacionais do setor do agronegócio; o movimento de moradia rompe a escala do urbano e vislumbra na possibilidade da constituição de assentamentos uma oportunidade de construir não somente sua moradia, como também, a chance de realizar uma trajetória rompida pelo processo de desterritorialização ao voltar à terra.

Enfim, é no embaralhamento das identidades/ experiências territoriais que podemos constituir um amplo movimento de busca de uma unidade social de luta. Para isso, é cada vez mais necessário que possamos compreender o que alerta Thomaz Júnior (2009), ao considerar a totalidade viva do trabalho como caminho para o entendimento da *plasticidade do trabalho*. Ou seja, na capacidade do ser social que trabalha em vivenciar diversas experiências laborais, podendo se constituir em uma coletividade em constante movimento e, portanto, muito longe de se tornar

exemplo de uma pretensa desmontagem da ontologia do trabalho (BENDASSOLLI, 2006).

A seguir, vamos analisar brevemente casos que evidenciam o encontro/desencontro de territorialidades e temporalidades presentes nas microrregiões em apreço.

### 7.2.1 Fazenda Maisa: tradição e contradição

A história da fruticultura irrigada no estado do Rio Grande do Norte se confunde muitas vezes com a história da empresa Mossoró Agroindustrial S/A, mais conhecida como MAISA. Mesmo após o encerramento das suas atividades, no início dos anos 2000, esse grupo empresarial ainda continua presente no imaginário da população mossoroense e de muitas porções do Sertão nordestino.

A empresa criada no ano de 1968, na antiga fazenda São João reunia capitais de importantes personagens da política, empresários e engenheiros que decidiram, segundo José Nilson Sá (2003), em uma simples conversa, mudar o quadro da economia do Rio Grande do Norte, sustentado na época apenas pela economia do sal, pela produção do algodão e a pecuária bovina.

O objetivo inicial era produzir caju em 20 mil hectares de terra. Essa meta ousada era tida como fundamental para alcançar a soma de 1 milhão de cajueiros para a obtenção da valorizada castanha de caju. Nos primeiros anos, a empresa teve muitas dificuldades, sobretudo, pelas condições climáticas (nesse momento, a empresa praticava ainda a agricultura de sequeiro) e pela falta de mão de obra em virtude das condições de acesso e da inexistência de vilas, núcleos habitacionais importantes próximos à fazenda. Mesmo assim, Nilson Sá (2003) relatou, em seu livro de memória, que no ano de 1976, a empresa arregimentou cerca de mil trabalhadores. Contudo, como o próprio empresário comenta "... os homens foram instalados, com suas famílias, em barracas de lona ou cobertas de palha, sem água corrente, energia elétrica e dependências sanitárias" (NILTON SÁ, 2003, p.203).

Constatada as condições precárias de manutenção dos trabalhadores da empresa, surgiu a ideia dos empresários de construir uma vila para garantir a fixação da mão de obra, já que a empresa crescia a passos largos. No final da década de 1970, foi construída a Vila Ângelo Calmon de Sá, popularmente conhecida como Vila

Maisa. A vila contava com 600 unidades residenciais, posto médico, centro comercial e centro ecumênico numa área de 120 hectares, localizada no KM 9 da BR 304. A construção da Vila Maisa possibilitou a permanência de aproximadamente dois mil trabalhadores da empresa.

Apesar dos ganhos com o caju e o aumento da quantidade de castanha produzida, a empresa sofria constantemente com as incertezas das chuvas na região. Tal fato motivou os proprietários a investir na agricultura irrigada como aposta para garantir a sustentabilidade da empresa. Membros da diretoria realizaram uma cruzada visando trazer até a MAISA as inovações da agricultura irrigada de Israel e importantes técnicos espanhóis e japoneses para viabilizar a produção de melão irrigado.

A escolha não poderia ter sido mais acertada, pois o melão adequou-se perfeitamente às condições do semiárido e em um curto espaço de tempo a produtividade alcançou índices expressivos. Algumas estatísticas citadas por Nilson Sá (2003) confirmam o sucesso do empreendimento da agricultura irrigada. A empresa começou a exportar frutas frescas *in natura* para países da Europa, instalou escritórios em Londres e Roterdã. O resultado foi que na década de 1980 a MAISA já era responsável pela exportação de 20% de todas as frutas *in natura* produzidas no Brasil.

O grande impulso da empresa, verificado no final da década de 1980 e início de 1990, permitiu o aquecimento da iniciativa empresarial e o fortalecimento do agronegócio da fruticultura. Novas relações ganham o espaço agrário a partir da existência de uma empresa que sozinha era responsável pela contratação de mais de cinco mil trabalhadores, constituindo uma vila de trabalhadores (BOX) rurais nas dependências da empresa, popularmente chamada como "Mãeisa". A inserção da "Mãeisa" na sua relação com os pequenos agricultores da região se manifestou pelo fomento à parceria. A empresa comprava a pequena produção dos agricultores vizinhos e comercializava com o mercado europeu.

## BOX XI

Em entrevista como um dos ex-funcionários da MAISA, atualmente funcionário da empresa Agrícola Famosa, pudemos ter um quadro bastante interessante sobre o trabalho no ambiente da empresa. Nosso entrevistado chegou ainda criança para morar na vila de funcionários. Seus pais, no entanto, já trabalhavam na MAISA desde o ano de 1972, antes mesmo de ter sido construída a vila de moradores. Antes da vila, os trabalhadores moravam em condições precárias, em barracos improvisados. Logo depois da construção de 600 casas e da instalação de milhares de trabalhadores na Vila Maisa, criou-se, então, uma forte vinculação entre espaço de trabalho e de moradia. O trabalho na empresa passou a ser, portanto, uma extensão da própria vida dos moradores.

As casas possuíam padrões pré-determinados de acordo com o diferencial hierárquico. As residências destinadas aos engenheiros, agrônomos e cargos de chefia possuíam maior número de cômodos, enquanto a dos funcionários de menor qualificação, o "povão" (sic), eram bastante simples, com apenas dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O primeiro emprego do entrevistado foi na Maisa, na fábrica de beneficiamento de castanha como auxiliar de serviços gerais. Com o passar do tempo, ele continuamente mudou de função até sua demissão no ano de 2002, quando trabalhava como analista no laboratório da fábrica de sucos. De acordo com o entrevistado, o ambiente de trabalho era bastante rígido, seguindo praticamente uma hierarquia militar. A empresa impunha diversas normas para os trabalhadores, os mesmos tinham que seguir as regras para que não fossem demitidos e tivessem que deixar as vilas. O entrevistado mencionou a existência de uma lei seca, que proibia o consumo de álcool, como também o jogo de baralho. A realização de festas também era controlada (necessidade de autorização) pela empresa, com o horário de término determinado pela diretoria. Havia também nas dependências da vila, uma subdelegacia e a empresa pagava um salário para os policiais para que os mesmos prestassem serviço especial aos moradores e funcionários.

Andar pela Vila Maisa, atualmente, e encontrar uma pessoa que não tenha sua trajetória de vida marcada pela empresa é uma tarefa muito difícil, pois ela faz parte da história dos moradores. Não obstante as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no ambiente da empresa, os relatos que obtivemos em nossas visitas revelaram muitas vezes certo deslumbramento e orgulho de ter feito parte da história da Maisa.

Outra iniciativa da empresa para se firmar no agronegócio no Brasil foi a produção de polpas de frutas congeladas utilizando a marca MAISA. As polpas do grupo inundaram o mercado nacional, divulgando uma nova forma de consumir as frutas. Seu pioneirismo associado ao grande mercado e a grande escala de produção garantiu mais alguns anos de resultados positivos. Contudo, a década de 1990 trouxe períodos amargos.

A transição verificada na economia brasileira a partir da guinada neoliberal, iniciada com maior propriedade no Governo Collor, garantiu a abertura comercial para o mercado internacional e a conseqüente expansão das importações. O fantasma da inflação que tanto atormentava a equipe econômica dos primeiros governos do período de redemocratização continuava dando sinais de fortalecimento.

Uma solução aventada foi apostar na criação de uma nova moeda. Foi nesse momento que ganhou projeção a figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o plano real. O impacto sucedâneo da eleição de FHC em 1994 e da criação do real foi o controle da inflação e a valorização da moeda nacional.

Como sabemos, a valorização da moeda nacional é sinônimo de prejuízos para determinados setores e de muito lucro para outros. O aumento das importações, se por um lado beneficiou determinados setores econômicos mediante a compra de bens de capital para a indústria brasileira, por outro lado encetou um momento de inflexão no setor da agricultura voltada para exportação, extremamente dependente do comércio internacional. O risco das atividades do agronegócio cresceu mais ainda, quando no ano de 1999 o câmbio no país passou a ser flutuante.

Foi nesse contexto que a empresa MAISA começou a enfrentar dificuldades para manter as exportações com dólar baixo e, ao mesmo tempo, manter uma infraestrutura gigantesca. A empresa entrou no século XXI no vermelho, atolada em dívidas, inclusive trabalhistas, e com um modelo de gestão totalmente discrepante com a realidade do mercado. No ano de 2003, a empresa decretou falência alegando ter sido extremamente afetada pela política de câmbio. O que muitos não acreditaram e não acreditam até hoje é como uma empresa tão grande e tão produtiva foi completamente desmantelada. As queixas foram ainda maiores devido às condições em que a empresa abriu falência, deixando uma dívida milionária em cláusulas trabalhistas que se arrastam na justiça até hoje.

Após a falência da empresa no ano de 2003, houve um novo momento no contexto socioespacial de Mossoró, intensificando o processo de disputas territoriais aquecidas pela quantidade de trabalhadores demitidos pela MAISA e do enorme estoque de terra ociosas após a paralisação da produção.

Foi nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mediante a mobilização em favor da Reforma Agrária, conseguiu uma das suas maiores conquistas na região. Como resultado, o INCRA, em 2004, desapropriou aproximadamente vinte mil hectares da empresa MAISA para dar lugar a 1.150 famílias de trabalhadores rurais, naquele que passaria a ser considerado o segundo maior assentamento do Brasil.

O impacto da criação do assentamento foi tão representativo, que no último censo de 2010, conforme destaca Queiroz (2012, p.32), a população residente rural, ao invés de manter a tendência de diminuição identificada a partir da década de 1980, apresentou um crescimento de 53,2%, ou seja, um aumento absoluto de 7.845 com relação ao Censo de 2000.

A chegada de um maior contingente populacional foi resultado da fragmentação da propriedade da MAISA aliado à situação de incerteza dos antigos funcionários. Esses, como forma de assegurar seus direitos, permaneceram nas residências da empresa, alterando completamente a dinâmica da Vila Maisa, sendo que há, inclusive, a discussão sobre a possibilidade de emancipação da Vila Maisa do município de Mossoró. Os moradores alegam o abandono da Vila por parte do poder público municipal, devido à carência dos serviços públicos, tais como transporte, provimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação das vias, entre outros.

Um dos motivos alegados para o esquecimento da prefeitura municipal é que a Vila Maisa representa um intrincado caso jurídico, pois se trata de um conjunto de casas construídas por uma empresa privada. Portanto, os moradores que atualmente ocupam as casas, ex-funcionários no geral, não possuem a escrituras dos terrenos e das casas. Mediante a transformação das áreas da MAISA em assentamento pertencente ao Governo Federal, mais uma vez temos uma situação jurídica incerta. Enquanto isso, avança um processo espontâneo de crescimento da Vila Maisa, com população estimada de 5 mil habitantes. Esse movimento dá-se de forma desorganizada, inclusive com a presença de construções irregulares, no que está sendo chamado pelos moradores de favelização.

Malgrado os avanços encontrados na territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra, muitos desafios estão postos para os trabalhadores rurais. Para usar uma máxima bastante citada pelos militantes, fruto da experiência com a luta contra a violência do capital e contra o modelo burocrático do Estado: a luta é pela terra e na terra. Ou seja, uma vez conquistada a terra, a luta não se encerra, pois muitas vezes se torna inclusive mais difusa. Passados oito anos da criação do assentamento Maisa, os assentados enfrentam inúmeros problemas para efetivar a produção. As dificuldades vão desde a falta de acesso a crédito, à infraestrutura de irrigação e à assistência técnica.

Num contexto de desaquecimento da produção nos assentamentos, cresce o assalariamento dos trabalhadores, inclusive assentados nas empresas privadas produtoras de melão. Como sabemos, o emprego apesar de abundante é sazonal e muitas vezes precário.

Desde o ano de 2010, pudemos acompanhar o desenrolar de algumas ações para a chegada de uma empresa que viria a resolver o problema tanto do desemprego como da garantia da compra da produção dos assentados. Trata-se da instalação de uma empresa voltada para a fabricação de sucos, aproveitando-se da estrutura física ociosa da antiga MAISA adquirida via leilão realizado pelo Banco do Brasil no ano de 2009.

O Grupo que adquiriu a fábrica de sucos da extinta MAISA foi a empresa paulista Gtex, proveniente do setor de produtos de limpeza e que passou a atuar no ramo da alimentação. A empresa que opera a fábrica de sucos foi intitulada ICP Fazenda Maisa (Figura 29), mantendo o nome e a tradição da MAISA no setor da produção de sucos.



Figura 29: Fábrica de sucos da Rosatex (Ex-MAISA).  
Fonte: Juscelino E. Bezerra. Mossoró (RN), Fevereiro de 2010.

A decisão de retomar a produção, por sorte, envolveu um grande número de parceiros, contratação de técnicos, compra e reforma de equipamentos e, sobretudo, a conversa com os produtores locais, já que o grupo não tem o objetivo de atuar na produção. Dessa forma, segundo entrevista com o gerente da fábrica, a



empresa necessita de uma forte base de apoio dos produtores para manter a fábrica em operação, sendo alimentada constantemente pela produção de frutas da região. Todavia, esse tem sido um dos principais problemas enfrentados. Afinal, quem são os produtores que podem fornecer as frutas para a fábrica? Os assentados do MST!

As negociações envolvendo a fábrica recém-chegada e os trabalhadores de vários assentamentos do entorno da MAISA foi um momento bastante interessante para podemos observar a reprodução dos mecanismos de poder e de um conjunto de questões que se colocam como desafio para o movimento social sem terra.

Participamos de uma das reuniões realizadas no ano de 2010 na associação comunidade da Vila Maisa. Estavam presentes na reunião além dos assentados do MST, funcionários da fábrica MAISA, inclusive seu gerente, advogados, empresários, professores universitários e um Juiz do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN).

O ambiente da reunião era de muita euforia por parte, tanto dos agricultores esperançosos pela possibilidade de garantir a comercialização da produção, como por parte da empresa que já dispunha de toda a infraestrutura disponível, mas ainda não tinha a matéria prima suficiente para dar início à fabricação de suco. Chamou atenção durante a reunião, as relações de poder evidenciadas nas falas dos representantes do poder público, principalmente, do Juiz do Trabalho. O mesmo é responsável pelas centenas de processos trabalhistas envolvendo a extinta MAISA e tem participado ativamente no leilão das instalações da fábrica de suco.

O Juiz foi apresentado na reunião como o “pai” do projeto. Tanto que os representantes da empresa e os agricultores durante as quase duas horas da reunião não tiveram muito espaço na reunião. O tom da fala do Juiz era de apadrinhamento e paternalismo da comunidade, representando a figura do mediador entre os empresários e os trabalhadores. Todas as informações/demandas listadas na reunião eram encaminhadas para o Juiz para que o mesmo pudesse vencer a burocracia estatal e a partir disso realizar todos os contatos políticos, “abrir canais parlamentares” com vínculo direto, inclusive ao, então, Presidente Lula.

Como o próprio Juiz colocou: “Eu quero devolver a fábrica para vocês”. Para isso, os trabalhadores deveriam esquecer os “desentendimentos” do MST e fechar na produção para gerar renda. Quanto a esse aspecto, o mesmo alertou os

trabalhadores que eles deveriam escolher culturas lucrativas para escapar dos programas sociais como o Bolsa Família. Como afirmou o Juiz: "Quem tem vergonha, não gosta disso". Outro depoimento polêmico proferido pelo mesmo, no Jornal De Fato (04/11/2010), durante apresentação à imprensa da abertura da fábrica de suco, o mesmo afirmou que "Trata-se de reforma agrária eficiente ao lado do agronegócio. A Fábrica é uma ponte de revolução entre Mossoró e região". Em artigo anterior do mesmo jornal (26/10/2010), o referido magistrado afirmava que com a retomada da produção na fábrica da Maisa "O dragão voltará a verter fogo pela boca de suas chaminés".

Os representantes da empresa tinham como objetivo, na reunião, ter um quadro do conjunto de assentados que pudessem garantir o abastecimento da fábrica com frutas. Contudo, foram relatadas, pelos assentados, várias dificuldades para a produção, principalmente pelo fato de boa parte das 1.150 famílias assentadas ainda não terem à época acesso ao crédito PRONAF, ou seja, cerca de R\$ 21 mil reais para cada família. Para isso, os agricultores teriam de se mobilizar.

O gerente da fábrica afirmou que "Não é a fábrica que vai se organizar por vocês... a fábrica já fez o papel dela... tá lá para processar aquilo que vocês produzirem". E complementou que "Seria lamentável uma fábrica instalada no meio da MAISA, não tendo a MAISA participando". O temor da figura do atravessador ainda continuava preocupando os produtores e a desinformação sobre a existência da fábrica até aquele momento era generalizada. Daí a importância dessa reunião para todos os setores envolvidos.

Os assentados, por outro lado, afirmavam que estavam dispostos para o trabalho e para suprir a fábrica. Porém, faltam condições adequadas para produzir, sobretudo energia elétrica para a irrigação e a construção de mais poços profundos.

Dois anos depois de nossa visita, retornamos a MAISA para averiguar o andamento da relação entre fábrica e assentados e o impacto gerado na região. Na conversa que tivemos com o mesmo gerente, ouvimos mais uma vez que os assentados não conseguiram ainda se firmar como fornecedores regulares de frutas para o funcionamento da fábrica. Mesmo assim, a fábrica conseguiu entrar em operação comprando frutas de outras regiões. Atualmente, a empresa produz e envasa sucos, como também fabrica polpa de frutas para o mercado interno,

principalmente para a Região Sudeste. A empresa contrata cerca de 80 empregados, sendo a maioria moradores da Vila Maisa, e boa parte deles é formado por ex-funcionários da extinta fábrica que residem na região.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados estão em dissonância com o avanço do agronegócio, o que impossibilita em curto prazo a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e, em longo prazo, fragiliza a luta por um modelo alternativo de agricultura na região. Outro exemplo de empresa que ganha espaço no setor da fruticultura, utilizando-se de toda a tradição deixada pela MAISA, é a empresa Agrícola Famosa, hoje tida como a maior produtora de melão *in natura* do mundo.

#### 7.2.2 Internacionalização do capital do agronegócio e a onipresença do melão brasileiro

A produção em massa de frutas frescas para consumo *in natura* tem alcançado inúmeras escalas. Desse modo, hoje é possível encontrar o melão de uma mesma empresa tanto na feira da Avenida Manoel Goulart, em Presidente Prudente, como no supermercado Albert Heijn em Haia, na Holanda. Uma das empresas que contribuiu para inundar o mundo de melões foi a empresa brasileira Agrícola Famosa, situada exatamente na divisa<sup>61</sup> (Ver Apêndice II) entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do Brasil. A empresa é considerada a maior produtora e exportadora de melão *in natura* do mundo, produzindo em 2010 mais de 100 mil toneladas.

Fundada em 1995, possui nove fazendas localizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e, recentemente, em Pernambuco, totalizando cerca de 20 mil hectares. A produção cresce paulatinamente, sendo que na atualidade a Agrícola Famosa é responsável por 70% do melão exportado pelo Brasil. No auge da produção, geralmente a partir do segundo semestre, são exportados 50 contêineres por dia, 250 por semana e seis mil contêineres de melão por ano.

---

<sup>61</sup> Essa posição geográfica tem promovido mais do que aparentemente uma mera confusão e sim um verdadeiro jogo de interesses que envolve a disputa entre os Estados e demonstra uma amálgama entre regiões, contribuindo para o entendimento de uma região mais extensa formada a partir da consecução do agronegócio. Para mais detalhes, consultar a pesquisa de Gomes (2007).

Com esses números, a Agrícola Famosa concentra quase a totalidade do mercado de exportação do melão, principalmente, no ano de 2010, com o fechamento da Nólem (empresa de capital misto nacional e estrangeiro) e com a interrupção da produção de melão por parte da gigantesca Del Monte Fresh, dos Estados Unidos.

Apesar de ter o melão como carro chefe, a produção da empresa é heterogênea. De acordo com seu portal ([www.agricolafamosa.com.br](http://www.agricolafamosa.com.br)), a empresa produz além do melão (variedades: amarelo, pele de sapo, cataloupe e galia), melancia e banana. Sobre a banana, o empresário e um dos proprietários da Agrícola Famosa, Luiz Roberto Barcelos, em entrevista concedida a TV Diário (Programa Encontro Mercado, 28/11/2010), prevê uma expansão do cultivo nas regiões de produção no Ceará e no Rio Grande do Norte, sobretudo com a parceria feita pela Agrícola Famosa e a norte-americana Chiquita, uma das líderes mundiais na produção da banana.

Em entrevista concedida à TV Diário (Programa Conhecer, 13/11/2010), Barcelos declarou que a empresa tem planos de expansão muito audaciosos, pois querem passar dos 6 mil contêineres exportados por ano para 40 mil contêineres. Um aumento de mais de 500%. Na mesma proporção do aumento das exportações, a empresa pretende ainda expandir o número de contratados para mais de 30 mil funcionários.

Vale ainda ressaltar que em 2011, a empresa deu início ao seu processo de internacionalização da produção mediante a implantação (ainda em andamento) de uma fazenda produtora de melão no Senegal, país situado na África Ocidental. O investimento fixo total para a implantação da fazenda foi de €9 milhões. O Governo Senegalês deu apoio mediante a construção de estradas e instalação da rede de energia elétrica. O acesso à terra, segundo funcionários da empresa, foi outorgado pela comunidade por um prazo de vinte anos, uma vez que as terras nesse país são propriedade do Estado.

A obtenção de terras africanas por empresas estrangeiras e até mesmo por Estados tem propiciado um amplo debate sobre o processo de estrangeirização das terras. No caso em questão, trata-se de uma empresa brasileira que avança no continente africano, interessada nas vantagens operacionais, logísticas e de apoio

internacional para flexibilizar ainda mais sua janela de produção para comercializar com maior agilidade seus produtos no mercado europeu. Segundo a empresa, a previsão é de ao longo dos próximos anos, com o crescimento da produção no Senegal, sejam gerados cerca de 700 empregos na região de Thilmahka, 120 km da capital Dakar.

Malgrado os planos ambiciosos da empresa, alguns empecilhos podem impedir ou limitar tal intento. O principal deles diz respeito à instabilidade do mercado associado ao câmbio flutuante do dólar e do euro. Os anos de 2008 e 2009 foram muito difíceis em virtude da crise econômica internacional, que reduziu drasticamente o patamar de consumo de frutas como resposta ao medo generalizado de uma recessão econômica e a onda de falências registrada nos países do centro do capitalismo. Para uma empresa que já chegou a ter 96% de sua comercialização para o mercado externo, a flutuação do mercado é um risco constante. Temendo esse cenário, houve uma reorientação da empresa com o intuito de aumentar a participação das vendas para o mercado interno e também diversificar ainda mais a produção.

O câmbio flutuante também exerce uma influência decisiva na operação de uma empresa que está conectada aos mercados globais. Com o foco na exportação, os cálculos dos custos e da margem de lucro dos empresários são elaborados pensando sempre na paridade dólar/real, euro/real. Esse temor é mais generalizado entre as empresas, devido à brevidade com que os contratos são fechados com os compradores internacionais de frutas. A Agrícola Famosa, por exemplo, finaliza seus contratos<sup>62</sup> de produção em meados de abril para começar a produzir e entregar a produção a partir de agosto. Nesse intervalo, a cotação pode ou não ser desfavorável, representando um grau de incerteza peculiar ao setor do agronegócio da fruticultura. Ressaltam-se ainda as inúmeras variáveis que podem interferir na produção e comprometer a execução dos contratos, tais como: a existência de pragas, fenômenos climáticos, chuvas em demasia, quebra de máquinas, greve dos trabalhadores, etc.

---

<sup>62</sup> Pudemos testemunhar uma rodada de negócio da empresa durante a realização da Feira Fruitlogística em fevereiro de 2012, na cidade de Berlim. A empresa participou da Feira por um stand presente na alameda Brasil.

Como vimos, trata-se sem dúvida de uma empresa, que pela própria estrutura, exerce um forte impacto na dinâmica geográfica do trabalho nas regiões onde atua. A Agrícola Famosa (Figura 30) se apresenta à sociedade, para além da eficiência da produção e do alcance do mercado, como importante na geração de emprego e renda nos estados em que atua. Os postos de trabalho criados pela empresa giram em torno de 4 a 5 mil. Vale ressaltar, que são empregos temporários, de acordo com a duração da safra que se concentra, sobretudo, no segundo semestre de agosto a dezembro.



Figura 30: *Packing House* da empresa Agrícola Famosa.  
Fonte: Juscelino E. Bezerra. Icapuí (CE), Outubro de 2010.

Durante a realização da visita, pudemos constatar que a empresa possui moderna infraestrutura de produção, com equipamentos novos, um amplo *Packing House* e uma logística de distribuição bem articulada com os principais portos da região, a exemplo do Porto de Pecém.

Com relação aos trabalhadores da empresa, o *packing manager* da Agrícola Famosa declarou que a empresa cumpre com todas as normas trabalhistas e todos os empregados têm carteira assinada. Ressaltou ainda que a empresa tem investido na melhoria das condições de trabalho, atendendo a uma reivindicação antiga dos trabalhadores de oferecer almoço na própria empresa, por sua vez, eliminando as famigeradas "marmitas". Na empresa são servidas mais de mil refeições diárias no

restaurante recém-construído para os trabalhadores. Devido ao grande número de funcionários durante a safra do melão, a empresa disponibiliza alojamentos nos quais os trabalhadores que moram mais longe ficam por toda a semana de trabalho.

A Agrícola Famosa é o lugar de trabalho de inúmeros trabalhadores da região, sejam eles assentados, acampados e/ou pequenos produtores. Tal característica reserva um enfoque analítico de extrema importância da pluralidade de situações encontradas no ambiente de trabalho.

Nesse íterim, destacamos a presença da cooperativa de produtores de melão. Na cooperativa, encontramos situações diferenciadas quanto às relações de trabalho e à inserção de mercado pelo uso de certificações, do chamado comércio justo.

### 7.2.3 Melão *Fairtrade*: produção cooperada

A comunidade de Pau Branco está situada nas proximidades da fronteira entre Rio Grande do Norte e Ceará e, também, próximo de assentamentos rurais, acampamentos e empresas. Na comunidade podemos encontrar a Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar – COODAP.

A COODAP foi fundada em abril de 2009, por cerca de 20 produtores cooperados. Atualmente, apenas metade desses produtores continua na Cooperativa. Nos últimos anos, os cooperados têm se dedicado ao trabalho nas culturas com forte inserção comercial, principalmente o cultivo do melão. Para que os agricultores tivessem êxito no plantio dessa fruta, caracterizada por custos elevados e tratos culturais de maior complexidade, os mesmos contaram com apoios institucionais do SEBRAE e da Secretaria de Agricultura de Mossoró.

Segundo entrevista com o secretário da COODAP, o divisor de águas que colocou a cooperativa em outro patamar foi, sem dúvida, a parceria e orientação do SEBRAE (RN). Mediante a parceria, os produtores tiveram a oportunidade de aprender mais sobre o mercado para exportação e as exigências necessárias. O primeiro passo seria adequar as fazendas e torná-las aptas aos preceitos exigidos pelas certificações internacionais. Como já mencionamos nos capítulos anteriores, a existência dos selos de qualidade é uma realidade presente entre os produtores que

comercializam seus produtos no mercado externo, sobretudo, quando ele é direcionado para mercados com forte regulação, tais como Europa e Estados Unidos. Sem a obtenção dos selos de qualidade, as frutas produzidas não têm espaço no mercado internacional. Todavia, os custos para obtenção das certificações são bastante elevados. Por essa razão, o SEBRAE, além do apoio e consultoria aos produtores cooperados, realizou o financiamento dos custos de certificação para os cooperados.

Atualmente, a COODAP conta com três certificados, exibidos com orgulho na parede da humilde sede da cooperativa na comunidade de Pau Branco, são eles: o Global G.A.P, PIF e o Fairtrade. Esse último é visto como o mais importante e foi o que ajudou a colocar a COODAP como destaque de vários jornais da imprensa nacional<sup>63</sup> e local<sup>64</sup>, pois a cooperativa foi pioneira no mundo a obter o certificado Fairtrade concedido pela Fairtrade Labelling Organizations<sup>65</sup>.

O Fairtrade<sup>66</sup> ou Comércio Justo é um movimento originado na América do Norte e Europa que visa transformar as bases das operações comerciais, de modo a promover a equidade social e a sustentabilidade ambiental através do respeito aos produtores e da conscientização dos consumidores. A partir da década de 1980 (RAYNOLDS; LONG, 2007), o movimento Fairtrade por meio da Fairtrade Labelling Organizations deu início ao processo de certificação com o intuito de orientar os consumidores para a compra de produtos cujas práticas de produção estivessem de acordo com os princípios do comércio justo. A certificação promoveu também a harmonização das práticas mediante a standardização da produção, elas são verificadas por meio das auditorias. Vale ressaltar, que a certificação Fairtrade não avalia apenas os produtores e sua prática, mas também os agentes responsáveis pela comercialização e definição dos preços. Desse modo, o selo objetiva combater o estabelecimento de preços abaixo do mercado, uma das principais reclamações dos

---

<sup>63</sup> Revista Globo Rural Março de 2010. Matéria "Melão de Grife".

<sup>64</sup> Diário de Natal. 11/09/2009. "Melão do RN recebe certificação da categoria no mundo"

<sup>65</sup> No site da Fundação Fairtrade na Inglaterra foi anunciado "*The world's first ever Fairtrade certified melons produced by a small growers' co-operative COODAP (Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial Potiguar) from Mossoro in northern Brazil, will be available in Asda and Morrisons from this week.*"

<sup>66</sup> Para obter mais informações sobre o histórico do movimento Fair Trade, sua organização, diversidade, como também sua expansão para vários países (inclusive o Brasil) consultar: RAYNOLDS, MURRAY; WIKILSON, 2007.



pequenos produtores historicamente vitimizados pelos atravessadores e supermercados.

Com a adoção das certificações do comércio justo, observa-se a disseminação nos supermercados e estabelecimentos comerciais de vários produtos com o selo Fairtrade ou Comércio Justo. Somente na Inglaterra, a Fundação Fairtrade licenciou mais de três mil produtos. Mediante a certificação nos melões produzidos pela COODAP, os produtores obtiveram inúmeras vantagens. A cooperativa conseguiu comercializar a venda de 250 toneladas de melão para importantes supermercados da Inglaterra, tais como Asda e Morrisons. Os preços comercializados são 20% mais elevados do que os melões sem certificação e a cooperativa recebe U\$0,10 de dólar por quilo importado para serem aplicados em projetos sociais voltados para a comunidade<sup>67</sup>.

Tivemos a oportunidade de conhecer um lote da cooperativa voltado para a cultura do melão. No caso, tratava-se de um lote de oito hectares pertencentes ao secretário da cooperativa. Nosso objetivo era conhecer mais sobre os trabalhadores que atuavam na produção. O trabalho nos cultivos da cooperativa é, geralmente, feito pelos próprios proprietários, sendo que os mesmos contratam trabalhadores, sobretudo, no período da colheita. A quase totalidade dos trabalhadores contratados pelos cooperados provém da própria comunidade ou dos assentamentos vizinhos, formando uma ampla base de apoio para a produção da cultura do melão. A diária paga para os trabalhadores gira em torno de R\$ 25,00.

O exemplo da COODAP expõe as desigualdades que o acesso à terra pode promover na forma de inserção no mercado, aliado à falta de condições para produção por parte, principalmente, dos assentados. É justamente o contexto vivenciado nos acampamentos e assentamentos frutos da reforma agrária que pretendemos analisar no tópico a seguir.

#### 7.2.4 Movimentos sociais no território potiguar

No Rio Grande do Norte, verificamos a relação entre agronegócio e movimentos sociais de forma mais clara e marcante nos territórios de produção de

---

<sup>67</sup> Informação colhida na reportagem da Revista Globo Rural, Março de 2010, "Melão de Grife".

frutas no Nordeste. Ao longo das principais áreas de produção, podemos sempre encontrar a presença de movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, o MST. Entender essa relação pode ser uma tarefa hercúlea, visto a intrincada copresença de lógicas tão distintas de uso e apropriação da terra. Com a diferença que não se trata tão somente de um avanço do capital do agronegócio e do desterroamento de populações camponesas, mas sim de um jogo de forças, no qual os movimentos sociais de luta pela terra se fortalecem mediante a ocupação de terras e a criação de assentamentos rurais. Ou seja, são projetos conflitantes de produção de novas ruralidades em constante combinação/embate com o processo de privatização e corporativização do território (SANTOS 2002[1996]).

Do ponto de vista do trabalho a copresença do agronegócio e dos movimentos sociais estabelece um conjunto de situações, caracterizadas pela desigualdade de acesso às condições de produção, do uso da força de trabalho dos assentados/acampados para as empresas capitalistas, permitindo a disseminação dos conflitos e das contradições verificadas no ambiente dos movimentos sociais. A seguir, trataremos de analisar alguns exemplos de acampamentos e assentamentos que estão nas proximidades dos territórios de produção capitalista nas microrregiões de Mossoró e Vale do Açu.

Começamos com o acampamento Cirilo Neto. O acampamento em questão (Figura 31) foi formado no ano de 2008 e contava, no início, com 500 famílias. Ao longo dos últimos anos, o acampamento foi montado e desmontado em várias localidades ao longo das margens da BR 304, no município de Mossoró. Como sabemos, acompanhar a dinâmica territorial das ocupações e assentamentos traz inúmeras dificuldades ao pesquisador, uma vez que se trata de uma territorialidade transitória cuja força e participação social é extremamente vulnerável, estando ao sabor das idas e vindas do processo burocrático e da luta com os agentes hegemônicos.



Figura 31:Acampamento Cirilo Neto.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Mossoró (RN), Março de 2010.

As terras, objeto de luta dos acampados e militantes do MST, pertencem à extinta empresa Mossoró Agro-Industrial S/A, mais conhecida como MAISA. As terras em questão estão penhoradas na justiça do trabalho. A empresa coleciona queixas na justiça por parte dos trabalhadores que, desde sua falência no ano de 2003, esperam pelo pagamento das dívidas trabalhistas.

Sobre a base e o perfil social dos acampados destacamos, de acordo com o entrevistado, que muitas das famílias acampadas são formadas por moradores e ex-moradores das favelas da cidade de Mossoró. Diante dos relatos que tivemos dos acampados foi possível perceber distinções sobre o projeto de vida de cada um. Todos querem terra, porém nem todos vêem a terra com os mesmos olhos. Esse fato pode ser mais bem entendido quando alguns relatavam que tinham teto, mas não tinham terra. Outros afirmaram, ainda, que não tinham teto (moradia) e muito menos terra. Ao avaliar o conteúdo dessas falas poderemos perceber a diversidade de situações e casos que possuem sua raiz no aprofundamento das desigualdades sociais, tanto na cidade como no campo, como processos coetâneos.

Do ponto de vista do trabalho, os acampados também formam o universo dos trabalhadores contratados pelo agronegócio da fruticultura, demonstrando uma relação de subordinação e, ao mesmo tempo, de resistência e recriação (Figura 32).

De acordo com o entrevistado, é grande o número de acampados que trabalham nas empresas do agronegócio da região, sobretudo, na época da colheita. Nesse aspecto, há também contradições no sentido de que a condição de assalariado nas firmas representa, para muitos, a extrema antítese da condição de fato desejada, e mais do que desejada, a condição pela qual produz a luta. Ou seja, a condição de um trabalhador que possui sua terra e que nela pode produzir não só alimentos, mas também a sua libertação.



Figura 32: Barraco construído com restos das caixas de melão utilizadas nas empresas.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Mossoró (RN), Março de 2010.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos acampados. A desistência de mais da metade das famílias expressa bem a descrença quanto à possibilidade do INCRA desapropriar as terras em questão. Sobretudo, com a recente compra de parte do capital da MAISA por um grupo de São Paulo. A presença de movimentos sociais nas terras da MAISA dificulta as ações judiciais relacionadas à venda das terras. Leilões foram organizados com o intuito de vender a empresa. Todavia, não obtiveram êxito. Mediante as ações dos movimentos sociais, como já mencionamos, parte do estoque de terras da empresa foi desapropriada pelo Governo Federal e transformada em assentamentos. É justamente o exemplo de luta e conquista da terra na região que alimenta a esperança dos que persistem nos acampamentos.

As precárias condições do acampamento Cirilo Neto não são muito diferentes dos acampamentos encontrados em várias localidades do Brasil. O acesso à água, o uso de banheiros improvisados, a vulnerabilidade das lonas nas épocas de chuvas, todos esses fatores pesam no cotidiano dos acampados. O entrevistado relatou que existe uma organização interna no acampamento para garantir uma boa convivência para todos. Desse modo, eles seguem regras básicas entre elas, destacamos, a obrigação de não consumir bebida alcoólica no acampamento; do silêncio a partir das 22 horas, do revezamento da vigilância do acampamento, etc.

É interessante ressaltar também como os acampados são vistos na região. Ainda, segundo o entrevistado, os acampados são vítimas de preconceito pela população local. Muitos os vêem como baderneiros, tanto que os casos de roubos são atribuídos a eles. Importante notar ainda que existe uma diferença entre assentados e acampados. Tal fato torna-se ainda mais paradoxal quando sabemos que, muitas vezes, os assentados são justamente ex-acampados que lutaram durante anos para conseguir as terras que hoje ocupam.

Próximo ao acampamento Cirilo Neto do MST, da Vila Maisa e da Comunidade de Pau Branco está situado o assentamento São Romão, com 123 famílias. O assentamento é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No ano de 2012, ele completou onze anos da conquista da emissão do título da terra. Sua história está relacionada à luta pela terra em Mossoró, onde o movimento, nos últimos dez anos, vem fortalecendo sua luta e conquistando novas áreas destinadas para a Reforma Agrária.

Sobre a organização da produção no assentamento tivemos a informação de que muitos assentados optaram pela cultura do melão. Geralmente, o melão é tido como "cultura de rico", específico das empresas do agronegócio, já que seu custo de produção é bastante elevado. Isso não impediu que nos assentamentos existam um conjunto de assentados que apostam na cultura para a geração de renda. Em entrevista com um dos assentados que se dedica ao cultivo de 6 hectares de melão no assentamento (Figura 33), colhemos um importante depoimento.



Figura 33: Produção de melão no Assentamento São Romão – MST.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Mossoró (RN), Março de 2010.

O entrevistado revelou informações importantes sobre sua trajetória como trabalhador. Chamou-nos atenção o fato de o mesmo já ter trabalhado na extinta empresa MAISA por mais de dez anos como borracheiro. Nosso entrevistado, como muitos na região, foi testemunha do crescimento espetacular da empresa MAISA desde a sua criação. Em sua opinião, a falência da empresa está relacionada ao controle inadequado, sendo muito comum, principalmente no auge da empresa, registros de corrupção, desvio de recursos e roubos.

A falência da empresa trouxe consigo não só o desemprego na região, como também a revolta dos trabalhadores que não receberam as dívidas trabalhistas, dando origem a uma legião de injustiçados que até hoje aguardam decisão judicial. Se por um lado, esse processo prejudicou inúmeras famílias, por outro, desencadeou mobilizações populares importantes e que possibilitaram a organização dos trabalhadores no movimento social de luta pela terra. Parte importante dos hoje assentados do MST é proveniente de ex-trabalhadores da MAISA.

Entrevistamos também uma moradora do assentamento São Romão que nos contou sobre sua história com o MST. A entrevistada residia em uma favela na cidade de Mossoró quando soube de uma ocupação do MST, numa fazenda improdutiva nas proximidades da cidade e decidiu participar da ocupação, almejando conseguir um lote para a moradia. A entrevistada testemunhou todo o processo de

ocupação, da luta e resistência e do confronto com a polícia. Depois disso, apesar de não ter conseguido o lote, a entrevistada começou a participar do MST e, logo depois, integrou outra ocupação de terra, sendo que desta vez o movimento foi vitorioso e hoje, mora com sua família há dez anos no assentamento São Romão.

Como sabemos, após a conquista da terra a luta não cessa, tanto que, atualmente, o grande desafio do assentamento é conseguir produzir. Mesmo com os 24 poços perfurados com recursos próprios, grande parte dos lotes funciona sem a irrigação. Portanto, depende das condições climáticas para garantir sua produção. No assentamento existe a produção de feijão, macaxeira, batata doce, mamão, caju, melancia e melão.

Retornando ao caso do melão, existem algumas polêmicas quanto à produção desta cultura. Como já ressaltamos, a cultura do melão é a principal aposta dos empresários locais, inclusive da empresa Agrícola Famosa, situada a poucos quilômetros do assentamento, bem como da cooperativa de Pau Branco.

A produção de melão dos assentados está completamente fora dos padrões exigidos pelo mercado internacional. Logo, sua produção, ao contrário da maioria dos empresários locais, tem o mercado local e regional como principais consumidores. Sendo a região dominada pela produção de melão, as alternativas à produção agroecológica estão parcialmente comprometidas. E quanto aos assentados, muitos deles possuem terra, mas trabalham nas empresas por terem a garantia do salário no fim do mês. Os jovens são os principais interessados em trabalhar nas empresas situadas nas proximidades do assentamento.

Segundo nossa entrevistada, com exceção da crítica quanto ao uso de agrotóxicos, principalmente pelas empresas, os assentados não possuem uma relação de conflito com as mesmas. Em sua opinião, não há rivalidade entre empresários e sem terra. Tal fato tem sido um grande desafio para os movimentos sociais, pois para muitos existe o entendimento de que o modelo do agronegócio e dos camponeses sem terra e assentados são totalmente antagônicos.

Na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Nordeste, especificamente, no município de Baraúna (RN), encontramos o assentamento Catingueira. De acordo com informações do Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Catingueira, o assentamento é um dos mais antigos do município. O processo de luta pela terra



data ainda da segunda metade da década de 1980. Hoje, reconhecido pelo INCRA, o assentamento possui 41 famílias e uma extensão de 1.146 ha. Nos 1.050 ha destinados aos lotes individuais existe uma diversidade de produtos cultivados, bem como uma heterogeneidade de condições sociais.

Tivemos a oportunidade de conversar com uma das assentadas mais antigas do Assentamento Catingueira. A entrevistada participou desde o início do processo de luta pela terra e até hoje lembra com detalhes a época de sofrimento em virtude dos conflitos entre trabalhadores e latifundiários e das condições precárias enfrentadas pelos militantes durante a ocupação.

O que chamou atenção durante a nossa conversa foi a lucidez com que a entrevistada percebe sua condição de assentada. Embora reconheça as dificuldades que os assentados enfrentam para garantir melhores condições de vida, a trajetória continua sendo um caminho regado de sucesso e, o que de melhor há, de liberdade (Figura 34). É justamente a importância da liberdade que deu o tom de nossa entrevista.

Essa percepção advém justamente da experiência vivenciada ao redor do assentamento com a presença de empresas do agronegócio. A entrevistada afirmou que já teve parentes, filhos que trabalharam nas firmas. Os mesmos relatavam que nas empresas os trabalhadores são sujeitos às ordens e têm de enfrentar duras rotinas sem direito a descanso. Resumindo, a moradora afirma que é uma vida sacrificada.



Figura 34: Assentadas debulhando feijão e cuidando da horta coletiva

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Baraúna (RN), Fevereiro de 2010.



Apesar de colhermos esse relato, representado pela voz de uma trabalhadora que percebeu, ao longo de sua vida, as dificuldades para a obtenção do pedaço de chão, a luta para permanecer na terra, problemas de acesso e infraestrutura. Acrescenta-se a essas constatações, que o assentamento também enfrenta a contradição viva dentro e fora do lugar onde vive.

A primeira diz respeito ao que já alertamos, ou seja, a presença de empresas do agronegócio lado a lado do assentamento e o que isso representa do ponto de vista da inserção dos assentados no universo de trabalhadores que atuam na produção da fruticultura. Nesse caso, existem muitos moradores do Catingueira que se empregam nas empresas e abandonam a vida no assentamento. Este fato acontece, sobretudo, na época da safra, período em que a demanda por trabalhadores é maior. Aliado a essa situação, a atratividade exercida via emprego com carteira assinada, ou seja, uma renda fixa (nem que seja por um curto espaço de tempo) bem acima do ganho médios das demais ocupações é um fator de peso para a decisão de muitos jovens se empregarem nas empresas, o que secundariza a produção nos assentamentos.

Os assentamentos assumem o papel de depositários de mão de obra para o capital empresarial do agronegócio frutícola. Com isso, a posse da terra que deveria possibilitar a autonomia da agricultura camponesa, não necessariamente garante que o camponês não terá de se submeter a outras formas de inserção laboral. Cria-se, então, um impasse que merece nossa reflexão. Não queremos entrar, neste momento, no mérito se a condição camponesa é ou não ameaçada, mas sim se esses trabalhadores estão inseridos em circuitos de inserção precária quanto às condições de trabalho.

A segunda contradição verificada no assentamento Catingueira é que mostra a diversidade de situações, diz respeito a alguns assentados, que por diversos motivos, detêm melhores condições de vida. Portanto, eles conseguem produzir de maneira rentável e manter os traços de uma típica produção familiar. Um caso emblemático que evidencia esse processo dá-se na produção de cebola de um chefe de família assentado. Além da cebola, hoje, a cultura mais rentável, o assentado também produz mamão, melancia, milho e feijão. O entrevistado tem sete filhos, sendo quatro mulheres e três homens. Os filhos trabalham com o pai no assentamento. A

mão de obra é eminentemente familiar. Quando necessário, o assentado contrata trabalhadores por diária ou empreita. Grande parte dos trabalhadores é composta por pessoas do próprio assentamento.

Ao indagarmos um de seus filhos, se esse já tinha se interessado em trabalhar nas firmas, ele negou veementemente, pois segundo o entrevistado: "quem trabalha nas firmas não tem liberdade". No trabalho em família, o entrevistado afirma ter liberdade para decidir a hora de parar e começar, de escolher por ter ou não descanso. De certo, depois de termos ouvido inúmeros relatos de trabalhadores das empresas, o que fica é que nesses estabelecimentos o controle do trabalho é excessivo, confirmando uma das maiores violações feitas aos camponeses, quando esses vivenciam a realidade do trabalho nas empresas.

Não muito diferente dos exemplos que apresentamos nos demais assentamentos, na Microrregião do Vale do Açu, o assentamento Irmã Dorothy, localizado no município de Carnaubais (RN), também está imerso num complicado jogo de interesses entre a forma de uso da terra no assentamento e a práticas das empresas do agronegócio.

O referido assentamento conta com 28 famílias distribuídas em 557 ha, sendo que o processo de luta pela terra foi marcado pelo conflito com a empresa e as terras eram objeto de reivindicação e pelo longo percurso até a obtenção da emissão de posse. No município de Carnaubais existem outros dois assentamentos organizados pelo MST, são eles: o Rosa Luxemburgo, com 70 famílias e o Margarida Alves, com 22 famílias.

Nossa visita ao assentamento Irmã Dorothy teve como objetivo entender as distintas territorialidades fruto da luta pela terra e da presença do agronegócio globalizado. O assentamento em questão é vizinho da empresa estadunidense Del Monte Fresh, produtora de banana para exportação no Vale do Açu nos municípios de Assu, Ipanguaçu e Carnaubais.

Para que possamos compreender a conflitualidade existente no local, temos de realizar uma breve análise dos agentes envolvidos, no caso, a empresa Del Monte Fresh.

A Del Monte chegou à região do Vale do Açu no início da década de 1990, atraída pelas condições favoráveis para a produção irrigada de frutas. A chegada da

empresa na região ocasionou importantes transformações ao alterar a estrutura de emprego. Os municípios que receberam a empresa, antes, conviviam apenas com a agricultura familiar de sequeiro em condições de vulnerabilidade e com baixa inserção no mercado.

Com a instalação da Del Monte Fresh mais de 3 mil postos de trabalho com carteira assinada foram criados, disseminados por 12 fazendas produtoras de banana para o mercado internacional. Anterior a sua chegada, a imagem de “progresso” e de “pleno emprego” na agricultura somente era associada à antiga empresa MAISA.

Desde a década de 1990, o mercado de trabalho no Vale do Açu passou a ser fortemente dependente das empresas do agronegócio. O exemplo mais “alarmante” dessa dependência pôde ser observado no momento de crise da atividade da fruticultura no ano de 2008, em virtude da cheia do Rio Piranhas-Açu que inundou várias fazendas, trazendo prejuízos de milhões de reais. Após a enchente, a empresa norte-americana anunciou demissões de milhares de trabalhadores alegando ter sido muito prejudicada e, portanto, não teria mais sentido ter em seu quadro a quantidade de funcionários existentes, já que a colheita foi comprometida.

Temendo o desemprego generalizado na região, o Vice-Governador do Rio Grande do Norte, Iberê Ferreira de Souza, convocou a empresa para uma reunião com o intuito de buscar uma solução negociada para conter as demissões. Outro evento que contribuiu para confirmar a dependência com relação às empresas foi a realização, na Câmara de Vereadores do município de Carnaubais, de uma audiência pública na qual participaram prefeitos, vereadores, secretários de governo, moradores e os sindicatos dos trabalhadores rurais. O objetivo foi a criação de um “Comitê a favor da permanência da Del Monte” para preservar os empregos dos trabalhadores. Interessante foi que a empresa não participou da audiência pública.

Mediante esse contexto, podemos perceber que as empresas do agronegócio exercem uma influência significativa na vida dos trabalhadores e da sociedade local. Todavia, uma reflexão pode ser feita: existem outras estratégias de sobrevivência que não o trabalho nas empresas da fruticultura? Atualmente, o caminho para a redenção dos trabalhadores à dependência das empresas é bastante aterrorizador.

Apesar de uma aparente hegemonia das empresas e do discurso do emprego, podemos apontar aspectos importantes que nos ajudam a caracterizar o processo de

disputa territorial nas áreas de conflitos com o agronegócio. Desse modo, é importante refletirmos sobre as diferentes territorialidades engendradas pelo interesse do capital da fruticultura e a ação dos movimentos sociais que, paulatinamente, conseguem impor novos referenciais para o trabalho na terra e para a autonomia dos trabalhadores.

A contradição existente entre duas territorialidades antagônicas (Figura 35) é constatada mediante elementos tanto de ordem econômica (pelos objetivos da produção na fazenda e no assentamento), política (pelos diferentes níveis de inserção política, sendo a empresa beneficiada pelo apoio do Estado e a atuação política dos assentados, vista como uma ação de sujeitos párias), social (a empresa é tida por parte da população local como lugar de trabalho, de obtenção de emprego e renda e o assentamento entendido como o lugar dos vândalos, preguiçosos e não aptos para o trabalho), cultural (a empresa como um agente externo ligado ao capital internacional, produtora e reprodutora da cultura da propriedade privada e o assentamento como expressão da ação coletiva e do livre trânsito).



Figura 35: Limite entre o Assentamento MST e a Fazenda da Del Monte Fresh.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Carnaubais (RN), Novembro de 2010.

No território da empresa domina a produção da banana voltada para a exportação, geralmente, para países da Europa e os Estados Unidos. Na fazenda da multinacional tem-se a utilização das mais modernas tecnologias na produção de banana. Desde o uso de sementes importadas, passando pelos tratamentos culturais, a

seleção no *packing house* até o transporte em caminhões refrigerados que levam as frutas para os Portos de Natal, no Rio Grande do Norte, e de Pecém, no Ceará.

No assentamento, entre as centenas de mangueiras herdadas da antiga empresa, existe espaço para a produção de cultivos da lavoura de subsistência, tais como o feijão, mandioca, milho, além de uma pequena horta que os assentados mantêm por conta própria.

Já na vizinha fazenda multinacional predomina o monocultivo da banana em larga escala e a temporalidade do capital que impõe um ritmo frenético para os trabalhadores rurais (Figura 36).



Figura 36: Trabalhador da empresa Del Monte em horário de almoço no assentamento do MST.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Carnaubais (RN), Novembro de 2010.

Em linhas gerais, enquanto no território da empresa predomina a lógica do controle do trabalho, com horários determinados para o cumprimento das tarefas, a fiscalização ostensiva e um ritmo intenso de trabalho, no assentamento predomina a liberdade de escolher o que plantar, como, quando e quanto. Não é nosso objetivo criar uma imagem edulcorada do trabalho dos sem-terra. Porém, o trabalho que tem lugar nos assentamentos é totalmente diferente do realizado nas empresas. Primeiro, porque não há exploração da força de trabalho alheia. Segundo, o resultado do trabalho é dividido entre os assentados e/ou para a família que produziu em cada lote.

Claro que essa rápida diferenciação pode incorrer em lacunas. Todavia, devemos reforçar a existência dos aspectos contraditórios para que não percamos nosso referencial quanto à crítica dirigida ao setor do agronegócio.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados são inúmeras (Box XII). Para além da própria luta pela terra que continua sendo importante no cenário de domínio do latifúndio, hoje também entendemos como de extrema importância a questão do acesso à água.

### BOX XII

**Juscelino:** Gostaria que você nos contasse um pouco como é a questão da água aqui, principalmente relativo aos danos que tem causado a empresa Del Monte?

**Assentada MST:** Bom, a água aqui é uma situação crítica, porque a Del Monte é responsável por toda a poluição da região, dos rios, é... nós temos três pedaço de rio... que ficou dentro do assentamento. A água é de péssima qualidade, hoje é salgada... a responsável por isso é a Del Monte... envenena até de avião, quando num encontra... é o trabalhador pra envenenar... aí agora tá envenenando de avião.

**Juscelino:** E desde quando isso acontece?

**Assentada MST:** Desde que ela se faz presente aqui na região... não é de hoje não, a poluição já vem se alastrando por aqui... Antes as pessoas chegavam num rio desse, fazia uma cacimba encostado e podia tomar água, hoje isso jamais, porque a água é toda poluída!

**Juscelino:** Como é que tá a água do assentamento que vocês estão reclamando, que tem problemas?

**Assentada MST:** A água do assentamento, a do consumo humano, é a água que vem... da cidade, né, então, é uma água somente pra se fazer as necessidades de casa, doméstica, mas para beber tem que comprar a água, dessalinizadores, quem pode comprar mineral, toma mineral e quem não pode tem que beber poluído do rio. É poluído!

**Juscelino:** Isso, isso, também trouxe problemas para o assentamento principalmente depois que a água foi utilizada pela empresa?

**Assentada MST:** É... Bom, na verdade é num é assim que, que eu num vejo assim que traga problema só pra o assentamento, traz problemas pro assentamento, e pra todas as comunidades vizinhas, como as pessoas é... não fazem parte de um movimento social, num tem aquela liberdade de expressão que na verdade deveria ter, então acaba sendo conivente, se calam com tudo isso, mas na verdade todo mundo é prejudicado na questão da poluição.

**Juscelino:** E o que você acha que deve ser feito pra melhorar essa situação?

**Assentada MST:** Ai! Num pergunte não, porque seria o fim do agronegócio na nossa região... A melhoria era que a reforma agrária fosse implantada, agricultura familiar, e outras coisas mais! É... o fim do agronegócio! Ele é responsável por toda a poluição que tem causado danos à saúde humana... e de... não só humana! E de animais também, de tudo quanto é ser vivo.

O acesso à água é um dos principais motivos pelo qual muitos assentamentos, depois de constituídos, permanecem economicamente estagnados. Se para o capital a terra e a água nunca foram problema, para os trabalhadores sem terra e os pequenos agricultores, o par terra/água tem se transformado, cada vez mais, no principal foco de luta e contestação, cujo alcance está largamente dificultado pela ação do capital e do Estado no cerceamento do acesso à terra e à água.

### **7.3 Baixo Jaguaribe e a multiplicação dos conflitos**

A história do Baixo Jaguaribe é marcada pela forte presença indígena e pela ocupação do território via expansão da economia pastoril desde o período colonial, sucedendo-se, ao longo dos séculos, juntamente com a exploração das várzeas, tabuleiros e da chapada mediante a prática de uma agricultura de subsistência (SOARES, 2000). Destacaram-se também, ao longo da história, a importância da exploração do cultivo de algodão, da cera da carnaúba<sup>68</sup> e das olarias, atividades essas espalhadas por vários municípios da região.

Foi somente com o advento de políticas públicas de fortalecimento da agricultura irrigada, em meados da segunda metade do século XX, que pudemos falar na superação (no seu sentido dialético) de atividades econômicas de menor composição orgânica do capital. A partir de então, ganhou expressão a produção de frutas tropicais, tornada realidade pela implantação dos perímetros irrigados e de importantes infraestruturas hídricas de suporte à atividade da agricultura, libertando aqueles que possuem acesso à água da dependência da agricultura de sequeiro.

Uma nova ruptura se estabeleceu, quando grupos econômicos de maior monta, empresas nacionais e transnacionais, integradas à rede de produção global da fruticultura, instalaram-se no Baixo Jaguaribe, interessadas na produção de frutas voltadas para a exportação no final da década de 1990, início do século XXI. É nesse momento que o Estado do Ceará se consolida como um dos maiores exportadores de frutas frescas do Brasil.

---

<sup>68</sup> Pertencente à família das palmáceas, compõem parte da vegetação típica de grandes extensões do território cearense, caracterizando principalmente a vegetação de mata ciliar. A cera produzida a partir das carnaubeiras foi responsável por um importante ciclo econômico na economia cearense em virtude da sua utilização em diversos ramos como a indústria de ceras, bem como do artesanato local.

Como reflexo de todos os eventos supracitados, vários pesquisadores se debruçaram na análise sobre a conformação do Baixo Jaguaribe na economia globalizada e na nova divisão territorial do trabalho, ressaltando inúmeros aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais (ELIAS, 2002, 2006; MUNIZ, 2004; SANTOS, 2004; CHAVES, 2004; GOMES, 2007; BEZERRA, 2008; FREITAS, 2010; RIGOTTO, 2011).

Os conflitos sociais no Baixo Jaguaribe pululam ao sabor de qualquer observação. Como tratamos no capítulo anterior, a escalada na violência acomete as regiões de expansão do agronegócio como parte da sua própria lógica. Talvez seja necessário destacar que a violência não se dá apenas pela ocorrência de crimes e mortes, mas também há a violência permeada pelas diversas formas de exclusão social perpetradas por diferentes agentes. Vamos destacar processos que se dão numa vinculação muito explícita entre Estado e os interesses privados que visam modernizar o território jaguaribano a todo custo.

Ao descermos a Chapada do Apodi, encontramos no município de Russas (CE) a profusão de conflitos territoriais propiciados pela consolidação das obras de infraestrutura hídrica e da expansão de perímetros irrigados, sobretudo, pela da construção do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

O perímetro irrigado em questão possui 18.905 hectares (implantados e não implantados) abrangendo áreas dos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova. Sua implantação é tida pelo Estado e pelo capital do agronegócio como fundamental na ampliação da área de produção da fruticultura irrigada. Do ponto vista técnico, o Tabuleiro de Russas está numa localização privilegiada, pois o mesmo já se beneficia da integração da infraestrutura da Barragem do Castanhão e do Eixão das Águas, podendo inclusive já receber água proveniente da transposição do rio São Francisco.

A construção do Perímetro, desde o seu início, esteve envolta em muitos conflitos territoriais, sejam aqueles relacionados à expropriação das comunidades, como também pelo padrão dos beneficiários da política de irrigação. Lembremos do conflito histórico quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou áreas do Perímetro Irrigado.



A partir da ação do movimento sem terra num ato pioneiro de ocupação e formação de um assentamento nas áreas, anteriormente destinadas ao estabelecimento de lotes do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, destacamos as contradições existentes entre a conquista da terra, o convívio com as atividades do agronegócio e as dificuldades enfrentadas pelo assentados para permanecerem nas terras fruto da Reforma Agrária.

O assentamento Bernardo Marin II está localizado no município de Russas, na microrregião do Baixo Jaguaribe e faz divisa com os lotes do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

No centro nervoso de uma delicada operação política envolvendo o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, o MST optou por realizar uma das ocupações de terra mais ousadas do Estado do Ceará no ano de 2004, quando ocupou parte do Perímetro Irrigado em questão.

As terras ocupadas faziam parte dos lotes empresariais já licitados, o que gerou reações mais agressivas por parte da opinião pública. De acordo com os relatos dos assentados, o processo de ocupação foi bastante tenso, com a presença ostensiva da polícia, da mídia e das instituições políticas interessadas na resolução dos conflitos.

A ação do MST simbolizou a confrontação direta com o modelo de agricultura incentivada pelo Estado em todos os níveis, ao priorizar o avanço da iniciativa empresarial nas terras mais férteis do estado. Nessas, também, podemos encontrar a maior disponibilidade hídrica garantida pelo rio Jaguaribe e pelos portentosos investimentos na política de irrigação (LINS, 2008; 2011) mediante a construção de um conjunto de infraestruturas, tais como a barragem do Castanhão, o canal da integração, a ramificação de extensos canais de irrigação, redes de eletrificação e construção/melhoramento das rodovias.

Apesar de a maioria dos lotes ser destinado para os pequenos produtores, os riscos de todos eles se transformarem em mais um espaço do grande capital do agronegócio é enorme. Para confirmar tal hipótese, basta observar o que representa hoje o Perímetro Jaguaribe/Apodi.

De acordo com informações do DNOCS, a área desapropriada para a construção do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas foi de 18.915 hectares, já incluindo a área de implantação da segunda etapa do projeto, operação essa marcada por muitas discórdias e polêmicas envolvendo o reassentamento de comunidades. (Box XII)

### **BOX XIII**

A construção da 2ª Etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas trouxe impactos diretos para várias comunidades situadas no seu entorno, a exemplo das comunidades de Lagoa dos Cavalos, Junco, Bananeiras, Peixe, Barbatão, Escondida e Córrego Salgado. A primeira delas, Lagoa dos Cavalos, notabiliza-se por ser uma comunidade com larga experiência no desenvolvimento de projetos de convivência com a caatinga mediante forte participação popular. Desde 2004, quando realizamos a primeira visita na comunidade, pudemos testemunhar as iniciativas dos moradores para a melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, as atividades da apicultura, a construção de uma casa de sementes e mesmo a participação mais incisiva de membros da comunidade na vida política no seu sentido amplo já denunciavam a existência de uma comunidade mais coesa. A experiência acumulada pelos moradores de Lagoa dos Cavalos foi fundamental para o enfrentamento das ações do DNOCS durante o processo de expansão do perímetro. Desse modo, as comunidades afetadas se reuniram para formar uma comissão, batizada pelos moradores de "Comissão de Resistência".

A referida comissão teve como propósito mobilizar as comunidades afetadas pelas obras. É certo que o andamento das reuniões coloca, por parte dos moradores, uma proposta não mais de impedimento das ações, mas de adequação do projeto onde os moradores tenham voz e vez na decisão dos rumos a serem tomados. Nesta caminhada, é importante destacar a articulação desta comissão com diversos setores da sociedade, tais como movimentos sociais, igrejas e universidades. Apesar do cenário muitas vezes desanimador, os moradores conseguiram ações vitoriosas promovidas pela articulação da comunidade. Um exemplo disso foi a elaboração de um relatório técnico encomendado pela Procuradoria da República e realizado pelo antropólogo Sérgio Brissac. A leitura da nota técnica, a qual tivemos acesso, deixa claro que se trata de um projeto contraditório. Um dos pontos destacados pelo especialista revela que se estamos debatendo a construção da 2ª etapa do Tabuleiro de Russas, podemos, então, interpretar que a 1ª etapa obteve pleno êxito e que, portanto, faz-se necessário expandir o projeto e garantir o sucesso do empreendimento. Contudo, o relatório mostra exatamente o inverso, pois constatou o que os moradores já sabem de pleno convívio, ou seja, a 1ª etapa do projeto está completamente subutilizada, com infraestruturas abandonadas e com apenas 10% (1.000 ha) de sua capacidade em operação.

Sendo assim, o especialista argumentou: "A sub-utilização da 1ª etapa do projeto já coloca questões acerca da razoabilidade da expansão de um projeto que terá alto custo sócio-ambiental." (BRISSAC, 2009).

Outro ponto importante demonstrado pela nota técnica diz respeito à forma como o DNOCS tem atuado junto à comunidade. Essa instituição, por vezes, tem ludibriado a população com promessas infundadas e informações desencontradas. Soma-se a esse fato, a ação das empreiteiras contratadas para a construção das obras e a prática de instrumentos de coação e apadrinhamento. Com o objetivo de acelerar as obras e livrar-se dos impasses jurídicos e burocráticos, essas empresas têm oferecido compensações em troca da

permissão para a construção das obras nos terrenos da comunidade. Essas recompensas vão desde a oferta de emprego nas obras para as famílias, prestação de serviços, como conserto de estradas vicinais, até a oferta de dinheiro.

Contemplando, ainda, a avaliação e o debate feito pelos moradores, destacamos que os mesmos estão enfrentando problemas quanto à organização da luta. Um dos entraves é justamente a não participação efetiva do conjunto dos moradores afetados, fato agravado pelo cansativo vai e vem de propostas e promessas e da pouca garantia das propostas ofertadas pelas instâncias envolvidas. Outro ponto que também contribui para dificultar a organização comunitária é o fato de existirem moradores que enfrentam dois panoramas distintos, mas profundamente imbricados, ou seja, uma parte deles não será reassentada, pois suas comunidades foram retiradas do projeto e outra será diretamente afetada, havendo a necessidade do reassentamento dessas famílias. Sendo assim, a comunidade juntamente com o DNOCS devem pensar em um projeto que contemple todas as situações e que garanta o bem-estar de todas as comunidades envolvidas direta ou indiretamente pelo projeto.

A depender da forma como o DNOCS tem atuado na região, as comunidades devem estar atentas. Como sabemos, na Chapada do Apodi, lócus de inúmeros conflitos, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, sob responsabilidade do DNOCS, apresenta lotes ocupados ilegalmente por empresas nacionais e transnacionais pelos produtores “laranjas” (FREITAS, 2010). A situação é conhecida por todos os moradores da Chapada e também constatada por laudos técnicos do próprio DNOCS. No entanto, até o presente momento nenhuma ação efetiva foi feita pelo órgão para regularizar a ocupação dos lotes.

Na pesquisa realizada por Braga (2010), podemos colher exemplos bastante ricos dos conflitos territoriais que emergiram a partir do anúncio da expropriação das famílias em torno dos projetos irrigados. A autora, a partir de entrevistas e da sua experiência no convívio com a comunidade, apresentou, sob o ponto de vista dos moradores, quais seriam os principais riscos pelo projeto irrigado, são elas: a ameaça à agricultura familiar agroecológica, à apicultura, a estradas e açudes, às famílias, à biodiversidade da Caatinga e à agrobiodiversidade das comunidades, ao modo de vida, à segurança alimentar e ao processo de transição agroecológica e ao trabalho comunitário.

### 7.3.1 Trabalho camponês e trabalho para o capital: coexistências em conflito

Tomando como exemplo a questão do trabalho, no assentamento Bernardo Marin assim como entre os moradores da comunidade, há o conflito entre formas distintas de trabalho nos assentamentos e nas comunidades, e o trabalho no agronegócio.

Foi da porteira que divide o assentamento Bernardo Marinho do Perímetro Irrigado (Figura 37), que pudemos constatar a real medida da desigualdade de projetos e de tratamento por parte do Estado. Enquanto observávamos os trabalhadores e o vai e vêm do trator que transportava os melões produzidos pela empresa Agrícola Famosa (atualmente, a maior empresa produtora de melão para exportação do Brasil), colhíamos depoimentos dos assentados (Box XIV) em que eles denunciavam o abandono do assentamento. Ainda hoje, o assentamento está sem condições adequadas para produzir em virtude da impossibilidade do acesso à água, mesmo distando poucos metros do canal de distribuição da água do Perímetro.



Figura 37: Cerca que divide o assentamento do MST do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

Fonte: Juscelino E. Bezerra. Russas (CE), Outubro de 2010.

#### BOX XIV

**Assentado MST:** Aqui nós estamos no canal olhando pra água, né! ... estamos aqui do lado da área que nós começamos na luta, área de irrigação do projeto Tabuleiro de Russas, mas até hoje o governo não liberou água, nem energia pra gente trabalhar. Está aqui a água... Aqui a energia de todo terreno, mais até hoje o governo num liberou nada, nem água, nem energia pros assentado trabalhar. Aí estamos nessa... terreno parado, tudo parado, sofrendo e a água aqui, e agente não pode trabalhar, né!

**Juscelino:** Quais foram as principais dificuldades para a conquista da terra?

**Assentado MST:** A falta d'água para o consumo humano, falta de alimento, falta de trabalho mesmo, e na época a gente não tinha como trabalhar fora. Foi muito difícil à época pra conquistar isso, né! O governo sempre colocando coisas... dificultando mais, o máximo que podia através do Incra. Então foi muito difícil na época conseguir essa área, mas graças a Deus a gente conseguiu a área. Agora a luta vai ser pela a água e pela energia para trabalhar a terra, né!

**Juscelino:** E a questão dos moradores do assentamento, que ao fundo aí, nós temos o assentamento que não tem condições de produção, e aqui do lado já tem empresa produzindo, e a questão dos trabalhadores do assentamento virem trabalhar nas empresas, o que o MST e os assentados pensam sobre essa questão?

**Assentado MST:** Ora! A gente é totalmente contra isso, né! Porque a gente sai lá do lugar que a gente mora, onde a gente é escravizado, por os grandes empresários, as multinacionais, pra lutar e conseguir uma terra, e de repente a gente trabalha! Trabalho escravo, nas multinacionais novamente. Então a gente é totalmente contra esse modelo de trabalho, hoje nós num temos nenhum assentado nosso do Bernardo Marín II trabalhando em nenhuma multinacional não! A gente num aceita não! Quer trabalhar vamos trabalhar na terra! Mas pra multinacional, de jeito nenhum! A gente é totalmente contra!

**Juscelino:** E vocês têm medo que por ser tão próximo assim das áreas das empresas que vocês sejam vítimas da contaminação dos agrotóxicos?

**Assentado MST:** Ah, com certeza nós vamos passar por isso né! Porque na serra eles já trabalham com a pulverização aérea, né, com certeza quando a área aqui tiver toda 100% sendo explorada, com certeza eles vão usar essa desgraça desse avião, né! Aí com certeza a gente vai ter muito problema com isso.

**Juscelino:** Então a luta só tá começando...

**Assentado MST:** a luta apenas tá começando aqui na nossa região aqui! Vai ser grande a luta... mas nós estamos disposto a ficar. Já conseguimos a terra agora vamos conseguir o que falta para a gente conseguir sobreviver...

A partir do momento que o MST cometeu a "heresia" de ocupar o território destinado à construção do perímetro, tido como uma obra importante no jogo político para incrementar a produção de frutas no Vale do Jaguaribe, o movimento começou a enfrentar uma série de problemas para a manutenção das famílias. Sem a possibilidade da irrigação, a agricultura de sequeiro é a única garantia dos assentados para a produção de alimentos e obtenção de renda. Ou seja, mesmo com a posse da terra e a emissão do título de propriedade, a possibilidade de viver na terra está ainda ameaçada.

Muitos assentados começam a optar pelo trabalho nas empresas do Perímetro, como alternativa frente à escassez de recursos para a produção nos lotes. Como vimos no depoimento do assentado, no Bernardo Marin há discordâncias entre os moradores no que diz respeito ao trabalho nas empresas. Esse conflito é pauta de muitas discussões internas, mesmo sabendo da dificuldade de propor encaminhamentos no coletivo visando à negação do trabalho para o agronegócio.

O que fica das experiências coletadas na pesquisa, é que podemos testemunhar um modelo que vêm se reproduzindo em todos os assentamentos que visitamos. Apesar de representarem exemplos vigorosos da luta pela terra e da confrontação com o agronegócio, muitas vezes, temos que atestar que o enfrentamento da burocracia do Estado, representado pelas negociações com o INCRA, tem frustrado os trabalhadores quanto à obtenção de melhorias reais e concretas. Ou seja, depois da cerca do latifúndio vem a barreira da burocracia. E muitos assentados no Brasil não têm conseguido suplantar essas barreiras e permanecem nos espaços de luta pela terra.

## Considerações Finais

Ao longo da realização da presente pesquisa de doutorado, aprendemos com o tempo que o caminho da investigação é extremamente sinuoso, cheio de ladeiras, onde se caminha lentamente quando se quer alcançar determinados pontos e ao chegar pode-se também descer ligeiramente sem qualquer controle. Afora todas as metáforas possíveis, apresentamos as conclusões divididas em três momentos. No primeiro, retomamos os aspectos centrais dos capítulos que compuseram a tese. Em seguida, apresentamos as principais contribuições teóricas trazidas pela confirmação de nossa tese, bem como perspectivas futuras de pesquisa. Por fim, exporemos nossas recomendações aos diversos agentes públicos, movimentos sociais e sindicatos com relação à dinâmica do trabalho nas regiões de expansão da fruticultura no Nordeste.

A atividade de produção de frutas para o mercado global envolve uma importante parcela de trabalhadores, homens e mulheres, assalariados (as), diaristas, com vínculo formal e/ou informal, com ou sem especialização numa dinâmica temporal e espacial marcada pela sazonalidade e pela mobilidade da força de trabalho. Todos esses elementos constituem um importante recorte para analisar a dimensão espacial e territorial do trabalho utilizando-se dos aportes da Geografia do Trabalho. Com o fito de compreender a dinâmica geográfica do trabalho nas principais regiões de expansão da fruticultura no Nordeste, percorremos um caminho analítico, no qual elencamos uma gama de processos sociais de modo a contemplar aspectos centrais da nossa pesquisa.

Apresentamos no primeiro momento da tese a construção da Geografia do trabalho amparada na ideia de uma constante renovação, como reflexo da própria realidade do mundo do trabalho e das respostas dadas por um conjunto de pesquisas realizadas em âmbito nacional e internacional. Como vimos, a linha de orientação teórica que caracteriza a nosso ver a Geografia do trabalho é marcada pela dimensão ontológica de base materialista, na qual os sujeitos se realizam a partir do trabalho enquanto ato teleológico, de mediação homem e natureza através

do trabalho. Portanto, uma Geografia que tenta resgatar os sujeitos sociais e o “elo perdido” na sua vinculação ontológica e epistemológica.

A centralidade do trabalho e dos sujeitos que trabalham ensejou novos recortes analíticos, que na Geografia do trabalho, ganharam corpo a partir da discussão de temas, tais como: trabalho e novas formas de organização social, o papel dos movimentos sociais, identidade (gênero e etnia) e trabalho, entre outros. Considerando a defesa da classe e sua importância nos estudos do trabalho, propomos o entendimento sobre o que consideramos as três principais perspectivas teóricas nos estudos da classe trabalhadora, são elas: as perspectivas de contenção e/ou enrijecimento; as perspectivas de ampliação e; por fim, as perspectivas que intitulamos de frouxas e/ou esquizofrênicas.

Como desdobramento e crítica das perspectivas que visam diminuir o papel da classe trabalhadora, perscrutamos as possibilidades analíticas da plasticidade do trabalho. Esse foi o pano de fundo para entendermos as mudanças na dinâmica do trabalho no Nordeste, sobretudo com a ação do Estado via investimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e do capital de diversos setores da economia com destaque para a proliferação do terciário, da indústria e da agricultura.

Atualmente, a região em apreço vem passando por um amplo processo de complexificação da sua estrutura produtiva. A densidade técnica e informacional do território propiciada pela difusão das grades obras de infraestrutura, aliada à profusão de conflitos territoriais, serviu-nos de base e pano de fundo para entendermos a plasticidade do trabalho no Sertão e suas vinculações com o desenvolvimento do capital do agronegócio. Afinal, não podemos dissociar o movimento mais geral de mudança na dinâmica do trabalho do contexto de fortalecimento da fruticultura, uma vez que são processos coetâneos e superpostos perpetrados pelo Estado e por agentes econômicos do capital privado nacional e internacional.

Esse novo ambiente econômico em conformação na Região Nordeste foi entendido por nós como parte de um processo de modernização da riqueza. Nesse sentido, apostamos na compreensão do Nordeste na sua diversidade territorial, ao contrário de adotar visões distorcidas, centradas, apenas, no binômio seca e pobreza, tradição e modernidade. Defendemos a concepção de que o Nordeste como



região complexa demanda dos pesquisadores teorias igualmente complexas. Afinal, como compreender o papel do Sertão semiárido e sua inserção no processo de globalização via atuação de grupos econômicos nacionais e multinacionais? Que novo padrão de desigualdade socioespacial surge neste contexto?

A formação da rede de produção de frutas foi a responsável por trazer novas variáveis econômicas e políticas para o quadro de vulnerabilidade social e ambiental no Sertão. A produção irrigada de frutas para a exportação promoveu a formação de um mercado de trabalho, cuja expansão da formalidade não foi suficiente (e nem poderia ser) para fomentar uma melhoria substancial no quadro de precarização que continua dominando as relações de trabalho no campo nordestino.

Ressaltamos no texto, o surgimento de novos agentes econômicos, com especial atenção para os grupos transnacionais atuantes no setor da produção, transporte, distribuição e comercialização. Quanto à comercialização, as redes de supermercados foram compreendidas como agentes chaves no controle da rede de produção de frutas tendo em vista seu poder como principal responsável pela compra das frutas, bem como por suprir o mercado europeu. As repercussões no mundo do trabalho vão desde a exclusão dos pequenos produtores dos canais de comercialização, a intensificação do trabalho com o intuito de garantir a sustentação da política de preços (guerra dos descontos) dos supermercados, passando pelas mudanças no processo produtivo a partir das exigências dos consumidores. Como corolário, apontamos o papel dos supermercados e sua atuação no controle e “vigilância” da produção a partir da mercadificação dos sistemas de auditoria e certificação.

Da escala global, caracterizada pelo aumento das exportações e do consumo de frutas na Europa e Estados Unidos, para a escala local e regional nas microrregiões do Baixo Jaguaribe, Mossoró, Vale do Açu, Petrolina e Juazeiro, identificamos a criação recente de um mercado de trabalho formal no setor da agropecuária a partir da consolidação da agricultura irrigada e da especialização produtiva de determinadas culturas com forte inserção no mercado internacional.

O mercado de trabalho é marcado pela sazonalidade dos vínculos empregatícios e pela ocorrência de inúmeros conflitos envolvendo denúncias de exploração dos trabalhadores com as extensas jornadas de trabalho, os casos de

coação e assédio moral no ambiente de trabalho; o aumento no número de doenças e acidentes de trabalho e; a contaminação dos trabalhadores e do meio ambiente.

No que diz respeito à organização dos trabalhadores, a representação dos sindicatos é contestada em virtude da existência de entidades descoladas das demandas dos trabalhadores assalariados e dos diaristas informais. Os movimentos sociais, com muitas dificuldades, têm contribuído para engendrar pautas de luta e reivindicação, bem como possibilitar a conquista da terra e de novas práticas de trabalho em espaços como os assentamentos, acampamentos, localidades ribeirinhas e terras tradicionais de uso coletivo.

Na mesma proporção que surgiram novos agentes sociais de enfrentamento ao capital do agronegócio e sua lógica, também encontramos o aumento da violência no campo. A morte de trabalhadores mediante a “modernização” do sistema de pistolagem continua sendo a estratégia para eliminar (fisicamente) aqueles que se opõem ao projeto do capital do agronegócio e, portanto, assumem a dianteira nos conflitos territoriais. Porém, as biografias de resistência, a exemplo da luta realizada pelo Zé Maria do Tomé se multiplicam, mesmo com o medo que domina as áreas de conflito. Tomando a indagação do geógrafo David Harvey: Qual seria então a geografia de tudo isso?

A construção da presente tese trouxe algumas colaborações teóricas à Geografia, particularmente no campo da Geografia do trabalho. Nossa tese de que a dinâmica geográfica do trabalho na fruticultura no Nordeste é totalmente influenciada pela conformação da rede global de produção contribuiu para que pudéssemos observar a Geografia do trabalho sob outro ângulo.

Historicamente, relacionamos o trabalho ao momento da produção, da transformação da matéria, dos conflitos entre trabalho e capital produtivo. Ou seja, comumente, os estudos abordam as mudanças nas relações de trabalho a partir da chegada de grupos empresariais que atuam na produção do agronegócio ou dos demais setores econômicos. Porém, quando consideramos as relações de poder ideológico e material na consecução da rede global de produção, podemos perceber a complexidade das determinações que afetam o trabalho. Uma vez que, muitas vezes, as empresas (nacionais e multinacionais) que produzem frutas para o mercado global representam, entre os agentes econômicos do capital, o elo mais

frágil. Nesse caso, tal como ajudamos a esclarecer, o poder das redes de supermercado é tão preponderante, que as redes varejistas, hoje, ajudam a definir as lógicas de produção e consumo, bem como concentram os lucros da atividade de produção de frutas.

O poder de mercado conferido às redes varejistas afeta todos os participantes da rede global de produção. Os trabalhadores, por sua vez, são constrangidos por táticas de exploração cada vez mais sofisticadas, mesmo quando sabemos que a dimensão fulcral do sistema metabólico, qual seja a exploração da mais-valia, continua sendo a mola mestre de toda a ciranda de produção e reprodução do capital.

Quando a Geografia do trabalho passa a voltar-se, também, para a análise do consumo e do fortalecimento do capital comercial, novos parâmetros analíticos aparecem em cena. O corolário dessa mudança de perspectiva é a ampliação do escopo analítico da dinâmica geográfica do trabalho abrindo caminho para que possamos propor novas indagações. O que nossa investigação traz como contribuição para as pesquisas futuras é, sem dúvida, a importância de avaliarmos os mecanismos pelos quais diferentes agentes econômicos se utilizam para realizar a regulação social do trabalho. Nesse sentido, a associação entre os conflitos sociais nos territórios da produção de frutas e a difusão de normas, padrões e lógicas do capital comercial traz impactos diretos para a organização do trabalho.

As pesquisas futuras podem elucidar a formação da rede de precarização do trabalho mediante a análise multiescalar, que incorpora a ação dos supermercados e de seus fornecedores, a exploração do agronegócio e a intensificação do trabalho na produção, ao passo que também podemos identificar a atuação dos movimentos sociais, sindicatos e da sociedade civil no confronto com o capital e suas diversas ramificações.

Diante de um quadro tão amplo e diverso, a tarefa de propor recomendações ao final de nossa pesquisa comparece como um desafio. No entanto, entendemos que as informações coletadas durante a pesquisa a partir das entrevistas com trabalhadores, sindicalistas, representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos, bem como de empresas privadas, permite-nos propor medidas com o intuito de garantir melhores condições de vida e de trabalho para os milhares de

trabalhadores envolvidos na produção de frutas frescas para o mercado global. Nesse ínterim, apontamos um conjunto de recomendações, cuja realização pode incorporar as pesquisas desenvolvidas nas universidades com o envolvimento acadêmico e político dos pesquisadores:

### ***Ao Estado***

#### *- Efetivar uma ampla reforma agrária nas áreas de produção de frutas*

Sabemos que o Estado está no centro das contradições capitalistas da nossa sociedade. Todavia, suas ações devem ser compreendidas na sua complexidade, pois, ao passo que os conflitos relacionados à questão agrária continuam a demonstrar sua vitalidade, os sujeitos sociais se mobilizam para exigir novas demandas. A reforma agrária, mesmo não exercendo centralidade nas políticas de Governo nos seus variados níveis, continua sendo necessária para amenizar as desigualdades sociais no campo brasileiro e, em particular, no nordestino. Nas áreas de produção de frutas, destacam-se a criação de perímetros irrigados que, não obstante o fato de terem sido projetados para oferecer melhores condições técnicas de produção para os pequenos agricultores, os mesmos foram, paulatinamente, transfigurados em espaços de comando da agricultura empresarial.

Uma alternativa seria a revisão de todos os projetos de irrigação sob influência do Governo Federal para recuperar a orientação dos projetos irrigados em benefício dos pequenos produtores. Paralelamente, a reforma agrária nas áreas próximas aos principais rios deve ser estimulada, sobretudo, no contexto de vulnerabilidade social e natural da agricultura de sequeiro. Defendemos que a inexistência de uma política de reforma agrária efetiva está inexoravelmente associada ao aumento da precarização do trabalho na agricultura.

#### *- Fortalecer as políticas públicas dos assentamentos*

Durante a realização dos trabalhos de campo, testemunhamos inúmeros casos de assentamentos criados a partir da luta pela terra perpetrada por movimentos sociais. Na sua grande maioria, os assentamentos enfrentam inúmeros problemas

relacionados à inexistência de condições adequadas para a produção marcadamente com a dificuldade de acesso à água e aos créditos públicos. Somados à falta de assistência técnica e à burocracia institucional, os assentamentos situados nas regiões de expansão da fruticultura enfrentam um processo de desintegração social, política e territorial. Por essa razão, a alternativa do emprego nas fazendas tem se generalizado entre os assentados, instalando um contexto conflituoso que muitas vezes se contrapõe aos pressupostos da reforma agrária. Uma possibilidade que aventamos seria a realização de um balanço geral dos assentamentos já constituídos para detectar as condições de produção.

Percebemos ao longo da pesquisa que existe uma grande carência de informação dos assentamentos, com destaque para os assentamentos do INCRA. Ou seja, não existe um acompanhamento efetivo para avaliar a evolução dos assentamentos, malgrado, sua importância para conter o fluxo de trabalhadores para as cidades e também do emprego em atividades precárias, principalmente no período de entressafra das culturas do agronegócio. Entendemos que os assentamentos, resultados da Reforma Agrária, poderiam ser transformados em bases estratégicas para o desenvolvimento da produção agroecológica, a ser estimulada pelos próprios movimentos sociais e pelo Estado.

A demanda por produtos agroecológicos deve romper os espaços de comercialização destinados em grande parte à classe média e alcançar as camadas mais pobres da população. Tais iniciativas exigem ações coordenadas de combate aos conglomerados do agronegócio, à utilização dos agrotóxicos e ao oligopólio de grandes redes de supermercados.

*- Impedir o oligopólio das grandes redes de supermercado e combater as ações dos oligopólios já constituídos;*

O oligopólio das redes de supermercados fragiliza ainda mais os trabalhadores envolvidos na produção de frutas. A política de preços adotada pelos supermercados somente pode ter sustentação se calcada na exploração intensiva dos trabalhadores e da expulsão dos pequenos produtores do mercado. Do ponto de vista dos

agricultores, a garantia de comercialização com os supermercados tem-lhes custado perdas sucessivas.

Controlar a expansão desses grupos é uma tarefa complicada, uma vez que a atuação das redes varejistas se dá em várias escalas geográficas, o que gera impedimentos legais e operacionais. O controle da comercialização dos alimentos por um pequeno grupo de empresas deve ser encarado como uma questão estratégica.

*- Ampliar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho*

A sazonalidade do mercado de trabalho na agricultura é um problema estrutural da atividade. No entanto, o quadro de concentração fundiária, o crescimento das monoculturas e o fortalecimento do capital empresarial contribuem para ampliar o desemprego entre os trabalhadores safristas.

Um exemplo de política pública voltada para combater os efeitos sociais da sazonalidade do emprego rural é o Projeto Chapéu de Palha do Governo de Pernambuco. Como vimos o projeto, tal como o original criado no Governo Arraes, visa dar apoio aos trabalhadores safristas que enfrentam desemprego durante o período da entressafra. O projeto beneficia os trabalhadores da produção de cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco com o recebimento de uma bolsa de até R\$232,50. O valor pode ser complementado com os recursos oriundos do Programa Bolsa Família. Em 2012, foram inscritos 19.343 trabalhadores rurais inscritos de sete municípios atendidos no Vale, são eles: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Belém de São Francisco e Petrolândia.

A condicionalidade do projeto por parte dos trabalhadores é a participação em cursos de aperfeiçoamento e capacitação oferecidos pelo Governo Estadual. O projeto recebeu muitas críticas dos empregadores, já que os mesmo entendem o projeto como um desincentivo ao trabalho nas fazendas. Apesar das críticas às políticas assistencialistas, a possibilidade de uso político de tais incentivos e uma espécie de apoio indireto à manutenção de uma massa de trabalhadores (exército de reserva da fruticultura), entendemos que o referido programa apresenta pontos positivos, pois sabemos que na época da entressafra os trabalhadores que perdem o emprego, mesmo que na grande maioria empregos precários, ainda que formais,

tornam-se ainda mais vulneráveis. A vulnerabilidade se reflete com a inserção em subempregos, trabalhos temporários com pagamento por diária e/ou empeleita. É o que identificamos, anteriormente, como o lado negativo da plasticidade do trabalho.

Uma possibilidade de aperfeiçoamento dessa política seria sua expansão geográfica para as demais áreas de produção da fruticultura. A mobilidade dos trabalhadores não respeita limites políticos administrativos. Assim é comum encontrarmos trabalhadores que residem em cidades e até mesmo em outro estado, haja vista, tratem-se de regiões fronteiriças (Pernambuco e Bahia/ Ceará e Rio Grande do Norte). Durante as entrevistas, coletamos informações sobre casos de trabalhadores residentes na Bahia e que alteram o comprovante de residência (um dos documentos necessários para inscrição no Chapéu de Palha) para o estado de Pernambuco com o intuito de conseguir a inscrição no Programa. Há uma grande quantidade de trabalhadores que enfrentam a mesma situação e que por morarem do outro lado da fronteira não conseguem ter acesso ao Programa.

Outra medida com relação às políticas públicas para o mercado de trabalho diz respeito ao avanço da informalidade nas regiões do agronegócio da fruticultura. Nesse sentido, faz-se necessário identificar e mapear os redutos de trabalhadores precários, diaristas/informais nas regiões de produção de frutas.

As políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho precisam ganhar um caráter mais analítico e dinâmico. Ao circularmos nas principais regiões da produção de frutas fica patente a existência de muitos redutos de trabalhadores precários ou informais que se dedicam ao trabalho nas fazendas da fruticultura. Chamamos de redutos não só as áreas onde se concentram os trabalhadores, tais como nas periferias das cidades próximas aos cultivos, mas também os pontos de concentração de trabalhadores nessas cidades, onde acontece diariamente uma feira de compra e venda da força de trabalho com a presença de homens e mulheres, jovens, idosos que sacramentam a condição de diarista.

Geralmente, os trabalhadores contratados nesses locais realizam atividades intensas, expondo-se a acidentes, doenças e ao risco de morte relacionadas ao trabalho. Caso venham a ser vitimados com alguma doença e/ou acidente, terão seus rendimentos comprometidos sem receber qualquer contrapartida.

*- Aumentar a fiscalização no que diz respeito à saúde dos trabalhadores, do meio ambiente do trabalho e dos alimentos*

A melhoria do ambiente de trabalho deve ser estimulada por uma fiscalização mais intensiva e focada nas principais regiões de produção de frutas. Muitos são os casos de trabalhadores aviltados por péssimas condições de trabalho mesmo quando se trata do vínculo formal. Grande parte das fazendas não conta com infraestrutura adequada para os trabalhadores. Desse modo, as greves registradas nesse setor têm como pauta reivindicações bastante simplórias do ponto de vista de uma luta mais estrutural, mas que no cotidiano dos trabalhadores comparecem como da ordem do dia. Entre as pautas constam: cesta básica, espaço para refeições, acesso à água potável, transporte para os trabalhadores, entre outros. Tais demandas revelam o descaso por parte dos médios e grandes produtores com relação ao ambiente de trabalho. Outra questão importante diz respeito à contaminação dos trabalhadores, do meio ambiente e dos alimentos pelos agrotóxicos.

Conforme observamos a partir das pesquisas realizadas pelo Tramas da UFC, os números de casos de contaminação são alarmantes. Constatamos em nossa pesquisa que a situação é ainda mais grave quando consideramos a dinâmica do mercado interno. Os próprios produtores atestam que não há nenhuma exigência de controle dos níveis de pesticidas por parte dos compradores de frutas do mercado interno. As variáveis - preços e qualidade - são as que, de fato, influenciam na negociação das frutas.

O Estado, por sua vez, responsável pelo controle da contaminação dos trabalhadores, do meio ambiente e dos alimentos não tem conseguido conter o avanço dos agrotóxicos. Pelo contrário, suas ações estão na contramão, ao passo que oferece condições de acesso à crédito para grandes empreendimentos do agronegócio, cuja utilização de agrotóxicos é massiva. Poucas campanhas educativas têm sido feitas de modo a conscientizar o consumidor para o consumo de produtos saudáveis. Sabemos que num país onde a fome é uma realidade presente, e que uma importante parcela da população não tem condições mínimas de acesso a alimentos saudáveis, falar em educação para o consumo é ainda um desafio.



Porém, algumas medidas podem ser elencadas para impedir o agravamento desse quadro, lembrando que a nossa defesa seria a da eliminação total dos agrotóxicos e a construção de modelo de transição agroecológica. Diante das limitações mais candentes, as propostas de curto e médio prazo são: estabelecer metas de diminuição até a completa extinção do uso de contaminantes nos produtos; barrar o acesso ao crédito para os estabelecimentos que utilizam agrotóxicos; onerar por meio do aumento dos impostos os agrotóxicos mais usados desatrelar as compras do governo da produção convencional não agroecológica; propiciar melhores condições para a implantação de políticas de saúde, respeitando os princípios da prevenção e do tratamento de doenças associadas à ocupação dos trabalhadores rurais; aumentar o número de fiscais nas fazendas, como também nos locais de consumo, criando condições para o acompanhamento das condições de trabalho e do respeito às leis ambientais e; por fim, criar campanhas educativas de estímulo ao consumo de alimentos saudáveis.

***Aos movimentos sociais, sindicatos e demais entidades da sociedade civil.***

- Desenvolver ações políticas de combate ao capital comercial

Se o capital se organiza e se reproduz mediante a construção de uma rede global, os movimentos sociais também seguem essa tendência e se organizam em redes políticas. Alguns movimentos sociais, a exemplo do MST e sua expansão internacional através da Via Campesina, têm a capacidade de desenvolver ações conjuntas, de modo a denunciar a ação das redes varejistas nas suas diferentes escalas de atuação. Os supermercados além de alterarem a vida dos agricultores em diversas porções do planeta, também exploram os trabalhadores em suas lojas pelas condições precárias de trabalho, denunciadas internacionalmente por ONGs e movimentos sociais. Nesse sentido, cabe aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil fazerem o alerta para a sociedade com relação aos efeitos nocivos do avanço do capital comercial e do agronegócio.

*- Apostar no incremento das certificações comunitárias*

Ainda no rastro das ações das redes varejistas, vimos que os sistemas privados de certificação criados pelos supermercados, têm sido adotados para fiscalizar a produção de frutas nos países produtores. O crescimento das certificações está envolto em muitas contradições, uma vez que os supermercados dominam sua organização e conteúdo, propiciando a formação de um mercado das certificações. Acreditamos que as certificações, paralelo ao incentivo da prática da agricultura agroecológica, podem ser um instrumento eficaz, desde que estejam sob controle dos trabalhadores. Nos últimos anos têm surgido alternativas viáveis para a implantação de certificações comunitárias tais como a certificação criada pela Rede Ecovida de Agroecologia.

\*\*\*

Depois de elencarmos um conjunto de questões emanadas da realidade da fruticultura no Nordeste Semiárido, entendemos que as pesquisas devem avançar de modo a perscrutar toda a complexidade dos espaços agrários e do mundo do trabalho em suas diversas nuances.

Os sujeitos que protagonizam a luta por melhores condições de vida e pela continuidade de modos de vida historicamente constituídos, ao contrário de serem compreendidos apenas enquanto vítimas do capital, subordinados pela força ideológica e material, desenvolvem ações de confronto do capital insurgindo de forma conflituosa.

A esperança nem sempre é entendida como a busca utópica de um futuro que ainda não chegou, pois, muitos dos trabalhadores envolvidos nos conflitos territoriais já desfrutam um tempo no qual a liberdade e a soberania é uma realidade. Estamos cientes de que tal conquista exige sempre muita luta, suor e sangue e que o seu contraponto, o sistema metabólico do capital e sua temporalidade, está também em pleno vigor. Guardamos dos exemplos de luta vivenciados ao longo da tese, o testemunho do surgimento de perspectivas de emancipação social e política que vão muito além do caráter livresco cultivado por parte dos intelectuais.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados** (USP Impresso), v. 24, p. 103-120, 2010.

Agência Nacional das Águas. Avaliação dos recursos hídricos subterrâneos e proposição de modelo de gestão compartilhada para os aquíferos da chapada do apodi, entre os estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Brasília: **ANA**, 2010.

ALBANO, Gleydson. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu – RN**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, A. J. Vale do Açu- RN: a passagem do extrativismo da carnaúba para a monocultura de banana. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 26, p. 6-32, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar** - As fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras**. 4. ed. São Paulo/ Recife: Cortez/ Massangana, 2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. A. P. **A condição de proletariedade**: a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Editora Práxis, 2009.

ALVES, Natália Cristina. **A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente** – SP. 102p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ANTUNES, R. **Classe Operária, Sindicatos e Partido No Brasil**: da revolução de trinta até a Aliança Nacional Libertadora. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

ANTUNES, Ricardo. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão. **Lukács**: um Galileu no século XXI. São Paulo: Boitempo, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, C. E. . O conflito mundializado na transposição do Rio São Francisco: subalternidade e resistência na questão social da água. In. **Anais do Congresso de la Red de Investigadores Sociales Sobre el Agua** (RISSA), Jiutepec, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados**, n. 29, p. 7-36, 1997.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ASSIRATI, E. B. Uma avaliação das políticas de irrigação no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste – REN**, Fortaleza, v. 25, n.4, p.545-574, out./dez, 1994.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARREIRA, César. Matadores de Aluguel: códigos e mediações. Na Rota de uma Pesquisa. **Revista de Ciências Sociais (Fortaleza)**, v. 37, p. 41-52, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEDOR, C. N. G. et al. Vulnerabilidades e situações de riscos relacionados ao uso de agrotóxicos na fruticultura irrigada. **Revista Brasileira de Epidemiologia (Impresso)**, v. 12, p. 39-49, 2009.

BEDOR, C.N.G. **Estudo do potencial carcinogênico de agrotóxicos na fruticultura e sua Implicação para a vigilância em saúde em áreas de produção agrícola**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **O ethos do trabalho**: sobre a insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Agronegócio no Lixo? Os trabalhadores da reciclagem nas regiões frutícolas do Nordeste. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. especial, p. 147-160, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. A região Nordeste e a nova dinâmica do mercado de trabalho agropecuário formal. In: MONTE, Paulo Aguiar do; MOREIRA, Ivan Targino. (Org.). **Dinâmicas do Mercado de Trabalho do Nordeste**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009a, v., p. 211-228.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Dinâmica geográfica do trabalho e da luta pela terra nas microrregiões de expansão do agronegócio da fruticultura no Nordeste. In: **Anais do VIII Encontro Nacional da ANPEGE**, Curitiba, 2009b.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BITETI, Mariane de Oliveira. **Uma reflexão sobre o tema da ontologia na geografia**. 2007.174p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BLOCH, Didier: **As frutas amargas do Velho Chico**: irrigação e desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo, Livro da Terra; Oxfam, 1996.

BRAGA, Lara de Queiroz Viana. **Agronegócio cercando agroecologia**: modo de vida e conflito sócio-ambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará. 181f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRAGA, M. B et al. Influência do uso de cobertura do solo na produção do meloeiro. In: xxi congresso brasileiro de fruticultura, 2010, NATAL. **Anais** do XXI Congresso Brasileiro de Fruticultura. NATAL: SBF, 2010.

BRUMATTI, T.. A descentralização da produção por meio do trabalho domiciliar em Terra Roxa/PR. **Pegada (UNESP. Impresso)**, v. 10, p. 79-93, 2009.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPBELL, Hugh; LAWRENCE, Geoffrey; SMITH, Kiah. Audit Cultures and the Antipodes: The Implications of EurepGAP for New Zealand and Australian Agri-food Industries. In: MARSDEN, Terry, MURDOCH, Jonathan (Orgs.) **Between the Local and the Global** (Research in Rural Sociology and Development), v. 12, Emerald Group Publishing Limited, p.69-93, 2006.

CARVALHO, Otamar de. **Economia política do Nordeste**: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

CASTREE, Noel. Labour geography: a work in progress. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 31, n. 4, p. 853-862, 2007.

CASTREE, Noel; WARD, Kevin; SAMERS, Michael. **Spaces of work**: global capitalism and geographies of labour. London: Sage Publications, 2004.

CASTRO, I. E. "Ilhas de tecnologia no Nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza". **Revista Território**, LAGET/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, p. 25-43, 2000.

CASTRO, Iná Elias de. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 283-323.

CAVALCANTE, Peregrina Fátima Capelo. **Como se fabrica um pistoleiro**. São Paulo-SP: A Girafa, 2004.

CAVALCANTI, J. S. B; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Carlos Gama da Silva. Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p.117-151, 2006,

CAVALCANTI, J. S. B.. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. (Org.). **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente**. Mudanças Sócio-econômicas em Regiões Frutícolas para Exportação. 1 ed. Recife: Pernambuco, v. 1, p. 123-170, 1999.

CAVALCANTI, J. S. B. . Frutas para o Mercado Global. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), São Paulo, v. 11, n.29, p. 79-93, 1997.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo **Modernização da agricultura e urbanização em Limoeiro do Norte**: transformações socioespaciais. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

COE, N.M. Geographies of production II: A global production networks A-Z, **Progress in Human Geography**, 36(3), p. 389-402, 2012

COE, N.M. and Jordhus-Lier, D. Constrained agency? Re-evaluating the geographies of labour, **Progress in Human Geography**, 35(2), , p. 211-233, 2011.

COE, N., Dicken, P. and Hess, M. Global Production Networks: Realizing the Potential. **Journal of Economic Geography** 8(3), p.271-295, 2008.

COE, N.M. Global Production Networks. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier, Oxford, Vol.4, p. 556-562, 2009.

COELHO, Marco Antônio. T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo, Paz e Terra, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (Orgs.). **Lukács: um Galileu no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1996.

DE PAULA, R. H. A. Matadores. A construção social e simbólica de identidades violentas. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, p. 61-90, 2010.

DOURADO, José Lima. **Modernização da agricultura**: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA). 2010. 235p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2010.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**,v.5,n.1,p.4-18 2001.

DICKEN, P. et al. Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy. **Global networks**, v. 1, n.2, p. 89-112, 2001.

DIXON, Jane. Supermarkets as new food authorities In. LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.). **Supermarkets and Agri-food Supply Chains**: transformations in the production and consumption of foods. London: Edward Elgar, p.29-50, 2007.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EAGLETON, Terry. Um futuro para o socialismo? In: BORON, Atílio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, p.449 -457 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: entre verticalidades e horizontalidades. In: SPÓSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise S; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Org.). Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 132-146.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular (Coleção Geografia em Movimento), 2007a.

ELIAS, Denise; PEQUENO, L. R. B.. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 9, p. 25-40, 2007b.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, M. Encarnação B.; SOBARZO, Oscar.(Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, v. 1, p. 279-303.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato.(Org.). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b, v. 01, p. 25-83.

ELIAS, Denise. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. Adélia A. de. **O território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições territoriais. 2003. P. 315-340.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, MARCEL. Das sesmarias à resistência aos cercamentos: razões históricas dos fundos de pasto. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 23, p. 385-400, 2010.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. **Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudos de caso dos fundos de pasto na Bahia**. 484p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Florestan. Problema na conceituação das classes sociais na América Latina. In: **As classes sociais na América Latina: problemas de conceituação**. ZENTENO, Raul Benítez. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 344p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

FRANÇA JUNIOR, L. B. **Trabalho e reestruturação na Rede Carrefour**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

FRANCO, M.. A divisão sexual-territorial da vida em um assentamento rural. **Pegada (UNESP)**, v. 07, p. 89-100, 2006.



FREDERICO, Celso. Presença e ausência de Lukács. In: ANTUNES, Ricardo; RÊGO, Walquiria Leão (Horas.). **Lukács: um Galileu no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1996.

FREITAS, Bernadete M. C. Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 181p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FUCHS, D.; KALFAGIANNI, A. The Causes and Consequences of Private Food Governance. **Business and Politics**, 12 (3), p.145-181, 2010.

FURTADO, Celso. **A dialética do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John, KAPLINSKY, Raphael; STURGEON, Timothy J. Globalisation, Value Chain and Development. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, 2001.

GOMES DA SILVA, A.. Trabalho e Tecnologia na Produção de Frutas Irrigadas no Rio Grande do Norte. In: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti. (Org.). **Globalização, Trabalho, meio ambiente**; mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. 1 ed. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1999, v. 1, p. 307-340.

GOMES DA SILVA, Aldenor. **O Domínio do Processo de Trabalho na Agricultura Irrigada no Nordeste: a persistência da parceria**. 1992. 252p. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais do nordeste brasileiro. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GONÇALVES, A. F.. O Conceito de Governança. In: **Anais** do XIV Congresso Nacional CONPEDI, Fortaleza, 2005.

GONÇALVES, M. A.. Transformações e permanências no trabalho de catação: organização e precarização. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. I p. 20-50, 2011.

GREGORY, Derek et al. **Dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell Publishers, 2009.

HAESBAERT, R.. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R.. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**, v. 3, p. 2-24, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HATANAKA, Maki. BUSCH, Lawrence. Third-Party Certification in the Global Agrifood System: An Objective or Socially Mediated Governance Mechanism? **Sociologia Ruralis**, v.48, p.73-91, 2008.

HAVINGA, Tetty. Private regulation of food safety by Supermarkets. **Law & policy** 28(4), p. 515-533, 2006.

HECK, F. M, CARVALHAL, M. D. A territorialização do frigorífico de aves da COPAGRIL em Marechal Cândido Rondon/PR: precarização do trabalho e desrespeito à legislação trabalhista. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 11, p. 51-76, 2010.

HENDERSON, J; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N. M.; YEUNG, H. W-C. Global Production Networks and the Analysis of Economic Development. **Review of International Political Economy**, 9: p. 436-464, 2002.

HENSON, Spencer; HUMPHREY, John. Codex Alimentarius and private Standards. In: MEULEN, Bernd van der (Org.). **Private food law: governing food chains through contract law, self-regulation, private standards, audits and certification schemes**, Wageningen: Wageningen Academic Publishers, p. 149-174, 2011.

HENSON, Spencer. The role of public and private Standards in regulating international food markets. **Journal of International Agriculture Trade and Development**. n.4,v.1, p.63-81,2008.

HEROD, Andrew. Workers, Space, and Labor Geography. **International Labor and Working-Class History**, v. 64, p. 112-138, 2003.

HEROD, Andrew. **Labor geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: Guilford Press, 2001a.

HEROD, Andrew. Labor internationalism and the contradictions of globalization: Or, why the local is sometimes still important in a global economy. **Antipode**, v.33, n.3, p. 407-426, 2001b.

HEROD, Andrew. From a geography of labor to a labor geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**, v.29, n.1, p. 1-31, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUBBARD, Phil. Consumption. In: GREGORY, Derek et al. **Dictionary of Human Geography**. 5. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2009.

HUGHES, Alex. Supermarkets and the ethical trade/fair trade movement: making spaces for alternatives food authorities In. LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.). **Supermarkets and Agri-food Supply Chains: transformations in the production and consumption of foods**. London: Edward Elgar, p.173-191, 2007.

HUGHES, Alex. Geographies of exchange and circulation: alternative trading spaces. **Progress in Human Geography**, 29(4), p.496-504, 2005.

HULSMAN, Lodewijk. Índios do Brasil na República dos Países Baixos: as representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais. **Revista de História (USP)**, n. 154, p.37-69, 2006.

HUXLEY, Margo. Space and government: governmentality and geography. **Geography Compass**, n.5, v.2, p. 1635-1658, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ISAGUIRRE-TORRES, Katya, R. **Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental**. 270p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

JESUS JÚNIOR, Celso; SIDONIO, Luiza; MORAES, Victor Emanuel Gomes. Fruticultura: convergências e divergências. **BNDES Setorial**, v.32, p.371-396, 2010.

JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. Comunicado da Comissão: orientações da UE sobre as melhores práticas para o funcionamento dos sistemas voluntários de certificação dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios. **UNIÃO EUROPEIA**, p.5-11, 2010.

JÓHANNESSON, G.T.;BÆRENHOLDT, J.O. Actor-Network/Network Geographies. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**.London:Elsevier, Oxford, Vol.4, 2009. p.15-19

KAPLINSKY, R., MORRIS, M. **A handbook for value chain research**. Institute of Development Studies, University of Sussex, 2001. Disponível em: [www.globalvaluechains.org/docs/VchNov01.pdf](http://www.globalvaluechains.org/docs/VchNov01.pdf). Acesso: 13 Jul.2011.

KALFAGIANNI, Agni, FUCHS,Doris. 2011.Global Gap. In: **Business Regulation, Non-State Actors and Development**, REED, Darryl; UTTING, Peter; MUKHERJEE-REED,Ananya. New York: Routledge, 2011.

KAY,Cristóbal. Reflections on Rural Poverty in Latin America. **European Journal of Development Research**, v.17,n.2,p. 317-346, 2005.

KHOUDOUR-CASTéras,David.Migrações internacionais e desenvolvimento: o impacto socioeconômico das remessas na Colômbia. **Revista CEPAL**, n.especial, p.163-181, 2010.

KNORRINGA, Peter; PEGLER, Lee J.Globalisation, firm upgrading and impacts on labour.**Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, Vol. 97, No. 5, p. 470–479, 2006.

KNORRINGA, P.;SCHMITZ, H.Learning from Global Buyers. **Journal of Development Studies**, 37(2), p.177-205, 2000.

LANDER, Edgardo. Marxismo, eurocentrismo e colonialism. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, p.201 -234, 2006.

LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David.Understanding supermarkets and agri-food supply chains. In. LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.).**Supermarkets and Agri-food Suply Chains: transformations in the production and consumption of foods**. London: Edward Elgar, p.1-28, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITÃO, Karina de Oliveira. **A dimensão territorial do Plano de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 286f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEHER, R. ; TRINDADE, A.C. ; LIMA, J.A.B. ; COSTA, R. . Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010. **Observatório Social de América Latina**, v. 28, p. 49-69, 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LESLIE, Deborah. Consumption. In: KITCHEN, Rob; THRIFT, Nigel (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier, Oxford, Vol.4, 2009. p.268-274.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007a.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007b.

LIER, David Christopher. Places of work, scales of organising: a review of labour geography. **Geography Compass**, 1(4), p. 814-833, 2007.

LINS, Cíntia dos Santos. **Impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (des)Integração no Ceará, no contexto do Baixo e Médio Jaguaribe**. 2008. 178p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad. Carlos Nelson Coutinho. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MACIEL, Regina M.; RIGOTTO, Raquel M.; ALVES, Pablo A. Como está a saúde destes trabalhadores? In: RIGOTTO, Raquel (Org.), **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, p.391-413, 2011.

MALIK, Kenan. O espelho da raça: o pós-modernismo e louvação da diferença. In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B. **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.123-144, 1999.

MARINHO, Alice Maria Pequeno; CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo. Dimensão socioambiental em área de agronegócio: a complexa teia de riscos, incertezas e vulnerabilidades. In: RIGOTTO, Raquel (Org.), **Agrotóxicos, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, p.166-214, 2011.

MARINHO, Alice Maria Correia Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- MARTINS, E. R. O fundamento geográfico do ser. **Geosp.** v.22, p. 33-45, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARTINA, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Tradução: de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MENDONÇA, M. R; MESQUITA, Helena Angélica de. O Agro-Hidro-Negócios no Cerrado Goiano: a Construção das (Re) Existências. In: I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, 2007, Salvador (BA). **Anais em CD Room do I Encuentro Latinoamericano de Ciencias Sociales y Represas.** Salvador (BA), 2007, p.1-17.
- MITCHELL, Don. Labor's geography: capital, violence, guestworkers and the Post-World War II Landscape, **Antipode**, v. 43, n. 2, p. 563-595, 2009.
- MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. **Revista GEOgraphia.** Niterói: PPGeo/UFF, 2004, ano VI, n. 11.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOREIRA, R. . Teses Para Uma Geografia do Trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 1, n. 20, p. 19-23, 2002.
- MUNIZ, Alessandra Maria Vieira. **Reestruturação produtiva e trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe:** mudanças, permanências, desafios e tendências. 2004. 318f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.
- NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. O trabalho da multidão e o êxodo constituinte. In: PACHECO, Anelese; COCCO, Giuseppe; VAZ, Paulo (Orgs.). **O trabalho da**

**multidão**: império e resistências. Rio de Janeiro: Gryphus/ Museu da República, 2002.

NEGRI, Antonio ; COCCO, G. M. ;HARDT, M. ; REVEL, J. ; LINERA, A. G. ; TAPIA, L. **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. Buenos Aires: Waldhuter; CLACSO, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **Imagens do Nordeste**: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT, 1994.

NILTON SÁ, José. **A estrada que percorri**. Natal: Impressão Gráfica, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 21, p. 113-156, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997 (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha .**A presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**. 1989, vol.3, n.7, p.87-108, 1989.

PAULINO, Francisco Souto. **Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado**: discurso e prática. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

PEGLER, L.J. Sustainable value chains and labour - linking chain and "inner drivers" - from concepts to practice. **ISS Working Papers Series**. n.525, p.1-42, 2011.

PEQUENO, L. R. B. . Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XII, p. 35, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos bárbaros. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

QUEIROZ, Rodrigo José de Góis. **Política urbana e desigualdades socioespaciais em Mossoró – RN**: uma investigação acerca das políticas de

implantação de redes de esgotamento sanitário. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

RAYNOLDS, Laura. T.; LONG, Michael A. Fair/Alternative Trade: historical and empirical dimensions. In: RAYNOLDS, Laura T.; MURRAY, Douglas; WILKINSON, John (Orgs.). **Fair Trade: the challenges of transforming globalization**. London: Routledge, p.15-32, 2007.

RAYNOLDS, Laura.T.; MURRAY, Douglas; WILKINSON, John (Orgs.). **Fair Trade: the challenges of transforming globalization**. London: Routledge, 2007.

RHODES, R.A.W. Understanding governance: ten years on. **Organization Studies**, v. 28, n. 8, p. 1243-1264, 2007.

RHODES, R.A.W. The new governance: governing without government. **Political Studies**, 44 (5), p.652-667, 1996.

RIGOTTO, Raquel M et al. Da primavera silenciosa às primaveras silenciadas: conflitos socioambientais no agronegócio da fruticultura e agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.148-173.

RIGOTTO, Raquel M.; AUGUSTO, L. G. S. Saúde e Ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), v. 23, p. S475-S485, 2007.

RIGOTTO, Raquel M. Saúde ambiental e saúde dos trabalhadores: uma aproximação entre o verde e o vermelho. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 6, n. 4, 2004, p.388-404.

RODRIGUES, I. D.; THOMAZ JR. A informalidade e precarização do trabalho em presidente prudente: os camelôs em questão. **Cosmos (Presidente Prudente)**, v. 3, p. 27-31, 2005.

ROMCY, Priscila de Oliveira. **Aspectos da dualidade do trabalho na região mossoroense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN)**. 265p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e. **Fundo de Pasto: tecitura da resistência, rupturas e permanências no tempo-espaco desse modo de vida camponês**. 290p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.



- SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. **Políticas Públicas e Reorganização do Espaço**: o caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova (CE). 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. SP/RJ: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: BRANDÃO, Maria A. **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**: território e sociedade no século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton; ELIAS, Denise S. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 1º. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. . **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011. v. 1.
- SIGAUD, L. M. ; L, P. R. ; O, M. . Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos. In: Sigaud, L.; Pinguelli Rosa, L.; Mielnik, O.. (Org.). **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares**: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- SILVA, E. M. ; GERMANI, Guiomar . Desterritorialização sob as águas de Sobradinho. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, Salvador - Bahia, p. 30 - 39. 2010.
- SILVA, S. R. G et al. Defeitos congênitos e exposição a agrotóxicos no Vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Impresso)**, v. 33, p. 20-26, 2010.
- SILVA, José Borzacchiello da. Adeus Sudene, que saudade de Celso Furtado. **Mercator**, v. 8, p. 25-32, 2009.
- SILVA, José Graziano da (Org.). **A irrigação e a problemática fundiária no Nordeste**. Campinas: Instituto de Economia, PROINE, 1989.
- SILVA, Norma Felicidade Lopes da. **Impactos sócio-econômicos e ambientais de grandes projetos hídricos no Nordeste**: o caso do Projeto Baixo Açu/RN. 1993. 252p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

SOARES, H.S. Elementos para uma geografia histórica do baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. **Revista Propostas Alternativas** do Instituto da Memória do Povo Cearense. Fortaleza: , p.5 - 10, 2000

SOBEL, Thiago Farias; ORTEGA, A. C. Desenvolvimento Territorial: Uma avaliação das políticas adotadas no polo Petrolina-Juazeiro entre os anos de 1960 e 2000. **História Econômica & História de Empresas**, v. XII, p. 101-130, 2009.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos de sem-teto e produção de escala geográfica. In: Antônio A. Arantes (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 132-175.

SUASSUNA, João. **Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil real**. São Paulo: Porto de Idéias, 2010.

TERTULIAN, Nicolas. Metamorfoses da filosofia marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 13, p. 29-44, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo - Território**, v. 5, p. 1-1, 2010

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos. Volume 1. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JÚNIOR. Antonio. Se camponês, se operário: limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, Antonio; CARVALHAL, Marcelo Dorneles; CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A (des)ordem societária do trabalho (os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. M. Marques; A.U. Oliveira. (Org.). **O campo no início do século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. (reflexões preliminares). **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona, 2002a. disponível em:<http://www.ub.es/geocrit/c4-jmont.htm>. Acesso: 15 de Abril, 2009.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002b.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Dossiê Movimentos Sociais, Brasília, 2006, v. 21, n. 1, p. 17-28.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Los estúdios laborales em América Latina al inicio del siglo XXI. **Revista da RET**, v.1, n.2, p.1-45, 2008.

VAINER, C. B.. Planejamento Territorial e Projeto Nacional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 9, p. 09-23, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ, p. 01-23. Julho de 2005.

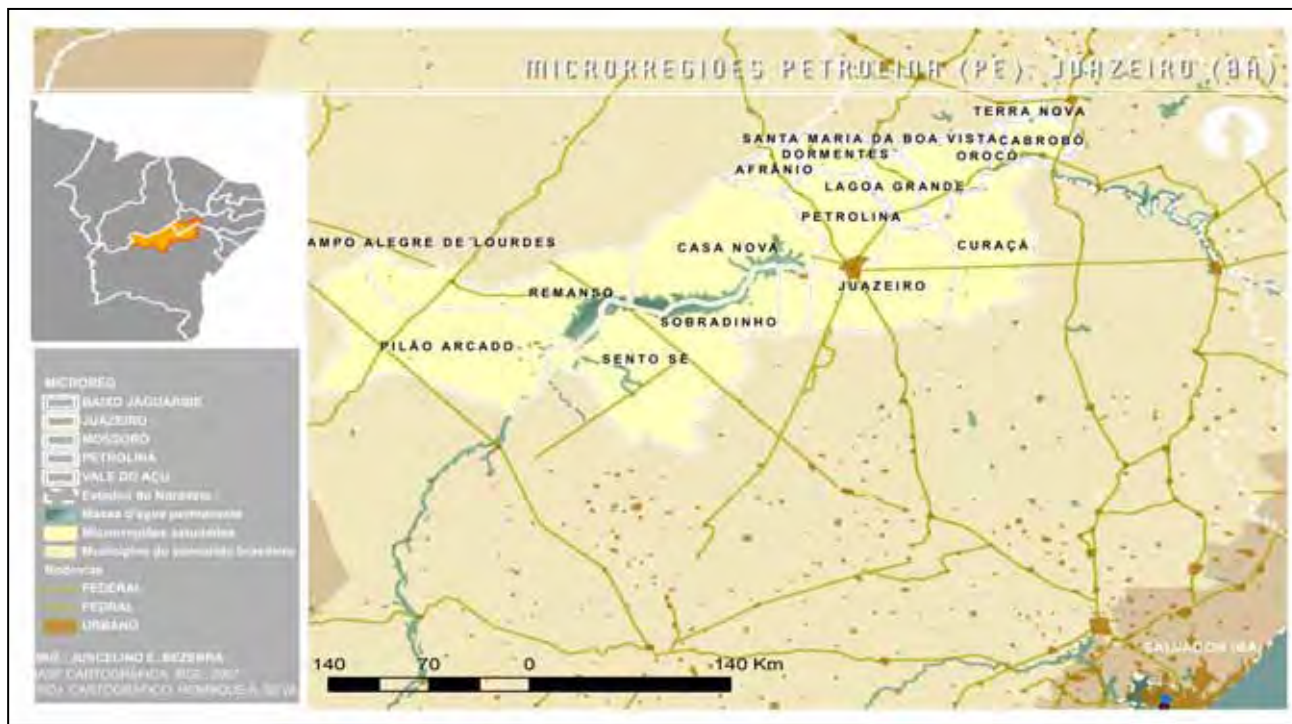
VIEIRA, Flávio Lúcio R. . Transposição do Rio São Francisco e alternativas de desenvolvimento: para onde vai o semiárido nordestino?. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 14, p. 158-171, 2009.

VORLEY, Bill. Supermarkets and agri-food supply chains in Europe: partnership and protest In. LAWRENCE, Geoffrey; BURCH, David. (Orgs.). **Supermarkets and Agri-food Supply Chains**: transformations in the production and consumption of foods. London: Edward Elgar, p.243-267, 2007.

WILL, Margret. In: MEULEN, Bernd van der (Org.). **Private food law**: governing food chains through contract law, self-regulation, private standards, audits and certification schemes, Wageningen: Wageningen Academic Publishers, p. 203-228, 2011.

WOOD, Ellen. O que é a agenda "pós-moderna"? In: WOOD, Ellen; FOSTER, John B (Orgs.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.7-22, 1999.

## Apêndice I – Indicadores Microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)



### PETROLINA (PE)

**Municípios da microrregião Petrolina:** Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Terra Nova.

**População Residente:** (Censo IBGE 2010): 443.991

**Número de estabelecimentos agropecuários** (Censo Agropecuário IBGE -2006): 21.224

**Pessoal Ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12** (Censo Agropecuário IBGE – 2006): 92.508

**Estoque de empregos formais no setor da agropecuária (RAIS – 2010):** 11.499

**Área plantada na lavoura temporária (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** feijão, milho, cebola, melancia, arroz.

**Área plantada na lavoura permanente (PAM/IBGE-2010) (Ordem):** manga, banana, uva, goiaba, coco-da-baía.

**Quantidade produzida na lavoura temporária: (PAM/IBGE- 2010) (Ordem):** cebola, melancia, tomate, arroz, cana-de-açúcar.

**Quantidade produzida na lavoura permanente: (PAM/IBGE-2010) (Ordem):** uva, manga, banana, goiaba, coco-da-baía.

**Principais conflitos sociais existentes:** Conflitos por terra e ocupações de terras realizadas pelo MST; Conflitos entre irrigantes e CODEVASF; Contaminação por agrotóxicos; Conflitos por acesso à água; Conflitos trabalhistas.

## **JUAZEIRO (BA)**

**Municípios da microrregião Juazeiro:** Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho.

**População Residente (Censo IBGE 2010):** 454.405

**Número de estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário IBGE - 2006):** 30.687

**Pessoal Ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Censo Agropecuário IBGE – 2006):** 119.356

**Estoque de empregos formais no setor da agropecuária (RAIS – 2010):** 7.532

**Área plantada na lavoura temporária (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** feijão, cana-de-açúcar, milho, cebola, mandioca.

**Área plantada na lavoura permanente (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** manga, uva, coco-da-baía, maracujá, banana.

**Quantidade produzida na lavoura temporária: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** cana-de-açúcar, cebola, melancia, mandioca, melão.

**Quantidade produzida na lavoura permanente: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** manga, uva, coco-da-baía, maracujá, banana.

**Principais conflitos sociais existentes:** Conflitos por terra envolvendo comunidades de fundo de pasto; Comunidades atingidas por barragens; Ocupações do MAB; Conflitos trabalhistas; Contaminação por agrotóxicos.

## Apêndice II – Indicadores das Microrregiões: Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró (RN) e Vale do Açu (RN)



### BAIXO JAGUARIBE (CE)

**Municípios da microrregião:** Alto Santos, Ibibuitinga, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte.

**População Residente (Censo 2010):** 313.474

**Número de estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário IBGE - 2006):** 21.456

**Pessoal Ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Censo Agropecuário IBGE – 2006):** 67.032

**Estoque de empregos formais no setor da agropecuária (RAIS – 2010):** 3.587

**Área plantada na lavoura temporária (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** feijão, milho, arroz, mandioca, cana-de-açúcar.

**Área plantada na lavoura permanente (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** castanha de caju, banana, limão, coco-da-baía, manga.

**Quantidade produzida na lavoura temporária: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** cana-de-açúcar, mandioca, arroz, melão, melancia.

**Quantidade produzida na lavoura permanente: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** banana, mamão, limão, manga, coco-da-baía.

**Principais conflitos sociais existentes:** Luta das comunidades da Chapada do Apodi contra a contaminação das águas por agrotóxicos; Conflito das comunidades afetadas pela expansão do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas; Conflitos pela construção do Canal da Integração.

## MOSSORÓ (RN)

**Municípios da microrregião Mossoró:** Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel, Tibau.

**População Residente (Censo IBGE 2010):** 332.679

**Número de estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário IBGE - 2006):** 4.086

**Pessoal Ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Censo Agropecuário IBGE – 2006):** 16.301

**Estoque de empregos formais no setor da agropecuária (RAIS – 2010):** 4.880

**Área plantada na lavoura temporária (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** melão, melancia, feijão, cebola, sorgo.

**Área plantada na lavoura permanente (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** castanha de caju, mamão, banana, manga, coco-da-baía.

**Quantidade produzida na lavoura temporária: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** melão, cebola, melancia, mandioca.

**Quantidade produzida na lavoura permanente: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** mamão, banana, castanha de caju, coco-da-baía, manga.

**Principais conflitos sociais existentes:** Conflitos por terra envolvendo três acampamentos do MST; Luta dos trabalhadores e assentados pelo recebimento dos direitos trabalhistas e por moradia da extinta empresa agrícola MAISA.

## VALE DO AÇU (RN)

**Municípios da microrregião Vale do Açu:** Açu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael.

**População Residente (Censo IBGE 2010):** 140.534

**Número de estabelecimentos agropecuários (Censo Agropecuário IBGE - 2006):** 4.282

**Pessoal Ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 (Censo Agropecuário IBGE – 2006):** 13.314

**Estoque de empregos formais no setor da agropecuária (RAIS – 2010):** 2.468

**Área plantada na lavoura temporária (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** feijão, milho, algodão herbáceo, melancia, batata doce.

**Área plantada na lavoura permanente (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** banana, castanha de caju, manga, coco-da-baía, mamão, goiaba, limão.

**Quantidade produzida na lavoura temporária: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** melancia, algodão herbáceo, tomate, bata-doce.

**Quantidade produzida na lavoura permanente: (PAM/IBGE -2010) (Ordem):** banana, manga, mamão, goiaba, castanha de caju, limão, maracujá.

**Principais conflitos sociais existentes:** Luta pela contaminação do rio por agrotóxicos e contra a pulverização aérea; Conflitos trabalhistas na empresa multinacional norte-americana; Presença de acampamento do MST.